21

revista cpc

edição especial

10 ANOS

1° semestre de 2016
ISSN 1980-4466

EDIÇÃO ESPECIAL 21 (2016)

A Revista CPC é um periódico do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. De caráter acadêmico e científico configura-se como um veículo de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos. A revista é arbitrada, tem periodicidade semestral, é editada em formato eletrônico e está organizada em duas seções principais: uma seção de artigos originais relacionados aos temas patrimônio cultural, coleções e acervos, e conservação e restauração; e uma seção de resenhas, notícias e depoimentos. A Revista CPC conta com uma Comissão Editorial e um Conselho Consultivo, composto por nomes de especialistas provenientes de universidades públicas estaduais paulistas e de universidades federais, dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio cultural e de instituições nacionais e/ou internacionais que desenvolvam trabalhos em áreas afins, bem como com assessores/pareceristas *ad hoc*.

Revista CPC. Edição Especial : O reconhecimento dos bens culturais: método, inventários e repercussões normativas

Ficha catalográfica

Revista CPC. São Paulo: CPC USP, n.21 especial, 1.semestre 2016.

Semestral
ISSN 1980-4466

1. Patrimônio cultural. 2. Bens culturais - Inventário. I. Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. II. Título: Revista CPC.

CDD 025.8

Editora
Mônica Junqueira de Camargo
Editora convidada
Beatriz Mugayar Kühl

Comissão Editorial
Beatriz Mugayar Kühl - USP
Fernanda Fernandes da Silva – USP
Mônica Junqueira de Camargo - USP
Paulo Cesar Garcez Marins - USP
Sabrina Studart Fontenele Costa - USP
Simone Scifone - USP

Conselho Consultivo
Adilson Avansi de Abreu - USP
Beatriz Coelho - UFMG
Leonardo Castriota - UFMG
Maria Beatriz Borba Florenzano - USP
Maria Inez Turazzi - IBRAM
Regina Andrade Tirello - Unicamp
Rosina Trevisan M. Ribeiro - UFRJ
Silvia Wolff – UPPH SEC SP
Walter Pires – DPH SMC SP

Pareceristas
Flávia Nascimento Brito - USP
Maria Lúcia Bressan Pinheiro - USP

Editora científica
Sabrina Studart Fontenele Costa

Editora executiva
Ana Célia de Moura

Projeto Gráfico
HAY Arquitetura e Design

Diagramação
Luciana Mattar

Colaboradores
Roberta Baradel (revisão)
Erika Peixoto (assistente de diagramação)
Kaio Amorim Donadelli (revisão inglês)
Milton Bortoleto (consultoria técnica)

Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Marco Antonio Zago, Reitor
Prof. Dr. Vahan Agopyan, Vice-Reitor

Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária
Prof. Dr. Marcelo Roméro, Pró-Reitor

Centro de Preservação Cultural
Prof. Dra. Mônica Junqueira de Camargo, Diretora
Profa. Dra. Fernanda Fernandades da Silva, Vice-Diretora

Rua Major Diogo, 353, Bela Vista
01324-001 - São Paulo, SP, Brasil
Tel/fax + 55 11 2648 1511
revistacpc@usp.br - www.usp.br/cpc
facebook.com/revistacpc/

EDIÇÃO ESPECIAL 21 (2016)
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO. MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO 5

DOSSIÊ - O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS: MÉTODO, INVENTÁRIOS E REPERCUSSÕES NORMATIVAS 6-13
BEATRIZ MUGAYAR KÜHL

DOSSIÊ

O LEGADO DA ARQUITETURA DO SÉCULO XX: PROTEÇÃO ADMINISTRATIVA VERSUS SALVAGUARDA EFETIVA 14-30
RICHARD KLEIN

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS: CONHECER E COMPREENDER 31-48
MARLY RODRIGUES

PRÁTICAS DA PRESERVAÇÃO NA FRANÇA, MÉXICO E BRASIL: CONVERGÊNCIAS DE UM DEBATE 49-66
SIMONE SCIFONI

O SIPA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO – EM PORTUGAL 67-98
PAULA NOÉ

CATALOGAÇÃO DOS BENS CULTURAIS NA ITÁLIA: MÉTODOS, FERRAMENTAS E COOPERAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO 99-118
ANTONELLA NEGRI

REMANESCENTES DE UM PASSADO INDESEJADO: OS ESTUDOS DE TOMBAMENTO DOS EXEMPLARES DA REDE PAULISTA DE PROFILAXIA E TRATAMENTO DA HANSENÍASE 119-163
AMANDA W. CAPORRINO; ADDA A. P. UNGARETTI

INVENTÁRIO DOS BENS CULTURAIS RELATIVOS AO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO CARVALHO PINTO (1959-1963) 164-203
MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO

ACERVO SEF: O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DA USP EM PROJETOS E FOTOGRAFIAS 204-218
SABRINA STUDART FONTENELE COSTA

O REGISTRO E A DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO BRÁS E NA MOOCA 219-243
MANOELA ROSSINETTI RUFINONI

APRESENTAÇÃO

MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO

Esta edição especial inaugura uma nova função deste periódico que comemora 10 anos de circulação. A ideia de incorporar à Revista CPC o registro das comunicações dos eventos científicos promovidos pelo Centro de Preservação e Cultura da Universidade de São Paulo tem por fundamento reforçar o papel da revista como importante instrumento de difusão do conhecimento relativo à preservação cultural e de aproveitar a celeridade da comunicação virtual para o trânsito das ideias. Outras edições especiais serão publicadas junto às edições regulares, conforme a necessidade de extroversão dos trabalhos promovidos pelas atividades do CPC-USP.

O número inaugural apresenta os trabalhos e debates relativos ao seminário internacional *O reconhecimento dos bens culturais: método, inventários e repercussões normativas,* promovido pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo em maio de 2015. Os trabalhos apresentados no evento trouxeram questões fundamentais relativas ao reconhecimento dos bens culturais, muito bem introduzidas na apresentação assinada pela profa. Dra. Beatriz Mugayar Khül, idealizadora do encontro científico e uma de suas organizadoras.

Esperamos que a circulação das ideias aqui lançadas tenha repercussão no avanço do conhecimento sobre a questão patrimonial.

DOSSIÊ O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS: MÉTODO, INVENTÁRIOS E REPERCUSSÕES NORMATIVAS.

BEATRIZ MUGAYAR KÜHL, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL. Arquiteta e urbanista formada pela FAU-USP, com especialização e mestrado na Katholieke Universiteit Leuven (Bélgica) e doutorado pela FAU-USP. Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP. E-mail: bmk@usp.br.

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p6-13

O RECONHECIMENTO DOS BENS CULTURAIS: MÉTODO, INVENTÁRIOS E REPERCUSSÕES NORMATIVAS.

BEATRIZ MUGAYAR KÜHL

APRESENTAÇÃO

O presente dossiê, apresentado para este número da Revista CPC, tem origem no seminário O reconhecimento dos bens culturais: método, inventários e repercussões normativas, realizado de 26 a 28 de maio de 2015 pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP), no Centro Universitário Maria Antônia (CEUMA-USP)[1].

O objetivo geral do evento foi o de discutir questões envolvidas no reconhecimento de bens culturais, seu registro e repercussões normativas, de modo inter-relacionado. Não houve a pretensão de exaurir a questão, mas pontuar temas que agora são retomados por alguns dos participantes do seminário, que aprofundam aspectos específicos de suas exposições de modo a evidenciar diversas formas de aproximação ao problema em distintas

1. O comitê científico foi formado por Mônica Junqueira de Camargo, Beatriz Mugayar Kühl (então, respectivamente, diretora e vice-diretora do CPC-USP) e Flavia Brito do Nascimento, da FAU-USP, Sabrina Fontenele (CPC-USP), Simone Scifoni (FFLCH-USP) e Claudia S. Rodrigues de Carvalho (Casa de Rui Barbosa-Minc). A reunião foi financiada pela Fapesp, Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, e pelo próprio CPC-USP, contando ainda com o apoio do CEUMA, da FAU-USP e do Núcleo de Apoio à Pesquisa São Paulo: Cidade, Espaço e Memória, também da USP.

realidades culturais. Os textos aqui apresentados analisam experiências brasileiras e estrangeiras, centrando a discussão em pesquisas recém-concluídas ou ainda em andamento. A intenção é evidenciar que existem variados modos de tratar essa problemática que não são excludentes: é essencial articular, de maneira fundamentada, as diferentes abordagens vindas de diversos campos do saber, que permitem estabelecer pontes e contraposições.

O conceito de bens culturais abarca um universo em contínua expansão, voltando-se a bens cada vez mais variados de um passado cada vez mais próximo a nós. Da visão de monumentos históricos que predominou nos séculos XVIII e XIX, voltada a bens de excepcional qualidade estética ou associado a fatos históricos considerados de extrema relevância, a atenção paulatinamente passou a voltar-se também para as obras modestas que, com o tempo, adquiriram significação cultural. Os aspectos culturais são entendidos de forma muito abrangente, ou seja, não mais centrados apenas em questões estéticas e históricas – como predominou até o início do século XX –, mas englobando também questões memoriais e simbólicas. No entanto, a esse necessário e até mesmo tardio alargamento daquilo que pode ser considerado bem cultural não tem correspondido, na mesma medida, uma reflexão de método no que diz respeito aos critérios de identificação desses mesmos bens culturais. Esse dossiê pretende, justamente, oferecer contribuições e temas para reflexão futura.

Reconhecer um bem cultural não é procedimento que possa ser naturalizado. O fato de ser bem cultural não é característica imanente ao bem: é atribuição de valor e de significado feita por grupos sociais em um dado momento histórico. Cada presente histórico reconhece seu patrimônio cultural em função das indagações e inquietações que formula em relação ao próprio passado, utilizando os instrumentos de aprofundamento cognitivo de que dispõe no momento do reconhecimento.

De maneira geral, preservamos por razões culturais, entendidas num sentido muito alargado, contemplando aspectos materiais e de conformação (como alterados pelo tempo), documentais, simbólicos e memoriais; por razões científicas, pelo fato de os bens culturais serem portadores de conhecimento em vários campos do saber; e também por razões éticas, intimamente relacionadas às anteriores, por não termos o direito de apagar ou alterar aleatoriamente os traços de gerações passadas e privar o presente e as

gerações futuras da possibilidade de conhecimento de que os bens culturais são portadores e de seu papel simbólico e de suporte da memória coletiva. Desse modo, considerar ou não algo como de interesse para a preservação é uma atribuição de valor que deve ser feita a partir de método consistente.

Uma das principais preocupações que motivaram a organização do evento e, agora, a estruturação deste dossiê, foi a constatação de que ao se mencionar a realização de inventários ou catálogos de bens culturais, a discussão acaba por ser limitada ao tipo de ficha e aos dados que devem constar nela. Isso se tornou ainda mais evidente em tempos recentes, em que o uso de tecnologias digitais gerou outra abordagem para o gerenciamento dos dados e para o registro e documentação. As ferramentas digitais permitem que no sistema de inventário e catalogação sejam colocados documentos de natureza heterogênea (fotografias, reprodução de documentos de cartório, levantamentos etc.), vindos de vários âmbitos disciplinares e, ademais, possibilita uma atualização mais fácil e contínua, podendo registrar o estado dos bens em diversas fases num mesmo sistema informático, a exemplo do Architectural Recovery Knowledge Information System (ARKIS).

Mesmo devendo sempre problematizar o que se deve colocar num sistema de inventário, é preciso reconhecer devidamente que os métodos de catalogação e inventário têm uma enorme relevância em si e tampouco são procedimentos óbvios. Por isso, neste dossiê estão presentes duas experiências que, no seminário, foram ainda contrapostas à louvável iniciativa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), apresentada por José Rodrigues Cavalcanti Neto. Nosso sistema de catalogação pôde ser cotejado com dois sistemas de excelência, com larga experiência acumulada, que procuraram explorar os critérios de registro e as implicações de acautelamento nos casos da Itália e Portugal. Esses casos são analisados neste dossiê, respectivamente, por Antonella Negri[2] (Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione, Ministero dei beni e delle attività

2. Cabe um especial agradecimento a Simona Salvo, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Sapienza, Roma, com quem a FAU-USP tem acordo de cooperação há muitos anos, e a Laura Moro, diretora do Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione, que proporcionaram o contato e possibilitaram a participação de Antonella Negri no evento.

culturali e del turismo, Itália) e Ana Paula Noé da Silva[3] (Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico – SIPA, da Direção-Geral do Patrimônio, Portugal). As autoras abordam questões de método, formas de inserção e gestão dos dados, modos de seleção daquilo que é inserido em cada um dos sistemas, a repercussão da inscrição nos sistemas para a proteção dos bens, apresentando os desafios atuais, perspectivas futuras e sua relação com as respectivas estruturas normativas.

Um dos pontos que se sobressai é a importância de desenvolver sistemas que dialoguem com outras plataformas pertencentes às respectivas estruturas estatais, tendo como principal resultado a articulação, de fato, de diversos dados, abrindo ainda a perspectiva de gestão e hierarquização de ações, como na prevenção de riscos e ações em caso de catástrofes naturais, por exemplo. Note-se que o objetivo de um inventário, ou catalogação, em sentido amplo, é classificar com base em características comparáveis, registrar, elencar, enumerar; essa ação pode ser voltada a produtos de uso comum (os móveis de uma repartição pública, por exemplo) ou a outros objetos que representam processos mais complexos, caso dos bens culturais. Os dois casos exigem aproximação diversa: no primeiro, é necessário voltar-se à descrição ou registro das propriedades objetivas do produto para reconhecimento imediato; no segundo, a abordagem deve ser mais qualificada e as propriedades objetivas deverão ir além da mera descrição e registro, sendo sustentadas pelos instrumentos de aprofundamento cognitivo oferecidos pelas humanidades, de modo a garantir sua inteligibilidade linguístico-simbólica. Em alguns ambientes culturais, o catálogo é voltado ao registro objetivo de todo e qualquer bem (de interesse cultural ou não), enquanto a inscrição no inventário já implica a identificação como bem cultural e algum tipo de proteção.

No que se refere ao patrimônio arquitetônico, em muitos países, inclusive no Brasil, ainda predomina a proteção de bens pela importância arquitetônica ou a relevância histórica, atribuídas prevalentemente por via erudita, ou seja, por meio de estudos acadêmicos que analisam

3. Agradeço também a João Mascarenhas Mateus, da Investigador Principal (Investigador FCT), CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design – Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, que possibilitou o contato com João Santos Vieira, que foi diretor do SIPA e foi quem estabeleceu o contato com Paula Noé.

os bens a partir do viés da história da arquitetura, história social, história econômica, antropologia etc. São ainda relativamente restritos os casos de proteção sistemática por solicitação de grupos sociais organizados, em função de aspectos memoriais e simbólicos. Os diversos caminhos são válidos e necessários e, ademais, não são mutuamente exclusivos; pelo contrário, devem somar-se e ser complementares. No entanto, apesar dos significativos esforços realizados nos últimos anos – a exemplo do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) –, ainda falta alcançar maior equilíbrio em nossos métodos de reconhecimento e atribuição de significado. Esse temário é abordado, de diferentes maneiras, a partir das pesquisas e reflexões dos autores presentes neste dossiê.

Apesar de ser facultada na Constituição Federal de 1988[4] a existência de diversos instrumentos para acautelamento e preservação do patrimônio, ainda prevalece, em nosso ambiente, o uso do tombamento. Na nossa construção normativa, não foram incorporados, de modo mais sistemático e abrangente, outras formas de proteção, como a própria inscrição no inventário, a proteção por planos diretores, por setores protegidos etc.

Para problematizar algumas dessas questões, os diversos autores presentes neste dossiê expõem seus respectivos temas de reflexão e pesquisa. Richard Klein[5] (École Nationale Supérieure d'Architecture et de Paysage de Lille, França, e diretor do Laboratoire Architecture, Conception, Territoire, Histoire-LACTH) aborda questões de reconhecimento da arquitetura do século XX na França, e como isso repercute em ações de proteção e instrumentos normativos, evidenciando as contradições existentes entre a construção historiográfica, a percepção dos usuários, a forma de proteção desses bens e os projetos de intervenção. Marly Rodrigues, com larga experiência na atuação em órgãos de preservação, tendo colaborado, com distintas inserções, nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal), problematiza as propostas de inventário desenvolvidas pelo órgão estadual de preservação – o Conselho de Defesa do Patrimônio

4. Constituição Federal, artigo 216, § 1: O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
5. Um especial agradecimento a Gérard Monnier, professor emérito da Universidade de Paris-1, Sorbonne, e colaborador em muitas atividades da USP, que possibilitou o contato com Richard Klein.

Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) – nos anos 1970, buscando identificar a gêneses de dinâmicas que, ainda hoje, resultam em dificuldades em adotar práticas sistemáticas de identificação dos bens culturais e as consequências disso para a sociedade. A partir das questões levantadas pelos autores durante a realização do seminário, Simone Scifoni desenvolve seu ensaio buscando evidenciar algumas convergências e a necessidade de instituir mecanismos para uma efetiva participação social na preservação, com um olhar mais abrangente na seleção dos bens a proteger. Scifoni analisa a experiência apresentada por Gabriela Lee (Universidade Iberoamericana, México-DF) em sua conferência, que trabalhou com as questões na escala do patrimônio urbano e dos problemas envolvidos com o reconhecimento desse patrimônio no Distrito Federal, México. Contrapôs a visão dos distintos órgãos envolvidos e a percepção por parte da população de três áreas escolhidas como objeto de estudo, cuja apreensão foi feita a partir de uma série de trabalhos de campo e entrevistas conduzidas por Lee. O resultado evidencia a discrepância entre as visões e a impermeabilidade dos órgãos entre si e em relação aos anseios da população. Sicifoni, ademais, questiona a afirmação de que vivemos um momento de patrimonialização excessiva, a partir de uma série de considerações de grande interesse. O conjunto dos ensaios problematiza diversos processos de reconhecimento dos bens culturais e os instrumentos normativos disponíveis para tal finalidade, sendo possível contrapor abordagens distintas em realidades culturais diversas.

Outro grupo de autores aborda estudos sistemáticos realizados recentemente, ou ainda em curso, no Estado de São Paulo, possibilitando a análise das propostas de documentação que podem vir a servir de subsídio para inventários por temas e por território, e em eventuais repercussões normativas. Adda Ungaretti e Amanda W. Caporrino (Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo) abordaram o extenso e bem fundamentado estudo dos centros de tratamento de hanseníase no Estado de São Paulo. Essa pesquisa está na base da proposta de tombamento do Condephaat para esses centros, que se está efetivando desde 2014. Mônica Junqueira de Camargo (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo-USP) apresenta os resultados de ampla pesquisa sobre os bens culturais relativos ao Plano de Ação do Governo

Carvalho Pinto, que tem uma de suas vertentes relacionadas à construção de equipamentos públicos, como fóruns, postos de saúde e escolas, e o campus da USP. Sabrina Fontenele, por sua vez, apresenta a pesquisa conduzida pelo CPC-USP no acervo da Superintendência de Espaços Físicos da USP. Analisa o material relativo aos bens tombados ou em processo de tombamento pertencentes à Universidade, examinando projetos, fotografias, memoriais. Os dados foram organizados de modo a estabelecer uma cronologia da transformação dessas obras e tentar apreender quais foram os princípios de projeto e de intervenção que guiaram as ações. A essas experiências foi associada, ainda, uma pesquisa em curso há alguns anos, referente à documentação sistemática por tema e por território. Manoela Rossinetti Rufinoni (Universidade Federal de São Paulo-Unifesp) mostra os desafios teóricos e operacionais relacionados à documentação do patrimônio na escala urbana, a partir dos exemplos do patrimônio industrial no Brás e da Mooca, que evidenciou a necessidade de buscar uma interlocução mais efetiva entre os estudos acadêmicos e as práticas de preservação. Fica patente, ao se examinar os vários textos, a profundidade e consistência que advém desses estudos que abordam seus respectivos temas dentro de uma perspectiva mais ampla de sistema, abrindo novas perspectivas para a caracterização dos bens dentro de um conjunto, o que auxilia no processo de seu reconhecimento como bens culturais e pode fundamentar processos de identificação daquilo que deve ser preservado.

As temáticas aqui apresentadas não têm sido exploradas com muita frequência na produção científica brasileira recente. Um dos intuitos deste dossiê é evidenciar a necessidade de trabalhar os vários âmbitos de maneira articulada. A ênfase das discussões nas diversas formas de reconhecimento dos bens culturais e os instrumentos normativos disponíveis para tal finalidade possibilita comparar e problematizar abordagens distintas em realidades culturais diversas. Desse modo, é possível comparar diversas perspectivas de identificação e de construção normativa no que respeita à tutela dos bens culturais, problematizar a situação atual e instigar uma reflexão mais abrangente e fundamentada a partir de sólida base conceitual.

O LEGADO DA ARQUITETURA DO SÉCULO XX: PROTEÇÃO ADMINISTRATIVA *VERSUS* SALVAGUARDA EFETIVA.

RICHARD KLEIN, ESCOLA NACIONAL SUPERIOR DE ARQUITETURA E PAISAGEM, LILLE, FRANÇA.
Professor na École Nationale Supérieure d'Arquitetura et de Paysage (Escola Nacional Superior de Arquitetura e de Paisagem) de Lille (França). Diretor do Lacth.

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p14-30

O LEGADO DA ARQUITETURA DO SÉCULO XX: PROTEÇÃO ADMINISTRATIVA *VERSUS* SALVAGUARDA EFETIVA.

RICHARD KLEIN

RESUMO

O artigo aborda, num primeiro momento, os instrumentos franceses da proteção do patrimônio arquitetônico e urbano e a sua evolução e, em seguida, as questões levantadas pelo legado arquitetônico do século XX. Objeto de muitas desnaturações e destruições, o futuro deste legado questiona os valores tradicionais que normalmente justificam o reconhecimento patrimonial. Os conhecimentos materiais e culturais da arquitetura do século XX são apresentados como condições indispensáveis para a sua salvaguarda efetiva frente a uma proteção administrativa muitas vezes ineficiente.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio arquitetônico. Arquitetura moderna. Planejamento territorial urbano.

THE LEGACY OF THE 20TH CENTURY ARCHITECTURE: ADMINISTRATIVE PROTECTION *VERSUS* EFFECTIVE SAFEGUARD.

RICHARD KLEIN

ABSTRACT

This article covers the French instruments for protecting the architectural and urban heritage, as well as its evolution. It will also cover the issues raised by the twentieth century architectural legacy. Subject to denaturing and destruction, the future of this legacy questions traditional values that usually serve as rationale for the recognition as a heritage site. The material and cultural knowledge about twentieth century architecture are presented as essential conditions to effectively safeguard it opposed to a usually ineffective administrative protection.

KEYWORDS

Architectural heritage. Modern architecture. Urban territory planning.

Legado da Revolução Francesa e de uma visão centralizada do território nacional, o sistema administrativo francês de proteção do patrimônio nunca parou de evoluir e de se transformar desde o início. Para os edifícios, a proteção administrativa possui dois níveis: o tombamento e o registro a título de monumentos históricos. O tombamento a título de monumentos históricos baseia-se, inicialmente, no interesse público da conservação dos edifícios de acordo com pontos de vista históricos ou artísticos. A frase que inicia a lei de 31 de dezembro de 1913 é explícita: "os edifícios, cuja conservação apresentam, de um ponto de vista da história ou da arte, um interesse público, são tombados como monumentos históricos". O registro foi inicialmente pensado como a antessala do tombamento: "Os edifícios que, sem justificarem um pedido de tombamento imediato, apresentam um interesse de história ou de arte suficiente para que seja desejável a sua preservação, poderão, a qualquer momento, ser registrados num inventário adicional" como esclarece em 1927, o artigo II da Lei de 1913. O registro é considerado, na maioria das vezes, como um nível inferior de proteção administrativa, definido pela restrição frequentemente utilizada nos documentos oficiais que limita a proteção à "fachada e à cobertura", o que permite imaginar, somente por esta formulação, o tamanho das dificuldades geradas em matéria de gestão do patrimônio. A Lei de 1913 sobre os monumentos históricos adaptou-se gradualmente

à ampliação da noção de patrimônio e as proteções administrativas integraram, dos edifícios representativos do interesse público, mais que a representação nacional que constituíra as primeiras escolhas, mas também, aos poucos, as arquiteturas tradicionalmente excluídas da cultura erudita, como as arquiteturas concebidas em períodos mais contemporâneos, as arquiteturas vernaculares ou industriais.

As consequências para a gestão urbana desta proteção a título de monumentos históricos são ligadas à implantação de um perímetro de proteção, um perímetro de 500 metros, no qual os alvarás de construção são submetidos a autorizações prévias dos serviços do estado.

Desde a criação do Ministério da Cultura, em 1959, as dimensões urbanas e paisagísticas do patrimônio completam, progressivamente, a base do dispositivo elaborado para os edifícios. Em 1962, são criados os setores salvaguardados. Os setores salvaguardados são pedaços de cidade que apresentam "um caráter histórico, estético ou de natureza a justificar a conservação, restauro e valorização". Esta medida visa essencialmente os centros antigos[1] [2].

A partir de 1964, o Inventário Geral torna-se um instrumento de conhecimento do patrimônio nacional. As campanhas de inventário realizadas com lógicas territoriais e cuja ambição era identificar todos os componentes, "da colherinha até a catedral", são completadas de forma progressiva por campanhas de inventários temáticos, voltadas para a arquitetura industrial, arquitetura balneária, arquitetura rural ou as arquiteturas do espetáculo, por exemplo. Em 1983, a proteção dos conjuntos urbanos atinge uma nova dimensão com a criação das Zones de Protection du Patrimoine Architectural et Urbain (Zonas de Proteção do Patrimônio Arquitetônico e Urbano), que viraram, em 1993, as Zones de Protection du Patrimoine Architectural Urbain et Paysager (Zonas de Proteção do Patrimônio Arquitetônico Urbano e Paisagístico, as ZPPAUP). Estes setores, em 2010, tornam-se as Áreas de Valorização da Arquitetura e do Patrimônio (AVAP). Destaca-se como a lógica das ZPPAUP representa um considerável avanço no envolvimento das dimensões urbanas e paisagísticas

1. Somente um setor salvaguardado na França diz respeito às arquiteturas dos séculos XIX e XX. Está localizado na cidade balneária de Mers les Bains.
2. O padre "Abbé Pierre", fundador da associação Emmaüs, é o autor do chamado radiofônico lançado no dia 1º de fevereiro de 1954, depois da morte de uma criança.

da proteção do patrimônio. O princípio das ZPPAUP é de substituir o perímetro administrativo de 500 metros por um perímetro ponderado, fundamentado num estudo histórico e morfológico da área ao redor dos edifícios protegidos. No perímetro de 500 metros, a aprovação dos representantes do estado do alvará de construção é ligada à visibilidade da nova construção e do edifício tombado. Na ZPPAUP, os laudos da administração são fundamentados em um regulamento proveniente do estudo preliminar e concebido logicamente em acordo com o conjunto dos parceiros envolvidos.

A criação do selo "Patrimônio do século XX", no início de século XXI[3], simboliza ao mesmo tempo os esforços, mas também as dificuldades, da consideração da salvaguarda da arquitetura do século XX - apesar da existência de todos estes dispositivos administrativos de proteção. Este selo - "século XX" - não possui nenhuma incidência jurídica. Ele foi o meio concebido pelo Ministério da Cultura para designar edifícios cujo interesse é reconhecido, mas cuja proteção, a título de monumentos históricos, parece difícil ou ainda cercada de muitas dúvidas. Esta última "invenção" do Ministério da Cultura provoca efeitos variáveis de acordo com o caso e as regiões. Muitos edifícios ou conjuntos urbanos certificados não escaparam a desnaturações ou destruições. As boas intenções deste selo não compensaram a sua ausência de efeito jurídico. Nos melhores casos, os edifícios certificados entraram, de forma progressiva, na lista dos edifícios registrados a título de monumentos históricos. Mas, desde a sua instauração é, principalmente, a longa lista dos edifícios destruídos do século XX que faz as manchetes da crônica patrimonial.

Consideradas, há pouco, com desprezo e condescendência, as arquiteturas do século XX e, principalmente, aquelas edificadas depois da Segunda Guerra Mundial, estão sofrendo pela falta de reconhecimento. Condicionadas pela novidade dos programas, as formas destas arquiteturas são, porém, as formas de uma produção de componentes inventivos, inovações tecnológicas e novos materiais no contexto dinâmico de renovação das artes plásticas e das ciências humanas. Elas são, na França, as herdeiras de 40 anos de desprezo sistemático do qual podemos observar os fundamentos ideológicos nos debates do período entre as duas guerras. Desde a reconstrução nacional depois da Primeira Guerra

3. O selo "Patrimônio do Século XX" foi instaurado em 1999. Não possui nenhuma incidência jurídica.

Mundial, as vanguardas arquitetônicas francesas sofreram críticas virulentas que deixaram profundas marcas na cultura construtiva ou popular. Desde que a modernidade foi assimilada à Revolução Soviética ou ao racionalismo germânico, os inimigos de ontem, é difícil fazê-la passar como uma expressão nacional. A arquitetura do século XX deve enfrentar, ainda, outro fenômeno ligado à crise energética e ao domínio, na França, das soluções de isolamento feitas no exterior. Em 2015, a carta de intenções da Sociedade para a Proteção e Estética da França trata deste assunto, mostrando o ridículo projeto da embalagem térmica de uma modesta igreja de aldeia desfigurada.

1. O LEGADO DO SÉCULO XX

Existe um contraste impressionante – com algumas décadas de distância - entre a apreciação inicial das arquiteturas dos anos 1960 e o modo como são consideradas na nossa época contemporânea. Em 1972, no último Guia de Arquitetura Contemporânea na França lançado antes da crise do petróleo e da crise econômica de 1973, os comentários sobre o conjunto habitacional de Villeneuve-la-Garenne (Jean Dubuisson arquiteto, 1965) são muitos elogiosos e até um pouco líricos. Estamos sete anos depois da conclusão da construção:

> Gênio inventivo de um plano de massas que soube alternar amplas ágoras indispensáveis à prática comunitária de uma democracia da troca e do diálogo; fluxos de verdura onde as donas de casa gostam de se encontrar para conversar, tranquilamente sentadas em seus barris de Bonux; parques infantis, tão úteis para o desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças; trilhas para caminhar, onde os trabalhadores encontram ainda o tempo de passear. Arquitetura na escala humana que se libertou audaciosamente dos condicionamentos técnicos, sociais, políticos e financeiros para dar livre curso a suas pulsões, fantasias, delírios[4] (AMOUROUX; CRETTOL; MONNET, 1972, p. 379).

O conjunto concebido pelo Jean Dubuisson em Villeneuve-la-Garenne tornou-se justamente o emblema, na França, de certo gênero de reestruturação

4. D. Amouroux, M. Crettol, J.P. Monnet, (cobertura de Jean Dewasne) *Guide d'arquitetura contemporaine en France*, Madrid, AA, Technic-union, 1972, p.379.

das habitações coletivas dos anos 1960. Poderíamos comparar cada termo dos comentários de elogios escritos em 1972 pelos autores do guia com o comentário dos autores do projeto da sua reestruturação contemporânea que afirmam a necessidade de:

> "(...) introduzir complexidade urbana, jardins, ruas, praças e passagens.
> A remodelação: o nosso objetivo é trabalhar como um segundo estrato sobre uma base hiper-racionalista que percebemos como muito lisa, muito repetitiva e pobre. Agir em dois campos, o da percepção e o do uso:
> A percepção:
> - Sequenciar, delimitar, reencontrar medidas.
> -Materializar, identificar: os embasamentos dos edifícios estão atualmente esmagados, é necessário engrossá-los para afirmar o seu status. É preciso redesenhar para dar mais visibilidade às entradas. As bow windows adoçam e ritmam estas longas lâminas. Como demos uma base aos edifícios, revelamos o topo com um coroamento.
> A residencialização: além da modenatura; pedestal, corpo, céu, nós damos uma escala residencial a este conjunto. As grandes lâminas são subdivididas em entidades identificáveis dentro dos bairros.
> As habitações: mesmo bem dispostas, as habitações existentes são hiperfuncionais. As suas tipologias são pouco variadas e sofrem o efeito do empilhamento" [5] (CASTRO; DENISSOF, 2011).

O segundo comentário apoia-se claramente numa crítica implícita aos valores destacados pelo primeiro.

> O gênio inventivo de um plano de massa torna-se uma base hiper-racionalista, as amplas ágoras, prática comunitária da democracia e da troca e do diálogo devem ser tratadas pela residencialização, uma escala residencial. As grandes lâminas são subdivididas em entidades identificáveis. Os fluxos de verdura, parques infantis, as trilhas para caminhada, em 1972 dão lugar a uma arquitetura muito lisa, muito repetitiva e pobre na qual se precisa introduzir complexidade urbana,

5. Estas linhas são extraídas do texto apresentando o projeto de reestruturação do conjunto da Caravelle no site dos arquitetos Roland Castro e Sophie Denissof. (http://www.castrodenissof.com, consultado em 12 de maio de 2011).

> jardins, ruas, praças e passagens, e precisa sequenciar e delimitar a escala humana inicial. (CASTRO; DENISSOF, 2011)

São valores supostos da cidade antiga que são a referência do olhar crítico num conjunto dos anos 1960. O plano de massa da reestruturação proposta e feito, portanto, à imagem e semelhança das reestruturações dos conjuntos habitacionais coletivos que, desde mais ou menos 30 anos, caracterizam estas operações na França e baseiam-se essencialmente sobre apreciações negativas do existente que resultam em destruições materiais.

Os conjuntos de habitações coletivas não são as únicas arquiteturas a endossar este contraste do julgamento entre a consideração inicial e a desvalorização contemporânea. O caso das casas de cultura, principal programa do Ministério da Cultura a partir de 1960, é significativo de como a celebração passada deixou lugar à negação contemporânea que se traduziu pelas transformações radicais dos mais belos exemplos arquitetônicos deste programa. Enquanto, em 1966, "*(…)* os moradores de Amiens estavam orgulhosos por possuir doravante a mais bela Casa de Cultura Francesa, e toda região da Picardie apaixona-se por esta realização, cuja fama já atraiu muitos ônibus de visitantes"[6], em 1999, acham-na "rebarbativa" por fora[7].

Estes comentários e este contraste estão mais ligados à ideologia do que à análise crítica ou análise do valor. Ideologia da cidade antiga e histórica que se opõe à cidade moderna. Ideologia mais política na hora da transformação da Casa de Cultura de Amiens que, após uma alteração de governo municipal passa de um equipamento emblemático de uma cidade dirigida por um prefeito comunista para um equipamento coberto por uma "faixa azul" para retomar os termos dos arquitetos que dirigiram as transformações. Rem Koolhaas, um arquiteto que não é conhecido como nostálgico nem defensor das causas patrimoniais, fazia comentários bastante edificantes sobre esta situação durante uma das

6. A Casa da Cultura de Amiens, comentada na revista *L'arquitetura Française*, n. 283-284, abr. 1966. p.79
7. A Casa da Cultura de Amiens, comentada em *Amiens au fil du regard*, Bayeux, edições Martelle, 1999. Os Arquitetos da Casa de Cultura de Amiens (1965) são Pierre Sonrel, Jean Duthilleul e Marcel Gogois. O edifício foi transformado em 1993 pelos arquitetos Gilles Duez, Roland Gaignart, e Igor Hilbert.

últimas bienais de arquitetura em Veneza (2010) sobre a demolição do Palácio da República em Berlim[8]: "Mau gosto ou ideologia? A intolerância da nossa geração é impressionante. Se os critérios que originaram a eliminação do Palácio da República de Berlim fossem aplicados à arquitetura antiga, por exemplo, à arquitetura romana, não sobraria nenhum vestígio histórico dela"[9].

Nessa oportunidade, ele estabelecia um balanço bem triste da recente destruição de edifícios construídos nos anos 1960 e cuja lista incluía alguns exemplares destacados no seu tempo pela crítica e pela história contemporânea da arquitetura.

Estes textos e imagens devem, evidentemente, fazer-nos refletir sobre a forma como consideramos (ou desconsideramos) a herança das arquiteturas dos anos 1960. Manifestamente, não somos mais capazes de olhá-las como o faziam os fotógrafos da revista *L'œil,* em 1964, que ofereciam uma visão positiva e estetizante a fim de ilustrar propósitos que, às vezes, eram até críticos. Nem de apreciarmos as proezas técnicas louvadas pelas empresas que erigiram, naquele momento, as construções mais espetaculares. Nós e as instituições patrimoniais retemos facilmente só as arquiteturas que possuem um caráter excepcional, e que são mais conformes com o valor artístico que pode ser usado para justificar uma consideração positiva.

1.1 Legado?

Na obra *Les années ZUP, architecture de la croissance*[10], publicada em 2002, assinalamos com Gérard Monnier a condescendência e o desprezo dos comentários sobre as arquiteturas do período entre 1930 e 1980. Insistimos sobre a necessidade do estudo sistemático da arquitetura daqueles anos, que ainda precisamos conhecer precisamente. Para nós, tratava-se de enfrentar a sua "invisibilidade", destacando alguns exemplos.

8. Heinz Graffunder arquiteto (Karl-Ernst Swora, Wolf R. Eisentraut, Günter Kunert, Manfred Prasser et Heinz Aust collaborateurs).
9. Rem Koolhaas, bienal de Veneza, 2010.
10. Richard Klein & Gérard Monnier (dir.) *Les années ZUP, arquiteturas de la croissance 1960-73*, Picard, Paris, 2002.

Para uma série de arquiteturas que incluem os conjuntos habitacionais coletivos e os programas de equipamentos públicos com somente um pouco mais de 40 anos de idade, estamos enfrentando uma falta de evidências materiais e devemos nos contentar com fontes documentais. Estes edifícios desapareceram ou são irreconhecíveis. A arquitetura do pequeno comércio, por exemplo, sumiu, e as cidades perderam todos os sinais desta modernidade diária que invadia o espaço urbano. Outros programas foram submetidos a um nível intensivo de renovação formal ou funcional: a arquitetura comercial, a de lazer e do turismo, das infraestruturas de transporte, dos serviços administrativos, dos locais da produção industrial ou dos espaços do trabalho terciário.

O primeiro motel francês, perdido numa estação balneária e transformado, 10 anos apenas após a sua construção, tornou-se invisível. É totalmente desconhecido, e somente o fato de ter sido imortalizado pelo primeiro filme de Louis Malle (*Ascenseur pour l'échafaud*, 1957), do qual constituía o cenário, pode ainda atrair a atenção para os seus belos vestígios materiais. Louis Malle, que queria dar uma aparência mais moderna do que a realidade do ambiente francês no final dos anos 1950, percebera toda a modernidade deste novo programa importado dos Estados Unidos[11].

Outro fator de invisibilidade patrimonial está ligado às dúvidas que acometeram atores do período. Guy Lagneau, para a reestruturação do Museu do Havre, e André Wogenscky, para a reestruturação da Casa da Cultura de Grenoble, não foram os maiores defensores das suas obras. Já era bastante excepcional que os contratantes pedissem a opinião deles em qualidade de criador original do edifício. Jean Dubuisson, como outros, admitia ser oprimido por um sentimento de culpa e deixou desfigurar a residência do Parc à Croix (Norte), grande prêmio de urbanismo do seu tempo. Estes arquitetos, como outros, sofreram com o contexto de desprezo midiático, popular, algumas vezes caucionado pelo discurso erudito que, há 30 anos, critica fortemente, no mesmo amálgama, o concreto armado, os grandes conjuntos ou a austeridade das formas da arquitetura da segunda metade do século XX. Há mais de 40 anos, na França,

11. Neste assunto, Richard Klein, "Nouveaux programmes de l'arquitetura balnéaire, Le Touquet, du paradis des sports à la station des quatre saisons", *Revue de l'Art*, n.165, 2009-3 (setembro 2009). p. 49-55.

não há nenhum programa de televisão, nenhum telejornal em que não se critica o concreto, os grandes conjuntos e globalmente, a arquitetura dos "30 gloriosos" (os anos do crescimento econômico). As recentes polêmicas sobre a comemoração do cinquentenário da morte de Le Corbusier mostraram como os atalhos históricos foram diretamente ao objetivo e deixaram entender que a arquitetura do grande número tem as suas raízes nas ideologias repressivas. Além disso, as transformações e manutenção cotidianas destas arquiteturas recentes são muitas vezes entregues, na França, ao realismo do mercado[12]. Consideradas de um ponto de vista utilitário, estas arquiteturas são tratadas sem muita atenção ao grado das adaptações às conformidades normativas ou da evolução dos usos.

2. MODÉSTIA DA ARQUITETURA, INTELIGÊNCIA DO COMPONENTE

Lionel Schein via no Instituto do Meio Ambiente (1968-1969, Robert Joly, arquiteto) um exemplo de arquitetura mecanicista composta a partir de um "arsenal arquitetônico" muito pouco usado na França[13]. Neste edifício desparecido há aproximadamente 15 anos, a administração propusera ao arquiteto a utilização de painéis de fachada concebidos por Jean Prouvé e a Compagnie Industrielle de Matériel de Transport. O programa dava grande importância à flexibilidade de uso, às possibilidades de transformação do arranjo interno e aos objetivos de custo e prazo da obra. Os 3.000 m^2 de área foram entregues em alguns meses. O arquiteto jogara com a oposição visual entre a estrutura desmaterializada e a vedação homogênea repetitiva: uma caixa elegante e refinada descolada do solo, o envelope dos painéis de fachada em chapa esmaltada completada por acabamento de ângulos arredondados e mata-juntas curvas. No catálogo dos estabelecimentos CIMT/Jean Prouvé, lançado alguns anos antes da construção do Instituto, Jean Prouvé precisava que os painéis eram suficientes por si só e que o "revestimento de uma fachada" consistia em justapor e sobrepor painéis do mesmo tipo. É verdade que o edifício devia

12. O tratamento acústico das piscinas Tournesol (1969-1972, Bernard Schoeller arquiteto) ou a substituição das cascas da sua cobertura são um mercado monopolizado por algumas empresas especializadas que escapam completamente a qualquer lógica arquitetônica e a vigilância dos projetistas originais.
13. Ionel Schein, Paris Construit, *Guide de l'arquitetura contemporaine*, edições Vincent, Fréal & Cie, Paris, 1970.

suas qualidades a esta arquitetura modesta que se apaga atrás da inteligência do componente. O debate que aconteceu na hora das tentativas de salvaguardar o Instituto do Meio Ambiente mostrou, claramente, que a inteligência do componente pesava muito pouco na decisão da administração. Acostumada à valorização do ato criador e auxiliada nisto por uma tradição da história da arte que destaca a paternidade da obra como fonte do seu valor, o Instituto do Meio Ambiente, composto de painéis produzidos pela indústria, tinha poucas chances de encontrar defensores.

3. VALORES SOCIAIS, VALORES ESPACIAIS, INVISIBILIDADE DA ARQUITETURA

Ao lado do apagamento rápido, dos efeitos do sentimento de culpa dos atores ou da beleza escondida do componente, a especificidade de alguns programas confunde a leitura e a análise. O valor das arquiteturas dos anos 1960 está situado, muitas vezes, fora dos critérios da história tradicional da arte ou daqueles da análise do espaço. A natureza de alguns programas desafia a relação autor-obra herdada da história da arte e é indispensável recorrer à história social para descrever e entender o interesse de algumas realizações.

Assim as operações das 1.000 piscinas ou dos 1.000 clubes de jovens constituem exemplos particularmente significativos da intervenção do Estado Francês no arranjo do território com equipamentos coletivos populares. A operação das 1.000 piscinas, cujo impacto sobre o território e as práticas sociais foi muito importante, produziu um novo objeto, uma piscina com cobertura abre e fecha e industrializada, expressando a crença no futuro e a prática popular dos esportes aquáticos, mas, também, novas relações entre a arquitetura, indústria e a produção em série. A operação dos 1.000 clubes de jovens, nas suas várias versões, reúne encomenda do poder público, industrialização e autoconstrução. Estas especificidades dos programas levaram a uma integração das condições de produção desde a fase de concepção à produção de documentos gráficos adaptados. Marcadas por um valor de uso muito forte, estas arquiteturas modestas geraram, também, representações adaptadas onde a representação das práticas é muitas vezes valorizada. Elas não merecem ser classificadas como monumentos históricos do período?

Ao lado destas arquiteturas modestas, as arquiteturas do período incluem também monumentos que são identificados desde a sua construção,

comemorados pela imprensa e reconhecidos pelos especialistas. Em 1964, Jean Fayeton foi encarregado de apresentar a arquitetura moderna na França em um número da revista *Architecture d'Aujourd'hui*[14]. Após desenhar um retrato ingênuo, mas sem complacência da arquitetura francesa no período entre as duas guerras, ele destaca que os "programas de equipamento geral", mais do que a habitação social, podem revelar obras dignas de interesse:

> Existe, na França, toda uma arquitetura dedicada aos programas funcionais na qual os franceses colocaram a sua ciência das plantas bem equilibradas ao serviço de uma plástica bem sensata. Se estas obras não são aquelas que abrem novas vias, são bons exemplos da arquitetura contemporânea e dos contratantes, a ideia que a arquitetura moderna atingiu a sua maturidade. É necessário este fundo de certeza para permitir a outros uma pesquisa mais prospectiva[15] (FAYETON, 1964, p.41).

As ilustrações do artigo de Jean Fayeton incluíam, principalmente, novos programas da arquitetura de depois da Segunda Guerra Mundial: o CNIT no bairro La Défense (1958), a sede da Unesco (1958), a basílica subterrânea de Lourdes (1958), as arquiteturas industriais, terciárias, comerciais ou culturais, mas também os programas tradicionais que tomam dimensões inusitadas pelas quantidades tratadas. Novos tipos são induzidos por programas inéditos, como os conjuntos habitacionais para solteiros (Thionville, 1962, Jean Dubuisson, arquiteto). Novas arquiteturas do quotidiano são destacadas, como as Caldeiras coletivas de ZUP (caldeira central de Massy-Anthony, 1961, G. Leclaire, arquiteto), tipo de pequeno monumento técnico pontuando os conjuntos habitacionais de massa.

4. DESAPARECIMENTOS?

A obsolescência destas arquiteturas não provém da desatualização das práticas inicialmente previstas ou da suposta inadequação destas arquiteturas. Na habitação social, a questão da manutenção ou da falta de manutenção, as transformações sucessivas, alterações normativas ou arriscadas embaralharam as cartas. As ameaças de destruição atingem também

14. *L'Arquitetura d'Aujourd'hui*, *Un siècle d'arquitetura*, n° 113-114, abril-maio 1964
15. Jean Fayeton, *L'Arquitetura d'Aujourd'hui*, *Un siècle d'arquitetura*, n° 113-114, abril-maio 1964, p.40-53

exemplos reconhecidos pela história, e que se apresentavam justamente como alternativa à construção banal.

Um conjunto habitacional coletivo, a Cité de l'Etoile, em Bobigny, acumulou as situações paradoxais. Comemorada na sua inauguração, a Cité de l'Étoile é uma operação que segue uma consulta pública vencida pela equipe Candilis Josic Woods: o concurso Milhão, que visava conceber uma habitação econômica de dois quartos por um milhão de francos, em 1955. A solução concebida pela equipe de arquitetos apoia-se numa leitura crítica das soluções "normalizadas". Os arquitetos propuseram configurações de habitações das quais todos os críticos reconheciam o interesse. Bem acabados, os espaços externos incluem parques para as crianças.[16].

A operação é promovida pelo cliente, a Société d'HLM Emmaüs Habitat, que faz uma ampla propaganda e destaca o seu orgulho de contratante desta realização. Ela é comemorada pela crítica, os filmes, as revistas que destacam as suas qualidades plásticas. Ela é até "patrimonializada" em parte, pois a maquete da Cité de l'Etoile faz parte dos acervos do Museu Nacional de Arte Moderna, Centro Pompidou. Desde os anos 1980, as sucessivas transformações e alterações criaram uma diferença entre o valor histórico e o valor de uso do conjunto, a tal ponto que a beleza inicial da Cité de l'Étoile não é mais perceptível, principalmente pelos seus moradores. Certificada a título de Patrimônio do século XX, a Cité de l'Etoile foi envolvida num processo realizado pela Agência Nacional de Renovação Urbana e escapou por pouco de uma destruição quase total.[17] Mas a Cité de l'Etoile virou o emblema das situações de conflitos entre a administração patrimonial, o estado, o município, o gestor e os usuários, a tal ponto que a empresa proprietária financiou um filme chamado *Ghetto historique,* que critica a proteção a título de Monumentos Históricos decidida pelo Ministério da Cultura.

No centro destas situações de conflito existe uma dissociação entre as diversas representações construídas pelos envolvidos sobre esta arquitetura.

16. A operação, no seu conjunto, e principalmente este brinquedos para crianças são o objeto de uma reportagem fotográfica bem completa de Véra Cardot e Pierre Joly, no início do ano de 1960.
17. Graças à proximidade com um lugar de memória, a estação ferroviária de Bobigny, que gera um perímetro de proteção, o Arquiteto dos "Bâtiments de France" (Edifícios Franceses) conseguiu emitir um laudo desfavorável à demolição.

Estas representações diferenciadas têm efeitos manifestos no futuro material da salvaguarda destas arquiteturas. Alguns artistas destacaram, recentemente, a importância destas representações oferecendo aos espectadores a possibilidade de deslocar os seus pontos de vista. É o caso de Mathieu Pernot que, ampliando os cartões postais destes conjuntos habitacionais oferece deles uma visão encarnada que ele justapõe com imagens de destruição; ou ainda de Cyprien Gaillard, que os representa sob a forma de gravuras pitorescas. Além disso, os moradores que algumas vezes resistem às destruições mostram um afeto a estas arquiteturas que as instituições, geralmente, não querem reconhecer. É sintomático que os raros casos de transformação que não estão baseadas numa renúncia das formas iniciais destas arquiteturas tenham como consequência mascarar por completo a sua beleza plástica inicial. Na operação da torre Bois le Prêtre, em Paris, de Frédéric Druot, Anne Lacaton e Jean-Philippe Vassal, uso e a manutenção dos moradores justificaram o modo de transformação – não se pode se esquecer totalmente que a imagem menos publicada é a do estado original do edifício, e que a realização fez desaparecer todos os vestígios da beleza plástica inicial da torre.

5. CONHECER: CONSIDERAÇÕES

Lutar contra as evidências ofuscantes significa que é preciso considerar estas arquiteturas como um legado material que devemos, sem dúvida, conhecer melhor, uma herança cultural que devemos entender melhor para relativizar a obsolescência destes edifícios. O inventário destas arquiteturas ainda deve ser feito assim como a restituição de um contexto determinado pelos valores da modernidade, da indústria e da economia. Precisamos revelar valores que não podem ser evidenciados pelos critérios de uma história tradicional da arte. Fora algumas obras monumentais ou singulares observadas na atualidade, já consagradas pela história, as formas principais da arquitetura dos anos do crescimento econômico europeu são as de uma produção de componentes inventivos, inovação tecnológica, novos materiais no contexto dinâmico de renovação das artes plásticas e das ciências humanas. Portanto, é depois de fazer um trabalho visando ao conhecimento destas arquiteturas que poderemos desenvolver estratégias pertinentes de transformação, restauração e modificações deste legado. Estas estratégias poderão, então, afastar os pontos de vista ideo-

lógicos que nos impedem de olhar com serenidade e, às vezes, entender a beleza plástica destas formas que devem ser agora abordadas sob o ângulo mais positivo da sua contribuição - a nossa cultura contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

AMOUROUX ; CRETTOL ; MONNET. *Guide d'arquitetura contemporaine en France*. Madrid: AA, Technic-union, 1972. p.379.

CHASTEL, André. *Arquitetura et Patrimoine, Inventaire Général*. Paris : Imprimerie Nationale, 1994.

FAYETON, Jean. *L'Arquitetura d'Aujourd'hui, Un siècle d'arquitetura*, n° 113-114, p.40-53, avril-mai 1964.

GRAF Franz ; DELEMONTEY Yvan (dir.). A*rquitetura industrialisée et préfabriquée: connaissance et sauvegarde*. Lausanne: Presses Polytechniques et universitaires romandes, 2012.

KLEIN Richard. *La cité de l'Etoile à Bobigny, Candilis, Josic & Woods*, Créaphis, Paris, 2014.

KLEIN Richard ; MONNIER Gérard (dir.). *Les années ZUP, arquiteturas de la croissance 1960-73*. Paris : Picard, 2002.

KLEIN Richard; TOULIER Bernard (dir.) *L'arquitetura do século XX. Revue de l'Art, Paris*, n.186, avril 2014.

MONNIER, Gérard. *L'arquitetura do século XX, un patrimoine*. Paris: Scéren, 2004.

NORA, Pierre (dir.). *Science et conscience du patrimoine*, éditions du patrimoine. Paris: Fayard, 1997.

TOULIER, Bernard. *Arquitetura et patrimoine du XXe siècle en France*, éditions du patrimoine. Paris, 1999.

TOULIER, Bernard (dir.). Mille Monuments du XXe siècle en France. *Indicateur du Patrimoine, Paris*, n.9, Paris, 1997. (Editions du patrimoine)

SCHEIN, Lionel. *Paris Construit, Guide de l'arquitetura contemporaine*. Paris: Vincent, Fréal & Cie, 1970.

Endereços eletrônicos

Castro Denissof Associés. Disponível em : <http://www.castrodenissof.com>. Acesso em : 12 mai 2011.

Recebido
23/02/2016

Aprovado
16/06/2016

L'HÉRITAGE DE L'ARCHITECTURE DU XXE SIÈCLE PROTECTION ADMINISTRATIVE VS SAUVEGARDE EFFECTIVE.

RICHARD KLEIN, ÉCOLE NATIONALE SUPÉRIEURE D'ARCHITECTURE ET DE PAYSAGE, LILLE, FRANCE.
Professeur à l'école nationale supérieure d'architecture et de paysage de Lille (France). Directeur du Lacth.

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p14-30

L'HÉRITAGE DE L'ARCHITECTURE DU XXE SIÈCLE PROTECTION ADMINISTRATIVE VS SAUVEGARDE EFFECTIVE.

RICHARD KLEIN

RÉSUMÉ

L'article évoque en un premier temps les instruments français de la protection du patrimoine architectural et urbain et leur évolution puis, les questions soulevées par l'héritage architectural du XXe siècle. Objet de nombreuses dénaturations et destructions, le devenir de cet héritage interroge les valeurs traditionnelles qui habituellement justifient la reconnaissance patrimoniale. Les connaissances matérielles et culturelles de l'architecture du XXe siècle sont présentées comme des conditions indispensables à sa sauvegarde effective face à une protection administrative fréquemment inefficace.

MOTS-CLÉ

Patrimoine architectural. Architecture moderne. Aménagement urbain.

THE LEGACY OF THE 20TH CENTURY ARCHITECTURE: ADMINISTRATIVE PROTECTION *VERSUS* EFFECTIVE SAFEGUARD.

RICHARD KLEIN

ABSTRACT

This article covers the French instruments for protecting the architectural and urban heritage, as well as its evolution. It will also cover the issues raised by the twentieth century architectural legacy. Subject to denaturing and destruction, the future of this legacy questions traditional values that usually serve as rationale for the recognition as a heritage site. The material and cultural knowledge about twentieth century architecture are presented as essential conditions to effectively safeguard it opposed to a usually ineffective administrative protection.

KEYWORDS

Architectural heritage. Modern architecture. Urban territory planning.

Héritage de la révolution française et d'une vision centralisée du territoire national, le système administratif français de protection du patrimoine n'a cessé d'évoluer et de se transformer depuis ses origines. Pour les édifices, la protection administrative comprend deux niveaux : le classement et l'inscription au titre des monuments historiques. Le classement au titre des monuments historiques repose initialement sur l'intérêt public de la conservation des édifices selon les points de vue historique ou artistiques. La phrase qui débute l'énoncé de la loi du 31décembre 1913 est explicite : « les immeubles dont la conservation présente, au point de vue de l'histoire ou de l'art, un intérêt public, sont classés comme monuments historiques ». L'inscription est initialement pensée comme l'antichambre du classement : « les immeubles qui, sans justifier une demande de classement immédiat, présente un intérêt d'histoire ou d'art suffisant pour en rendre désirable la préservation, pourront à toute époque être inscrits sur un inventaire supplémentaire » comme le précise en 1927, l'article II de la loi de 1913. L'inscription est considérée le plus souvent comme un niveau inférieur de protection administrative signifié par la restriction fréquemment utilisée dans les documents officiels qui limite la protection aux « façade et toiture » et dont on peut imaginer, rien que par cette formulation, comment elle peut générer des difficultés en matière de gestion du patrimoine. La loi de 1913 sur les monuments historiques s'est adaptée peu à peu à l'élargissement de la notion de patrimoine et les protections ad-

ministratives ont intégré des édifices représentatifs de l'intérêt public plus que de la représentation nationale qui avaient constitué les premiers choix mais également peu à peu les architectures, traditionnellement exclues de la culture savante comme les architectures conçues dans des périodes de plus en plus contemporaines, les architectures vernaculaires ou industrielles.

Les conséquences pour la gestion urbaine de cette protection au titre des monuments historiques sont liées à la mise en place d'un périmètre de protection, un périmètre de 500 m, dans lequel les permis de construire sont soumis à des autorisations préalables des services de l'Etat.

Dès la création du Ministère de la Culture en 1959, les dimensions urbaines puis paysagères du patrimoine complètent progressivement la base du dispositif imaginé pour les édifices. En 1962 les secteurs sauvegardés sont créés. Les secteurs sauvegardés sont des morceaux de ville qui présentent « un caractère historique, esthétique ou de nature à justifier la conservation, la restauration et la mise en valeur ». Cette mesure vise essentiellement les centres anciens[1] [2].

A partir de 1964, l'Inventaire Général devient l'instrument de connaissance du patrimoine national. Les campagnes d'inventaire menées dans des logiques territoriales et dont l'ambition était de recenser tous les composants, « de la petite cuillère à la cathédrale », sont complétées progressivement par des campagnes d'inventaires thématiques portant sur l'architecture industrielle, l'architecture balnéaire, l'architecture rurale ou les architectures du spectacle par exemple. En 1983, la protection des ensembles urbains atteint une nouvelle dimension avec la création des Zones de Protection du Patrimoine Architectural et Urbain et devenues en 1993 les Zones de Protection du Patrimoine Architecturale Urbain et Paysager (les ZPPAUP). Ces secteurs deviennent en 2010 les Aires de Valorisation de l'Architecture et du Patrimoine (AVAP). Il faut souligner à quel point la logique des ZPPAUP représente un progrès considérable dans la prise en compte des dimensions urbaines er paysagères de la protection du

1. Seul un secteur sauvegardé en France concerne des architectures des XIX[e] et XX[e] siècles. Il est situé dans la ville balnéaire de Mers les Bains.
2. L'abbé Pierre, fondateur d'Emmaüs, est l'auteur de l'appel radiophonique lancé le 1er février 1954 à la suite de la mort d'un enfant.

patrimoine. Le principe des ZPPAUP est de substituer le périmètre administratif de 500 m par un périmètre raisonné reposant sur une étude historique et morphologique des abords des édifices protégés. Dans le périmètre de 500 mètres, la conformité de l'avis des représentants de l'Etat sur les permis de construire est liée à la co-visibilité de la nouvelle construction et de l'édifice classé. Dans la ZPPAUP les avis de l'administration se reposent sur un règlement issu de l'étude préalable et logiquement conçu en accord avec l'ensemble des partenaires concernés.

La création du label « patrimoine du XX^{e} siècle » au tournant du XXI^{e} siècle[3] symbolise à la fois les efforts mais également les difficultés de la prise en compte et de la sauvegarde de l'architecture du XX^{e} siècle en dépit de l'existence de tous ces dispositifs administratifs de protection. Ce label XX^{e} siècle n'a aucune incidence juridique. Il a été le moyen imaginé par le ministère de la culture pour désigner des édifices dont l'intérêt est reconnu mais dont la protection au titres des monuments historiques semble difficile ou encore sous le coup de nombreuses interrogations. Cette dernière « invention » du Ministère de la Culture provoque des effets variables selon les cas et les régions. Bon nombre d'édifices ou d'ensembles urbains labélisés n'ont pas échappé à des dénaturations ou des destructions. Les bonnes intentions de ce label n'ont pas compensé son absence d'effet juridique. Dans les meilleurs cas les édifices labélisés ont progressivement regagné la liste des édifices inscrits au titre des monuments historiques. Mais, depuis son instauration, c'est surtout la longue liste des édifices du XX^{e} siècle détruits qui défraient la chronique patrimoniale.

Considérées il y a peu avec mépris et condescendance, les architectures du XX^{e} siècle et surtout celles édifiées après la seconde guerre mondiale souffrent d'un manque de reconnaissance. Conditionnées par la nouveauté des programmes, les formes de ces architectures sont pourtant celles d'une production de composants inventifs, d'innovations technologiques et de matériaux nouveaux dans le contexte dynamique de renouvellement des arts plastiques et des sciences humaines. Elles héritent en France de quarante années de dénigrement systématique dont on peut dé-

3. Le label « patrimoine du XXe siècle » a été instauré en 1999. Il n'a aucune incidence juridique.

celer les fondements idéologiques dans les débats de l'entre-deux guerres. Dès la reconstruction nationale après la première guerre mondiale, les avant-gardes architecturales françaises ont souffert de critiques virulentes qui ont laissé des traces profondes dans la culture édilitaire ou populaire. Depuis que la modernité a été assimilée à la révolution soviétique ou encore au rationalisme germanique, les ennemis de la veille, elle a bien des difficultés à passer pour une expression nationale. L'architecture du XX^{e} siècle doit faire face à un autre phénomène lié à la crise énergétique et à la domination en France des solutions d'isolations par l'extérieur. En 2015, la carte de vœux de la Société pour la Protection et l'Esthétique de la France traite de ce sujet, en montrant le ridicule de l'emballage thermique d'une modeste église de village défigurée.

L'HÉRITAGE DU XX^{E} SIÈCLE.

Il existe un contraste frappant – à quelques décennies de distance - entre l'appréciation initiale des architectures des années 1960 et la manière dont elles sont considérées dans notre période contemporaine. En 1972, dans le dernier guide d'architecture contemporaine en France sorti avant le choc pétrolier et la crise économique de 1973, (les commentaires de l'ensemble de logements de Villeneuve-la-Garenne (Jean Dubuisson architecte, 1965) sont très élogieux et même un peu lyriques. Nous sommes sept années après son achèvement:

> Génie inventif d'un plan masse qui a su faire alterner les vastes agoras indispensables à la pratique communautaire d'une démocratie de l'échange et du dialogue ; les coulées de verdure où les ménagères aiment se retrouver pour bavarder, tranquillement assises sur leurs barils de Bonux ; les espaces de jeux si utiles pour le développement intellectuels et affectifs des enfants ; les réseaux de promenade où les travailleurs trouvent encore le temps de flâner. Architecture à l'échelle humaine qui s'est hardiment libérée des contraintes techniques, sociales, politiques et financières pour donner libre cours à ses pulsions, à ses phantasmes, à ses délires[4] (AMOUROUX, CRETTOL, MONNET, 1972, p.379).

4. D. Amouroux, M. Crettol, J.P. Monnet, (couverture de Jean Dewasne) *Guide d'arquitetura contemporaine en France*, Madrid, AA, Technic-union, 1972, p.379.

L'ensemble conçu par Jean Dubuisson à Villeneuve-la-Garenne est justement devenu l'emblème en France d'un certain genre de restructuration des logements collectifs des années soixante. Nous pourrions renvoyer termes à termes les commentaires élogieux tenus en 1972 par les auteurs du guide aux commentaires des auteurs du projet de sa restructuration contemporaine qui affirment :

> Il faut introduire de la complexité urbaine, des jardins, des rues, des squares et des passages. Le remodelage : Notre objectif est de travailler en deuxième couche sur une base hyper rationaliste que l'on perçoit comme trop lisse, trop répétitive et pauvre. Agir dans deux champs, celui de la perception et de l'usage :
>
> La perception :
>
> - Séquencer, délimiter, retrouver des mesures.
>
> - Matérialiser, repérer : les soubassements des bâtiments sont actuellement écrasés, il faut les épaissir pour affirmer leur statut. Il faut dessiner plus visiblement les entrées. Les bow-windows adoucissent et rythment ces longues barres. Comme on a donné un bas aux bâtiments (soubassements), on dévoile un haut avec un couronnement.
>
> La résidentialisation : Outre la modénature ; socle, corps, ciel, nous redonnons une échelle résidentielle à cet ensemble. Les grandes barres sont subdivisées en entités identifiables à l'intérieur des quartiers.
>
> Les logements : Même bien agencés, les logements existants sont "hyper fonctionnels". Leurs typologies sont peu variées et souffrent de l'effet d'empilement[5] (CASTRO, DENISSOF, 2011).

Le second commentaire s'appuie très clairement sur une critique implicite des valeurs avancées par le premier.

> Le génie inventif d'un plan masse devient une base hyper rationaliste, les vastes agoras, pratique communautaire, démocratie de l'échange, dialogue doivent être traitées par La résidentialisation, une échelle résidentielle. Les grandes barres sont subdivisées en entités identifiables.

5. Ces lignes sont extraites du texte présentant le projet de restructuration de l'ensemble de la Caravelle sur le site des architectes Roland Castro et Sophie Denissof, http://www.castrodenissof.com consulté le 12 mai 2011.

> Les coulées de verdure, espaces de jeux, les réseaux de promenade en 1972 laissent place à une architecture trop lisse, trop répétitive et pauvre dans laquelle il faut introduire de la complexité urbaine, des jardins, des rues, des squares et des passages et il faut séquencer, délimiter, l'échelle humaine initiale.

Ce sont les valeurs supposées de la ville ancienne qui sont la référence du regard critique porté sur un ensemble des années 1960. Le plan de masses de la restructuration proposée est donc à l'image des restructurations des ensembles de logements collectifs qui, depuis une trentaine d'années, caractérisent ces opérations en France et il repose essentiellement sur des appréciations négatives de l'existant qui aboutissent à des destructions matérielles.

Les ensembles de logements collectifs ne sont pas les seules architectures à endosser ce contraste du jugement entre la considération initiale et dévalorisation contemporaine. Le cas des maisons de la culture, programme phare du Ministère de la Culture à partir de 1960, est significatif de la manière dont la célébration passée a laissé la place au reniement contemporain qui s'est traduit par les transformations radicales des plus beaux exemples architecturaux de ce programme. Alors qu'en 1966, *(…) les Amiénois s'enorgueillissent de posséder désormais la plus belle Maison de la Culture Française et toute la Picardie se passionne pour cette réalisation dont la renommée a déjà attiré des cars entiers de visiteurs*[6], en 1999, on la trouve *rébarbative à l'extérieur*[7].

Ces commentaires et ce contraste relèvent plus de l'idéologie que le l'analyse critique ou de l'analyse de la valeur. Idéologie de la ville ancienne et historique qui s'oppose à la ville moderne. Idéologie plus politique à l'occasion de la transformation de la maison de la culture d'Amiens qui, après un changement de municipalité passe d'un équipement emblème d'une ville dirigée par un maire communiste à un équipement recouvert

6. La Maison de la Culture d'Amiens commentée dans la revue *L'arquitetura Française*, n. 283-284, avril 1966. p.79

7. La Maison de la Culture d'Amiens commentée dans « Amiens au fil du regard », Bayeux, éditions Martelle, 1999. Les Architectes de la maison de la culture d'Amiens (1965) sont Pierre Sonrel, Jean Duthilleul et Marcel Gogois. L'édifice a été transformé en 1993 par les architectes Gilles Duez, Roland Gaignart, et Igor Hilbert.

d'une « écharpe bleue » pour reprendre les termes des architectes ayant dirigé les transformations. Rem Koolhaas, un architecte qui ne passe pas pour être un nostalgique ni un défenseur des causes patrimoniales, tenait des propos assez édifiants face à cette situation lors d'une des dernières biennales d'architecture à Venise (2010) à propos de la démolition du Palais de la République à Berlin[8] : *Mauvais goût ou idéologie ? L'intolérance de notre génération est ahurissante. Si les critères qui ont été à l'origine de l'élimination du Palais de la République de Berlin étaient appliqués à l'architecture ancienne, par exemple à l'architecture romane, il n'en resterait plus de trace historique*[9]. Il établissait à cette occasion un bilan assez triste de la destruction récente d'édifices construits dans les années 1960 et dont la liste comprenait quelques exemples remarqués en leur temps par la critique puis par l'histoire contemporaine de l'architecture.

Ces textes et ces images doivent bien sur nous faire réfléchir à la manière dont nous considérons (ou déconsidérons) l'héritage des architectures des années soixante. Nous ne sommes manifestement plus capable de les regarder comme le faisaient les photographes de la revue *L'œil* en 1964 qui en donnaient une vison positive et esthétisante afin d'illustrer des propos qui étaient d'ailleurs quelquefois critiques. Ni même d'apprécier les exploits techniques vantés par les entreprises qui ont édifié à ce moment les constructions les plus spectaculaires. Nous ne retenons et les institutions patrimoniales ne retiennent plus volontiers que les architectures qui ont un caractère exceptionnel, et qui sont plus conformes à la valeur d'art qui peut être avancée pour justifier une considération positive.

Héritage?

Dans l'ouvrage *Les années ZUP, architecture de la croissance*[10], publié au cours de l'année 2002, nous signalions avec Gérard Monnier, la condescendance et le mépris des commentaires sur les architectures de la période comprise entre 1930 et 1980. Nous insistions sur la nécessité de l'étude systématique de ces

8. Heinz Graffunder architecte (Karl-Ernst Swora, Wolf R. Eisentraut, Günter Kunert, Manfred Prasser et Heinz Aust collaborateurs).
9. Rem Koolhaas, biennale de Venise, 2010.
10. Richard Klein & Gérard Monnier (dir.) *Les années ZUP, arquiteturas de la croissance 1960-73*, Picard, Paris, 2002.

architectures de ces années qui restent en effet à connaître dans leur réalité précise. Il s'agissait pour nous en mettant en avant quelques exemples de faire face à leur « invisibilité ». Pour une série de d'architectures qui comprennent les ensembles de logements collectifs comme les programmes d'équipements publics à peine plus âgés d'une quarantaine d'années nous sommes soumis à une absence de trace matérielle et nous devons nous contenter de sources documentaires. Ces édifices ont disparus ou sont méconnaissables. L'architecture du petit commerce, par exemple, s'est évanouie et les villes ont perdu tous les signes de cette modernité quotidienne qui envahissait l'espace urbain. D'autres programmes ont été soumis à un niveau intensif de renouvellement formel ou fonctionnel : l'architecture commerciale, celle des loisirs et du tourisme, des infrastructures de transport, des services administratifs, des lieux de la production industrielle ou des espaces du travail tertiaire.

Le premier motel français, perdu dans une station balnéaire et transformé à peine dix années après son achèvement, est devenu invisible. Il est complètement inconnu et seul le fait qu'il soit immortalisé par le premier film de Louis Malle (*Ascenseur pour l'échafaud*, 1957) dont il constituait le décor peut encore attirer l'attention sur ses beaux restes matériels. Louis Malle qui voulait donner une apparence plus moderne que la réalité de l'environnement français de la fin des années cinquante avait perçu toute la modernité de ce nouveau programme importé des Etats-Unis[11].

Un autre facteur d'invisibilité patrimoniale est lié aux doutes qui ont frappé des acteurs de la période. Guy Lagneau, pour la restructuration du Musée du Havre, André Wogenscky pour la restructuration de la Maison de la culture de Grenoble n'ont pas été les meilleurs défenseurs de leurs œuvres. Il était déjà assez exceptionnel que la maîtrise d'ouvrage leur demande leur avis en qualité de concepteur initial de l'édifice. Jean Dubuisson, comme d'autres, avouaient être accablé d'un sentiment de culpabilité et laissa défigurer la résidence du Parc à Croix (Nord), grand prix d'urbanisme en son temps. Ces architectes, comme d'autres, ont souffert du contexte de dénigrement médiatique, populaire, quelquefois cautionné par le discours savant qui, depuis trente ans fustigent, dans le même amalgame le béton armé, les grands

11. A ce sujet, Richard Klein, « Nouveaux programmes de l'arquitetura balnéaire, Le Touquet, du paradis des sports à la station des quatre saisons », *Revue de l'Art*, n.165, 2009-3 (septembre 2009). p. 49-55.

ensembles ou l'austérité des formes de l'architecture de la seconde moitié du XX^{e} siècle. Depuis plus de quarante ans, en France, il n'est pas une émission de télévision, un journal télévisé où l'on fustige le béton, les grands ensembles et globalement l'architecture des « trente glorieuses » (les années de la croissance économique). Les récentes polémiques à propos de la célébration du 50^{e} anniversaire de la mort de Le Corbusier ont montré comment les raccourcis historiques sont allé directement au but et ont laisser entendre que l'architecture du grand nombre prend sa source dans les idéologie répressives. Par ailleurs, les transformations et l'entretien au quotidien de ces architectures récentes sont le plus souvent livrés en France au réalisme du marché[12]. Considérées d'un point de vue utilitaire ces architectures sont traitées sans grande attention au gré des remises en conformité normatives ou de l'évolution des usages.

MODESTIE DE L'ARCHITECTURE, INTELLIGENCE DU COMPOSANT

Iionel Schein voyait dans l'Institut de l'Environnement (1968-1969, Robert Joly architecte) un exemple d'architecture mécaniste composé à partir d'un « arsenal architectural » trop peu employé en France[13]. Dans cet édifice disparu il y a une quinzaine d'années, l'administration avait proposé à l'architecte l'utilisation de panneaux de façade conçus par Jean Prouvé et la Compagnie Industrielle de Matériel de Transport. Le programme accordait une grande importance à la flexibilité d'usage, aux possibilités de transformation de l'aménagement intérieur, et aux objectifs de coût et de délai de chantier. Les 3 000 m^{2} de surface de plancher sont livrés en quelques mois. L'architecte avait joué de l'opposition visuelle entre la structure dématérialisée et la clôture homogène répétitive : une boîte élégante et raffinée décollée du sol, l'enveloppe des panneaux de façade en tôle laquée complétée par les finitions d'angle arrondies des couvre-joints galbés. Dans le catalogue des établissements CIMT/Jean Prouvé paru quelques années avant que l'Institut ne soit érigé, Jean Prouvé précisait que les panneaux se suffisaient à eux mêmes et que la « garniture d'une façade » consistait à juxtaposer et superposer des panneaux de même type. Il est

12. Le traitement acoustique des piscines Tournesol (1969-1972, Bernard Schoeller architecte) ou le remplacement des coques de leur couverture est un marché tenu par quelques entreprises spécialisées qui échappent complètement à toute logique architecturale et à la vigilance des concepteurs d'origine.
13. Ionel Schein, *Paris Construit, Guide de l'arquitetura contemporaine*, éditions Vincent, Fréal & Cie, Paris, 1970

vrai que l'édifice devait ses qualités à cette modeste architecture qui s'effaçait derrière l'intelligence du composant. Le débat survenu au moment des tentatives de sauvegarde de l'Institut de l'Environnement a clairement montré que l'intelligence du composant ne pesait que très peu dans la décision de l'administration. Habituée à la mise en valeur de l'acte créateur aidé en cela par une tradition de l'histoire de l'art que qui avance la paternité de l'œuvre comme la source de sa valeur, l'Institut de l'Environnement, composé de panneaux produits par l'industrie avait peu de chance de trouver des défenseurs.

VALEURS SOCIALES, VALEURS SPATIALES, INVISIBILITÉ DE L'ARCHITECTURE

À côté de l'effacement rapide, des effets du sentiment de culpabilité des acteurs ou de la beauté cachée du composant, la spécificité de certains programmes brouille la lecture et l'analyse. La valeur des architectures des années 1960 se situe fréquemment en dehors des critères de l'histoire traditionnelle de l'art ou de ceux de l'analyse de l'espace. La nature de certains programmes remet en cause la relation auteur-œuvre héritée de l'histoire de l'art et le recours à l'histoire sociale est indispensable pour décrire et comprendre l'intérêt de certaines réalisations.

Ainsi les opérations des mille piscines ou des mille clubs de jeunes constituent des exemples particulièrement significatifs de l'intervention de l'État français dans l'aménagement du territoire par des équipements collectifs populaires. L'opération des 1000 piscines, dont l'impact sur le territoire et les pratiques sociales a été très important, a produit un nouvel objet, une piscine décapotable et industrialisée, exprimant la croyance en l'avenir et la pratique populaire des sports nautiques mais aussi de nouvelles relations entre l'architecture, l'industrie, la production en série. L'opération des 1000 clubs de jeunes, dans ses différentes versions, réunit la commande publique, industrialisation et l'auto-construction. Ces spécificités des programmes ont donné lieu à une intégration des conditions de production dès la phase de conception et à la production de documents graphiques adaptés. Marquées par une très forte valeur d'usage, ces architectures modestes ont également généré des représentations adaptées ou l'incarnation des pratiques est fréquemment mise en valeur. Ne méritent-elles pas d'être qualifiées de monuments historiques de la période ?

> A côté de ses architectures modestes, les architectures de la période comprennent également des monuments qui sont identifiés dès leur achèvement, célébrés par la presse et reconnus par les spécialistes. En 1964, Jean Fayeton est chargé de présenter l'architecture moderne en France dans un numéro de l'Architecture d'Aujourd'hui[14]. Après avoir dressé un portrait naïf mais sans complaisance de l'architecture française entre les deux guerres, il souligne que les « programmes d'équipement général », plus que le logement social sont à même de révéler les œuvres dignes d'intérêt : Il existe en France toute une architecture vouée aux programmes fonctionnels dans laquelle les français ont mis leur science des plans bien équilibrés au service d'une plastique très sage. Si ces ouvrages ne sont pas de ceux qui ouvrent des voies nouvelles, ce sont des bons témoignages de l'architecture contemporaine et des maîtres d'ouvrages, l'idée que l'architecture moderne a atteint sa maturité. Il faut ce fond de certitude pour permettre à d'autres une recherche plus prospective[15] (FAYETON, 1964, p.41).

Les illustrations de l'article de Jean Fayeton comprennent principalement des nouveaux programmes de l'architecture d'après la seconde guerre mondiale : le CNIT à la défense (1958) le siège de l'UNESCO (1958), la basilique souterraine de Lourdes (1958), les architectures industrielles, tertiaires, commerciales ou culturelles mais également des programmes traditionnels qui prennent des dimensions inhabituelles en raison des quantités traitées. De nouveaux types sont induits par des programmes inédits comme les ensembles de logements pour célibataires. (Thionville, 1962, Jean Dubuisson architecte) De nouvelles architectures du quotidien sont mis en exergue, comme les Chaufferies collectives de ZUP (chaufferie centrale de Massy-Anthony, 1961, G. Leclaire architecte), sorte de petits monuments techniques ponctuant les ensembles de logements de masse.

DISPARITIONS ?

L'obsolescence de ces architectures ne provient pas que de la désuétude des pratiques initialement prévues ou de la supposée inadaptation de ces

14. *L'Arquitetura d'Aujourd'hui*, *Un siècle d'arquitetura*, n° 113-114, avril-mai 1964
15. Jean Fayeton, *L'Arquitetura d'Aujourd'hui*, *Un siècle d'arquitetura*, n° 113-114, avril-mai 1964, p.40-53

architectures. Dans le logement social, la question de l'entretien ou de l'absence d'entretien, les transformations successives, les modifications normatives ou hasardeuses ont brouillé les cartes. Les menaces de destructions touchent également des exemples reconnus par l'histoire, et qui, justement se présentaient alors comme alternative à la construction banale.

Un ensemble de logements collectifs, la cité de l'Etoile à Bobigny a accumulé les situations paradoxales. Célébrée à son inauguration, la cité de l'étoile est une opération qui fait suite à une consultation remportée par l'équipe Candilis Josic Woods : le concours Million qui visait à concevoir un logement économique de trois pièces pour un millions de francs en 1955. La solution avancée par l'équipe d'architectes repose sur une lecture critique des solutions « standard ». Les architectes ont proposé des configurations de logements dont tous les critiques reconnaissent l'intérêt. Particulièrement aboutis, les espaces extérieurs comprennent des jeux pour enfants[16].

L'opération est portée par le commanditaire, la Société d'HLM Emmaüs Habitat, qui en fait une large publicité et affiche avec fierté la Maîtrise d'ouvrage de cette réalisation. Elle est célébrée par la critique, les films, les revues qui mettent en avant ses qualités plastiques. Elle est même en partie « patrimonialisée » puisque la maquette de la Cité de l'Etoile fait partie des collections du Musée national d'Art Moderne, Centre Pompidou. Depuis les années 1980, les transformations successives, les modifications ont créé un décalage entre la valeur historique et la valeur d'usage de l'ensemble, au point que la beauté initiale de la cité de l'Etoile n'est plus perceptible même et surtout par ses habitants. Labellisée au titre du Patrimoine du XX^{e} siècle, la cité de l'Etoile a été impliquée dans une procédure menée par Agence Nationale de Rénovation Urbaine et a échappée de justesse à une destruction quasi totale[17]. Mais, la cité de l'Etoile est devenue l'emblème des situations de conflits entre l'administration patrimoniale, l'Etat, la municipalité, le gestionnaire et les usagers au point que la société propriétaire a financé un clip intitulé *Ghetto historique* qui fustige la protection au titre des Monuments Historiques décidée par Ministre de la Culture.

16. L'opération dans son ensemble et particulièrement ces jeux pour enfants sont le sujet d'un reportage photographique particulièrement complet de Véra Cardot et Pierre Joly au début de l'année 1960
17. Grâce à la proximité d'un lieu de mémoire, la gare de Bobigny, qui engendre un périmètre de protection, l'Architecte des Bâtiments de France a pu émettre un avis défavorable à la démolition

Au cœur de ces situations conflictuelles il existe un décalage entre les différentes représentations que les acteurs construisent à propos de cette architecture. Ces représentations différenciées ont des effets manifestes sur le devenir matériel et la sauvegarde de ces architectures. Quelques artistes ont souligné récemment l'importance de ces représentations en offrant aux spectateurs la possibilité de déplacer leurs points de vue. Mathieu Pernot qui, en agrandissant les cartes postales de ces ensembles de logements en donne une vision incarnée qu'il juxtapose avec des images de démolition ou encore Cyprien Gaillard qui les représente sous la forme de gravures pittoresques. En outre, les habitants qui quelquefois résistent aux destructions montrent un attachement à ces architectures que les institutions ne veulent pas en général leur reconnaître. Il est symptomatique que les rares cas de transformation qui ne reposent pas sur un reniement des formes initiales de ces architectures ont pour conséquence de masquer complètement leur beauté plastique initiale. Dans l'opération de la tour Bois le Prêtre à Paris de Frédéric Druot, Anne Lacaton et Jean-Philippe Vassal, si l'usage et le maintien des habitants ont justifié le mode de transformation, on ne peut tout à fait oublier que l'image la moins publiée est celle de l'état originel de l'édifice et que la réalisation a fait disparaître toutes les traces de la beauté plastique initiale de la tour.

CONNAÎTRE

Lutter contre les évidences aveuglantes signifie qu'il faut considérer ces architectures comme un héritage matériel que nous devons sans doute mieux connaître, un héritage culturel que nous devons mieux comprendre afin de relativiser l'obsolescence de ces édifices. L'inventaire de ces architectures reste à faire tout comme la restitution d'un contexte déterminé par les valeurs de la modernité, de l'industrie et de l'économie, il nous faut révéler des valeurs qui ne peuvent être mise en évidence par les critères d'une histoire traditionnelle de l'art. En dehors de quelques œuvres monumentales ou singulières, repérée dans l'actualité et déjà consacrée par l'histoire, les formes principales de l'architecture des années de la croissance économique européenne sont celles d'une production de composants inventifs, d'innovation technologique, de matériaux nouveaux dans le contexte dynamique de renouvellement des arts plastiques et des sciences humaines. C'est donc après avoir fait un travail visant la connaissance de ces architectures que nous pourrons développer des

stratégies pertinentes de transformation, restauration, modifications de cet héritage. Ces stratégies pourront alors écarter les points de vue idéologiques qui nous empêchent de regarder sereinement et quelquefois de comprendre la beauté plastique de ces formes qui doivent être maintenant envisagées sous l'angle plus positif de leur contribution à notre culture contemporaine.

BIBLIOGRAPHIE

AMOUROUX ; CRETTOL ; MONNET. *Guide d'arquitetura contemporaine en France*. Madrid: AA, Technic-union, 1972. p.379.

CHASTEL, André. *Arquitetura et Patrimoine, Inventaire Général*. Paris : Imprimerie Nationale, 1994.

FAYETON, Jean. *L'Arquitetura d'Aujourd'hui, Un siècle d'arquitetura*, n° 113-114, p.40-53, avril-mai 1964.

GRAF Franz ; DELEMONTEY Yvan (dir.). A*rquitetura industrialisée et préfabriquée: connaissance et sauvegarde*. Lausanne: Presses Polytechniques et universitaires romandes, 2012.

KLEIN Richard. *La cité de l'Etoile à Bobigny, Candilis, Josic & Woods*, Créaphis, Paris, 2014.

KLEIN Richard; MONNIER Gérard (dir.). *Les années ZUP, arquiteturas de la croissance 1960-73*. Paris : Picard, 2002.

KLEIN Richard; TOULIER Bernard (dir.) *L'arquitetura do século XX. Revue de l'Art, Paris*, n.186, avril 2014.

MONNIER, Gérard. *L'arquitetura do século XX, un patrimoine*. Paris: Scéren, 2004.

NORA, Pierre (dir.). *Science et conscience du patrimoine*, éditions du patrimoine. Paris: Fayard, 1997.

TOULIER, Bernard. *Arquitetura et patrimoine du XXe siècle en France*, éditions du patrimoine. Paris, 1999.

TOULIER, Bernard (dir.). Mille Monuments du XXe siècle en France. *Indicateur du Patrimoine, Paris*, n.9, Paris, 1997. (Editions du patrimoine)

SCHEIN, Lionel. *Paris Construit, Guide de l'arquitetura contemporaine*. Paris: Vincent, Fréal & Cie, 1970.

Sitographie

<http://www.castrodenissof.com> consulté le 12 mai 2011

Recebido

23/02/2016

Aprovado

16/06/2016

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS: CONHECER E COMPREENDER.

MARLY RODRIGUES, MEMÓRIAS ASSESSORIA E PROJETOS, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.
Doutora em História. Diretora de Memórias Assessoria e Projetos. E-mail: marly@mem.com.br

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p31-48

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS: CONHECER E COMPREENDER.

MARLY RODRIGUES

RESUMO

A partir de inventários realizados na década de 1970 pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) busca-se identificar algumas razões e a dinâmica que vêm impedindo a adoção de práticas sistemáticas de identificação de bens culturais e os efeitos disso na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio cultural. Bens culturais. Políticas públicas.

KNOWING AND UNDERSTANDING THE INVENTORY OF CULTURAL ASSETS.

MARLY RODRIGUES

ABSTRACT

Based on inventory listings conducted in the 1970s by the Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), the article aims to identify some of the reasons and dynamics which have created obstacles for using systematic practices to identify cultural assets, as well as the consequences of those obstacles for society.

KEYWORDS

Cultural heritage. Cultural assets. Public policy.

A concepção de patrimônio, expressa na Constituição de 1988, reafirmou-o como representação da cultura e suporte de memórias da sociedade. Tal definição acentuou a responsabilidade de o estado preservá-lo como vetor relacionado à constante recriação simbólica da vida, pessoal e social, à compreensão da dinâmica histórica do presente e à manutenção da boa qualidade do meio ambiente. Esse último aspecto abriria aos cidadãos a possibilidade de defesa do direito à memória, garantia que viria a se firmar como parte do direito à sadia qualidade de vida.[1]

Embora estes tenham sido importantes avanços no sentido de aproximar sociedade e órgãos de preservação do patrimônio, sua atuação no estado de São Paulo ainda é, em grande parte e por razões diversas, vista como insatisfatória. Se em um extremo há os que consideram que a preservação constitui impedimento à livre iniciativa, em outro, parte considerável da população não se sente representada no conjunto de bens tombados, uma

1. Esta possibilidade funda-se em vários estudos jurídicos, entre os quais os de José Afonso da Silva. O autor defende o conceito de *meio ambiente globalizante*, isto é, composto por três vertentes: natural, artificial e cultural. Na artificial, se inclui o espaço urbano construído. Na cultural, o patrimônio material e intangível. Correia (2001, p. 41) refere-se ao ambiente cultural como "um dos eixos em torno dos quais gravita e se desenvolve a vida humana, condicionando-lhe também a existência"; ele "agrega valores fundamentais da comunidade, retratando a sua memória, a sua identidade e a sua história, afigurando-se incontestável, pois, a sua decisiva contribuição para uma sadia qualidade de vida" (MARINO, 2015).

vez que o reconhecimento do valor cultural por meio do tombamento resulta de valores externos à sua experiência individual e coletiva. A distância entre as ações e os efeitos sociais da proteção era um tema antes bastante discutido entre os preservacionistas, mas parece ter perdido a atualidade, embora seus efeitos ainda sejam perceptíveis.

A dinâmica dos órgãos de preservação vem resistindo à inclusão em sua rotina de formas democráticas de participação da sociedade, como as audiências públicas, adotadas em vários setores do governo após a democratização do país. O canal desde sempre acessível a todos, indistintamente, é o da solicitação de abertura de estudo de tombamento, uma vez que os conselhos aos quais cabe decidir a respeito são compostos por representantes de instituições, como universidades, e de setores da administração pública. Canal legítimo e positivo, as solicitações de balcão acabam por orientar uma parte essencial das ações dos órgãos, a proteção, cujo instrumento jurídico se restringe ainda ao tombamento. As demais ações, preservação e valorização de bens, decorrem da proteção.

O predomínio da prática de abertura de estudos de tombamento caso a caso, a partir de pedidos da sociedade, estabelece uma quase total exclusividade que sustenta exclusões, uma vez que os pedidos são muitas vezes motivados por interesses particulares, tais como os de partilha de heranças, ou casuísticos, por exemplo, quando há ameaças de destruição, e, mais raramente, expressam preocupações com a preservação da memória.

Nos órgãos de preservação que atuam em São Paulo, os casos de abertura de estudos de tombamento a partir de trabalhos sistemáticos de identificação ainda não se constituíram em prática cotidiana, o que remete à possibilidade de ser este um fator da distância entre eles e a sociedade. Limitar a rotina às solicitações externas é reduzir a obrigação constitucional de o estado preservar a cultura, subordinando-a à imprevisibilidade dos pedidos e, em consequência, da atuação dos órgãos de preservação sem que estes possam se adiantar às iniciativas "destruidoras" públicas ou privadas. Tal limite tende também a empobrecer a representatividade social do conjunto de bens tombados, uma vez que exclui avaliações comparativas eficazes somente a partir da análise de um universo de bens semelhantes ao qual se aplicam critérios referenciados em conceitos e procedimentos consagrados

em âmbito nacional e internacional no campo da proteção a bens culturais e de disciplinas de conhecimento que possibilitem o entendimento amplo sobre a dinâmica da sociedade contemporânea, à qual cabe o usufruto dos bens que representam seus valores culturais.

O atual quadro da preservação em São Paulo espelha procedimentos atávicos, e parece desconhecer que a dinâmica da preservação alinha-se à da sociedade e exige constantes adequações conceituais e de procedimentos, de modo a atender a diversidade de suas finalidades. O desafio que se coloca é a compreensão das razões que levaram a esta situação. Muitas se prendem ao campo político, entendido na amplitude do termo; outras são escolhas metodológicas. Ambas aparecem no caso do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), cujas tentativas de renovar procedimentos técnicos serão aqui observadas a partir de ações de inventário realizadas na década de 1970, quando se processavam grandes transformações no país e no conceito e alcance social do patrimônio.

1. HISTORICIZANDO

Em 1837, a França tornou-se pioneira na formalização da prática de inventário. Entre 1917 e 1935, as primeiras propostas de proteção ao patrimônio brasileiro já incluíam o inventário como forma de reconhecer e selecionar os monumentos mais significativos a serem preservados. Desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1937, foram também incontáveis as referências à importância do inventário como procedimento metódico.[2] De há muito, portanto, o "conhecer" é apontado como condição do "proteger"; a necessidade de realização de inventários seria internacionalmente reforçada na década de 1970.[3] No Brasil, ela já o fora no relatório da missão da Unesco que, em 1966-1967, visitou o país, chefiada por Michel Parent. O especialista recomendou a inserção do patrimônio brasileiro

2. Entre os projetos apresentados à Câmara, destaco o de Augusto Lima, em 1924. Sobre as práticas mais recentes de inventário no Iphan, ver Motta et al. (1998).

3. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. 19a Conferência Geral da Unesco, Nairobi, 26.11.1976 (CURY, 2009).

no circuito turístico internacional, para o que seria necessário desenvolver ações de apoio, entre as quais um inventário dos bens artísticos e naturais (LEAL, 2008).[4]

Essa recomendação deu um sentido pragmático à realização de inventários, o que correspondia ao espírito então reinante no país; era preciso conhecer o acervo para oferecer mercadorias de consumo cultural que promovessem o aproveitamento econômico do patrimônio. Era de esperar que, a partir do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o inventário passasse a ser uma ação prioritária e anterior à proteção de bem culturais; mas isso não ocorreu, embora o turismo passasse a integrar os horizontes da preservação, como expressa a denominação do órgão estadual criado em São Paulo no ano de 1968, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat).[5]

A vinda das missões da Unesco ao Brasil coincide com um período de extensa e profunda transformação nas formas de vida e nos espaços urbanos, o que concorreu para a crescente pressão da sociedade no sentido da preservação de bens culturais e ambientais, uma vez que as condições econômicas, especialmente entre 1968-1972, propiciaram a acelerada expansão de obras públicas de porte e, também, de investimentos particulares no setor imobiliário, ambos resultando na mudança de espaços, especialmente nos bairros tradicionais e áreas ao redor das cidades de grande e médio portes. O inventário, então na pauta das discussões internacionais sobre patrimônio, tornou-se um tema constante também no país. A Declaração de Amsterdã, de 1975, o classificou como instrumento básico para o planejamento urbano e físico territorial, cujas informações deveriam ser amplamente difundidas, pois forneceriam dados essenciais para a conservação. No ano seguinte, o documento da 19ª Conferência Geral da Unesco, em Nairobi, abordou o inventário em relação à gestão do patrimônio.[6]

4. Leal, 2008. O Compromisso de Salvador, 1971, incluiu entre suas recomendações que o Iphan realizasse convênios com universidades para a realização de inventários sistemáticos.
5. O art. 128, da Constituição de 1967 do Estado de São Paulo, criou o Condephaat; a Lei n. 10.247, de 1968 dispôs sobre sua competência, organização e funcionamento; em 1969, o Decreto n. 149 dispõe sobre o tombamento de bens de valor histórico e artístico.
6. Ver Cury (2009), respectivamente p. 199 e 217.

No país inaugurou-se, então, uma curta temporada de realização de inventários sistemáticos. Curiosamente, eles não foram promovidos por órgãos de preservação, e entre suas motivações se incluía o aproveitamento econômico dos bens tombados com finalidades turísticas. Em 1973, na Bahia, a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, iniciou o pioneiro Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (Ipac-BA), cuja metodologia, segundo um de seus idealizadores, o arquiteto Paulo Ormindo de Azevedo, foi inspirada no modelo europeu. O mesmo ocorreria em Minas Gerais, através do Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro, e, na década seguinte, em Pernambuco e na cidade de São Paulo (AZEVEDO, 1987, p. 84).

2. NA METRÓPOLE PAULISTANA

Na década de 1970, a cidade de São Paulo passou por grandes mudanças espaciais, entre elas as decorrentes da implantação do metrô (1968-1974), e, também, administrativas, estas representadas pela criação da Região Metropolitana (1973), e por novas regras de zoneamento (Lei nº 7.805, de 1.11.1972) que incluíram a criação de áreas sujeitas a medidas específicas, entre as quais a Z8-200, referente a áreas históricas ou de valor cultural ou paisagístico cuja efetivação se deu apenas em 1975, pela Lei nº 8.328, de 2 de dezembro.

A definição das áreas a serem classificadas em razão da incidência de bens culturais exigiu a realização de inventários, entre eles o da área central da cidade, que se tornaria paradigmático. Promovido pela Coordenação Geral do Planejamento (Cogep), criada em 1972 e, posteriormente, transformada em Secretaria Municipal de Planejamento, esse inventário foi coordenado pelos arquitetos Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo, ambos profissionais com atuação na área de preservação de bens culturais. Inspirados na experiência francesa de inventários, realizada na década de 1960, escolheram organizá-lo a partir de "manchas", isto é, de áreas de concentração de edifícios representativos do processo de urbanização. Outro inventário, realizado em 1975 pela Cogep em colaboração com a recém-instalada Divisão de Preservação do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), da

Secretaria Municipal de Cultura, abrangeu uma área de impacto do metrô na Zona Leste e, também, se tornaria uma referência.[7]

Em ambos os casos, o conceito explicitado como referência para a elaboração do inventário foi o de "patrimônio ambiental urbano", cujo desenvolvido se deu no âmbito da Empresa Metropolitana da Grande São Paulo S. A. (Emplasa), cuja criação foi formalizada em 1975, com a instalação da Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos (SNM). Cabiam a Emplasa ações relativas à Área Metropolitana de São Paulo. A configuração de patrimônio ambiental urbano se deu com a participação de profissionais atuantes na área de preservação. O conceito fundou-se na percepção da cidade como um artefato cultural em constante transformação, no qual as ações de preservação deveriam se orientar pela configuração presente do território (MENESES, 1978). Pretendia-se inverter a direção das ações preservacionistas; tratava-se de preservar o presente e o passado nele integrados, mantendo-se a paisagem urbana como um fator de manutenção de referências espaciais e afetivas e de criação de sentidos para os espaços urbanos, fator essencial para a alimentação das imagens mentais sobre a cidade (MENESES, 1978).

Contemporâneo à ampliação da ideia de patrimônio histórico-arquitetônico para a de patrimônio cultural, o patrimônio ambiental urbano envolvia enorme complexidade conceitual e sua aplicação dependia da concorrência de profissionais de diferentes especialidades, o que, em parte, explica as diversas interpretações que recebeu e o fato de ele não ter sido traduzido operacionalmente. Diversamente do ocorrido na Bahia, estado eleito para ser o carro-chefe da implantação da indústria turística no país, os primeiros inventários sistemáticos de bens culturais realizados na cidade de São Paulo vincularam-se ao planejamento urbano e buscavam diversificar as formas de proteção aos bens culturais.

3. INVENTÁRIO, PROCEDIMENTOS MÚLTIPLOS

O inventário, entre nós geralmente tomado como resultado de um levantamento de campo, pode ser conduzido de diferentes maneiras, e a

7. A respeito, consultar Baffi (2006, p. 169-191).

partir de diversos conceitos. Entre eles, segundo denominação de Varine-Bohan (s.d.), há o "inventário empírico", cuja essência é a identificação material de bens remanescentes; dele resulta o arrolamento do produto de processos sociais e culturais, sem que estes sejam considerados, assim como não o são as formas de sua apropriação e o seu lugar na sociedade atual. O inventário empírico foi um modelo predominante nas práticas brasileiras; note-se que ele se detém no tempo passado e está intrinsecamente submetido aos critérios do observador que o realiza, uma vez que não é orientado por um trabalho de pesquisa que, antecedendo o de campo, forneça informações baseadas no conhecimento já produzido sobre o objeto. Outra possibilidade, continua o mesmo autor, é o "inventário operacional". Baseado em amplas pesquisas prévias, em estudos sistemáticos das formas culturais dos moradores de uma região, ele conduz a resultados que tendem a esmaecer a ideia estática de História, como se este conhecimento fosse prisioneiro do tempo cronológico, em favor da dinâmica da história. Esta favorece a percepção de que há processos culturais que ultrapassam um dado momento, são permanências, continuidades históricas, que referenciam memórias e sentidos sociais contemporâneos (VARINE-BOHAN, s.d., p. 13). Analisa-se, desse modo, o significado hodierno dos objetos inventariados, o que os aproxima das possibilidades de reapropriação e reinserção na dinâmica cultural.

Entende-se hoje que, com ou sem estudos prévios, o levantamento de campo não é o inventário, e sim a fase de identificação dos bens; dela resulta o inventário, isto é, um conjunto de bens selecionados a partir de critérios preestabelecidos, sobre os quais recairá uma forma de proteção do poder público. De acordo com a Constituição de 1988, o inventário é uma forma de proteção. Alternativa ao tombamento, ele possibilita estabelecer a diferenciação de valores culturais entre os bens assim arrolados e os efetivamente tombados. Portanto, como forma de proteção, o inventário abrandaria as restrições decorrentes do tombamento, em alguns casos excessiva, e contrabalançaria a rigidez que faz esse instrumento jurídico ser encarado como empecilho ao desenvolvimento e ao lucro, e não como vetor de qualidade do ambiente e da vida. Esparsos, assistemáticos e em geral, não utilizados como referência para a abertura de estudos de tom-

bamento, os inventários também não vêm sendo assumidos como instrumento de gestão do patrimônio cultural ou como referência para orientar intervenções urbanas e obras públicas.[8]

Objeto de contínuas discussões jurídicas, esse instrumento de proteção é objeto de controvérsias, pois sua aplicação ainda não foi regulamentada. Segundo alguns especialistas, ele não pode ser utilizado, enquanto outros entendem que sua aplicação é imediata, uma vez que a preservação do patrimônio cultural é um direito fundamental e difuso.[9] A utilização independeria de regulamentação específica e, na ausência de uma regulação nacional, seria possível aos estados e municípios estabelecerem normas jurídicas próprias, de modo a manter a eficiência da proteção ou, no caso de bens inventariados, abrandar o rigor das restrições impostas pelo tombamento.[10] Embora juridicamente defensável e, do ponto de vista da preservação, desejável, e apesar dos meritórios esforços já realizados, a utilização do inventário como instrumento de proteção, seleção de bens identificados ou, ainda, como base para o planejamento e gestão do patrimônio cultural esbarra em males crônicos da estrutura administrativa – carência de recursos humanos, de verbas, e crescente burocratização –, mas, também, em certa inércia que inclui aspectos metodológicos.

4. ENTRE A AÇÃO E O DISCURSO

Diferentes formas de inventariar são hoje tidas como estruturadoras das demais ações de preservação de bens culturais. As ações aqui abordadas, desenvolvidas no Condephaat nos anos 1970, não atenderam a esta finalidade. Embora o então recente "curso de 74" tivesse promovido reflexões e aberto, no campo do discurso, a adoção de "patrimônio cultural", os profissionais da área eram predominantemente herdeiros das concepções modernistas de arquitetura e do papel do patrimônio explicitados no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), cujas conclusões foram consubstanciadas na Carta de Atenas, de 1933.

8. Lei n. 10.257, de 10.6.2001, Estatuto da cidade, consagrou a importância da inclusão do patrimônio no planejamento territorial, o que ainda não surtiu resultados efetivos para sua conservação enquanto parte integrante dos espaços urbanos.
9. Entre esses últimos, ver, por exemplo, Miranda (2008).
10. Miranda (2008) baseia seus argumentos na Constituição de 1988, Cap. II- "Dos direitos e garantias fundamentais", Cap. I, art. 5o LXXVIII, § 1o.

Prevalecia entre eles a proposta de pontuar a cidade com monumentos isolados que espelhassem o passado em um ambiente urbano, sem efetivamente integrá-los, mas dando o testemunho do avanço representado pela arquitetura e o urbanismo modernos. Isso possivelmente tenha dificultado a aproximação entre duas dinâmicas, a de preservação e a de planejamento urbano. As resistências, que até o momento atual não estão totalmente superadas, não foram menores em relação aos significados não materiais dos bens e ao papel por esses desempenhado na formação de representações mentais. Até o momento, ambos os fatores se refletem nos resultados das ações de proteção a bens culturais e, possivelmente, tenham também constituído uma barreira à absorção do conceito de patrimônio ambiental urbano, uma vez que esta implicava o entendimento da cidade como um objeto cultural, ou seja, cujos significados só podem ser compreendidos como confluência da materialidade e, por assim dizer, do intangível.

A ideia de patrimônio ambiental urbano ganharia, assim, um lugar maior no discurso do que na prática dos órgãos de preservação. De uso corrente, tornou-se sinônimo de uma renovação ansiada, de algo que parecia tornar possível "superar as restrições e deformações reducionistas implicadas em outros conceitos em voga [...]", como observou Meneses (1978). De fato, os já consagrados critérios e métodos utilizados para identificar o patrimônio permaneciam sob um novo rótulo, o que, ainda de acordo com Meneses (1978), se originou no desconhecimento de que o "patrimônio ambiental urbano é, antes de mais nada, um fato social, produto de uma sociedade específica, e que é só na prática social que ele poderá ser apreendido".

A diversidade de opiniões relativas aos conceitos e procedimentos técnicos de inventário permaneceria. Em agosto de 1980, promovido pelo Iphan, pelo governo da Bahia e pela Fundação Roberto Marinho, realizou-se, em Salvador, o I Encontro sobre Inventários de Proteção ao Patrimônio Cultural. As recomendações finais do evento foram agrupadas em dois vetores: o da concepção de inventário e o dos instrumentos de apoio à sua realização, nos quais se revela uma mudança de perspectiva, agora mais aproximada ao que fora indicado por Varine-Bohan. Entre outros pontos, o documento recomendava que os órgãos de proteção ao patrimônio definissem políticas de preservação e que as políticas locais de catalogação e

inventário fossem implementadas, assim como o fosse a participação das comunidades no processo de identificação de bens culturais. A perspectiva de participação da sociedade, havia muito represada, também se manifestou nas recomendações de amplo acesso às informações obtidas nos inventários e no reconhecimento das iniciativas espontâneas de identificação de bens culturais. Entre os instrumentos de apoio, consignaram-se a necessidade de exame de modelos alternativos de inventário e o desenvolvimento de um projeto piloto para testar os recursos modernos aplicáveis. Os debates da década de 1980 giraram em torno do como conduzir o inventário e do como torná-lo um instrumento de proteção que, diferenciado do tombamento, fosse uma medida cautelar que representasse, com propriedade, o reconhecimento de valores culturais detectados na identificação de bens. A Constituição de 1988 absorveria essa preocupação, mas a prática de utilização do inventário como forma de proteção ainda permanece restrita.

5. A DIFÍCIL RENOVAÇÃO

A ideia de estabelecer o inventário como um procedimento de trabalho foi manifesta no Condephaat no início de suas atividades. Pretendia-se, então, incluir entre os bens inventariados os documentos históricos e iconográficos e "as demais fontes para a História da Arte no Brasil", bem como promover a catalogação sistemática dos arquivos oficiais e particulares, o que expressa uma visão idealista de atuação.[11]

Desde então, inúmeras propostas foram elaboradas por conselheiros e técnicos, e realizaram-se inventários esparsos, de centros históricos, de bairros e temáticos, sem que a identificação de bens culturais se tornasse uma atividade sistemática e constante. As restrições geradas pela ausência da percepção ampla propiciada pelos inventários somavam-se àquelas decorrentes da perspectiva histórica por longo tempo adotada.

Embora na década de 1970 já se processasse a renovação da historiografia, com a inclusão, além de outros, do estudo de temas cotidianos e dos processos culturais, o órgão estadual baseava suas ações em uma interpretação economicista da sociedade, a partir de "ciclos econômicos".

11. Processo Condephaat n. 00078/71.

A partir de uma compreensão mecanicista da História se definiam o território a ser abrangido em inventários e os critérios de valorização de bens culturais. Até mesmo no caso de "cidades históricas" refletia-se a interpretação economicista por meio de expressões até hoje largamente utilizadas, como "cidade do café". A sociedade era vista, assim, como algo estaticamente organizado em infraestrutura e superestrutura, nessa situando-se a esfera da cultura. Desse modo, nublava-se a percepção da diversidade cultural e da multiplicidade de objetos que a representava. Nesse sentido, também foi marcante a valorização da tradição das elites; ela reforçaria a já consagrada prática preservacionista centrada na arquitetura como representação quase exclusiva da cultura, o que é visível nos inventários realizados na década de 1970, todos relativos a bens arquitetônicos.

Vagarosamente, novas perspectivas começariam a partir da segunda metade dessa década. Em 1972, o então diretor do Serviço Técnico de Conservação e Restauro, arquiteto Carlos Lemos, retomou a proposta de realização de inventários sistemáticos organizados por regiões e desenvolvidos gradualmente, já constante em documento anterior em que se explicitavam as funções dos técnicos.[12] A necessidade de inventários era uma preocupação constante, também explicitada em inúmeras propostas produzidas pelos técnicos e conselheiros e encaminhadas aos secretários de governo reivindicando melhores condições de trabalho para o melhor desempenho do órgão.[13]

A ausência de documentos impossibilita o acompanhamento sequencial da proposta de Lemos. No acervo do Condephaat há dois trabalhos desse período, um deles sem data, que mais se assemelham a

12. Processo Condephaat n. 00078/71.

13. Ver, por exemplo, "Diretrizes para a formulação de uma política de atuação do Condephaat", reproduzido na Ata n. 608, de reunião ordinária do Conselho, de 18.6.1984. Nela se apontaram conceitos orientadores da ação do órgão, entre eles, patrimônio ambiental urbano, e a importância de procedimentos como o inventário, assim como a necessidade de articulação com órgãos de planejamento urbano e regional. Definiram-se também as linhas de atuação: *identificação*, que exige "pesquisa científica de natureza histórica, sociológica e antropológica, recobrindo investigação arquitetônica, geográfica e outras"; recomendava-se entendimento com instituições de pesquisa; *proteção*: física (conservação, restauro), legal (respeito às restrições, fiscalização e sanções); e social (uso); e *valorização*: inclui os usos que englobem o universo cotidiano e do trabalho.

levantamentos de edificações isoladas do que propriamente a peças de um inventário. Em ambos não se explicitam critérios, o que sugere que o produto resultante, a ficha com informação histórica e de construção, fotografias, planta da unidade e descrição sumária, constituía a finalidade pretendida. Em Itu, foram registradas seis edificações, incluídas as da Fábrica de Tecidos São Luiz e o sobrado do Museu Republicano.[14] O da cidade de Campinas data de 1979.[15]

Um conjunto de seis volumes, cada um referente a uma cidade, forma o documento que mais se aproxima da proposta de Lemos, e pode ser tomado como exemplo de inventário temático, regional, de técnicas e sistemas construtivos de edifícios rurais e urbanos no Vale do Paraíba, realizado em 1976.[16] Contendo levantamentos métrico e fotográfico, e detalhados desenhos de grande beleza e valor informativo sobre as edificações, entre as quais se incluem lugares de produção de farinha de mandioca, açúcar e aguardente, componentes de complexos de produção agrícola classificados apenas como monocultores, ele trouxe a diversidade de configurações espaciais das propriedades rurais e integrou o mundo do trabalho ao mundo da casa grande, o que até então era inédito. Também forneceria subsídios para a realização de projetos de restauro. Suas qualidades, porém, não foram suficientes para projetá-lo como instrumento propiciador da continuidade das ações de proteção aos bens culturais no Vale do Paraíba.

As possibilidades de renovação dos procedimentos de inventário no Condephaat ganharam força a partir de 1976, até 1979, período em que a presidência do Conselho foi exercida pelo arquiteto Nestor Goulart Reis Filho. Na primeira reunião do novo conselho, o presidente propôs a fixação de diretrizes para política de preservação e restauração a partir da elaboração de listagem para análise e subsequente levantamento, identificação e classificação setorial do patrimônio cultural.[17] Na reunião seguinte, o conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses apresentou uma proposta de atuação do colegiado e Aziz

14. Trabalho desenvolvido por Julio Abe Wakahara. Cedoc-Condephaat, sem localização.
15. Os responsáveis foram José Saia e Odair Carlos de Almeida. Cedoc-Condephaat, sem localização.
16. O trabalho foi realizado por Antonio Luiz Dias de Andrade, Janjão; Luiz Alberto de Prado Passaglia; e Odair Carlos de Almeida.
17. Ata n. 285, reunião ordinária do conselho, de 1.6.1976.

Ab' Saber, o trabalho *Recursos paisagísticos do Brasil*, dando início às pioneiras ações de proteção de áreas naturais pelo tombamento.[18]

Procurou-se também ampliar a perspectiva do Condephaat em relação às questões urbanas. Possivelmente, em atenção a este aspecto, promoveu-se uma "experiência piloto", cujo alvo foi a cidade de Itu; pretendia-se desenvolver aí uma "ação cultural integrada", que fornecesse bases para a atuação futura do órgão. A proposta elaborada por profissionais contratados foi acatada pelo Conselho ainda em junho de 1976.[19] O projeto foi dividido em duas fases: na primeira, levantamento, análise de dados e diagnóstico; na segunda se apresentariam as normas, padrões de desenvolvimento e proposições para implantação do Programa de Ação Cultural na cidade. Segundo o termo de referência, tratava-se da "formulação de normas e criação de condições que integrem e valorizem os diversos tipos de patrimônios culturais: monumental, urbano, paisagístico, artefatual e comportamental". Essa fase não seria contratada e a ação pretendida permaneceu inconclusa.

O diagnóstico, entre outros itens, incluiu o levantamento para caracterização do espaço físico local e regional; dos recursos turísticos, a atualização cartográfica e o inventário do acervo cultural existente, incluindo os documentais e coleções, as tradições religiosas e as manifestações populares, de hábitos, costumes, e da linguagem. Tratava-se de abordar um amplo espectro de manifestações, o que diferenciava este dos trabalhos anteriormente realizados, sempre presos ao campo da manifestação arquitetônica. A equipe técnica foi composta por profissionais experientes de diversas especialidades, entre os quais economistas, sociólogos e geógrafos, o que era incomum.[20]

O Relatório Final da primeira etapa, composto por vários volumes, contém análises realizadas sob diferentes pontos de vista além de fichas que compõem o conjunto *Inventário do acervo cultural* (IAC). Nelas, além da fotografia e planta abordam-se os tópicos referentes aos

18. Ata de reunião ordinária do Conselho n. 286, de 7.6.1976.
19. "Estudo e análise da arquitetura urbana de Itu", escritório de João Walter Toscano Arquitetos Associados.
20. Compunham a equipe: João Walter Toscano, Massayoshi Kamimura, Odiléa Setti Toscano, Octávio Ianni, Constantino Ianni, Julio Abe Wakahara, Kilsa S. de Castro Lima, Helmut Troppmair e Jaelson B. Trindade. Relatório Final, Cedoc - Condephaat.

bens registrados: situação e ambiência; utilização atual; estado de conservação; e dados cronológicos.[21] De acordo com o Relatório Final,[22] a análise da morfologia urbana, isto é, das relações espaciais da cidade, se apresenta como "testemunho de todos os fatos urbanos" e, por isso, catalisaria todas as vertentes estudadas. A síntese das abordagens realizadas convergia para a cidade tomada como estrutura espacial. Mostrou-se também a "urgência de uma ação protetora em termos de legislação urbanística para o conjunto da cidade e de uma maior atenção das autoridades aos monumentos tombados", além da obtenção do apoio e interesse da população local.[23] O trabalho, embora não concluído, apontou para a importância da colaboração entre profissionais de diversas especialidades e de análises sobre as relações contemporâneas da população com o patrimônio cultural, bem como das pressões econômicas sobre sua conservação.

Entre maio de 1979 e setembro de 1982, no decorrer da gestão de Ruy Othake, as perspectivas de identificação de bens culturais voltariam a se estreitar. Sob a égide da prevalência dos conceitos de patrimônio e monumento históricos, os inventários voltariam a privilegiar apenas bens arquitetônicos. Os inventários então realizados limitaram-se ao registro fotográfico de edificações antigas em 36 vilas selecionadas segundo um mapa de São Paulo datado de 1846, acompanhado de um texto que pretendia estabelecer critérios de classificação dos bens arquitetônicos para o Conselho, o que não foi aceito pelo colegiado que entendeu ser conveniente deixar em aberto o corpo teórico e conceitual do órgão, de modo a possibilitar enfoques diferenciados.[24]

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Ormindo. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* n. 22, 1987.

21. Diagnóstico Geral da Cidade de Itu. Relatório Final. Odiléa Helena Setti Toscano e João Walter Toscano. Cedoc - Condephaat.
22. Relatório Final, volume I, Introdução.
23. Relatório Final, volume I, Introdução.
24. O registro fotográfico foi coordenado por Gustavo Neves da Rocha Filho; o autor do texto é Julio Katinsky. Atas de reunião ordinária do Conselho n. 484, de 16.9.1981, e n. 484, 16.9.1981.

BAFFI, Mirthes I. S. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal*, n. 204, p. 169-191, 2006.

CORREIA, Belize Câmara. A tutela judicial do meio ambiente cultural. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, n. 34, v. 9, p. 41, 2001.

CURY, Isabelle (Org.). *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

LEAL, Claudia F. Baeta. *As missões da Unesco no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan; Cepedoc, 2008.

MARINO, Mônica Cristina. *Tutela jurídica do patrimônio cultural: a*tuação do Ministério Público Estadual. Apresentação no Curso de Difusão "Proteção de bens culturais: concepções e práticas", no CPC-USP. Casa de D. Yayá, São Paulo, ago. 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *CJ Arquitetura,* n. 19, 1978.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>. Acesso em: 27 fev. 2016.

MOTTA, Lia; SILVA, M. Beatriz Resende (Org). *Inventários de identificação*: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

VARINE-BOHAN, Hügues. *A experiência internacional*. Notas de aula 12.8.1974. São Paulo: FAU-USP; Iphan, s. d.

Recebido
06/03/2016

Aprovado
16/06/2016

PRÁTICAS DA PRESERVAÇÃO NA FRANÇA, MÉXICO E BRASIL: CONVERGÊNCIAS DE UM DEBATE.

SIMONE SCIFONI, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Geógrafa, doutora em Geografia, docente do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: simone.geo@usp.br.

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p49-66

PRÁTICAS DA PRESERVAÇÃO NA FRANÇA, MÉXICO E BRASIL: CONVERGÊNCIAS DE UM DEBATE.

SIMONE SCIFONI

RESUMO

Partindo de questões presentes no debate de três apresentações sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural em países como França, México e Brasil, este artigo busca sublinhar algumas convergências e aproximações entre tais experiências. Assim sendo, serão discutidas questões como: a necessidade de repensar a afirmação de que vivemos a patrimonialização excessiva; a relevância em instituir mecanismos de participação social nas ações preservacionistas; e, por fim, a urgência de incorporar um olhar mais integral na seleção dos bens a serem tombados. O objetivo é problematizar os conteúdos de cada um destes temas.

PALAVRAS-CHAVE

Preservação do patrimônio. Políticas públicas. Bens culturais.

PRESERVATION PRACTICES IN FRANCE, MEXICO AND BRAZIL: CONVERGENCES IN A DEBATE.

SIMONE SCIFONI

ABSTRACT

Based on the issues present in the debate of three presentations on cultural heritage preservation practices in countries such as France, Mexico and Brazil, this article aims to highlight some convergences and similarities between those experiences. Therefore, the article will examine issues such as: the need to reconsider the claim that we are currently living a period of excessive preservation; the relevance of establishing social participation mechanisms in preservation actions; and, finally, the urgency to incorporate a more comprehensive look into the set of assets chosen to be listed as heritage. As such, the aim is to call into question the contents of each of these topics.

KEYWORDS

Heritage. Preservation. Public policy. Cultural assets.

1. INTRODUÇÃO

Há possibilidade de encontrar circunstâncias em comum entre três diferentes experiências de preservação, a primeira em um país europeu e, outras duas, em nações latino-americanas, como são os casos da França, México e Brasil? Proximidades entre uma prática que já se afirmou ser inflacionada ou esgotada, conforme Choay (2001) e Jeudy (2005), com outras duas que expressam sua incompletude e desigualdade de representação, segundo Canclini (1994) e Rubino (1996)?

As três apresentações da primeira mesa-redonda[1] do Seminário Reconhecimento dos Bens Culturais apontaram para convergências e aproximações, apesar de seus contextos específicos e de realidades socioeconômicas e políticas diferenciadas. Assim sendo, o objetivo do presente artigo é sublinhar e debater as problemáticas em comum nessas três experiências trazidas no seminário, no sentido de tirar lições de um quadro comparativo que os palestrantes da mesa, em conjunto, puderam traçar.

1. Mesa intitulada: *O reconhecimento de bens culturais e sua implicação nas práticas de preservação: experiências em confronto*, realizada em 26 de maio de 2015, em São Paulo-SP. Realização: Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo.

2. RELATIVIZAR A INFLAÇÃO PATRIMONIAL

Ao contrário do que o debate contemporâneo tem insistido, ou seja, em uma patrimonialização excessiva, as apresentações desta primeira mesa-redonda do seminário apontaram para uma realidade mais complexa, ambígua e contraditória. Exclusões, invisibilidades, ausências.

Richard Klein relatou as dificuldades, na França, de reconhecimento e proteção da herança do século XX, das invisibilidades de arquiteturas modestas que ficaram excluídas do critério de valor artístico, como conjuntos de moradia coletiva, equipamentos públicos de lazer e turismo ou da modernidade do cotidiano. Gabriella Lee tratou de um patrimônio urbano periférico, intrinsecamente ligado à vida cotidiana de determinados grupos sociais e atualmente sob risco, como o caso de antigos *pueblos* no Vale do México, conurbados à metrópole. Marly Rodrigues lembrou o peso preponderante que a arquitetura assume nos critérios de valoração no Brasil, uma ortodoxia que produz ausências no conjunto patrimonial.

Em que pese à crítica tão necessária aos usos e abusos do patrimônio cultural reificado colocado à exibição para o consumo visual, tal como se vê em Choay (2001) e Jeudy (2005), os autores franceses têm insistido em um quadro contemporâneo de patrimônio em excesso. Segundo Jeudy (2005, p. 29):

> Passado o tempo das energias reunidas para defender todo o poderio das identidades culturais, para provocar um sobressalto nas memórias coletivas, somos forçados a reconhecer que a petrificação patrimonial já concluiu sua obra. Passou-se para o estágio da "manutenção patrimonial".

Já para Choay (2001), vive-se uma inflação patrimonial após os anos 1960, provocada pela expansão dos critérios tipológicos e cronológicos de seleção que foram responsáveis pela inclusão de uma variedade de novos objetos no conjunto patrimonial, o que a autora chama, ironicamente, de complexo do Noé. Por trás desta expressão, está a crítica ao reconhecimento de algumas construções, que a autora chama de arquitetura medíocre ou em péssimo estado de conservação, que, para ela, não deveriam ser tombadas. É importante lembrar, contudo, que foi justamente a ampliação de critérios de seleção que tornou a herança coletiva um pouco

mais democrática, deixando o patrimônio de simbolizar unicamente os bens da elite, para se aproximar de um universo cotidiano e popular. O que a autora chama, ironicamente, de complexo do Noé é fruto de uma diversificação e democratização do conjunto patrimonial.

No Brasil, também encontra eco um discurso de excesso de memorialização e de preservação, justamente a partir de um momento em que o patrimônio dá pequenos sinais de aproximação com o universo popular. "A cena brasileira contemporânea demonstra o quanto o país vem acompanhando, em ritmo de campeão, o grande *boom* memorial internacional." (SANTOS; MARQUES, 2014, s/p). Contudo, quando se olha o patrimônio como parte da totalidade urbana nas cidades brasileiras, o quadro parece bem mais contraditório. Afirmar um *boom* memorial, no Brasil, acena para uma visão um tanto quanto otimista das condições atuais.

Vivemos uma dinâmica urbana tensionada pelas forças do mercado imobiliário que impõem a lógica da "cidade como negócio" e têm eliminado traços fundamentais da história cotidiana, tais como antigos cinemas ou teatros, que eram centros de sociabilidade e de lazer, ou exemplares do morar das classes populares e uma grande parte da herança industrial. O *boom*, este sim imobiliário, nesta última década, passou o trator em bairros antigos de construções mais modestas, transformando-os em novas fronteiras econômicas e espaciais. Na mesa-redonda, também se lembrou da pressão dos projetos de renovação urbana, do discurso da obsolescência que decreta a morte de construções modernas, das obras de infraestrutura e serviços urbanos, fatores que compõe tensões sobre o patrimônio não reconhecido. Este quadro aponta para um trabalho ainda a ser feito, de reconhecimento e proteção, que vem se dando, pelo menos no caso do Brasil, sempre a reboque da dinâmica urbana. Enxergar, na realidade brasileira, uma obsessão preservacionista, à semelhança da discussão que fazem os europeus, justamente em um momento no qual as políticas de patrimônio, timidamente, se voltam para outras memórias, de outros sujeitos ausentes, nos parece uma visão elitista que tende a ocultar a natureza extremamente desigual do conjunto que se afirma ser memória coletiva.

A realidade coloca em xeque, assim, o discurso do esgotamento do processo de identificação e proteção. As ausências e exclusões nos colocam diante de outro problema que é o da desigualdade no reconhecimento e

proteção. Valorizam-se determinados recortes, temas, memórias, enquanto se desprestigiam outros tantos. No caso brasileiro, Rubino (1996) foi quem primeiro mostrou a desigualdade do mapa do Brasil do passado, no qual se privilegiou determinados bens, fruto de determinados momentos históricos e determinadas estéticas, em detrimento da diversidade cultural que caracteriza o país, realidade que não mudou muito neste novo século. Sobre o nosso patrimônio nacional, a autora destaca que:

> O conjunto eleito revê o desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por intendências e casas de câmara e cadeia, e habitado por personagens ilustres que caminham entre pontes e chafarizes. (op. cit, p. 98)

Igualmente, Canclini (1994) destaca o caráter desigual do patrimônio assinalando que, mesmo no México, onde os movimentos revolucionários conseguiram incluir bens, práticas e saberes dos indígenas e camponeses no rol de proteção legal, ainda há exclusões no que se refere aos setores populares urbano e operário. "O patrimônio serve, assim, como recurso para produzir diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens". (*op.cit*, p. 97)

No Brasil, a realidade mostra que, ao contrário de um excesso de patrimônio, estamos diante de um passivo patrimonial, pois ainda há muito a identificar e proteger, principalmente em relação aos grupos sociais não representados neste conjunto e ainda há que se resolver a carência de recursos para a conservação física e para a reinserção destes bens no tecido social.

Assim, é necessário relativizar uma leitura construída sobre as políticas de patrimônio como um universo totalizador, apontando para uma concepção dialética na qual se colocam em evidência as contradições e ambiguidades da realidade neste campo. Ao mesmo tempo em que se tem uma hipervalorização de determinados tipos de patrimônio e a sua reificação, este universo também contempla invisibilidades, ausências e exclusões, mostrando sua incompletude.

3. A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO

Ao tratar de um patrimônio urbano periférico intrinsecamente ligado ao cotidiano de seus moradores, ou seja, os antigos *pueblos* no Vale do México, Gabriela Lee colocou em evidência que os critérios de seleção ignoram como as pessoas percebem o patrimônio e o que estas populações consideram como de valor cultural.

Como toda política realizada de forma discricionária, a proteção do patrimônio se distancia cada vez mais dos sentidos e significados sociais atribuídos aos produtos da cultura, para impor um juízo de valor construído exclusivamente a partir de argumentos técnicos. Como é possível justificar valores culturais ou compreender o patrimônio como fato social, como nos diz Meneses (2012), unicamente pelo olhar técnico, tecnicista ou burocrático? Não se trata de opor um ao outro, como lembra o autor, nem de negar a importância do conhecimento teórico construído, mas de rever uma postura a respeito da avaliação e do reconhecimento do valor unicamente centrado nas lógicas profissionais corporativas.

Antes de se tornarem patrimônio oficial, os bens, objetos e práticas culturais fazem parte da vida cotidiana dos moradores dos lugares, estão incorporados ao imaginário, à identidade e à existência social. O patrimônio é, portanto, composto de histórias cotidianas que dão vida e garantem a presença nos lugares. A construção de relações respeitosas e sólidas com os lugares deveria ser o primeiro passo em direção às políticas de preservação mais democráticas. Aloísio Magalhães, então diretor do órgão público federal de proteção do patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)[2], já apontava para esta preocupação, no começo da década de 1980.

> O Iphan orientou-se pela ideia de cobrir todo o país, nem sempre ouvindo a comunidade sobre a preservação do patrimônio. Não sou a favor desta ideia. Esta postura elitista de tantos anos talvez seja consequência do próprio sistema político brasileiro, no seu sentido histórico e tradicional. A ação que vamos procurar empreender é tentar fazer com que a comunidade, nos seus afazeres e na sua vida, se conscientize de sua ambi-

2. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 1936 como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan).

> ência cultural. Isto é, temos que procurar dar à comunidade um status de vida que lhe permita entender por que determinado prédio está sendo preservado. Em outras palavras, a própria comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio. (MAGALHÃES, 1985, p. 184).

Para o então dirigente da instituição federal, a valorização do patrimônio depende do papel que este desempenha na vida cotidiana das cidades: se há uso comunitário ou presença na vivência coletiva, há alguma garantia de permanência de seu sentido social. Para Magalhães, isso é mais relevante do que direcionar os esforços da preservação no sentido da dinamização do turismo.

> No caso dos monumentos em pedra e cal não faz sentido restaurá-los para que voltem depois a ser abandonados. É preciso reinserir esse bem na vida da comunidade. É necessário que ele volte a ser importante, volte a ser usado, diária, quotidiana e fortemente, pela comunidade. Primeiro porque é assim que ele vale e, segundo, porque é assim que ele se conserva. (MAGALHÃES, 1985, p. 185)

Por outro lado, não se trata de generalizar e pensar na participação social, hoje, como panaceia para solucionar todos os conflitos gerados pelo tombamento de bens; esta deve ser planejada e avaliada com critério, em cada contexto específico de atuação. Ela é de grande relevância em contextos de tombamentos de larga extensão, de conjuntos urbanos, sobretudo, quando estes envolvem setores populares, e, também, no caso de intervenções em patrimônio de forte apego e uso social, mas, sempre, quando se pretende que as políticas sejam realmente democráticas.

A participação social também não deve ser vista como sinônimo de realizar enquetes, pesquisas de opinião que resultem em dados quantitativos, gráficos ou em estatísticas, uma vez que o processo não trata de medir ou aferir valores atribuídos socialmente - a lógica é outra. Há experiências, instrumentos e estratégias próprias que permitem promover processos de envolvimento, diálogo e interlocução com os grupos sociais moradores do patrimônio. O trabalho apresentado por Gabriella Lee, que se valeu da realização de entrevistas a partir da construção de uma rede de relações locais e da elaboração de mapas mentais para com-

preender identidades sociais e territoriais, indica uma metodologia de pesquisa sensível e possível de ser realizada em estudos de tombamento.

Para Meneses (2012, p.32), este é o "coração" da questão, uma vez que não se deve entender o universo do patrimônio simplesmente como um conjunto de coisas ou objetos que guardam valores em si mesmos, mas, antes de tudo, bens que são "mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios". Assim sendo, apreender o significado deste patrimônio passa por processos que devem se dar em conjunto com os sujeitos, que são, também, seus intérpretes, e não a partir de visões absolutamente exteriores.

Isso implica que, na prática institucional, se desenvolvam outras formas de abordagem e de ação institucional, um novo fazer no que diz respeito aos estudos de tombamento. Trata-se do grande desafio atual das políticas de preservação do século XXI: superar a tradição e o conservadorismo discricionário. Trata-se, na verdade, de dar continuidade a um movimento de renovação conceitual que se deu a partir dos anos 1960, segundo Choay (2001), mas que no Brasil só se configurou nos anos 1980, com o processo de redemocratização e abertura política.

Esta renovação conceitual produziu uma mudança de olhar sobre o patrimônio nas instituições públicas, o que Marly Rodrigues chamou de "ampliação do universo cultural representado no patrimônio". No entanto, ela não repercutiu nos modo de fazer, nas práticas oficiais, que se mantiveram distante de um diálogo com os moradores dos lugares. Apesar de incorporarem novos objetos e de se construir uma argumentação teórica capaz de legitimá-los como parte da memória oficial, os procedimentos de tombamento não se transformaram muito em relação àquilo que vinha acontecendo, desde a década de 1930. Assim, as práticas do tombamento, ou seja, a maneira como se faz a preservação, ainda se encontra muito marcada por procedimentos burocráticos, verticais e sem diálogo com os grupos envolvidos.

É preciso renovar as práticas institucionais, no sentido de compreender os bens culturais a partir do olhar de seus interlocutores, dos grupos sociais que neles vivem. Se os objetos agora podem ser outros, é preciso, também, outras formas de atuação mais adequadas às especificidades de cada tipo de realidade. Segundo Nascimento e Scifoni (2015, p.132):

> Arriscando a incorrer em generalizações, observamos que a experiência no Brasil tem mostrado, de maneira geral, que as equipes técnicas que elaboram os estudos de tombamento ainda são muito refratárias à abertura de debate a respeito das decisões sobre a proteção. Contraditoriamente ao que diz a Constituição Federal em seu artigo 216, ou seja, de que a promoção e proteção do patrimônio cultural deve ser feita pelo poder público em colaboração com a comunidade, os discursos tem atribuído o papel de colaboração apenas no que diz respeito à responsabilidade por zelar pelos bens e muito pouco tem se atuado no sentido de processos de escolha e atribuição de valor de forma compartilhada. Assim sendo, a população tem o dever de zelar por ele, mas não tem tido o direito de se manifestar sobre aquilo que lhe impõe como herança coletiva.

Contudo, se participação social não é sinônimo de enquete, como já foi dito, também não deve ser confundida com a realização de audiências públicas ou de consulta pública via internet, pois estes mecanismos não garantem necessariamente um processo de interlocução. Não se trata de coletar a opinião e depois decidir às portas fechadas, em gabinete, mas de instaurar processos com decisões compartilhadas e negociadas, presencialmente, no coletivo.

No Brasil, a experiência de metodologias participativas em patrimônio cultural está prevista na legislação específica para o chamado patrimônio intangível, a qual considera os detentores destes bens como os intérpretes do seu patrimônio. Mas quando se trata do tombamento de bens materiais os procedimentos técnicos ainda se dão sem processos dialógicos, com raríssimas exceções[3].

Como lembra Meneses (2012, p.38), "não basta um tratamento técnico-científico das questões: ele nunca dará conta de toda a problemática presente". A instauração de processos participativos nas localidades em estudo permite aos órgãos a criação de vínculos sólidos, necessários ao cotidiano da gestão do patrimônio e demonstra o respeito das instituições aos direitos de quem vive no lugar. O contrário, tombamentos sem

3. Exemplos de exceções foram os estudos de tombamento do Centro Histórico de Iguape e dos Bens Culturais da Imigração Japonesa em Registro, realizados no estado de São Paulo pelo Iphan.

diálogo frequentemente geram indisposições, conflitos, tensões que podem inviabilizar as ações preservacionistas.

4. A URGÊNCIA DE UM OLHAR INTEGRAL SOBRE O PATRIMÔNIO

Marly Rodrigues destacou, em sua apresentação das experiências brasileiras de preservação, o problema da distância entre os atuais procedimentos técnicos de identificação e seleção frente aos novos conceitos consolidados a partir, principalmente, da Constituição Federal de 1988. Lembrou a importância da realização de inventários como orientadores de uma política de salvaguarda, mas, ao mesmo tempo, de sua contínua ausência nas práticas de preservação.

Em que pese às possibilidades criadas pelos dispositivos constitucionais e às novas categorias de patrimônio e seus instrumentos específicos, particularmente no que diz respeito ao patrimônio intangível e à paisagem cultural, as práticas ainda estão profundamente arraigadas em uma visão tradicionalista, a qual Marly Rodrigues tem chamado de "ortodoxia do patrimônio".

Exemplos disso estão no cotidiano e no "chão de fábrica" da preservação. Em 2009, o órgão federal de patrimônio instituiu uma normativa para regulamentar a proteção às paisagens culturais, por meio do instrumento chancela da paisagem cultural. Instrumento inovador que permite olhar para o território reconhecendo dinâmicas culturais relacionadas aos grupos sociais, manifestações imateriais articuladas à base espacial, materialidades construídas e pedaços de natureza em comunhão com a vida humana. Além de inovador, do ponto de vista de construção do objeto de preservação, a metodologia de estudo da chancela da paisagem cultural implica na criação de uma rede de proteção, articulando os grupos sociais locais em ações participativas e compromissos compartilhados na preservação do patrimônio.

Pergunta-se, de 2009 a 2016, quantas paisagens culturais foram objeto de reconhecimento pelo Iphan? Uma única experiência, a realizada em Santa Catarina e denominada Roteiros Nacionais da Imigração.

Outros estudos foram realizados pelo órgão[4], contudo encontram-se totalmente paralisados, sem encaminhamento.

O prejuízo com a paralisação é imenso, já que esta pode ser considerada a experiência de patrimônio com maior compromisso social, uma vez que voltada à melhoria das condições de vida e de valorização de contextos locais. Segundo define a Carta da Bodoquena (IPHAN, 2007): a paisagem cultural, em última instância, diz respeito mais às pessoas que às coisas, pois as premissas da conservação e preservação devem atender às necessidades humanas, quer de conhecimento ou de pertencimento a uma cultura e um lugar.

Neste sentido, o projeto Barcos do Brasil, por exemplo, buscou identificar lugares pouco conhecidos do litoral brasileiro nos quais ainda permaneciam encravadas, no cotidiano de vida dos grupos sociais, técnicas de carpintaria naval, em situação de grande pressão de desaparecimento em função da modernização que tem substituído os barcos de madeira por outros materiais industriais, tais como fibra de vidro ou alumínio. Além do saber-fazer tradicional da carpintaria naval, esses contextos litorâneos combinavam pesca artesanal e manifestações imateriais vivas no tecido social. Buscava-se, assim, com a chancela, não somente um inventário de lugares e usos, mas realizar um diagnóstico de situação de sobrevivência, base para a implementação de ações de salvaguarda que resultassem no fortalecimento desse uso tradicional, combinado com ações públicas de melhoria de condições de vida e trabalho. (IPHAN/DEPAM/COORDENAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL, 2011).

Nesta mesma perspectiva social, destaca-se o estudo da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira, realizado a partir de 2007. A região, com seu rico potencial patrimonial, ficou durante o século XX à margem dos processos de valorização econômica conduzidos pela modernização das ferrovias e industrialização ocorridas em São Paulo. Conhecida pelos seus índices de pobreza e pela ausência de políticas públicas, o Vale do Ribeira,

4. Alguns exemplos de estudos realizados pelo Iphan são: o projeto Barcos do Brasil, que trabalhou em contextos litorâneos singulares do patrimônio naval brasileiro, como a Vila de Elesbão (Amapá), Pitimbu (Paraíba), Valença (Bahia) e Camocim (Ceará); e os projetos envolvendo comunidades ribeirinhas e pesqueiras como o Vale do Ribeira, em São Paulo, e a Foz do Rio São Francisco, em Sergipe e Alagoas.

até 2007, quando se iniciou o estudo, estava fora do mapa do patrimônio federal, o que reforça o significado social do trabalho. A proposta de paisagem buscou criar um instrumento de proteção que pudesse ser um aliado das populações tradicionais, como caiçaras, quilombolas e ribeirinhos, na permanência na terra e na manutenção e continuidade de seu modo de vida. Política cultural articulada às necessidades sociais de uma região de alta vulnerabilidade.

Neste contexto, a paralisação dos estudos traz um duplo prejuízo: de um lado reafirma a ausência de instrumentos legais que poderiam garantir a continuidade e proteção deste rico patrimônio; de outro lado, cria um sentimento de frustração nos grupos sociais que foram envolvidos nestes estudos.

O trabalho com a categoria de paisagem cultural apresentava-se como possibilidade de incorporar metodologias novas e um olhar mais integrado ao patrimônio, sem necessariamente distinguir entre as categorias material, imaterial, natural, arqueológica. O recorte territorial que o instrumento da chancela da paisagem cultural cria possibilita compreender o patrimônio como ele é, na realidade, ou seja, integrado, vivo e completo, enquanto os outros instrumentos o transformam em fragmentado, pontual, parcial.

Os estudos de chancela da paisagem cultural se aproximam muito do trabalho apresentado por Gabriela Lee, sobre os *pueblos* do Vale do México. Em comum, temos: critérios de valoração que levam em conta como os moradores percebem o patrimônio; uma visão integral da realidade que contempla para além das edificações e arquiteturas, os espaços públicos, as referências espaciais, os caminhos, os usos e apropriações sociais; a compreensão da construção da identidade ao mesmo tempo, social e espacial-territorial.

Por fim, é importante destacar que, dentre as novas metodologias capazes de produzir um olhar mais integrado sobre o patrimônio, encontram-se as experiências dos chamados Inventários Participativos (VARINE, 2013; SÁ *et al*, 2016; VIEIRA NETO, 2016). Utilizados quer na Museologia Social ou na Educação Patrimonial, estes inventários se constituem em instrumento de conhecimento construído de forma coletiva e dialogada, na qual as comunidades locais se tornam sujeitos da seleção e

da atribuição de valor, mas, sobretudo, protagonistas da produção de um saber sobre os bens.

Os inventários participativos se tornam uma opção metodológica nos esforços de aproximação das instituições de patrimônio nas localidades, quer sejam lugares ainda em estudo para tombamento ou já tombados. Segundo um dos protagonistas de uma experiência pioneira realizada em 1998, na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul, os inventários participativos são, antes de tudo, um direito das populações de participar da construção de uma memória oficial, do que deve ser lembrado a partir da preservação de seus suportes materiais.

> A ideia desta forma de inventariar, buscando a participação direta do cidadão, e não apenas a opinião técnica, não está simplesmente na concepção óbvia de que as ações públicas devem ser participativas para alcançarem ampla representatividade social. Nem tão pouco na ideia a seguir decorrente, de que envolver a comunidade é uma forma de "educação patrimonial" e de conscientização social. Um pouco mais que isto, a concepção de Inventário Participativo tem por trás de si o debate sobre o "**direito de decidir** o que é e o que não é possível de preservação e, portanto, merece todos os esforços do poder público para a sua valorização, difusão e preservação", o que evidentemente deve ser de todos, questão esta colocada primeiramente pela Constituição Cidadã de 1988. E ainda uma outra, consequência natural desta participação ampla, desta abertura no direito de valorar os bens patrimoniais que é o evocamento de bens de natureza diversas, tangíveis e intangíveis, móveis e imóveis, documentais, memória de vidas, sítios arqueológicos, ecológicos e paisagísticos, de acordo com a reabrangência do conceito de Patrimônio Cultural estabelecida pelo artigo 216 da CF, numa prova definitiva da superação do critério da monumentalidade e da influente tradição arquitetônica. (ORTIZ, 2001, grifo nosso)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PATRIMÔNIO NA TOTALIDADE URBANA

As questões problematizadas neste artigo tiveram como ponto de partida as discussões da apresentação de três experiências de práticas de patrimônio:

França, México e Brasil. Buscou-se desdobrá-las em novos caminhos de argumentação em um diálogo com outros autores.

O quadro comparativo dessas experiências sinaliza para uma conjuntura patrimonial marcada por ausências, exclusões e incompletude, que reforçam a constatação sobre a natureza desigual do patrimônio. A contradição está no coração das políticas de patrimônio, já que se afirma ser universal, coletivo, de todos, mas é, na prática, marcadamente desigual, hierarquizado socialmente, privilégio de poucos e excludente.

Já virou clichê afirmar que nunca se falou tanto em patrimônio como nos tempos atuais, mas não estaríamos lendo os sinais de forma invertida? Afirmar que se ampliou o debate público, que ocorrem mais eventos científicos ou que o tema está mais presente nos meios de comunicação ou nas escolas, que há maior produção acadêmica, que se presencia mais mobilização e demanda social, tudo isso, realmente, afirma a emergência de uma questão patrimonial? Podemos concluir que há maior relevância do patrimônio nas políticas públicas ou que estamos obcecados pela preservação? Até que ponto o olhar não tem sido otimista demais, pelo menos em relação à realidade brasileira?

Instituições públicas a quem cabe a tutela do patrimônio estão, cada vez mais, sucateadas; os orçamentos não cabem nas necessidades reais da preservação; os técnicos, muito bem qualificados em seu dever, são cada vez mais desvalorizados do ponto de vista salarial, fato que produz esvaziamento dos quadros profissionais; e os interesses econômicos e políticos se sobrepõem constantemente, não só a preservação do patrimônio, mas até mesmo ela, passam por cima da legislação protetora! Esta é a realidade do patrimônio no Brasil, que coloca em xeque a visão otimista de que há uma inflação patrimonial.

Sobre a presença do patrimônio na ordem do dia, Fernando Carrion Mena (2014, p.81), avalia que:

> Me da la impresión de que esto no es casual, yo creo que está tan presente el tema del patrimonio porque nunca se lo había destruido tanto. En otras palabras, estamos en un momento de crisis, en una coyuntura patrimonial, porque estamos viviendo un proceso muy fuerte de destrucción del patrimonio.

Para este autor, o fato de se falar tanto em patrimônio na atualidade não significa necessariamente que estamos preservando mais, ou estamos em uma situação confortável. Ao contrário, o poder de destruição e desaparecimento dos suportes materiais de memórias tem sido avassalador e abarca uma variedade de situações que vai daqueles bens não legalmente protegidos, até àqueles que já dispõem de amparo legal. O autor lembra, também que, o patrimônio protegido tem se tornado privilégio de alguns, instrumento de exclusão social pela *gentrificação*, fonte de perpetuação de uma história oficial naturalizada, sem lutas e conflitos.

A leitura da conjuntura patrimonial indicando a crise, como faz Mena (2014) parece estar mais próxima da realidade do que o debate tem apontado.

REFERÊNCIAS

CANCLINI, Néstor G. O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, p.95-115, 1994.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.Unesp, 2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Carta da Bodoquena ou Carta das Paisagens Culturais e Geoparques*. Mato Grosso do Sul: Iphan, 2007.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)/ DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL (DEPAM)/ COORDENAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL. *Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.* Brasília: Iphan, 2011.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Tradução: Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MENA, Fernando Carrion. Urbicidio o la noción del olvido. In: *XV Seminario sobre Patrimonio Cultural*, 2014, Chile.

MENESES, Ulpiano T.B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: *I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural.* Brasília: Iphan, 2012. v.1.

NASCIMENTO, Flávia B.; SCIFONI, Simone. Preservación del patrimônio cultural y participación social: las experiências em Iguape y Registro (San Pablo, Brasil). *Revista América Patrimonio*, Chile, nº 7, p.128-136, 2015. Disponível em: <http://www.revistaamericapatrimonio.org> Acesso em: 2 mar. 2016.

ORTIZ, Vitor. Inventário participativo de Viamão. *Jornal Quarteirão*, n. 45, nov/dez, 2001, Rio de Janeiro.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 24, p.97-105, 1994.

SÁ, Aleckssandra A.S.; SERRADELA, Larissa I.; LÉO NETO, NIVALDO A. *Tiririca dos Crioulos: um quilombo indígena*. Carnaubeira da Penha-PE: Associação dos Remanescentes do Quilombo Tiririca, 2016. Disponível em: <http://www.culturadigital.br/titiricadoscrioulos>

SANTOS, Cecília R. dos; MARQUES, Sonia. Maldita memória. Sobre a tirania da memorização e os anacronismos de um patrimônio refém. Arquitextos, São Paulo, ano 15, n. 175.00, *Vitruvius*, dez. 2014. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.175/5373>. Acessado em: 2 mar. 2016.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro*. Tradução: maria de Lourdes P. Horta. Patrimônio a serviço do desenvolvimento social. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VIEIRA NETO, João Paulo. Inventários participativos do patrimônio cultural: participação social e produção colaborativa de conhecimento nos processos de patrimonialização. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)/COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL (CEDUC). *Inventário participativo do patrimônio cultural*. Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2016 (no prelo).

Recebido
07/03/2016

Aprovado
16/06/2016

O SIPA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO – EM PORTUGAL.

PAULA NOÉ, SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, LISBOA, PORTUGAL
Licenciada em História da Arte e pós-graduada em Museologia e Patrimônio Artístico. Direção-Geral do Patrimônio Cultural – SIPA. E-mail:apnoe@dgpc.pt

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p67-98

O SIPA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO – EM PORTUGAL.

PAULA NOÉ

RESUMO

Em Portugal, cabe aos serviços da administração central e local do Estado, bem como às regiões autônomas, a responsabilidade do inventário do patrimônio arquitetônico. Contudo, muitos outros organismos e associações ligados ao patrimônio procedem a inventários de âmbito temático ou geográfico distintos, com critérios e métodos diversos, resultando numa grande dispersão de recursos humanos e financeiros. Neste panorama, o Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico (SIPA), desenvolvido no âmbito do Estado e integrado em julho de 2015 na Direção-Geral do Patrimônio Cultural (DGPC), assume-se como um sistema de informação e documentação com características únicas em Portugal. O SIPA apresenta o único inventário português vocacionado para o levantamento sistemático do patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico, nacional e de origem portuguesa no mundo, acompanhando a larga abrangência do conceito de patrimônio. O SIPA desenvolve o inventário em estreita interligação com a documentação produzida sobre o patrimônio e, desde cedo, apostou na sua divulgação em larga escala, tornando-se o maior repositório digital de documentação de arquitetura em Portugal. Estes fatores, tal como o recurso às modernas tecnologias SIG, permitem produzir estudos comparativos e tipológicos inovadores sobre patrimônio arquitetônico, de que se apresentam dois casos de estudo, bem como criar subprodutos de caráter cultural e turístico, alguns dos quais divulgados no site institucional (www.monumentos.pt).

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura. Inventário. Patrimônio arquitetônico.

THE ARCHITECTURAL HERITAGE INFORMATION SYSTEM (SIPA) IN PORTUGAL.

PAULA NOÉ

ABSTRACT

In Portugal, the State's central and local administration services, as well as each autonomous region, are responsible for keeping an inventory of the architectural heritage. However, several others organizations and associations linked to that heritage seek different inventories focused on themes or geographic regions, and who work with different criteria and methods, which results in the scattering of human and financial resources. Given that outlook, the SIPA (Architectural Heritage Information System), developed by the State and integrated to the DGPC (Cultural Heritage General Administration), comes forth as a unique information and documentation system in Portugal. SIPA has the only Portuguese inventory truly tailored to systematically gather the Portuguese architectural, urban and landscape heritage, both in Portugal and around the world, while also encompassing all definitions of heritage. SIPA develops its inventory closely linked with the documentation produced about the heritage. From very early on, SIPA focused on advertising the system, and it soon became the world's largest digital repository of documentation on architecture in Portugal. Factors such as SIG and modern technologies allow the creation of innovative comparative and typological studies on the architectural heritage, from which we present two case studies, as well as the creation of culture and tourism byproducts, some of them are shown in the institutional website (www.monumentos.pt).

KEYWORDS

Architecture. Inventory. Architectural heritage

A partir do século XVIII, o inventário do patrimônio artístico foi considerado, pela coroa e pela nobreza em geral, um instrumento fundamental para o conhecimento do valor e salvaguarda desse patrimônio. Contudo, "o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respectiva identificação" - conforme definido na atual Lei de Bases do Patrimônio Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, n.º 1 do art.º 19.º) - continua em curso. Decorreram cerca de 200 anos, desde o tímido incentivo à elaboração do inventário do patrimônio, ao princípio efetivo dele, inicialmente em íntima ligação ou subjacente à sua conservação e classificação, e, depois, acompanhando a própria evolução do conceito de Patrimônio. Neste processo, o SIPA assumiu e assume um papel crucial e incontornável.

O SIPA encontra-se instalado no Forte de Sacavém, uma fortificação construída na segunda metade do século XIX, a cerca de 12 quilômetros do centro de Lisboa, edifício que foi adaptado em fases, entre 1997 e 2007. Atualmente, o SIPA é constituído, por um lado, pelo mais extenso, profundo e representativo inventário de patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico de relevância nacional, regional e local, em Portugal; e, por outro, pelo mais importante arquivo analógico e digital de documentação de arquitetura e artes do país dos séculos XX e

XXI, composto pelos conjuntos documentais gerados por vários serviços e organismos públicos (Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Instituto de Gestão e Alienação do Patrimônio Habitacional de Estado, Instituto Nacional de Habitação e Fundo de Fomento de Habitação), bem como por 36 espólios de criadores e agentes do patrimônio arquitetônico português.

Importa, pois, conhecer, ainda que brevemente, este longo percurso do inventário do patrimônio arquitetônico em Portugal, bem como a gênese do SIPA, no âmbito da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), e esperar pelo resultado da reflexão sobre o seu futuro, após a recente integração na DGPC.

1. EVOLUÇÃO DO INVENTÁRIO DE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EM PORTUGAL

As primeiras iniciativas de inventariação e salvaguarda do patrimônio arquitetônico em Portugal recuam até à primeira metade do século XVIII, mais concretamente, a 1721, data em que, através do *Alvará em Forma de Ley*, o rei D. João V incumbe a Academia Real de História de proceder à salvaguarda de todos "os monumentos antigos, que havia, e se podião descobrir no Reyno, dos tempos, em que nelle dominárão os Phenices, Gregos, Persos, Romanos, Godos, e Arabios". Ainda que a noção de patrimônio descrita no alvará estivesse apenas associada a "antiguidades" de um passado longínquo, era proibida a destruição, total ou parcial, de qualquer edifício daquele período, mesmo que arruinado. O mesmo documento encarrega as câmaras e vilas de "conservar e guardar as antiguidades sobreditas" que existissem ou viessem a ser descobertas. A mesma proteção deveria ser estendida a esculturas, medalhas, moedas ou qualquer documento epigráfico que contivesse inscrições fenícias, gregas, romanas, góticas ou árabes. Os achados deveriam ser comunicados ao secretário da Academia Real de História, o qual, por sua vez, teria de informar o diretor, os censores e os acadêmicos, a fim de garantir a sua preservação e conservação, tanto dos monumentos, como dos bens móveis. A Academia Real de História acabou por não proceder à inventariação de todos os achados e antiguidades, como era pretendido. Ainda assim, o alvará de D. João V impulsionou entre os acadêmicos o

levantamento de achados antigos, sobretudo das inscrições lapidares romanas, e incutiu o mesmo espírito entre as famílias nobres e os clérigos que detinham coleções.

No século XIX, o conceito de patrimônio em Portugal deixou de estar associado apenas aos monumentos da Antiguidade, assumindo o de "monumento histórico". Acompanhando a tendência geral da maioria dos países, publicou-se legislação na área e criaram-se organismos responsáveis pela inventariação e proteção do patrimônio arquitetônico e arqueológico. Logo a partir de 1802, e até 1870, a Inspeção dos Monumentos e Antiguidades passou a estar a cargo da Real Biblioteca de Lisboa, tendo sido transferida para o bibliotecário-mor a competência da correspondência com as câmaras, de modo a zelar pelos monumentos da Antiguidade, e àquelas a responsabilidade de comunicar ao secretário os achados encontrados nos seus municípios. Em 1852, foi criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI), tendo como uma das incumbências a "conservação, restauro e manutenção dos monumentos históricos".

Progressivamente, a inventariação passou a ser vista como uma etapa preliminar ou subjacente à classificação. Por exemplo, uma portaria de D. Pedro V, datada de 27 de outubro de 1858, autorizou Joaquim Possidónio Narciso da Silva[1] a desenhar, medir e proceder ao cadastro dos edifícios da arquitetura portuguesa que poderiam ser classificados como monumentos nacionais. Cerca de 20 anos depois, uma portaria do MOPCI, datada de 24 de outubro de 1880, solicitou, à Real Associação dos Arquitetos Civis e à Associação dos Arqueólogos Portugueses, a indicação dos edifícios que deveriam ser considerados nacionais, para serem classificados pelo Governo. A comissão eleita para o efeito apresentou um relatório com a primeira lista conhecida, intitulada *Monumentos nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apresentáveis para*

1. Joaquim Possidónio Narciso da Silva (15 de maio de 1806 – 23 de março de 1896) foi arquiteto, arqueólogo e fotógrafo, tendo fundado, em 1863, a "Associação dos Architectos Civis Portugueses" - que presidiu desde os primeiros momentos até a sua morte. Pouco depois da fundação, esta associação admitiu no seu seio arqueólogos, passando a intitular-se Real Associação dos Architetos Civis e Archeólogos Portugueses, e, a partir de 1911, redenominou-se Associação dos Arqueólogos Portugueses, dada a saída dos arquitetos, que haviam fundado a Sociedade de Arquitetos Portugueses, em 1902.

o estudo das artes em Portugal[2], a qual nunca chegou a ser aprovada oficialmente. Mais tarde, criou-se a Comissão dos Monumentos Nacionais, integrada ao MOPCI, com vigência entre 1882 e 1897, com o objetivo de proceder à inventariação e à classificação dos monumentos mais significativos, ao levantamento planimétrico dos mesmos, à escolha dos monumentos a restaurar, ao acompanhamento dos restauros e à escavação de sítios arqueológicos.

Entretanto, a 7 de agosto de 1890, foi criado o Ministério da Instrução Pública e das Belas Artes, com uma 1.ª Repartição de Belas Artes, para a qual passou "o serviço de inventariação, guarda e exposição dos monumentos históricos nacionais e a superintendência sobre a sua conservação e restauração". Dois anos depois, o ministério foi extinto, transferindo-se os respectivos serviços para o Ministério do Reino e as suas atribuições na área dos monumentos ao MOPCI. A 9 de dezembro de 1898, foi criado, na dependência deste último ministério, o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, com competências correspondentes às da anterior Comissão dos Monumentos.

Esta constante mudança e/ou transferência de atribuições na área da inventariação do patrimônio e da intervenção nos imóveis classificados, entre os vários departamentos e ministérios, que se iniciou em meados do século XIX e se prolongou pelo século XX, nos organismos sucedâneos, impediu uma ação realmente eficaz nesses domínios e conduziu à dispersão dos esforços, meios e recursos utilizados, até os dias de hoje. No princípio do século XX, a legislação refletia a tendência da política do Estado, tornando a classificação um dos seus principais instrumentos para garantir a proteção legal dos bens materiais integrantes do patrimônio cultural. Assim, logo em 1901, o MOPCI publicou um decreto estabelecendo as bases para a classificação de imóveis como "monumentos nacionais", tendo em conta "os aspectos arqueológico, histórico e arquitetônico", e definiu as condições de proteção dos imóveis classificados (Decreto de 24 de outubro de 1901). Passaram, pois, a distinguirem-se categorias e critérios de classificação patrimonial, assentes em "valores",

2. *Diário do Governo* n.º 62, de 19 de março de 1881, pp. 694-697.

dentre os quais, o valor nacional. Em nome do interesse da ciência e do serviço público, ficou determinado que, perante "ruínas de edifícios antigos ou monumentos de certa grandeza", estes não deveriam ser destruídos, mas deveria verificar-se se deviam ou não ser considerados "padrões históricos". O decreto mencionava, ainda, a possibilidade de "fiscalização superior" da respectiva "conservação", quer se tratasse de "propriedade do Estado", quer de quaisquer "indivíduos ou colectividades".

Foi também durante a primeira década desta centúria que se procedeu, ainda que muito esporadicamente, à classificação de alguns dos imóveis mais emblemáticos, tendo por base as disposições definidas no decreto de 1901 e uma lista de imóveis elaborada pela Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, em 1904. O primeiro imóvel a ser classificado em Portugal foi o Castelo de Elvas, em 1906, seguindo-se, em 1907, 12 dos mais significativos conventos e catedrais do país (Catedral de Évora, Templo Romano de Évora, Catedral da Guarda, Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro de Santa Maria de Belém, Torre de Belém, Mosteiro de Santa Maria de Belém, Mosteiro do Santíssimo Coração de Jesus, Catedral de Lisboa, Igreja do Convento do Carmo, Basílica e Convento de Mafra e Convento de Cristo), e, em 1908, o Castelo de Guimarães, considerado o berço da nação. Só em 1910, o MOPCI, depois de 10 anos de trabalho do Conselho dos Monumentos Nacionais, publicou a lista oficial, com 449 monumentos. Apesar de ter privilegiado, especialmente, a arqueologia, em consonância com os valores culturais europeus da época, onde cada país procurava encontrar as raízes da sua identidade nacional, o decreto também agrupou os monumentos medievais, renascentistas e modernos em três grandes categorias: monumentos religiosos, militares e civis.

Após algumas reorganizações institucionais, a disputa de competências quanto à inventariação e intervenção nos imóveis classificados viria, temporariamente, a resolver-se a favor do Ministério de Comércio e Comunicações, em 1929, com a criação da DGEMN. De fato, pelo decreto n.º 16.791, de 25 de abril, esta nova direção geral herdou as atribuições que até ali estavam reservadas à 3.ª Repartição Geral de Belas-Artes, do Ministério de Instrução Pública, nas áreas da conservação e restauro e da inventariação, ou seja: atribuições relativas aos "(...) serviços de

inspecção, conservação, reparação ou restauração dos monumentos nacionais (…); e manter e actualizar o inventário geral dos imóveis classificados e organizar o catálogo elucidativo e o arquivo iconográfico desses monumentos, por forma a tornar possível o perfeito e completo conhecimento da riqueza monumental da nação". O campo de ação da DGEMN seria, no entanto, mais abrangente, já que também lhe foi atribuída a competência sobre "as obras (...) que o Estado tiver de executar em edifícios cedidos ou arrendados onde funcionem serviços públicos, excepto as de edifícios dependentes dos Ministérios da Guerra e da Marinha, as que respeitem aos serviços da guarda republicana, da guarda fiscal, da Administração do Porto de Lisboa e da Administração Geral dos Correios e Telégrafos (...) e das alfândegas"[3].

Em 1932, procedeu-se à revisão dos princípios básicos da atuação do Estado relativamente à proteção e conservação dos imóveis classificados, pelo decreto-lei n.º 20:985, da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, constituindo, até 1985, o diploma-base do patrimônio em Portugal[4]. O decreto concentrou no Conselho Superior de Belas-Artes as funções técnicas e administrativas que se encontravam dispersas, centralizando a iniciativa e a organização do processo de inventário de imóveis de interesse artístico, histórico ou arqueológico. Ficou ainda determinado no mesmo decreto que a Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes promovesse, com a cooperação da Academia Nacional de Belas-Artes, do Conselho Superior de Belas-Artes, da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos e de quaisquer entidades oficiais ou particulares com a necessária competência, a organização do inventário de móveis e imóveis, cujos valores artístico, histórico, arqueológico ou numismático fossem dignos de inventariação.

Consagradas nesta data as categorias patrimoniais de "monumento nacional" e de imóvel de "interesse público", a estas será adicionada,

3. Decreto n.º 16.791, em *Diário de Governo* n.º 97, 1.ª série, de 30 de abril de 1929, art. 1º.
4. Em 1985, foi publicada a Lei do Patrimônio Cultural Português que, para além de manter alguma continuidade relativamente ao enquadramento jurídico anterior, irá introduzir as novas concepções e filosofias sobre a salvaguarda e valorização do patrimônio cultural que tinham vindo a ser expressas pelos organismos internacionais, sobretudo pela Unesco e pelo Conselho da Europa.

pela Lei n.º 2032, de 11 de junho de 1949, uma nova categoria patrimonial, a de "valor concelhio". O mesmo decreto alargou a possibilidade da classificação a "conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico", quebrando, pela primeira vez, em Portugal, a regra de classificação do imóvel isolado. Foi, aliás, a partir da década de 1940 que se começaram a definir cartograficamente as "zonas especiais de proteção", acompanhadas de disposições legislativas correspondentes em que a envolvente do monumento passou a ser considerada para a salvaguarda do sistema de vistas, volumetria e aparência estética do mesmo. Para impedir o desvirtuamento do imóvel classificado, foram também consideradas, em muitos casos, zonas *non aedificandi* cautelares.

Em 1980, foi criado o Instituto Português do Patrimônio Cultural (IPPC), cujas atribuições consistiam, entre outras, em "planear e promover a pesquisa, cadastro, inventariação, classificação, recuperação, conservação e salvaguarda dos bens móveis e imóveis que pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico constituam elementos do patrimônio cultural do País"[5]. A criação deste instituto fez divergir, uma vez mais, os esforços para uma unificação do levantamento do patrimônio cultural, conduzindo ao aparecimento de dois sistemas de inventários patrimoniais, ainda hoje existentes, no âmbito dos serviços públicos, ou seja, o inventário da DGEMN, denominado SIPA desde 2007, e o do IPPC, atualmente produzido na DGPC.

A partir do início da década de 1990, assistiu-se a um crescente interesse pela inventariação, divulgação e salvaguarda do patrimônio arquitetônico português. Inicialmente centrado apenas nos monumentos históricos e arquitetonicamente mais significativos, o interesse pelo patrimônio vai avançando para os imóveis de arquitetura popular, os centros históricos, os núcleos rurais, os espaços verdes, a arquitetura industrial e a arquitetura do século XX, acompanhando a evolução do conceito de patrimônio, tal como ditam as recomendações europeias sobre a matéria. Esta tendência conduziu, necessariamente, ao crescente

5. Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de agosto, al. 'a', do art. 2.º.

abandono do inventário exclusivamente de patrimônio classificado, e à progressiva inventariação de bens patrimoniais não classificados e até aí não considerados. Simultaneamente, diversificaram-se as instituições promotoras dessa inventariação e classificação, não existindo, em Portugal, uma política concentrada e tutelada por um organismo único.

Esta evolução é patente na atual Lei de Bases do Patrimônio Cultural, publicada em 2001[6] que, pela primeira vez em Portugal, definiu que a política do patrimônio cultural obedece, entre outros, ao princípio geral de Inventariação (al. 'a' do art.º 6.º) e define que a proteção dos bens culturais assenta na classificação e na inventariação (n.º 1 do art.º 16.º). Os bens inventariados, mas apenas os que o foram no âmbito do sistema da DGPC, "(…) gozam de protecção com vista a evitar o seu perecimento ou degradação, a apoiar a sua conservação e a divulgar a respectiva existência" (n.º 1 do art.º 61.º). Contudo, a lei acaba por se contradizer, pois apenas considera crime, punível com pena de prisão ou multa, os atos praticados contra os bens classificados ou em vias de classificação (art.ºs 100.º a 109.º). Por outro lado, a realidade comprova que, se nem a classificação consegue proteger devidamente os bens patrimoniais e impedir o seu desvirtuamento ou completa descaracterização, muitas vezes acabando os mesmos por ser desclassificados, muito menos a inventariação garantirá a sua salvaguarda. A mesma lei assume que "(...) a inventariação dos bens culturais incumbe aos competentes órgãos e serviços do Estado e das Regiões Autônomas e, bem assim, aos municípios, devendo processar-se com recurso a bases de dados normalizadas e intercomunicáveis (...)" (al. 6 do art.º 94.º).

A DGPC, organismo que veio substituir os institutos sucedâneos do IPPC, do Instituto Português de Arqueologia e do Instituto Português de Museus, é a entidade responsável, entre outras, pelas alterações da legislação no domínio do patrimônio arquitetônico e arqueológico; pela classificação do patrimônio e pela elaboração do inventário do patrimônio classificado (arquitetônico e arqueológico). Devido a várias reestruturações dentro do Ministério da Cultura, a DGPC concentra em bases

6. Lei nº 107/2001, em *Diário da República* n.º 209, 1.ª série, de 8 de setembro de 2001.

de dados autônomas: o inventário do patrimônio arquitetônico classificado; o inventário do patrimônio arqueológico (classificado ou não); o inventário do patrimônio móvel dos museus e palácios, dentro do qual apresenta trinta e quatro bases de dados museológicas localizadas; e o inventário do patrimônio imaterial (criado em 2009).

Desde a autonomia constitucional das Regiões Autônomas, no final da década de 1970, os governos regionais têm igualmente competências para classificar e inventariar os seus bens patrimoniais. Na Região Autônoma dos Açores, a Direção Regional da Cultura procedeu, a partir de 1997, à inventariação do patrimônio imóvel, independentemente de estar ou não classificado, disponibilizando-o, parcialmente, ao público em edição impressa e em suporte digital (*on-line*), tendo, entretanto, o projeto sido interrompido. A Região Autônoma da Madeira, não tendo adquirido uma base de dados própria, optou por fazer um protocolo com o SIPA para a inventariação do patrimônio regional. Com a descentralização administrativa, em 1999, os municípios receberam competências para classificar imóveis, conjuntos ou sítios de interesse municipal - exceto os pertencentes à Igreja Católica ou a outras comunidades religiosas, visto essa ser uma atribuição exclusiva do Estado e das Regiões Autônomas (al. 5 do art.º 94.º) - e organizar e manter atualizado o inventário na área do município (Lei n.º 159/99, de 14 de setembro). Desde 2005, para elaborar os Planos Diretores Municipais, os municípios são obrigados a integrar a "Carta Municipal do Patrimônio", com o arrolamento do patrimônio do município, mais ou menos sucinto, sendo a mesma considerada como um instrumento indispensável na política de salvaguarda e valorização do patrimônio local. Segundo a legislação, "os registros de classificação das Regiões Autônomas serão comunicados ao Estado, e os registros de classificação dos municípios serão comunicados ao Estado, ou ao Estado e à Região Autônoma"[7]. Contudo, nem as Regiões Autônomas nem os municípios cumprem esta determinação, o que exige um grande esforço do Estado para conseguir manter atualizadas as bases de dados do inventário do patrimônio classificado. Apesar de a lei estabelecer que a diferente

7. Lei nº 107/2001, de 8 setembro, al. 4) do art.º 94.º.

promoção de inventários deveria ser feita com "(...) recurso a bases de dados normalizadas e intercomunicáveis" (al. 6 do art.º 94.º), nem essa intercomunicação nem essa inter-relação se tem verificado, assistindo-se, pelo contrário, a uma sobreposição de projetos, bem como a uma grande dispersão de recursos humanos e financeiros.

Para além destes organismos, a União das Misericórdias Portuguesas coordena a inventariação do patrimônio móvel das Misericórdias nacionais, tal como as várias dioceses o fazem relativamente ao seu patrimônio, de modo independente e em bases de dados próprias, desde finais da década de 1990, sobretudo após a criação, em 1997, da Comissão Episcopal do Patrimônio Cultural da Igreja, que visa estender o âmbito da sua competência a todo o patrimônio artístico, museológico, histórico e arquivístico; e também a partir do envio, em 1999, da carta-circular da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja sobre a "Necessidade e urgência de inventariação e catalogação do patrimônio cultural da Igreja" (Vaticano, 8 de dezembro de 1999). Muitas associações de patrimônio, universidades e outros organismos procedem, igualmente, a inventários, de âmbitos temático ou geográfico distintos, consoante os seus próprios objetivos, metodologias de recolha e registro do patrimônio.

Neste panorama, o SIPA, desenvolvido no âmbito da administração do Estado, destaca-se como o primeiro inventário a ser desenvolvido no país; o único inventário português vocacionado para o levantamento sistemático de bens imóveis e patrimônio integrado, urbanístico e paisagístico, nacional e de origem portuguesa no mundo, acompanhando a larga abrangência do atual conceito de patrimônio. O SIPA destaca-se, ainda por privilegiar soluções de cooperação e de *networking* entre os diversos intervenientes, detentores e utilizadores do patrimônio, visando a racionalização dos meios e a articulação de investimentos.

2. O SIPA

Como já referido, o SIPA teve a sua gênese no âmbito da DGEMN, como um instrumento de apoio às suas atribuições na área da conservação e restauro do patrimônio classificado e dos imóveis do Estado, mas também como uma competência específica. Entre junho de 2007 e junho de 2015,

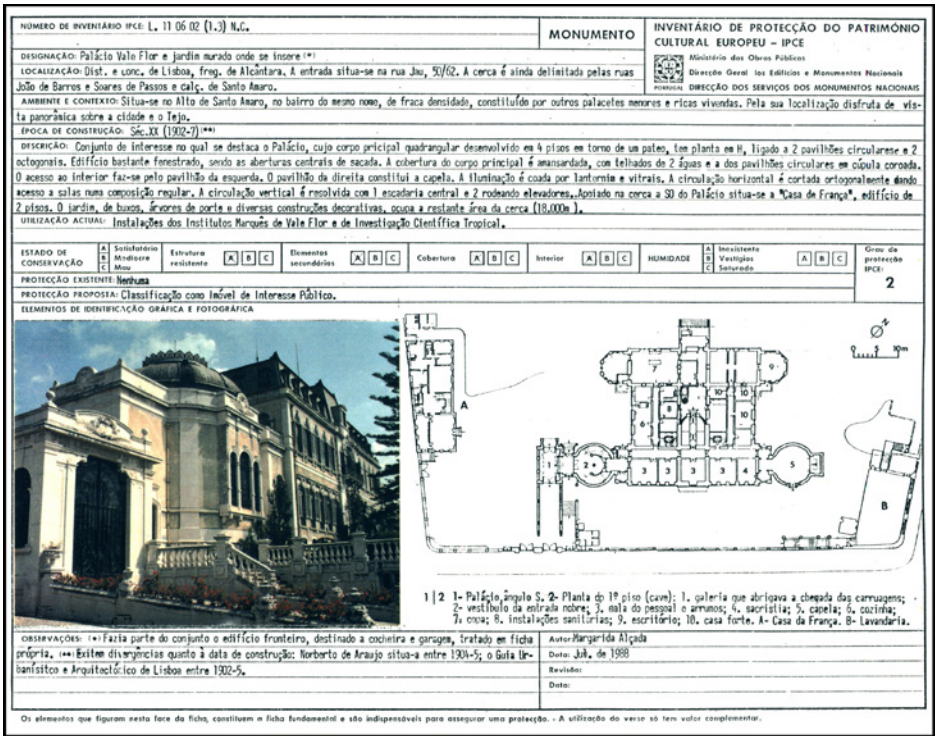
o SIPA foi desenvolvido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, I.P.), e, em julho de 2015, foi integrado na DGPC. Desde a sua criação, a DGEMN sentiu necessidade de conhecer os imóveis nos quais intervinha. Mas, entre esta consciencialização e o surgimento de um inventário propriamente dito, decorreram várias décadas, durante as quais se procedeu apenas à elaboração do cadastro dos imóveis classificados e do Estado, com produção de documentação e recolha de informação elementar de suporte às intervenções. Nesta primeira fase, em que pouco se avançou, não existindo ainda técnicos dedicados exclusivamente à inventariação, foi fundamental a existência de encontros internacionais, organizados pela Unesco e pelo Icomos, nos quais os dirigentes e alguns arquitetos da DGEMN estiveram presentes.

Na reta final desta fase embrionária do inventário, a Secção de Cadastro da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais terminou, em dezembro de 1975, o Inventário Preliminar ou Inicial, ou seja, a elaboração do catálogo do patrimônio classificado e em vias de classificação. E, em 1977, propunha-se iniciar o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural, pelo que tinha elaborado duas fichas de registro, uma para "Sítio" e outra para "Monumento", encontrando-se, ao mesmo tempo, a finalizar o documento com a definição das normas, baseadas na Recomendação de Palma - resultante do simpósio do Conselho da Europa, que se realizou em Barcelona, em 1965 – para a redação das fichas de registro.

Surgia o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu (IPCE), em que a ficha de registro seguia o modelo adotado por outros países da Europa, como Espanha, França e Itália, assim como surgia na América a ficha de registro do Inventário de Proteção do Acervo Cultural, adotada no estado da Bahia, Brasil (Figura 1). Aliás, durante as décadas de 1960 e de 1970, assistiu-se a um grande esforço de harmonização dos diferentes sistemas de inventário e de catálogo nos países da Europa e da América, o que hoje não se verifica no território nacional e, muito menos, ao nível europeu. A ficha IPCE manteve-se em vigor até 1992, mas era pouco operacional, visto ser escrita manualmente, depois datilografada e, só posteriormente, impressa para receber as imagens, gráficas e fotográficas, reduzidas.

FIGURA 1

Inventário de Protecção do Património Cultural Europeu, ficha de Monumento, Palácio Vale-Flor, Lisboa, outubro de 1988. Crédito: Paula Noé, 2011.



NÚMERO DE INVENTÁRIO IPCE: L. 11 06 02 (1.) N.C.

MONUMENTO

INVENTÁRIO DE PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EUROPEU – IPCE

Ministério das Obras Públicas
Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
PORTUGAL DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS

DESIGNAÇÃO: Palácio Vale Flor e jardim murado onde se insere (*)

LOCALIZAÇÃO: Dist. e conc. de Lisboa, freg. de Alcântara. A entrada situa-se na rua Jau, 50/62. A cerca é ainda delimitada pelas ruas João de Barros e Soares de Passos e calç. de Santo Amaro.

AMBIENTE E CONTEXTO: Situa-se no Alto de Santo Amaro, no bairro do mesmo nome, de fraca densidade, constituído por outros palacetes menores e ricas vivendas. Pela sua localização disfruta de vista panorâmica sobre a cidade e o Tejo.

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: Séc. XX (1902-7) (**)

DESCRIÇÃO: Conjunto de interesse no qual se destaca o Palácio, cujo corpo principal quadrangular desenvolvido em 4 pisos em torno de um pateo, tem planta em H, ligado a 2 pavilhões circulares e a 2 octogonais. Edifício bastante fenestrado, sendo as aberturas centrais de sacada. A cobertura do corpo principal é amansardada, com telhados de 2 águas e a dos pavilhões circulares em cúpula coroada. O acesso ao interior faz-se pelo pavilhão da esquerda. O pavilhão da direita constitui a capela. A iluminação é coada por lanternim e vitrais. A circulação horizontal é cortada ortogonalmente dando acesso a salas numa composição regular. A circulação vertical é resolvida com 1 escadaria central e 2 rodeando elevadores. Apoiado na cerca a SO do Palácio situa-se a "Casa de França", edifício de 2 pisos. O jardim, de buxos, árvores de porte e diversas construções decorativas, ocupa a restante área da cerca (18.000m²).

UTILIZAÇÃO ACTUAL: Instalações dos Institutos Marquês de Vale Flor e de Investigação Científica Tropical.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO	A Satisfatório B Medíocre C Mau	Estrutura resistente	A B C	Elementos secundários	A B C	Cobertura	A B C	Interior	A B C	HUMIDADE	A Inexistente B Vestígios C Saturado	A B C	Grau de protecção IPCE:
													2

PROTECÇÃO EXISTENTE: Nenhuma

PROTECÇÃO PROPOSTA: Classificação como Imóvel de Interesse Público.

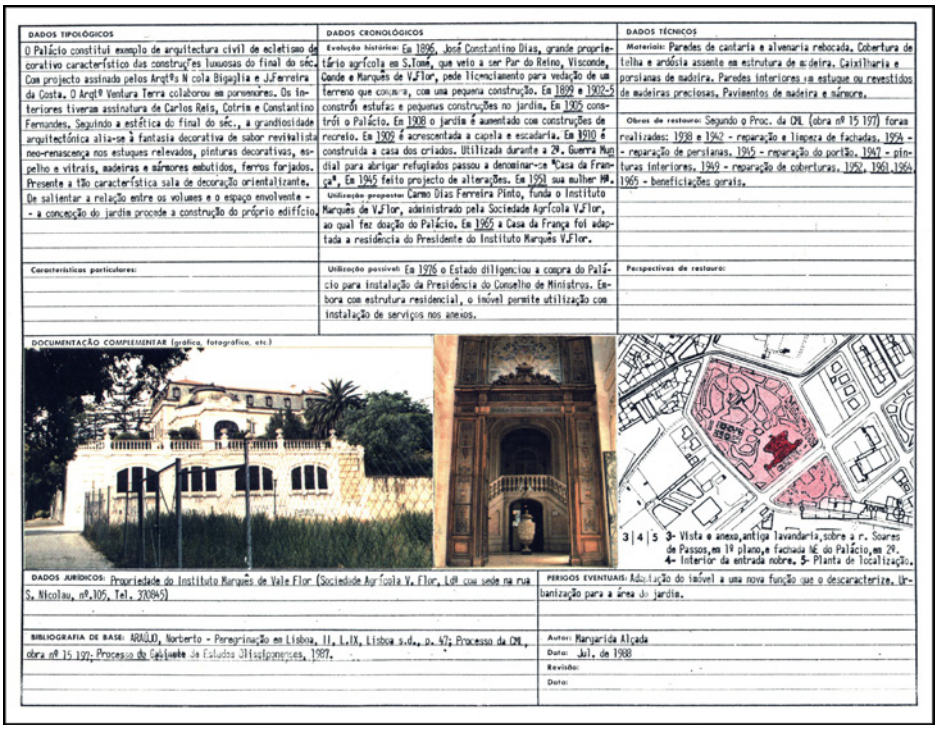
ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO GRÁFICA E FOTOGRÁFICA

1 | 2 1- Palácio, ângulo S. 2- Planta do 1º piso (cave): 1. galeria que abrigava a chegada das carruagens; 2- vestíbulo da entrada nobre; 3. sala do pessoal e armunos; 4. sacristia; 5. capela; 6. cozinha; 7. copa; 8. instalações sanitárias; 9. escritório; 10. casa forte. A- Casa da França. B- Lavandaria.

OBSERVAÇÕES: (*) Fazia parte do conjunto o edifício fronteiro, destinado a cocheira e garagem, tratado em ficha própria. (**) Existem divergências quanto à data de construção: Norberto de Araujo situa-a entre 1904-5; o Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa entre 1902-5.

Autor: Margarida Alçada
Data: Jul. de 1988
Revisão:
Data:

Os elementos que figuram nesta face da ficha, constituem a ficha fundamental e são indispensáveis para assegurar uma protecção. - A utilização do verso só tem valor complementar.



DADOS TIPOLÓGICOS

O Palácio constitui exemplo de arquitectura civil de ecletismo decorativo característico das construções luxuosas do final do séc. Com projecto assinado pelos Arqtºs N cola Bigaglia e J.Ferreira da Costa. O Arqtº Ventura Terra colaborou em pormenores. Os interiores tiveram assinatura de Carlos Reis, Cotrim e Constantino Fernandes. Seguindo a estética do final do séc., a grandiosidade arquitectónica alia-se à fantasia decorativa de sabor revivalista neo-renascença nos estuques relevados, pinturas decorativas, espelho e vitrais, madeiras e mármores embutidos, ferros forjados. Presente a tão característica sala de decoração orientalizante. De salientar a relação entre os volumes e o espaço envolvente - - a concepção do jardim procede a construção do próprio edifício.

Características particulares:

DADOS CRONOLÓGICOS

Evolução histórica: Em 1896, José Constantino Dias, grande proprietário agrícola em S.Tomé, que veio a ser Par do Reino, Visconde, Conde e Marquês de V.Flor, pede licenciamento para vedação de um terreno que comprara, com uma pequena construção. Em 1899 e 1902-5 constrói estufas e pequenas construções no jardim. Em 1905 constrói o Palácio. Em 1908 o jardim é aumentado com construções de recreio. Em 1909 é acrescentada a capela e escadaria. Em 1910 é construída a casa dos criados. Utilizada durante a 2ª. Guerra Mundial para abrigar refugiados passou a denominar-se "Casa da França". Em 1945 feito projecto de alterações. Em 1951 sua mulher Mª. Utilização proposta: Carmo Dias Ferreira Pinto, funda o Instituto Marquês de V.Flor, administrado pela Sociedade Agrícola V.Flor, ao qual fez doação do Palácio. Em 1965 a Casa da França foi adaptada a residência do Presidente do Instituto Marquês V.Flor.

Utilização possível: Em 1976 o Estado diligenciou a compra do Palácio para instalação da Presidência do Conselho de Ministros. Embora com estrutura residencial, o imóvel permite utilização com instalação de serviços nos anexos.

DADOS TÉCNICOS

Materiais: Paredes de cantaria e alvenaria rebocada. Cobertura de telha e ardósia assente em estrutura de madeira. Caixilharia e persianas de madeira. Paredes interiores em estuque ou revestidos de madeiras preciosas. Pavimentos de madeira e mármore.

Obras de restauro: Segundo o Proc. da DGL (obra nº 15 197) foram realizados: 1938 e 1942 - reparação e limpeza de fachadas. 1954 - - reparação de persianas. 1945 - reparação do portão. 1947 - pinturas interiores. 1949 - reparação de coberturas. 1952, 1961-1964, 1965 - beneficiações gerais.

Perspectivas de restauro:

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (gráfica, fotográfica, etc.)

3 | 4 | 5 3- Vista o anexo, antiga lavandaria, sobre a r. Soares de Passos, em 1º plano, e fachada SE do Palácio, em 2º. 4- Interior da entrada nobre. 5- Planta de localização.

DADOS JURÍDICOS: Propriedade do Instituto Marquês de Vale Flor (Sociedade Agrícola V. Flor, Ldª com sede na rua S. Nicolau, nº.105, Tel. 370845)

PERIGOS EVENTUAIS: Adaptação do imóvel a uma nova função que o descaracterize. Urbanização para a área do jardim.

BIBLIOGRAFIA DE BASE: ARAÚJO, Norberto - Peregrinação em Lisboa, II, L.IX, Lisboa s.d., p. 47; Processo da DGL, obra nº 15 197; Processo do Gabinete de Estudos Hispânicos, 1987.

Autor: Margarida Alçada
Data: Jul. de 1988
Revisão:
Data:

Na década de 1990, o inventário ganhou uma nova dinâmica e projeção. Passou a designar-se Inventário do Patrimônio arquitetônico (IPA) e foi desenvolvido sob o lema "conhecer para poder intervir" e com o desejo de disponibilizar esse conhecimento ao público. Uma progressiva reestruturação interna dos serviços criou, em 1993, a Direção de Serviços de Inventário e Divulgação, permitindo a integração de técnicos de História da Arte, de Arquitetura e de Arquivo nos quadros de pessoal e a contratação de colaboradores externos, entre 1990 e 2005, o que se traduziu num avanço significativo do inventário ao nível nacional. A ênfase dada à interligação da informação do inventário e a documentação sobre os monumentos e edifícios produzida ao longo do século XX, somadas ao desejo de disponibilizá-las em larga escala, levou à digitalização sistemática dos documentos de arquivo. Para tal, desenvolveu-se especificamente para o serviço uma solução técnica e tecnológica que permitisse a interoperacionalidade do sistema de informação com o das fontes documentais, a visualização de todos os documentos digitalizados e integrasse a documentação recente, produzida em suporte eletrônico.

Se numa fase inicial se inventariam apenas os imóveis classificados, a partir de 1995, o IPA passou a proceder ao levantamento sistemático do patrimônio, de acordo com o conceito alargado de patrimônio e das recomendações europeias. A partir de 1997, o IPA desenvolveu inventários temáticos, para melhorar os registros mais antigos, ainda elaborados na ficha IPCE, e abranger uma maior diversidade de bens, tendo também iniciado inventários com outras escalas de análise: o inventário de Conjuntos Urbanos, em 1999, e o inventário de Paisagem, em 2003, ambos com bases de dados específicas e em sistema de informação geográfica (SIG).

Atualmente, a base de dados integra cerca de 34.300 registros de inventário em território nacional, insular e outros espaços lusófonos, com informação textual e iconográfica em bases de dados interligadas. As bases de dados têm 15 anos e precisavam ser modernizadas e reformadas para responder às novas necessidades sentidas, à própria evolução metodológica e à produção de produtos subsidiários do inventário, mas a falta de recursos financeiros torna isto impossível. A base de dados textual do inventário é composta por 48 campos, de natureza identificativa, descritiva (da envolvente e do bem patrimonial), cronológica, tipológica e estilística,

bibliográfica, técnica ou de pesquisa interna. A sua estrutura é comum a todas as categorias de inventário (Monumento, Conjunto, Sítio e Paisagem). Conforme a profundidade da informação apresentada, os registros podem incluir-se em dois níveis: registros de inventário e registros de pré-inventário, de nível elementar ou desenvolvido. Muitos dos registros são abertos, executados e/ou atualizados com base na consulta da documentação do arquivo do SIPA, composta pelos núcleos documentais relativos às obras de conservação e restauro nos monumentos classificados, à construção de edifícios públicos para instalação de serviços do Estado e à sua beneficiação, habitação social de promoção estatal, bem como de espólios de arquitetos e artistas mais recentes. Este aspecto permite uma melhoria significativa na qualidade de informação e o alargamento do campo de inventariação, constituindo algo inédito nos inventários em Portugal.

A base de dados, em permanente atualização, permite pesquisas por palavra ou associação de palavras, em cada um dos campos, ou conciliando vários campos, em apenas um registro, ou no universo total de registros. A mesma base tem associado um programa de georreferenciação, a qual está integrada num sistema de informação geográfica (SIG) que permite a sua disponibilização ao ponto. Seria desejável a marcação ao polígono, o que ainda não foi possível, por razões técnicas.

Na inventariação dos conjuntos urbanos, para além de se executar o registro geral de inventário sobre o núcleo, os dados recolhidos sobre o edificado e o espaço público que o compõem são integrados numa base de dados específica, em ambiente SIG, cujos dados alfanuméricos incluem informação mínima de ordem arquitetônica, histórica e urbanística referente ao imóvel e ao polígono. A informação cartográfica e fotográfica permite a extração de cartas temáticas, através do cruzamento de dados escolhidos e a elaboração de alçados métricos retificados. A inventariação da paisagem, atualmente sem técnico alocado para lhe dar continuidade, possui igualmente uma base de dados específica e em SIG (com informação alfanumérica que permite o cruzamento de dados) dos edifícios e estruturas, conjuntos urbanos e unidades de paisagem.

Para se conseguir a uniformização de princípios de análise e na elaboração do registro da informação, com vocabulário controlado (o que nem sempre é fácil numa base de dados de campos livres), desenvolveram-se

vários instrumentos de apoio, como normas internas e guias de inventariação na área de edifícios e estruturas, conjuntos urbanos, paisagem e espaço verde. Foi criada, ainda, em parceria com o Instituto de Gestão do Patrimônio arquitetônico e Arqueológico (IGESPAR), uma coleção de guias práticos de inventariação, denominados "Kits Patrimônio", divulgados *on-line*, com o objetivo de dotar os agentes de patrimônio cultural e os cidadãos de instrumentos de apoio no reconhecimento, identificação e documentação do patrimônio, fomentando o esforço cooperativo. Com o mesmo objetivo, ministraram-se cursos de formação na área da inventariação. Para além disso, o SIPA desenvolveu um tesauro com vocabulário estruturado sobre arquitetura, urbanismo, paisagem, território, documentação e áreas associadas, procurando assegurar a sua correta utilização, estando, contudo, atualmente inacessível à consulta por falta de atualizações informáticas.

Considerando o vasto universo patrimonial já inventariado, com constante necessidade de atualizar os respectivos registros, o que ainda está por inventariar e a diversidade de instituições que se dedicam à inventariação, o SIPA tem desenvolvido, nos anos mais recentes, uma *network*, ou uma rede de parceiros SIPA que, através de acordos de colaboração flexíveis, asseguram a racionalização e a articulação de investimentos. Assim, estabeleceu protocolos de colaboração com alguns organismos públicos e privados que, por não terem técnicos vocacionados para o inventário imóvel, ou não pretenderem investir numa base de dados, e, reconhecendo a metodologia e os anos de experiência do SIPA, optaram por divulgar os seus projetos de inventariação do patrimônio imóvel nesse sistema. Foi o caso da Região Autônoma da Madeira, da União das Misericórdias Portuguesas, da Misericórdia de Lisboa, de várias dioceses portuguesas, municípios, organismos estatais, faculdades e associações de patrimônio.

Procurando incentivar a colaboração aos cidadãos em geral, o SIPA disponibiliza, ainda, desde maio de 2011, no seu *site* institucional, uma nova funcionalidade. O utilizador que se registre pode, de acordo com os termos e condições de colaboração aí estipulados: elaborar e submeter propostas de novos registros de inventário patrimonial ou de atualização dos já existentes, contribuindo com dados textuais e imagens, posteriormente validados pelos técnicos do SIPA; publicar comentários pessoais sobre o patrimônio inventariado; e votar nesse mesmo patrimônio.

Apesar de alguma inércia inerente aos portugueses para colaborar com iniciativas deste gênero, a verdade é que a adesão a esta funcionalidade tem crescido gradualmente ao longo dos anos e gerado uma rede de amigos SIPA que, regularmente, contribuem para o melhoramento da informação divulgada.

A base de dados das fontes documentais, inter-relacionada com a do inventário, permite consultar a documentação digitalizada. A documentação fotográfica e gráfica pode ser pesquisada ao nível do documento por uma série de campos: entidade detentora, título, autor, data de produção, código de produção, código de arquivo, indexação (na fotográfica), número do bem patrimonial, designação e localização, estes três últimos semelhantes nas várias bases de dados. Ao nível da peça, obtém-se informação sobre os dados técnicos da mesma, como o ano de produção, dados de conservação, código de comunicação "sim" ou "não", ou seja, se pode ou não ser divulgada ao público, indicação do depósito onde está armazenado, o URL da peça, gerado automaticamente e que permite que a peça seja *linkada* a outros recursos de informação, e a ligação ao registro de inventário. As imagens são visualizadas em tamanho otimizado, mas é possível fazer progressivos *zooms*, assim como na sua impressão, que, por defeito, é em tamanho A4, mas sempre à escala.

A documentação textual administrativa é pesquisável, sobretudo, pela designação do bem e pela cota ou identificador específico. Se a pesquisa for feita em termos globais, obtém-se a indicação das cotas da documentação digitalizada, cuja consulta pode ser imediata, e da que está por digitalizar, e cuja consulta terá de ser feita em suporte analógico. Até 2013, o SIPA contou com uma equipe em regime de *outsourcing,* na área da conservação e restauro dos documentos. Mas, devido aos cortes orçamentais, este serviço foi suspenso.

Grande parte deste conjunto de recursos de informação e documentação sobre arquitetura e patrimônio está disponível no *site* <www.monumentos.pt>, podendo ser consultada e descarregada a partir de casa pelos

seus utilizadores[8]. O *site* disponibiliza vários menus de pesquisa que permitem selecionar a área de interesse: informação geográfica, inventário, na vertente do patrimônio já inventariado ou do que se propõe inventariar, arquivos e outros. Em "Pesquisar Patrimônio" acede-se aos registros do patrimônio já inventariado pelo SIPA. É possível fazer pesquisa simplificada ou avançada, a partir de um campo apenas ou conciliando vários campos, condicionando cada vez mais o resultado da pesquisa, que pode ser visualizado em mapa ou imagem de satélite. O registro surge em versão para divulgação, ou seja, num formato mais reduzido do que o da base de dados. A partir do próprio registro de inventário é possível passar para os "Arquivos e Coleções do SIPA", ou pode pesquisar-se diretamente no menu "Pesquisar arquivos". Aí existem alguns campos de pesquisa específicos de arquivo, como título ou legenda da imagem, autor do documento, identificador de cada peça e ano, o que permite visualizar os documentos por assuntos ou autoria; por exemplo, podem visualizar-se apenas pias de água benta, retábulos, determinado tipo de arco etc., e pode optar-se por percorrer fotografias e desenhos, só fotografias, só desenhos, ou páginas textuais sobre o mesmo. Cada uma das imagens ou documento tem uma cota específica.

O investimento realizado na digitalização e disponibilização da documentação fez do SIPA o maior repositório digital de documentação de arquitetura em Portugal. Conta com:

- 193.156 desenhos técnicos e cartografia (42.506 visualizados no *site*);
- 680.250 fotos (599.883 visualizados no *site*);
- 12.504.736 de páginas de documentos textuais (2.340.666 visualizados no *site*)

A documentação com estatuto "condicionado", por razões de segurança patrimonial ou de proteção de direitos, só pode ser consultada presencialmente no Forte de Sacavém por investigadores previamente credenciados. A documentação ainda não digitalizada, ou da maioria dos espólios, também só pode ser consultada presencialmente e mediante marcação prévia.

8. O inventário do patrimônio arquitetônico foi disponibilizado ao público, em 1993, pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, numa sala multimídia das suas instalações, bem como no site <www.monumentos.pt>, tendo o mesmo sido distinguido, em 2003, com o Prêmio das Boas Práticas na Administração Central e Local, na categoria III – Melhor Prestação de Serviço On-line.

A inventariação sistemática do patrimônio - não se restringido apenas aos bens classificados ou de determinado tema, época ou estilo - georreferenciado, e em estreita interligação com as fontes documentais, permitiu ao SIPA criar estudos temáticos e tipológicos, ou seja, subprodutos, de caráter cultural e turístico. Estes são divulgados no *site* sob várias vertentes: "Exposições Virtuais", "Inventários Temáticos", "Rotas" e "Atlas de Patrimônio", em que, para além de um texto com enquadramento histórico e caracterização tipológica dos bens patrimoniais existem *links* aos registros de inventário e uma lista de imóveis recomendados. É ainda possível conhecer a vida e a obra de alguns arquitetos e técnicos da DGEMN ou de personalidades cujos espólios se encontram depositados no SIPA, na rubrica "Pessoas e Instituições". No visualizador de "Informação Geográfica" encontra-se disponível não só uma versão SIG de alguns dos estudos anteriores para *download,* como também o acesso aos dados espaciais georreferenciados sobre o patrimônio inventariado pelo SIPA. Entre outros temas, destaca-se o do "Patrimônio Classificado em Portugal", no qual o utilizador poderá criar um mapa específico de patrimônio, selecionando a(s) categoria(s) de classificação desejada(s). Cada ponto no mapa contém informação mínima sobre o bem patrimonial e o *link* ao registro de inventário.

O SIPA desenvolveu ainda uma aplicação para telemóveis que disponibiliza em i-Geo Patrimônio - uma iniciativa do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e da Energia - criada com o objetivo de disponibilizar ao público os dados relativos ao tema existentes na administração pública. Esta aplicação, que funciona apenas em território português, permite aceder ao inventário através das opções "Patrimônio Protegido" e "Patrimônio Não Protegido". A informação, pesquisável através das opções "Perto de Mim" ou "Explore" (distrito, concelho e freguesia), é visualizada numa versão abreviada de cada registro de inventário do SIPA, mas possibilita o ingresso direto no próprio registro e abrir as imagens associadas ao mesmo.

Procurando promover a transparência de um serviço público, ao serviço do público, o SIPA revela no *site* institucional a produção, o processamento e a disseminação da informação, ao dia e ao mês, através das rubricas: "TOP 100 Patrimônio", onde se indicam os registros de

inventário mais vistos, os mais recentes, os mais comentados e os mais votados; "TOP 100 Arquivos", com indicação dos bens patrimoniais mais pesquisados em "Arquivos e Coleções" e os documentos inseridos no arquivo mais recentemente; e "Indicadores", onde se apresenta como que uma radiografia geral do SIPA.

3. CASOS DE ESTUDO

A inventariação a nível nacional tem permitido ao SIPA proceder a alguns estudos comparativos de patrimônio arquitetônico e obter conclusões, nem sempre concordantes com o estabelecido pela historiografia da arte em Portugal e divulgado nas instituições de ensino. Apresentam-se dois casos de estudo: os templos com nave e presbitério e os templos de duas naves.

3.1 Templos com nave e presbitério

Uma das primeiras respostas às normas emanadas do Concílio de Trento (1545-1563) foi a alteração do tratamento espacial interno dos templos, com a abolição de todas as barreiras interiores, permitindo a aproximação dos fiéis às cerimônias litúrgicas, e corresponder à imposição da exposição do Santíssimo Sacramento, então em culto crescente. Em finais do século XVI e ao longo do século seguinte, em resposta às sucessivas normativas impostas pelos concílios sinodais das várias dioceses do território português, surgiram os templos com nave e presbitério sobrelevado, considerados por Rafael Moreira, em 2000, como uma tipologia ideal a aplicar às igrejas de Misericórdia, que estavam a ser fundadas neste período, combinada com uma tribuna rasgada diretamente para a casa do despacho (Figura 2). Nestas igrejas a parede testeira apresenta apenas o retábulo-mor; o retábulo-mor ladeado por portas de acesso às dependências posteriores encimadas por nichos ou janelas; ou o retábulo-mor e dois retábulos colaterais, interligados entre si de modo a formar uma composição retabular única, mas com mesas de altar individualizadas. Outras vezes a parede testeira é rasgada por três capelas com o mesmo tipo de composição ou possui o retábulo-mor e duas capelas laterais no presbitério. Em dois casos, nas igrejas de Misericórdia de Santarém e de Faro, o presbitério surge associado à planimetria de três naves.

FIGURA 2

Igreja da Misericórdia de Tentúgal (Coimbra): interior com nave e presbitério. Crédito: SIPA FOTO.00546214, s.a., 2003.

No âmbito do protocolo entre o SIPA e a União das Misericórdias Portuguesas, foi realizado um estudo comparativo entre os templos destas irmandades, na sequência do qual, inicialmente se pensou que, de fato, esta tipologia de nave e presbitério era exclusiva das igrejas de Misericórdia. Contudo, a progressiva inventariação do patrimônio em termos nacionais e uma análise mais atenta tornou possível verificar que a tipologia de nave e presbitério não é exclusiva das igrejas de Misericórdia. Até o momento, o SIPA inventariou 69 templos com nave e presbitério, correspondendo a 39 igrejas de Misericórdia, apenas no continente, e os restantes a templos de promoção diocesana ou privada, numa distribuição bastante equilibrada, mas com um número significativo de capelas na ilha da Madeira (Figura 3). Apresentam o mesmo esquema de presbitério, com acesso central ou lateral, protegido ou não por guarda, e tendo na parede testeira apenas um retábulo, situação mais frequente nas pequenas capelas, o retábulo-mor ladeado por eixos de vãos, ou ainda, rasgada por três capelas, correspondendo uma à capela-mor e as outras duas às capelas colaterais (Figura 4).

FIGURA 3

Templos com nave e presbitério: mapa de ocorrências no SIPA. Crédito: Paula Noé e Paula Figueiredo, 2014.

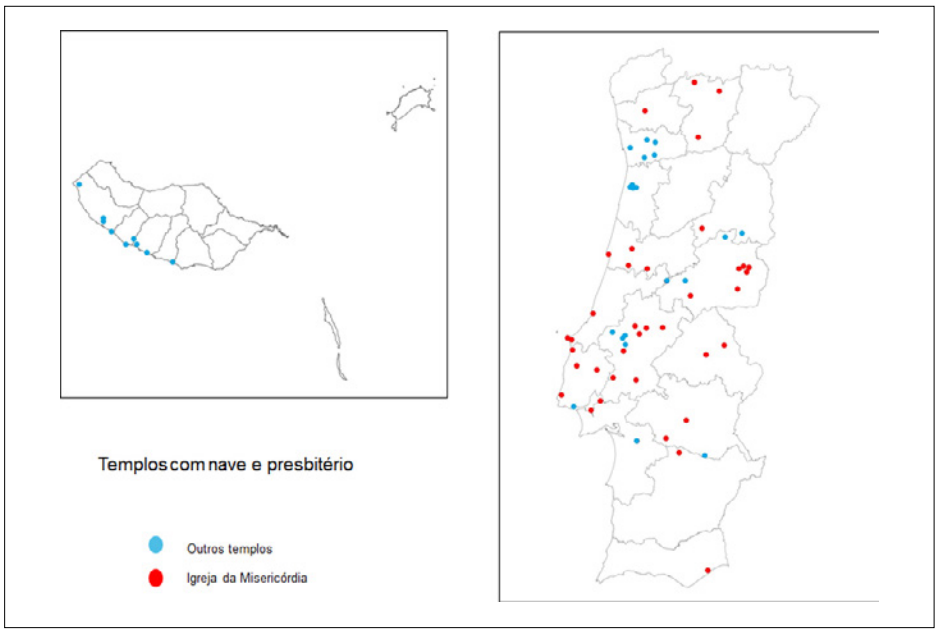


FIGURA 4

Capela de Nossa Senhora da Alumieira, Oliveira de Azeméis (Aveiro): interior com nave e presbitério. Crédito: SIPA FOTO.00130692, s.a., s.d.

O levantamento desta tipologia ainda não é exaustivo e, com a continuidade da inventariação no território nacional, poderão surgir muitos outros templos com nave e presbitério, que neste período responderam de forma eficaz às normas tridentinas.

3.2 Os templos de duas naves

Durante muito tempo julgou-se que a única igreja de duas naves em Portugal continental era a de Joane, em Vila Nova de Famalicão (Braga), demolida a 11 de março de 1978, para construção de uma igreja de maiores dimensões, inaugurada apenas em 2003, 50 anos depois do início da sua construção. De construção medieval, a igreja de Joane já no século XVII era descrita como tendo duas naves, sendo a do Evangelho da paróquia e a da Epístola da Confraria do Santíssimo ou do Senhor, ambas terminadas em capelas com igual profundidade, correspondendo, a primeira, à capela-mor e a segunda à capela do Divino Salvador (Figura 5).

Com a demolição da Igreja de Joane, a historiografia tradicional considerou que não existia mais nenhum templo de duas naves em território continental. No entanto, no SIPA existem atualmente 23 igrejas com duas naves inventariadas, 20 no continente, sobretudo na região Norte do país, e quatro nos Açores (uma na ilha Terceira e três em São Miguel) (Figura 6).

A maioria destes templos é de fundação medieval. Foram construídos primitivamente com uma única nave a que se acrescentou uma nave secundária, normalmente mais estreita, disposta no lado do Evangelho ou no lado da Epístola, no século XVII (caso da igreja do Convento de Santo Antônio, em Alcácer do Sal), e nos séculos XVIII (mais frequentemente) e XIX (Figura 7). Verificou-se que, quando são posteriores, estas naves secundárias muitas vezes resultam da ampliação e prolongamento de uma capela lateral, onde já existia uma importante confraria. Formam um corpo distinto, por vezes mais baixo e/ou mais curto, podendo ter frontalmente uma torre sineira (Figura 8).

FIGURA 5

Igreja Paroquial de Joane, Vila Nova de Famalicão (Braga): interior com duas naves. Crédito de imagem: SIPA FOTO.00067372, s.a.,1962.

FIGURA 6

Templos de duas naves: mapa de ocorrências no SIPA. Crédito: Paula Noé e Paula Figueiredo, 2014.

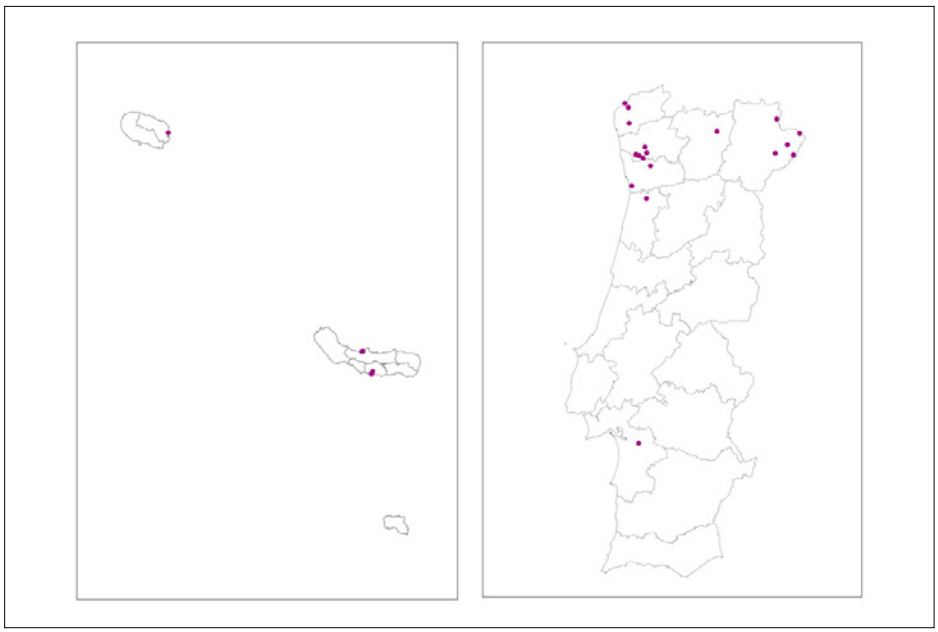


FIGURA 7

Igreja Paroquial da Carvalhosa (Porto): fachada principal. Crédito de imagem: SIPA FOTO.00945761, Diocese do Porto – Secretariado Diocesano de Liturgia, 2009.

FIGURA 8

Igreja Paroquial do Peso, Mogadouro (Bragança): fachada principal. Crédito de imagem: SIPA FOTO.00873508, Joaquim Caetano, 2002.

Um número menor de igrejas foi construído, de raiz, no século XVII, com a tipologia de duas naves, sendo uma delas da confraria e a outra da Paróquia/Ordem religiosa ou da Misericórdia, como em três igrejas dos Açores, onde a Misericórdia e a Confraria do Santo Cristo coexistem no mesmo edifício. A estrutura e a composição das fachadas principais revelam, frequentemente, a evolução histórica do templo e a opção arquitetônica da confraria. Os templos construídos de raiz com duas naves têm fachadas mais harmônicas podendo denunciar ou não a espacialidade interior, existindo um limitado número de templos com fachada bipartida e duplo eixo de vãos (Figuras 9 e 10).

No interior, as duas naves separam-se por colunas ou pilares, sobretudo na região de Bragança (Figura 11), ou por arcos sobre colunas (Figura 12). No topo da nave secundária dispõe-se um retábulo ou desenvolve-se uma capela, mais ou menos profunda, em alguns casos até com retábulo igual ao da capela-mor.

Alguns templos apresentam atualmente uma nave, mas, no passado, já tiveram duas naves. É o caso da Igreja de Misericórdia da Praia da Vitória (Ilha Terceira, Açores), cujas obras, após o incêndio de 1921, reconverteram as duas naves numa única, ainda que mantendo a mísula de onde arrancava um dos arcos que as separava e a dupla cabeceira. Sobre outras igrejas, não existe publicada documentação a comprovar a planimetria de duas naves, contudo a estrutura da dupla cabeceira e o reforço do pilar a meio da parede testeira da nave, como acontece na Igreja Paroquial de Vilar do Paraíso, em Vila Nova de Gaia (Porto), podem apontar para a anterior divisão espacial em duas naves (Figura 13).

É possível, assim, concluir que os templos com tipologia de duas naves constituíram-se como uma solução arquitetônica e espacial alternativa mais frequente do que até agora se pensava, em Portugal, e que a descoberta de outros exemplares, com a progressiva inventariação do patrimônio, poderá trazer esclarecimentos adicionais.

FIGURA 9

Igreja da Misericórdia de Vila Franca do Campo (Açores): fachada principal. Crédito: SIPA FOTO.00982297, Paula Noé, 2010.

FIGURA 10

Igreja da Misericórdia da Ribeira Grande (Açores): fachada principal. Crédito: SIPA FOTO.00982671, Paula Noé, 2010.

FIGURA 11

Capela de Santo Cristo, Miranda do Douro (Bragança): interior de duas naves. Crédito de imagem: SIPA FOTO.00873260, Joaquim Caetano, 2002.

FIGURA 12

Igreja da Misericórdia de Vila Franca do Campo (Açores): interior. Crédito: SIPA FOTO.00982307, Paula Noé, 2010.

FIGURA 13

Igreja Paroquial de Vilar do Paraíso, Vila Nova de Gaia (Porto): interior com dupla cabeceira. Crédito: SIPA FOTO.00578800, s.a., 2004.

4. CONCLUSÃO

As estatísticas de acesso ao site <www.monumentos.pt>, com cerca de 1.000 a 1.500 utilizadores por dia, cerca de 8.000 por semana e 38.000 por mês, atestam de forma clara o êxito da estratégia do SIPA, ou seja, a decisão de proceder ao levantamento sistemático e atualizado do inventário do patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico, de conciliar esse inventário com os conteúdos documentais, e de ter apostado na sua divulgação em larga escala, contribui para tornar este sistema um dos mais inovadores de Portugal.

Os dois casos de estudo apresentados comprovam, igualmente, que não basta o conhecimento teórico e parcial do patrimônio. Para elaboração de um estudo sério de tipologias arquitetônicas, é necessário partir de uma base de dados de inventário, que registre sistematicamente o patrimônio nacional e permita trabalhar os dados e ocorrências nas mais modernas tecnologias, sem perder de vista um âmbito mais geral e possíveis zonas de influência. Nesse sentido, o SIPA tem essas valências e pode continuar a contribuir de modo significativo para o estudo da arquitetura em Portugal. Além disso, a visão global que o SIPA proporciona, transforma-o num instrumento fundamental de apoio à DGPC, onde o SIPA foi recentemente integrado, para definição de uma política consistente de classificação do patrimônio e de salvaguarda e recuperação do mesmo, por parte do Estado.

BIBLIOGRAFIA

ALÇADA, Margarida. O Inventário do património arquitectónico. *Monumentos: Dossiê: Praça do Comércio,* Lisboa, n. 1, p. 79-80, set. 1994.

COSTA, Vasco. Património e desenvolvimento. In: *A Intervenção no património. Práticas de conservação e reabilitação*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2002. p. 3-11. Atas do congresso.

FIGUEIREDO, Paula. *A Comissão dos Monumentos Nacionais (1882-1925):* políticas de restauro e conservação no séc. XIX. Comunicação no Forte de Sacavém, a 22 jan.2004.

FIGUEIREDO, Paula; NOÉ, Paula. *O contributo do SIPA para o estudo comparativo do património arquitetónico*. Comunicação nas Jornadas SIPA, 24 nov. 2014.

IPPAR. *Património Arquitectónico e Arqueológico. Informar para proteger*. Lisboa: Printer Portuguesa, 1994.

LOPES, Flávio. *Património arquitectónico e arqueológico:* cartas, recomendações e convenções internacionais. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

MARQUES, Teresa. Inventário do património cultural: a política da necessidade e a necessidade de uma política. In: *Património Edificado Novas Tecnologias. Inventários*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura; Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002. p.133-145.

PEREIRA, Gabriel. *Monumentos nacionais*. Lisboa: Typographia do Dia, 1902. vol. 2.

SILVA, Joaquim Possidónio da. *Relatório da Commissão dos Monumentos Nacionais*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO (SIPA). Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, 2008.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO (SIPA). *Portfolio*. Lisboa: Direcção de Informação, Estudos e Comunicações/IHRU, 2009.

Recebido
28/01/2016

Aprovado
16/06/2016

CATALOGAÇÃO DOS BENS CULTURAIS NA ITÁLIA: MÉTODOS, FERRAMENTAS E COOPERAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO.

ANTONELLA NEGRI, MINISTÉRIO DOS BENS E ATIVIDADES CULTURAIS E DO TURISMO, ROMA, ITÁLIA
Arquiteta responsável do Serviço pelos bens arquitetônicos e ambientais, Instituto Central de Catalogação e Documentação (ICCD) – Ministério dos Bens e Atividades Culturais e do Turismo (MiBACT). E-mail: antonella.negri@beniculturali.it

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p99-118

CATALOGAÇÃO DOS BENS CULTURAIS NA ITÁLIA: MÉTODOS, FERRAMENTAS E COOPERAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A GESTÃO DO CONHECIMENTO.

ANTONELLA NEGRI

RESUMO

No Ministério dos Bens e Atividades Culturais e do Turismo (MiBACT), o Instituto Central de Catalogação e Documentação (ICCD) é a referência institucional para a programação, o desenvolvimento metodológico e o planejamento das atividades relativas à catalogação do patrimônio cultural italiano. Com essa finalidade, coordena a pesquisa relativa à definição dos padrões de catalogação para os diferentes tipos de bens culturais referentes aos âmbitos de proteção do MiBACT e coordena o Catálogo Geral do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico, Histórico, Artístico, Étnico e Antropológico Nacional. Desde a sua fundação (1975) até hoje, o ICCD tem constantemente direcionado suas políticas operacionais para o diálogo com outros sujeitos envolvidos no setor dos bens culturais, a fim de identificar as regras e modalidades de trabalho para compartilhar os conhecimentos em relação ao patrimônio, tais como os padrões de catalogação e os protocolos de intercâmbio de dados. Com a criação do novo Sistema de Informação Geral de Catalogação baseado na tecnologia *web* (SIGECweb), o Instituto tem novos recursos e tecnologias para gerenciar todo o processo de produção de dados de catalogação, desde a atribuição de códigos unívocos até a publicação das fichas para a utilização gratuita, com o objetivo de garantir a homogeneidade e a partilha das informações produzidas. Também foram definidos os procedimentos para a interoperabilidade com sistemas externos e o ICCD participou do desenvolvimento da plataforma de cooperação Vincoli in Rete (VIR), que efetua a interoperabilidade entre os três principais bancos de dados do MIBACT e representa o principal ponto de acesso ao registro de dados compartilhados dos bens relativos ao patrimônio cultural imóvel.

PALAVRAS-CHAVE

Catalogação. Bens culturais. Sistemas de informação.

CATALOGUING CULTURAL ASSETS IN ITALY: METHODS, TOOLS AND COOPERATION BETWEEN DIFFERENT INFORMATION SYSTEMS TO MANAGE KNOWLEDGE.

ANTONELLA NEGRI

ABSTRACT

MIBACT's (Ministry of Cultural Heritage and Activities and Tourism) ICCD (Central Institute for Cataloguing and Documentation) is the institutional reference in terms of defining, developing methodologies and planning activities related to cataloguing Italy's cultural heritage. To that end, it coordinates research relating to the definition of cataloguing standards for the different kinds of cultural assets under the MiBACT's protection. It also coordinates the general national catalog of archeological, architectural, historic, artistic, ethnic and anthropologic heritage. Since its inception (1975) to this day, ICCD has consistently focused its operational policies on the "dialog" with other actors involved in the cultural assets segment to identify rules and work categories to share knowledge related to heritage, such as cataloguing standards and data exchange protocols. The creation of the new SIGECweb (Web-based General Cataloguing Information System) gave the Institute new resources and technologies to manage the entire process of producing cataloguing data, from assigning unambiguous codes to file cards publishing for free use, in order to assure consistency and the sharing of generated information. The procedures for the interoperability with external systems were defined, and ICCD was part of the development of the Vincoli in Rete (VIR) collaboration platform. This platform enables the interoperability between the three major MIBACT's databases, it is also the main access to the shared data registry of assets related to immovable cultural heritage.

KEYWORDS

Cataloguing. Cultural assets. Information systems.

1. INTRODUÇÃO

As tecnologias da informação têm uma importante função de suporte na gestão e difusão do extenso e diversificado complexo de informações gerado pelo processo de documentação do patrimônio cultural. No Ministério dos Bens e das Atividades Culturais e do Turismo (MiBACT), há vários anos, foram implementados projetos fortemente caracterizados pelo uso de tecnologias informáticas e pela experimentação de ambientes de softwares para o armazenamento e a gestão de dados sobre os bens culturais. O Instituto Central de Catalogação e Documentação[1] (ICCD), referência institucional para a programação, o desenvolvimento metodológico e o planejamento de projetos e atividades pertinentes à catalogação do patrimônio cultural italiano, coordena a pesquisa para a definição dos padrões de catalogação para os diferentes tipos de bens culturais relativos às áreas de proteção do MiBACT e coordena, através do SIGECweb (Sistema de Informação Geral de Catalogação), o Catálogo do patrimônio arqueológico, arquitetônico, histórico, artístico, étnico e antropológico nacional.

1. <www.iccd.beniculturali.it>

2 A FUNÇÃO DO ICCD: AS FERRAMENTAS E AS METODOLOGIAS PARA A CATALOGAÇÃO

O Código dos Bens Culturais e Paisagísticos[2], a principal referência normativa italiana, que outorga ao Ministério dos bens e das atividades culturais e do turismo a tarefa de tutelar, preservar e valorizar o patrimônio cultural da Itália, destina o artigo 17 do capítulo I (Objeto da tutela) à "catalogação", que é garantida e coordenada pelo próprio Ministério, com o apoio dos governos locais regionais e outros órgãos públicos territoriais: entre as missões institucionais do ICCD encontram-se a pesquisa e o desenvolvimento de metodologias para o conhecimento visando à proteção e valorização do patrimônio artístico e cultural italiano. Baseado no conteúdo do regimento, de 7 de outubro de 2008, o Instituto faz a gestão do coordena do Catálogo Geral do Patrimônio Arqueológico, Arquitetônico, Histórico, Artístico, Étnico e Antropológico Nacional, elabora os métodos de catalogação e coordena as atividades operacionais dos órgãos técnicos implementados no território, realiza campanhas de documentação do patrimônio cultural, tutela, preserva e valoriza suas coleções de fotografia histórica e de fotografia aérea.

Em particular, com o objetivo de fornecer os instrumentos de cadastro de dados sobre o patrimônio cultural de acordo com critérios homogêneos e compartilhados em nível nacional, o ICCD elabora padrões de catalogação, que são compostos pela estruturação das fichas de catálogo (normas) e por ferramentas de terminologia. As normas de catalogação são, portanto, modelos descritivos que recolhem, de forma organizada, as informações sobre os bens, de acordo com um processo cognitivo que orienta o catalogador e ao mesmo tempo controla e codifica a aquisição dos dados de acordo com critérios precisos. Dentro destes modelos, específicos para os diferentes tipos de bens culturais, há seções diferentes para as várias informações, incluindo: dados descritivos e técnicos que destacam o valor cultural do bem, as referências à documentação anexada que completa o conhecimento do bem e as informações geográficas que relacionam o bem com o território.

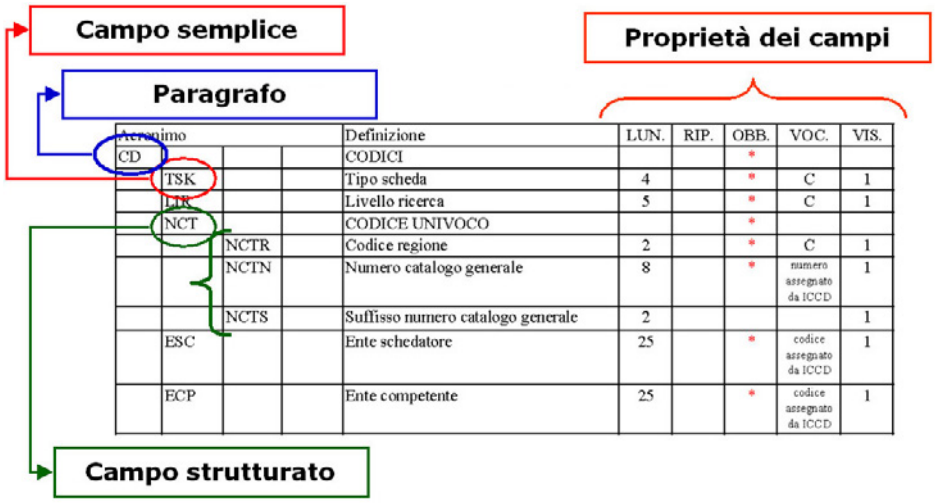
2. Decreto Legislativo n. 42 de 22.01.2004 (e suas alterações e integrações).

A estrutura de uma norma é organizada em grupos homogêneos de informações, chamados "parágrafos"; cada parágrafo contém "campos", que podem ser simples (itens individuais a serem preenchidos) ou "estruturados", ou seja, contendo subcampos que, juntos, contribuem para a formação das informações. Estes elementos têm propriedades específicas, tais como o comprimento, a repetitividade, a obrigatoriedade, a presença de vocabulários ou o tipo de visibilidade para a divulgação pública de dados na web. Cada elemento tem um nível mínimo de redação, chamado "de inventário", que coincide com a compilação dos campos indispensáveis (que são definidos como "absolutamente obrigatórios" e estão indicados com um asterisco vermelho) para a validade da ficha (Figura 1).

No sistema nacional de catalogação, o ICCD atribui a cada bem cultural um código de catálogo (NCT) que o identifica de modo unívoco; este código, especificado obrigatoriamente na ficha de catálogo, é a base de todo o processo de gerenciamento de dados e é composto por três partes: o Código Região (NCTR, sigla inicial de dois dígitos que identifica a Região italiana de origem), o número de catálogo geral (NCTN, número de oito dígitos atribuído por ordem sequencial em relação a uma determinada Região), o eventual sufixo do número de catálogo geral (NCTS, sigla composta por letras do alfabeto e utilizada em caso de uma revisão de fichas anteriores).

FIGURA 1

Esquema da estrutura de uma norma catalográfica: exemplo relativo ao parágrafo do código (CD - CODICI) e ao seu campo com os respectivos acrônimos e a definição. Nas colunas da direita são elencadas as propriedades do campo: o asterisco vermelho indica o campo obrigatório necessário para validade do registro. Por Antonella Negri.



Acronimo				Definizione	LUN.	RIP.	OBB.	VOC.	VIS.
CD				CODICI			*		
	TSK			Tipo scheda	4		*	C	1
	LIR			Livello ricerca	5		*	C	1
	NCT			CODICE UNIVOCO			*		
		NCTR		Codice regione	2		*	C	1
		NCTN		Numero catalogo generale	8		*	numero assegnato da ICCD	1
		NCTS		Suffisso numero catalogo generale	2				1
	ESC			Ente schedatore	25		*	codice assegnato da ICCD	1
	ECP			Ente competente	25		*	codice assegnato da ICCD	1

Os padrões de catalogação foram objeto de um complexo processo evolutivo: desde os anos 1990 a elaboração de ferramentas para a catalogação, ao contrário dos antigos modelos que lidavam com informações sobre o bem catalogado de forma muito mais discursiva, baseia-se em princípios metodológicos que realizam a divisão da informação, facilitando o controle e a gestão informatizada dos dados. Também define uma estrutura lógica geral comum, que permite o tratamento homogêneo dos conhecimentos, independentemente do tipo de bem cultural. As fichas de catálogo estão organizadas em três categorias principais:

- bens móveis (por exemplo, objetos, tais como pinturas, esculturas e achados arqueológicos)
- bens imóveis (por exemplo palácios, igrejas ou sítios e monumentos arqueológicos)
- bens imateriais (por exemplos tradições orais, línguas, artes performáticas, práticas sociais e rituais)

Dentro destas categorias principais existem setores disciplinares:

- bens arqueológicos
- bens arquitetônicos e paisagísticos
- bens demoetnoantropológicos
- bens fotográficos
- bens musicais
- bens relacionados às ciências naturais
- bens numismáticos
- bens científicos e tecnológicos
- bens históricos e artísticos.

Aos setores disciplinares reportam-se os diferentes tipos de fichas de catálogo, atualmente existem 39 estruturas, identificadas por uma sigla e uma denominação; por exemplo, ao setor disciplinar dos bens arquitetônicos e paisagísticos pertencem dois tipos de fichas: A, Arquitetura; PG, Parques e Jardins. Uma vez que os padrões ICCD passaram por atualizações e mudanças ao longo do tempo (tanto na estrutura dos dados quanto nas regras de compilação), ligadas ao progresso e ao aprimoramento da pesquisa científica nos diferentes setores disciplinares, cada modelo também reporta a "versão" progressiva. As fichas são o centro das atividades de catalogação e em torno delas giram outros instrumentos para a aquisição

dos conhecimentos sobre o patrimônio cultural, tais como, por exemplo, os *authority files*, modelos para a descrição das entidades de referência que estão intimamente relacionados aos bens culturais (bibliografia, autores, eventos, como as campanhas de escavações ou levantamento arqueológico): estas fichas são usadas para registrar as informações de forma homogênea e padronizada, a fim de constituir arquivos de referência.

Nos últimos anos, o Instituto se empenhou na revisão dos padrões de catalogação, também tentando responder às necessidades atuais de conhecimento sobre o patrimônio nacional que surgiram a partir da comparação com outros sujeitos e instituições que, de várias maneiras, participam da catalogação dos bens culturais. Em particular, foram identificadas para cada tipo de bem (objeto de uma estrutura específica de ficha), informações comuns e transversais que permitem a convergência e alinhamento de diferentes modelos descritivos. A partir desta atividade surgiu um conjunto predefinido de informações (respeitando a especificidade de cada uma das estruturas de ficha para catalogar os vários bens culturais), que se revelou funcional para a sistematização do processo de catalogação como um todo e também para a geração de novos modelos de fichas para os tipos de bens que estão sendo adicionados ao patrimônio cultural nacional.

Neste âmbito, definiu-se, também, uma nova ferramenta para a aquisição de informações de acordo com as modalidades independentes das práticas habituais de catalogação: o MODI (Formulário de Informações), ou seja, uma estrutura de ficha simplificada que, ao contrário daqueles padrões, não está relacionada a um código nacional unívoco (NCT), mas é transversal para todos os tipos de bens, está alinhado com as últimas atualizações das normas ICCD e garante um censo rápido e eficaz das evidências culturais. Sucessivamente, quando convém, as informações podem ser facilmente transferidas para as estruturas padrão das fichas, com a atribuição de um código unívoco nacional.

Os padrões de catalogação constituem, assim, um sistema normativo lógico e funcional para a gestão informatizada, ambiente ideal para a integração e otimização dos diferentes componentes[3].

3. Para todas as informações detalhadas sobre os padrões catalográficos consultar a seção apropriada do site do ICCD: <http://www.iccd.beniculturali.it/index.php?it/473/standard-catalografici>

3 O SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERAIS DE CATALOGAÇÃO

O SIGEC (Sistema de Informações Gerais de Catalogação) é a ferramenta com a qual o ICCD controla e gerencia todo o processo de catalogação. O sistema é essencialmente constituído por dois ambientes de informações:

- a produção e a gestão das fichas (subsistema operacional)
- o uso público do catálogo (subsistema do usuário).

Com a entrada em produção do novo sistema de informação baseado na tecnologia *web*, SIGECweb4, o subsistema operacional controla e otimiza os fluxos de processo e permite, em tempo real, a difusão dos padrões de catalogação e as atualizações funcionais para a criação e/ou revisão dos dados cognitivos de catalogação do patrimônio cultural.

O subsistema do usuário, através do site Catalogo Generale dei Beni Culturali[5], (Catálogo Geral dos Bens Culturais), permite a fruição pública e a valorização dos bens culturais catalogados, baseando-se nas informações de forma dinâmica a partir do SIGECweb: atualmente são consultáveis as fichas relativas aos bens culturais de propriedade pública e itinerários guiados permitem pesquisar, visualizar de antemão antevisões e ter acesso a pormenores de cada ficha de catálogo. O acesso é gratuito e as informações estão disponíveis para todos os tipos de usuários que desejam conhecer as principais características dos bens catalogados. A visibilidade dos dados é controlada de acordo com filtros específicos que operam sobre o que é definido no processo de catalogação da ficha do bem (Figura 2).

O acesso ao SIGECweb ocorre através de qualquer navegador web (browser) e não depende de configurações *hardware* ou *software*. O sistema, segundo o modelo associativo das funções dos vários sujeitos envolvidos no processo de catalogação, permite predispor o ambiente de trabalho de acordo com as diferentes operações, divididas essencialmente em duas grandes áreas: a área de catalogação e a área de administração. As funcionalidades implementadas através de um sistema complexo de relações integram em um único contexto todos os dados cognitivos dos bens, recompondo a unidade original do patrimônio cultural (Figuras 3 e 4).

4. <http://www.iccd.beniculturali.it/index.php?it/118/sistema-informativo-generale-del-catalogo-sigec>
5. <www.catalogo.beniculturali.it>

FIGURA 2

Homepage do Catalogo Generale dei Beni Culturali: à esquerda, o menu de navegação dos diversos bens culturais, subdivididos por setor disciplinar e por macrocategoria. Por Antonella Negri.

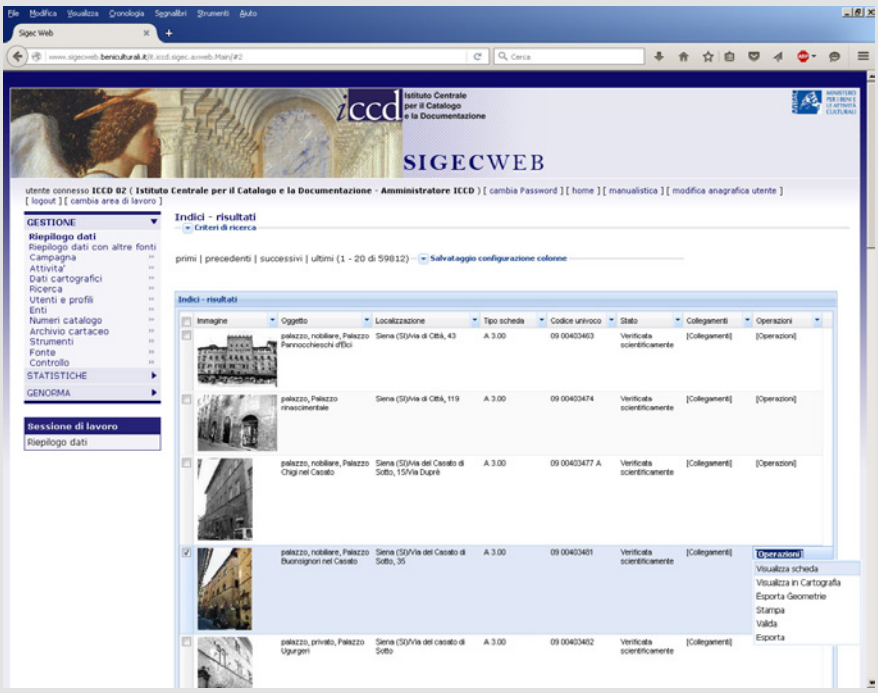


FIGURA 3

SIGECweb: acesso ao sistema pelo perfil de administrador ICCD. Resumo dos dados das fichas do catálogo relativo aos bens arquitetônicos e seleção do registro do Palazzo Buonsignori (região da Toscana, município de Siena) para visualização em detalhe. Por: Antonella Negri.

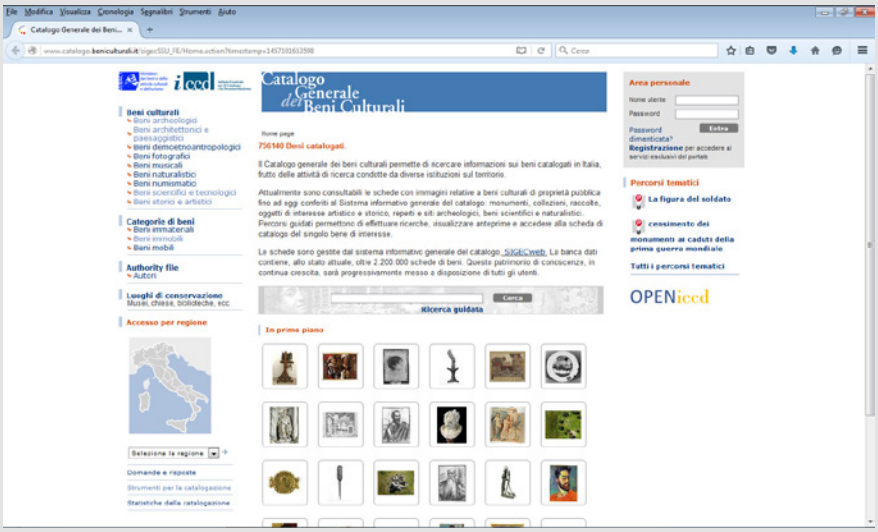


FIGURA 4

SIGECweb: visualização em detalhe de registro arquitetônico da versão 3.00 do Palazzo Buonsignori, código unificado do catálogo (NCT) 09 00403481. Por: Antonella Negri.

No SIGECweb operam órgãos internos e externos ao MiBACT: os órgãos internos são compostos principalmente por superintendências territoriais, que são automaticamente creditadas no sistema ou como órgãos competentes (que têm a tutela dos bens catalogados) ou como órgãos catalogadores[6] (que se ocupam da catalogação dos bens).

Em resumo, o processo de criação de uma nova ficha de catálogo pode ser esquematizado da seguinte forma: um órgão que pretende fazer uma catalogação de bens no território, se é externo ao MIBACT, solicita o código de órgão catalogador ao ICCD através da plataforma SIGECweb, ou - se for um órgão interno, como as superintendências territoriais – é registrado automaticamente. Uma vez credenciado, o administrador do órgão acessa o sistema, abre uma campanha de catalogação e requer ao ICCD os números de catálogo geral, que poderá então distribuir em uma atividade de catalogação e atribuir tarefas de catalogação associadas à atividade (catalogador, que realiza a ficha de catálogo, e verificador científico, que é responsável pela

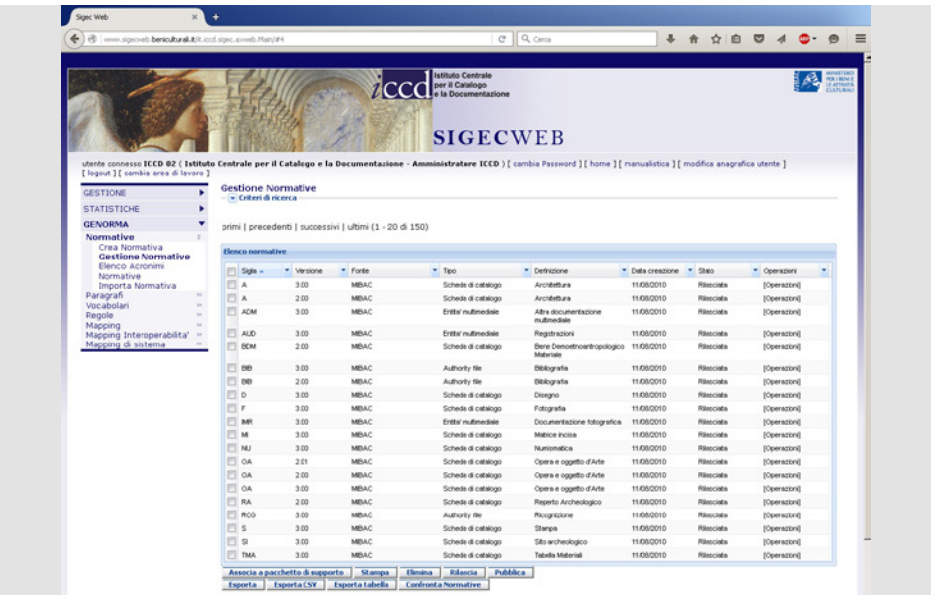
6. O código órgão catalogador, atribuído pelo ICCD, enquadra os órgãos públicos e pessoas jurídicas privadas sem fins lucrativos no Sistema de Catalogação Nacional.

verificação dos conteúdos científicos da ficha produzida). A ficha de catálogo é então produzida por um catalogador dentro de uma atividade de catalogação através de funções específicas e, uma vez concluída e verificada sob o ponto de vista formal, é enviada para o verificador científico que aprova os conteúdos e a verificação. O ICCD providencia então a validação da ficha e a publicação, de acordo com o grau de visibilidade indicado na própria ficha, no sítio local de utilização do catálogo nacional.

Os administradores dos vários órgãos competentes e/ou catalogadores acessam o sistema para a gestão do banco de dados de sua competência e, em suma, podem proceder para a abertura de campanhas e atividades de nova catalogação, digitalização ou revisão, solicitar os números de catálogo e atribuir tarefas de catalogação. O administrador ICCD tem visibilidade sobre todos os dados de catalogação produzidos em todo o território nacional, é responsável pela validação e publicação das fichas de catalogação e gerencia o módulo GENORMA para a produção e a gestão e difusão dos padrões de catalogação (Figura 5). Todos os administradores podem gerenciar a aquisição de serviços cartográficos a serem disponibilizados posteriormente na catalogação de georreferenciamento dos bens no território.

FIGURA 5

SIGECweb: seção GENORMA, gestão da Normativa. Visualização por ordem alfabética da lista de normas relacionadas ao sistema, subdividida por tipo e versão. Por Antonella Negri.



3.1 O georreferenciamento dos bens culturais

Para proporcionar uma visão completa da qualidade e quantidade dos bens que compõem o patrimônio cultural nacional, torna-se também fundamental dispor de informações relacionadas à localização desses bens no território e à sua ligação com o contexto no qual estão inseridos. Uma das principais características de um sistema de informação é a sua capacidade de inter-relacionar informações e fornecer sínteses dos conhecimentos: e é precisamente por esta razão que o georreferenciamento dos bens culturais no território desempenha um papel importante, tanto para os bens imóveis como para os bens móveis: também estes podem, de fato, ser situados especialmente de modo eficaz através da relação que têm com seu contentor, ou seja, com a estrutura que os mantêm (museus, monumentos, sítios, lugares de culto, armazéns etc.). Nesses pressupostos se baseia o módulo de mapeamento do SIGECweb e foram introduzidas no sistema funções específicas para representar e compartilhar os dados geográficos relativos aos bens.

Dentro dos traçados dos fichários mais recentes processados pelo ICCD, existem seções dedicadas à captação de dados geográficos (como as coordenadas X e Y do ponto que representa a posição do bem no território, em um dado sistema de referência espacial), mas tais informações não são obrigatórias e, muitas vezes, renuncia-se à inclusão desses dados, porque até agora não foram fornecidas ferramentas apropriadas para orientar facilmente o usuário na produção dessas informações. O dado geográfico, de fato, até alguns anos atrás, era domínio exclusivo de conhecimentos específicos que exigiam softwares complexos para a gestão e arquivamento dos dados. Hoje, se podem ter muitas ferramentas *user-friendly* acessíveis para todos: a referência geográfica é uma operação que, muitas vezes, ocorre quase inconscientemente: os mais populares e os mais recentes dispositivos móveis (*laptops, tablets, smartphones* etc) podem detectar a nossa posição de maneira automática e precisa. Com um telefone celular simples podem-se tirar fotos "geotags" em alta resolução, ou ter um *software* de navegação terrestre, que fornece as coordenadas precisas de latitude e longitude da nossa posição.

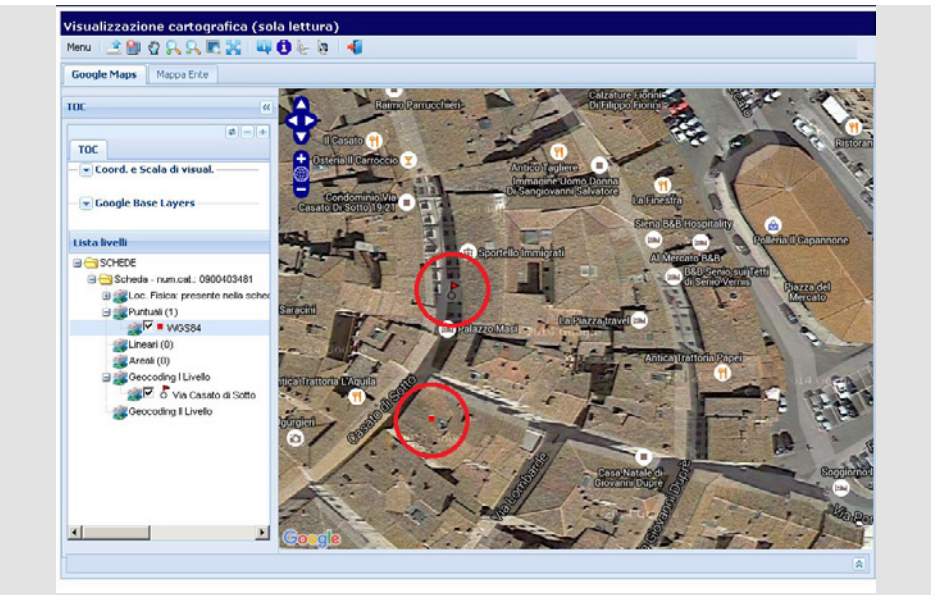
No SIGECweb, a fim de administrar a enorme quantidade de dados de catalogação anteriormente produzidos e que não possuem informações geográficas, e para atender a necessidade de obter uma representação

cartográfica também destes bens, foram desenvolvidos dispositivos que permitem, por exemplo, obter a posição no território do bem através da sua localização geográfica administrativa: o sistema traduz (geocodificação) automaticamente o endereço presente na ficha em um par de coordenadas X e Y correspondentes a um ponto geográfico (latitude/longitude) no território: esta informação é armazenada como "metadado" da ficha e permite a representação no mapa de todos os bens, incluindo também, aqueles que não têm um georreferenciamento detalhado.

O resultado obtido a partir da representação dos bens no território é de grande ajuda para o levantamento cognitivo a respeito do patrimônio cultural e, em particular, para a análise do "catalogado": níveis informativos de sínteses fornecem mapas temáticos que dão imediatamente a ideia da distribuição e da consistência do patrimônio, permitindo a pesquisa detalhada sobre os dados. A precisão do ponto obtido depende, naturalmente, da exatidão dos dados presentes na ficha de catálogo, referentes ao endereço do bem, mas, contudo, é uma primeira identificação geográfica útil, que pode em seguida ser refinada, inserindo o georreferenciamento pormenorizado (Figura 6).

FIGURA 6

SIGECweb: visualização da cartografia da geocodificação do endereço, (círculo vermelho, no alto) e de georreferenciação pontual do detalhe (círculo vermelho, embaixo) da ficha arquitetônica da versão 3.00 do Palazzo Buonsignori, código unificado do catálogo (NCT) 09 00403481. A tradução automática do endereço (geocódigo) é normalmente menos precisa que a georreferenciação do detalhe, mas na ausência dessa última pode ser útil para uma primeira representação territorial do bem. Por Antonella Negri.



Para habilitar, de maneira simplificada, o catalogador ao processo de georreferenciamento dos bens, no SIGECweb foi criada uma janela específica web-GIS, ou seja, um GIS (Geographical Information System) baseado na tecnologia *web*, onde estão disponíveis ferramentas simples que guiam a representação dos bens através dos desenhos de geometrias (pontos, linhas ou áreas) em uma cartografia de base e trazem automaticamente no registro de catálogo as coordenadas dos vértices traçados e as informações sobre o sistema de referência espacial da base utilizada. O web-GIS foi idealizado para permitir uma navegação rápida no mapa do Google7 e, em seguida, proceder ao georreferenciamento de precisão sobre serviços cartográficos WMS (Web Map Service), visualizados na janela através da interoperabilidade cartográfica, de acordo com os padrões definidos pelo Open Geospatial Consortium[8].

O sistema de Referência Espacial (SRS), sobre o qual se baseia o módulo cartográfico do SIGECweb, alinhando-se com as mais recentes disposições relativas à admissão do sistema geodésico nacional[9], é o World Geodetic System 1984 (WGS84), mas podem, também, ser feitos georreferenciamentos sobre estratos cartográficos em sistemas de referência espacial diversos, porque têm funcionalidades de reprojeção e conversão das coordenadas. Dentro do sistema, na seção alfanumérica, podem-se realizar filtros e seleções nas fichas do catálogo para obter mapas temáticos que representem os critérios de pesquisa estabelecidos e isso permite obter níveis informativos de sínteses relativos à distribuição dos bens culturais no território. Assim é possível, por exemplo, visualizar em um mapa todos os bens culturais imóveis de um determinado tipo, que pertencem a um determinado período histórico, ou com características específicas descritas na ficha de catálogo.

7.<https://maps.google.it>

8. Open Geospatial Consortium (OGC, <http://www.opengeospatial.org>) é responsável pela definição das especificações técnicas para os serviços geoespaciais e de localização. Tem como objetivo o desenvolvimento e a implementação de modelos de conteúdo, serviços e intercâmbio de dados geográficos que estejam abertos e extensíveis.

9. DPCM 10 de novembro de 2011, Gazeta Oficial n. 48 de 27 de fevereiro de 2012 - Suplemento ordinário n. 37.

3.2 Os locais de conservação

Dentro do SIGECweb têm sido implementadas funções específicas para a criação e a gestão dos contentores de bens, ou seja, dos locais de conservação. O objetivo é representar geograficamente, através desses objetos, o patrimônio representado por bens móveis. O contentor (que pode também não ser um bem cultural) torna-se o agregador territorial de bens e fornece informações úteis sobre a quantidade e o tipo de objetos incluídos.

No sistema, por meio de funções específicas, é possível, por exemplo, gerar automaticamente os contentores durante a importação das fichas de catálogo relacionadas com objetos "móveis": essas ferramentas se tornam essenciais no momento de gestão da emergência, porque permitem a conexão entre continente e conteúdo e sustentam a produção de cartografia temática. De fato, é de fundamental importância poder dispor de informações sobre a distribuição e a localização exata dos bens culturais, tanto dos imóveis quanto dos móveis, para intervir de forma adequada e rapidamente.

No sistema, para facilitar a conexão do bem móvel com o seu agregador, estão sendo preparadas listas qualificadas de contentores a serem disponibilizados para os usuários, a fim de padronizar e normalizar as denominações usadas nas fichas de catálogo.

4. O INTERCÂMBIO DE DADOS E A INTEROPERABILIDADE COM OUTROS SISTEMAS

O SIGECweb foi projetado para ser interoperável com outros bancos de dados e sistemas, tanto ministeriais quanto de outros órgãos que cooperam na proteção e catalogação dos bens culturais. O compartilhamento de dados tem sido, e ainda é, factível através de protocolos para a transferência de dados definidos pelo ICCD (em formato de texto ou em formato XML) [10], que permitem exportar e importar em SIGECweb as informações de acordo com regras específicas, mas o desenvolvimento de serviços de interoperabilidade (de acordo com o padrão WebServices SOAP[11]) tornou possível o intercâmbio de dados de acordo com um fluxo contínuo de informações entre os sistemas que cooperam entre si.

10. http://www.iccd.beniculturali.it/index.php?it/489/normative-per-il-trasferimento-dei-dati
11. http://www.iccd.beniculturali.it/index.php?it/394/interoperabilit

Com estes pressupostos (e como resultado de um protocolo entendimento[12] para a realização de uma infraestrutura baseada em serviços de interoperabilidade entre os bancos de dados do Ministério) foi desenvolvido o sistema Vincoli in Rete (VIR), que realiza uma plataforma de cooperação aplicativa entre os principais sistemas de informação em uso no MiBACT: Mapa de Risco[13], Bens Tutelados[14] e SIGECweb.

4.1 A plataforma Vincoli in Rete (VIR)

O projeto Vincoli in Rete (VIR) tinha inicialmente o objetivo, em seguida alcançado através do compartilhamento de dados dos bens presentes nos diversos bancos de dados, de permitir o acesso à consulta das medidas de proteção relativas ao patrimônio cultural para usuários autorizados e para vários tipos de profissionais.

A implantação do sistema VIR tem proporcionado uma oportunidade para consolidar uma série de trocas já realizadas com sucesso entre os departamentos os MiBACT envolvidos. Permitiu a implementação de uma plataforma real de cooperação aplicativa que gerencia uma central de dados única e atualizada de bens culturais e coloca no centro desta interoperabilidade o código unívoco de catálogo: para realizar essas atividades foi necessário um cuidadoso trabalho de alinhamento dos dados dos bens presentes nos bancos de dados envolvidos, especialmente acerca dos léxicos utilizados.

O sistema VIR está em fase de produção e o refinamento dos dados está sendo trabalhado: para facilitar o reconhecimento dos bens semelhantes ou idênticos presentes nos vários sistemas, têm sido desenvolvidos algoritmos específicos que na comparação levam em consideração tanto as informações descritivas (por exemplo, mesmo tipo e denominação do bem) quanto à posição no mapa (bens que se sobrepõem em cartografia). Ferramentas de consulta e de pesquisa tanto alfanuméricas quanto geográficas facilitam o trabalho de alinhamento.

12. O memorando de entendimento foi assinado entre o ICCD, o Instituto Superior pela Conservação e Restauro (ISCR) e a antiga Direção Geral pela Paisagem, Belas Artes, Arquitetura e Arte Contemporânea (DGPBAAC).
13. <http://www.cartadelrischio.it>
14. <http://www.benitutelati.it>

Portanto, o fluxo é o seguinte: inserindo uma nova ficha de bem cultural dentro do sistema Carta de Risco ou do banco de dados Bens Tutelados, os serviços implementados verificam na plataforma VIR a existência dos dados do bem: caso existam, isso significa que o bem está listado na SIGECweb e os dados convergem, juntamente com o código unívoco de catálogo no banco de dados que originou o pedido. No caso da sua inexistência, é produzida uma ficha de dados que determina a criação de uma nova ficha de catálogo no SIGECweb: quando esta última for aprovada, o código unívoco de catálogo será adquirido em VIR e nos bancos de dados associados. Além disso, cada vez que no SIGECweb é produzida e verificada uma ficha de catálogo, esta vai para a lista de dados dos bens na plataforma VIR e fica disponível para os bancos de dados associados (Figuras 7 e 8).

O trabalho de refinamento ainda está em curso, mas a plataforma VIR já foi preenchida com cerca de 200.000 registros de dados de bens culturais imóveis: assim se torna possível, especialmente em caso de emergência, ter um único ponto de acesso e rapidamente obter informações sobre as características e disposição dos bens, permitindo, assim, aprofundar os dados e ver o detalhe nos bancos de dados originais. Além disso, o compartilhamento das informações através da realização de serviços cartográficos especiais torna mais fácil os fluxos de interoperabilidade entre sistemas, facilitando a cooperação com outros bancos de dados.

Os desenvolvimentos em curso, já parcialmente implementados e à disposição dos funcionários dos departamentos locais, consideram também a gestão dos fluxos de registros de dados dos bens móveis e dos respectivos contentores. Prevê-se, em curto prazo, a realização de uma área especial para a visualização, especialmente a geográfica, dos dados adquiridos através do traçado MODI - Modulo Informativo - (formulário de informações) que, embora não tenha o código unívoco de catálogo, atende à necessidade imediata de um "censo" do patrimônio cultural.

FIGURA 7

Plataforma cooperativa Vincoli in Rete (VIR): busca alfanumérica da ficha arquitetônica da versão 3.00 do Palazzo Buonsignori, proveniente da SIGECweb. Na última coluna à direita pode-se ler em qual dos três bancos de dados que alimentam a plataforma VIR está presente esse bem. Nesse caso, o registro está associado a duas fichas provenientes do sistema SIGECweb e Carta de Risco (CdR). Por Antonella Negri.

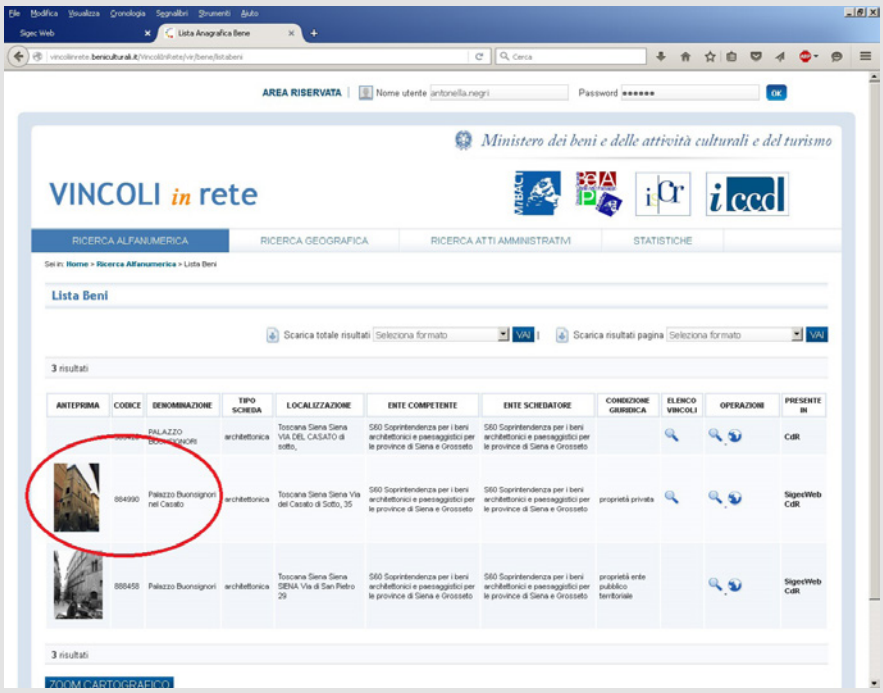


FIGURA 8

Plataforma cooperativa Vincoli in Rete (VIR): visualização cartográfica no estrato Google Maps da posição do bem arquitetônico Palazzo Buonsignori (ponto selecionado no círculo vermelho), proveniente do sistema SIGECweb e Carta de Risco (CdR). Exame de ponto e visualização da informação proveniente da ficha de registro de bem, registrada no VIR. Por Antonella Negri.

5. CONCLUSÃO

Pré-requisito imprescindível à base de qualquer compartilhamento de informações é, portanto, a existência de uma "linguagem comum": cada vez mais se fala sobre a interoperabilidade entre sistemas, mas, para cooperar é necessário que as informações sejam adquiridas de forma rigorosa e de acordo com poucas, mas precisas regras, ou seja, de acordo com os padrões compartilhados. O compromisso do ICCD sempre foi voltado para a construção de um léxico comum, essencial para uma verdadeira cooperação entre sistemas de informação: só assim os bancos de dados sobre o patrimônio cultural nacional serão instrumentos vivos para o conhecimento dos próprios bens, entendido como ponto alto que precede qualquer ação de proteção e gestão.

BIBLIOGRAFIA

DESIDERIO, Maria Luisa, MANCINELLI, Maria Letizia, NEGRI, Antonella, PLANCES, Elena, SALADINI, Lorenzo. Il SIGECweb nella prospettiva del catalogo nazionale dei beni culturali. *DIGITALIA, Rivista del Digitale nei beni culturali*, v. 3, n.1, p. 69-82, 2013.

NEGRI, Antonella. Conoscenza e catalogazione: la cooperazione tra sistemi informativi per la gestione dei dati prima e dopo l'emergenza). In: *Materiali e strutture*. Problemi di conservazione. Prima e dopo Il Restauro. Roma: Edizioni Quasar, 2014. p. 55-80.

Recebido
28/01/2016

Aprovado
16/06/2016

CATALOGAZIONE DEI BENI CULTURALI IN ITALIA: METODI, STRUMENTI E COOPERAZIONE TRA SISTEMI INFORMATIVI PER LA GESTIONE DELLA CONOSCENZA.

ANTONELLA NEGRI, MINISTERO DEI BENI E DELLE ATIVITTÀ CULTURALI E DEL TURISMO, ROMA, ITALIA
Responsabile del Servizio per i beni architettonici e ambientali, Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione (ICCD) - Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo (MiBACT), antonella.negri@beniculturali.it

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p99-118

CATALOGAZIONE DEI BENI CULTURALI IN ITALIA: METODI, STRUMENTI E COOPERAZIONE TRA SISTEMI INFORMATIVI PER LA GESTIONE DELLA CONOSCENZA.

ANTONELLA NEGRI

ABSTRACT

Nel Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo (MIBACT), l'Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione (ICCD) è il referente istituzionale per la programmazione, l'elaborazione metodologica e la pianificazione delle attività connesse alla catalogazione del patrimonio culturale italiano. A tal fine coordina la ricerca per la definizione degli standard di catalogazione per le diverse tipologie di beni culturali inerenti gli ambiti di tutela del MiBACT e gestisce il Catalogo generale del patrimonio archeologico, architettonico, storico artistico ed etnoantropologico nazionale. Dall'epoca della sua fondazione (1975) ad oggi, l'ICCD ha costantemente indirizzato le proprie politiche operative verso il "colloquio" con gli altri soggetti impegnati nel settore dei beni culturali, al fine di individuare regole e modalità di lavoro per condividere le conoscenze sul patrimonio, come ad esempio gli standard catalografici e i protocolli di interscambio dati. Con la realizzazione del nuovo Sistema Informativo Generale del Catalogo su base web (SIGECweb), l'Istituto si è dotato di nuove funzioni e tecnologie per gestire l'intero processo di produzione dei dati catalografici, dall'assegnazione dei codici univoci di catalogo alla pubblicazione delle schede per la libera fruizione, in maniera da garantire l'omogeneità e la condivisione delle informazioni prodotte. Sono inoltre state definite procedure per l'interoperabilità con sistemi esterni e l'ICCD ha partecipato allo sviluppo della piattaforma cooperativa Vincoli in Rete (VIR), che realizza l'interoperabilità tra le tre principali banche dati del MIBACT e rappresenta il punto fondamentale di accesso all'anagrafica condivisa dei beni afferenti al patrimonio culturale immobile.

KEYWORDS

Catalogazione. Beni culturali. Sistemi informativi.

CATALOGUING CULTURAL ASSETS IN ITALY: METHODS, TOOLS AND COOPERATION BETWEEN DIFFERENT INFORMATION SYSTEMS TO MANAGE KNOWLEDGE.

ANTONELLA NEGRI

ABSTRACT

MIBACT's (Ministry of Cultural Heritage and Activities and Tourism) ICCD (Central Institute for Cataloguing and Documentation) is the institutional reference in terms of defining, developing methodologies and planning activities related to cataloguing Italy's cultural heritage. To that end, it coordinates research relating to the definition of cataloguing standards for the different kinds of cultural assets under the MiBACT's protection. It also coordinates the general national catalog of archeological, architectural, historic, artistic, ethnic and anthropologic heritage. Since its inception (1975) to this day, ICCD has consistently focused its operational policies on the "dialog" with other actors involved in the cultural assets segment to identify rules and work categories to share knowledge related to heritage, such as cataloguing standards and data exchange protocols. The creation of the new SIGECweb (Web-based General Cataloguing Information System) gave the Institute new resources and technologies to manage the entire process of producing cataloguing data, from assigning unambiguous codes to file cards publishing for free use, in order to assure consistency and the sharing of generated information. The procedures for the interoperability with external systems were defined, and ICCD was part of the development of the Vincoli in Rete (VIR) collaboration platform. This platform enables the interoperability between the three major MIBACT's databases, it is also the main access to the shared data registry of assets related to immovable cultural heritage.

KEYWORDS

Cataloguing. Cultural assets. Information systems.

1. INTRODUZIONE

Le tecnologie informatiche hanno un importante ruolo di supporto nella gestione e nella diffusione del vasto ed eterogeneo complesso di informazioni generato dal processo di documentazione del patrimonio culturale.

Nel Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo (MiBACT) già da diversi anni sono stati realizzati progetti fortemente caratterizzati dall'utilizzo di tecnologie informatiche e dalla sperimentazione di ambienti software per l'archiviazione e la gestione di dati sui beni culturali. L'Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione[1] (ICCD), referente istituzionale per la programmazione, l'elaborazione metodologica e la pianificazione dei progetti e delle attività connessi alla catalogazione del patrimonio culturale italiano, coordina la ricerca per la definizione degli standard di catalogazione per le diverse tipologie di beni culturali che afferiscono agli ambiti di tutela del MiBACT e gestisce, attraverso il SIGECweb (Sistema informativo generale del Catalogo), il Catalogo del patrimonio archeologico, architettonico, storico artistico ed etnoantropologico nazionale.

1. <www.iccd.beniculturali.it>

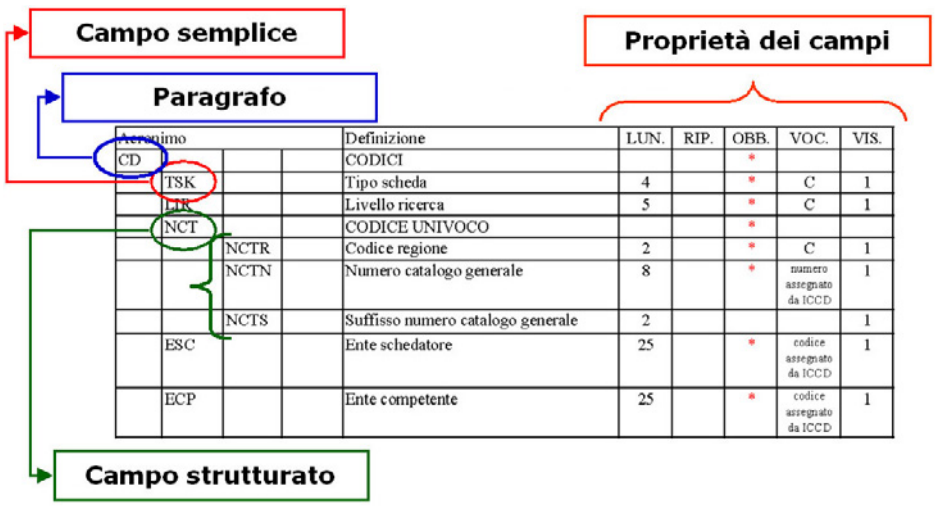
2. IL RUOLO DELL'ICCD: GLI STRUMENTI E LE METODOLOGIE PER LA CATALOGAZIONE

Le normative catalografiche sono dunque modelli descrittivi che raccolgono in modo organizzato le informazioni sui beni, secondo un percorso conoscitivo che guida il catalogatore ed al tempo stesso controlla e codifica l'acquisizione dei dati secondo precisi criteri. All'interno di questi modelli, specifici per le diverse tipologie di beni culturali, ci sono sezioni diverse per le varie informazioni, tra cui: dati descrittivi e tecnici che evidenziano il valore culturale del bene, riferimenti alla documentazione allegata che completa la conoscenza del bene, informazioni geografiche che relazionano il bene al territorio.

La struttura di una normativa (definita anche "tracciato") è organizzata in gruppi omogenei di informazioni chiamati "paragrafi"; ogni paragrafo contiene "campi", che possono essere semplici (singole voci da compilare) oppure "strutturati", ovvero contenenti sottocampi che insieme concorrono alla costituzione delle informazioni. Questi elementi hanno specifiche proprietà, quali ad esempio la lunghezza, la ripetitività, l'obbligatorietà, la presenza di vocabolari o il tipo di visibilità per la diffusione pubblica dei dati sul web. Ogni tracciato ha un livello minimo di redazione, cosidetto "inventariale", che coincide con la compilazione dei campi indispensabili (che sono definiti "obbligatori assoluti" e sono indicati da un asterisco rosso) per la validità della scheda stessa (Figura 1).

FIGURA 1

Schema della struttura di una normativa catalografica: esempio relativo al paragrafo dei codici (CD - CODICI) e ai suoi campi con i relativi acronimi e le definizioni. Nelle colonne a destra sono elencate le proprietà dei campi: l'asterisco rosso indica i campi obbligatori necessari per la validità della scheda. Elaborazione immagine: Antonella Negri



Acronimo				Definizione	LUN.	RIP.	OBB.	VOC.	VIS.
CD				CODICI			*		
	TSK			Tipo scheda	4		*	C	1
	LIR			Livello ricerca	5		*	C	1
	NCT			CODICE UNIVOCO			*		
		NCTR		Codice regione	2		*	C	1
		NCTN		Numero catalogo generale	8		*	numero assegnato da ICCD	1
		NCTS		Suffisso numero catalogo generale	2				1
	ESC			Ente schedatore	25		*	codice assegnato da ICCD	1
	ECP			Ente competente	25		*	codice assegnato da ICCD	1

Nel sistema di catalogazione nazionale l'ICCD assegna ad ogni bene culturale un codice di catalogo (NCT) che lo identifica univocamente; questo codice, riportato obbligatoriamente nella scheda di catalogo, è alla base dell'intero processo di gestione dei dati ed è composto da tre parti: il Codice Regione (NCTR, sigla di due cifre che individua la Regione italiana di appartenenza), il numero di catalogo generale (NCTN, numero di otto cifre assegnato secondo l'ordine progressivo relativo ad una determinata Regione), l'eventuale suffisso del numero di catalogo generale (NCTS, sigla composta da lettere dell'alfabeto e utilizzata in caso di revisione di schede pregresse).

Gli standard catalografici sono stati oggetto di un articolato processo evolutivo: a partire dagli anni novanta del secolo scorso l'elaborazione degli strumenti per la catalogazione, a differenza dei vecchi modelli che trattavano le informazioni sul bene catalogato in maniera molto più discorsiva, si è fondata su principi metodologici che realizzano la scomposizione delle informazioni, così da facilitare il controllo e la gestione informatizzata dei dati. Inoltre viene definita una struttura logica generale condivisa, che consente il trattamento omogeneo delle conoscenze, a prescindere dalla tipologia di bene culturale.

Le schede di catalogo sono organizzate in tre macrocategorie:

- beni mobili (ad esempio oggetti quali dipinti, sculture o reperti archeologici)
- beni immobili (ad esempio palazzi, chiese o siti e monumenti archeologici)
- beni immateriali (ad esempio le tradizioni orali, le lingue, le arti performative, le pratiche sociali e rituali)

All'interno di queste macrocategorie ci sono i settori disciplinari:

- beni archeologici
- beni architettonici e paesaggistici
- beni demoetnoantropologici
- beni fotografici
- beni musicali
- beni naturalistici
- beni numismatici
- beni scientifici e tecnologici
- beni storici e artistici

Ai settori disciplinari afferiscono le diverse tipologie di schede di catalogo (attualmente ci sono 39 tracciati, identificati da una sigla e da una denominazione; ad esempio al settore disciplinare dei *beni architettonici e paesaggistici* appartengono due tipi di schede:

- A, Architettura
- PG, Parchi e Giardini.

Poiché gli standard ICCD hanno subito aggiornamenti e modifiche nel corso del tempo (sia per ciò che concerne la struttura dei dati sia per quanto riguarda le regole di compilazione), legati al progredire ed all'affinarsi della ricerca scientifica nei vari settori disciplinari, ogni modello riporta anche la "versione" progressiva.

Le schede sono il centro delle attività catalografiche e intorno ad esse ruotano altri strumenti per l'acquisizione delle conoscenze sul patrimonio culturale, quali ad esempio gli authority file, modelli per la descrizione di entità di riferimento che sono in stretta relazione con i beni culturali (bibliografia, autori, eventi come le campagne di scavo o di ricognizione archeologica): queste schede vengono utilizzate per registrare le informazioni in modo omogeneo e standardizzato, così da costituire degli archivi di riferimento.

Negli ultimi anni l'Istituto si è concentrato sulla revisione degli standard catalografici, cercando anche di rispondere alle attuali esigenze di conoscenza sul patrimonio nazionale emerse dal confronto con altri soggetti e istituzioni che a vario titolo partecipano alla catalogazione dei beni culturali. In particolare sono state individuate, per ogni tipologia di bene (oggetto di uno specifico tracciato schedografico), informazioni comuni e trasversali tali da consentire una convergenza ed un allineamento dei diversi modelli descrittivi. Da questa attività è scaturito un set predefinito di informazioni (pur nel rispetto della specificità dei singoli tracciati schedografici per la catalogazione dei diversi beni culturali) che si è rivelato funzionale alla sistematizzazione del processo catalografico complessivo e anche alla generazione di nuovi modelli di schede per tipologie di beni che si vanno aggiungendo al patrimonio culturale nazionale.

In questo ambito è stato definito anche un nuovo strumento per l'acquisizione di informazioni secondo modalità svincolate dalla prassi catalografica consueta: il MODI (*Modulo Informativo*), ovvero un tracciato schedografico semplificato che, a differenza di quelli standard, non è associato ad un

codice univoco nazionale (NCT), ma è trasversale a tutte le tipologie di beni, è allineato con gli ultimi aggiornamenti delle normative ICCD e consente un censimento rapido ed efficace di evidenze culturali. In seguito, se si ritiene opportuno, le informazioni possono essere agevolmente trasferite nei tracciati schedografici standard, con l'assegnazione di un codice univoco nazionale.

Gli standard catalografici costituiscono dunque un sistema normativo logico e funzionale alla gestione informatizzata, ambiente ideale per l'integrazione e l'ottimizzazione delle diverse componenti[2].

3. IL SISTEMA INFORMATIVO GENERALE DEL CATALOGO

Il SIGEC (Sistema Informativo Generale del Catalogo) è lo strumento con cui l'ICCD controlla e gestisce l'intero processo della catalogazione. Il sistema è composto essenzialmente da due ambienti informativi:

- la produzione e la gestione delle schede (sottosistema operazionale)
- la fruizione pubblica del catalogo (sottosistema utente).

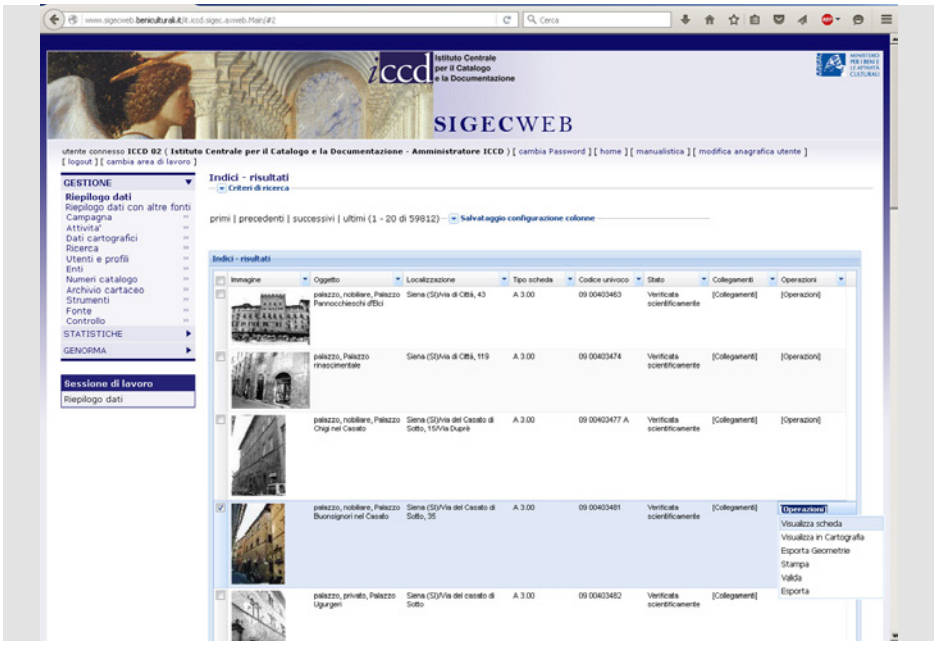
Con l'entrata in produzione del nuovo sistema informativo su base web, SIGECweb[3], il sottosistema operazionale controlla e ottimizza i flussi procedurali e permette, in tempo reale, la diffusione degli standard catalografici e gli aggiornamenti funzionali per la creazione e/o revisione dei dati conoscitivi catalografici sul patrimonio culturale.

Il sottosistema utente, tramite il sito web del *Catalogo generale dei beni culturali*[4], consente la fruizione pubblica e la valorizzazione dei beni culturali catalogati, attingendo le informazioni in modo dinamico dal SIGECweb: attualmente sono consultabili le schede relative a beni culturali di proprietà pubblica e percorsi guidati permettono di effettuare ricerche, visualizzare anteprime e accedere al dettaglio della singola scheda di catalogo. L'accesso è libero e le informazioni sono a disposizione di tutte le tipologie di utenti che vogliono conoscere le principali caratteristiche dei beni catalogati. La visibilità dei dati è gestita in base a specifici filtri che operano su quanto definito in fase di catalogazione nella scheda del bene (Figura 2).

2. Per tutti gli approfondimenti sugli standard catalografici si veda l'apposita sezione del sito web dell'ICCD: <http://www.iccd.beniculturali.it/index.php?it/473/standard-catalografici>
3. <http://www.iccd.beniculturali.it/index.php?it/118/sistema-informativo-generale-del-catalogo-sigec>
4. <www.catalogo.beniculturali.it>

FIGURA 2

Home page del sito web del *Catalogo generale dei Beni Culturali*: sulla sinistra il menù di navigazione dei diversi beni culturali, suddivisi per settori disciplinari e per macrocategorie. Screenshot: Antonella Negri



L'accesso al SIGECweb avviene attraverso un qualsiasi navigatore di rete (browser) e non è condizionato da configurazioni hardware o software. Il sistema, modellato sull'associazione delle funzioni ai ruoli dei diversi soggetti che agiscono nel processo della catalogazione, consente di predisporre l'ambiente di lavoro in base alle diverse operatività, suddivise essenzialmente in due grandi aree: l'area di catalogazione e l'area di amministrazione. Le funzionalità realizzate, tramite un complesso sistema di relazioni, integrano in un unico contesto tutti i dati conoscitivi sui beni, ricomponendo l'unità originaria del patrimonio culturale (Figure 3 e 4).

All'interno del SIGECweb operano enti interni ed esterni al MIBACT: gli enti interni sono costituiti essenzialmente dalle soprintendenze territoriali, che vengono automaticamente accreditate nel sistema sia come enti competenti (che hanno la tutela dei beni catalogati) sia come enti schedatori[5] (che si occupano della catalogazione dei beni).

5. Il codice ente schedatore, assegnato dall'ICCD, inquadra gli enti pubblici e le persone giuridiche private senza fini di lucro nel sistema della catalogazione nazionale.

FIGURA 3

SIGECweb, Sistema Informativo Generale del Catalogo: accesso al sistema con il profilo di amministratore ICCD. Riepilogo dati delle schede di catalogo relative ai beni architettonici e selezione della scheda di palazzo Buonsignori (regione Toscana, comune di Siena) per la visualizzazione di dettaglio. Screenshot: Antonella Negri

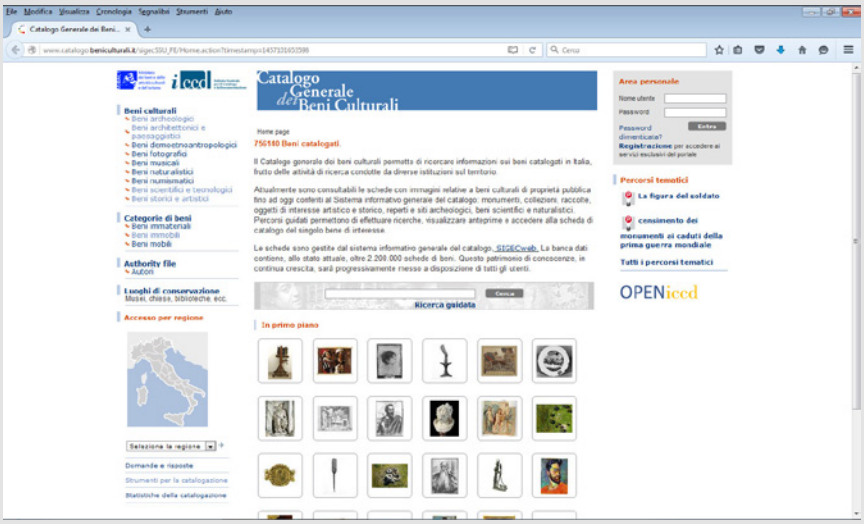
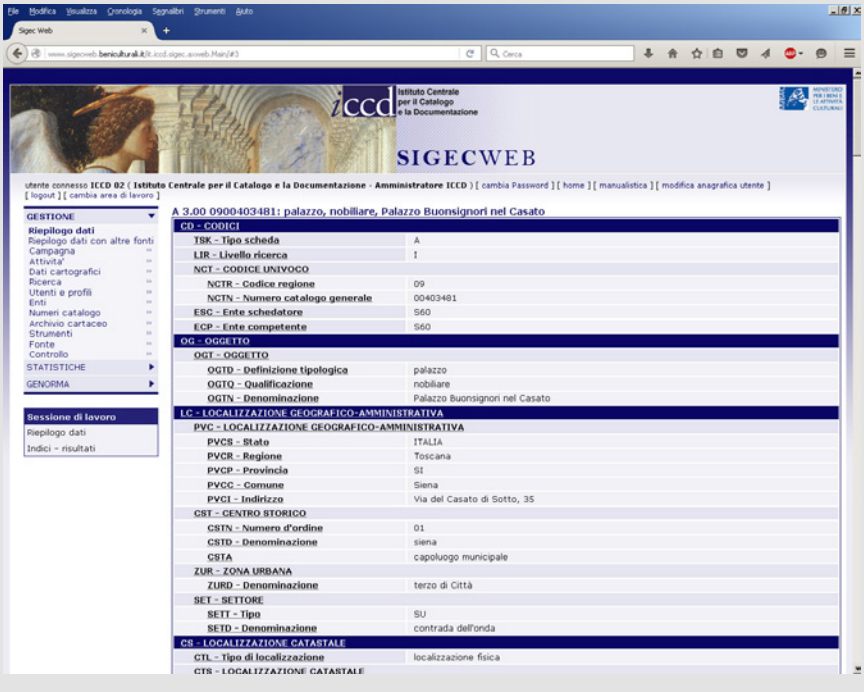


FIGURA 4

SIGECweb, Sistema Informativo Generale del Catalogo: visualizzazione di dettaglio della scheda architettonica di versione 3.00 di palazzo Buonsignori, codice univoco di catalogo (NCT) 09 00403481. Screenshot: Antonella Negri



In sintesi il processo di creazione di una nuova scheda di catalogo può essere schematizzato nel seguente flusso:

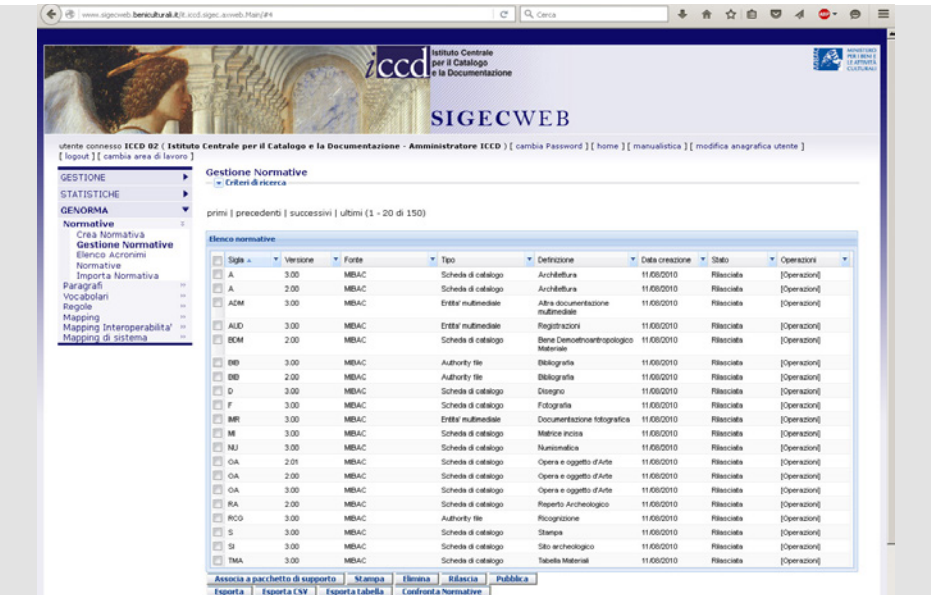
- un ente che intende procedere con la catalogazione di beni sul territorio, se è esterno al MIBACT richiede il codice di ente schedatore all'ICCD tramite la piattaforma SIGECweb, altrimenti – se si tratta di un ente interno quali le soprintendenze territoriali - è automaticamente registrato. Una volta accreditato, l'amministratore dell'ente accede al sistema, apre una campagna di catalogazione e richiede all'ICCD i numeri di catalogo generale, che potrà poi distribuire su una attività di catalogazione e assegnare agli incarichi di catalogazione associati all'attività (catalogatore, che realizza la scheda di catalogo e verificatore scientifico, che si occupa della verifica dei contenuti scientifici della scheda prodotta). La scheda di catalogo viene dunque prodotta da un catalogatore in una attività di catalogazione e tramite specifiche funzioni, una volta completata e verificata dal punto di vista formale, viene inviata al verificatore scientifico che ne approva i contenuti e la verifica. L'ICCD successivamente procede alla validazione della scheda e alla pubblicazione, secondo il livello di visibilità indicato nella scheda stessa, sul sito di fruizione del catalogo nazionale.

Gli amministratori dei vari enti competenti e/o schedatori accedono al sistema per la gestione della banca dati di propria competenza e, in sintesi, possono procedere all'apertura di campagne e attività di nuova catalogazione, digitalizzazione o revisione, richiedere numeri di catalogo e assegnare incarichi di catalogazione.

L'amministratore ICCD ha la visibilità su tutti i dati catalografici prodotti sul territorio nazionale, si occupa della validazione e della pubblicazione delle schede di catalogo e gestisce il modulo GENORMA per la produzione e la gestione e la diffusione degli standard catalografici (Figura 5). Tutti gli amministratori possono invece gestire l'acquisizione di servizi cartografici da mettere a disposizione poi nelle attività di catalogazione per la georeferenziazione dei beni sul territorio.

FIGURA 5

SIGECweb, Sistema Informativo Generale del Catalogo: sezione GENORMA, gestione delle Normative. Visualizzazione in ordine alfabetico dell'elenco delle normative rilasciate nel sistema, suddivise per tipo e versione. Screenshot: Antonella Negri



3.1 LA GEOREFERENZIAZIONE DEI BENI CULTURALI

Per fornire un quadro esaustivo della qualità e della quantità dei beni che costituiscono il patrimonio culturale nazionale, diventa fondamentale disporre anche di informazioni legate alla posizione di questi beni sul territorio e della loro relazione con il contesto in cui sono inseriti. Una delle principali caratteristiche di un sistema informativo è proprio la capacità di interrelare informazioni e fornire sintesi delle conoscenze: ed è proprio per questo motivo che la georeferenziazione dei beni culturali sul territorio assume un ruolo importante, sia che si tratti di beni immobili sia di beni mobili: anche questi ultimi possono infatti essere efficacemente collocati spazialmente tramite la relazione che hanno con il loro "contenitore", ossia con la struttura che li conserva (musei, monumenti, siti, edifici di culto, depositi, ecc.). Su questi presupposti si basa il modulo cartografico del SIGECweb e sono state introdotte nel sistema specifiche funzionalità proprio per rappresentare e condividere i dati geografici sui beni.

All'interno dei tracciati schedografici più recenti elaborati dall'ICCD, ci sono sezioni dedicate alla raccolta dei dati geografici (ad esempio le coordinate X ed Y del punto che rappresenta la posizione del bene sul territorio,

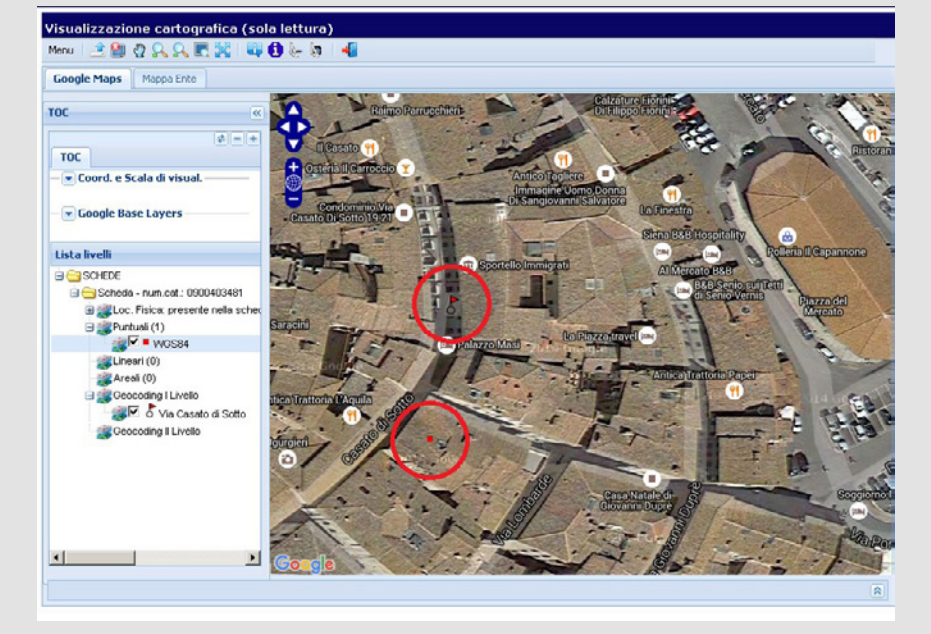
in un determinato sistema di riferimento spaziale), ma tali informazioni non sono obbligatorie e molto spesso si rinuncia all'inserimento di tali dati perché non sono stati finora forniti strumenti idonei a guidare in maniera semplice l'utente nella produzione di queste informazioni. Il dato geografico infatti, fino a qualche anno fa era esclusivo dominio di specifiche competenze e richiedeva software complessi per la gestione e l'archiviazione dei dati. Oggi è possibile disporre di strumenti molto più *user-friendly* e alla portata di tutti: referenziare geograficamente è un'operazione che molto spesso si compie quasi inconsapevolmente: i più diffusi e recenti dispositivi mobili (computer portatili, tablet, smartphone ecc…) sono in grado di rilevare la nostra posizione in maniera automatica e precisa. Con un semplice telefono cellulare è possibile scattare fotografie "geotaggate" ad alta risoluzione oppure disporre di un accurato software di navigazione stradale, che ci fornisce con precisione le coordinate di latitudine e longitudine della nostra posizione.

All'interno del SIGECweb, per poter gestire l'enorme quantità di dati catalografici pregressi prodotti in passato non dotati di informazioni geografiche, e per andare incontro all'esigenza di ottenere una rappresentazione cartografica anche di questi beni, sono stati sviluppati automatismi che permettono, ad esempio, di ottenere la posizione sul territorio del bene tramite la sua localizzazione geografico amministrativa: il sistema traduce (geocodifica) in automatico l'indirizzo presente nella scheda in una coppia di coordinate X e Y corrispondenti ad un punto geografico (latitudine/longitudine) sul territorio: questa informazione viene memorizzata come "metadato" della scheda e consente la rappresentazione su mappa di tutti i beni, anche di quelli che non hanno una georeferenziazione di dettaglio.

Il risultato che si ottiene dalla rappresentazione dei beni sul territorio è di grande supporto all'indagine conoscitiva sul patrimonio culturale e, in particolare, all'analisi del "catalogato": strati di sintesi delle informazioni forniscono mappe tematiche che danno immediatamente l'idea della distribuzione e della consistenza del patrimonio, permettendo poi ricerche di dettaglio sui dati. La precisione del punto ottenuto dipende ovviamente dall'esattezza dei dati presenti nella scheda di catalogo, riferiti all'indirizzo del bene, ma si tratta comunque di una prima utile individuazione geografica, che può essere poi raffinata successivamente tramite l'inserimento della georeferenziazione di dettaglio (Figura 6).

FIGURA 6

SIGECweb, Sistema Informativo Generale del Catalogo: visualizzazione su cartografia del *geocoding* (geocodifica dell'indirizzo, cerchio rosso in alto) e della georeferenziazione puntuale di dettaglio (cerchio rosso in basso) della scheda architettonica di versione 3.00 di palazzo Buonsignori, codice univoco di catalogo (NCT) 09 00403481. La traduzione automatica dell'indirizzo (*geocoding*) è normalmente meno precisa della georeferenziazione di dettaglio, ma in assenza di quest'ultima può essere utile per una prima rappresentazione territoriale del bene. Screenshot: Antonella Negri



Per consentire al catalogatore di procedere in maniera agevole alla georeferenziazione dei beni, è stata realizzata in SIGECweb una apposita finestra web-GIS, ovvero un GIS (Geographical Information System) su base web, dove si hanno a disposizione semplici strumenti che guidano nella rappresentazione dei beni tramite il disegno di geometrie (punti, linee o aree) su una cartografia di base e riportano automaticamente nella scheda di catalogo le coordinate dei vertici tracciati e le informazioni sul sistema di riferimento spaziale della base utilizzata. Il web-GIS è stato progettato per consentire una navigazione veloce sulla mappa di Google[6] e per procedere poi ad una georeferenziazione di precisione su servizi cartografici WMS (Web Map Service), visualizzati nella finestra tramite interoperabilità cartografica, secondo standard definiti dall'Open Geospatial Consortium[7].

6. <https://maps.google.it>
7. L'Open Geospatial Consortium (OGC, <http://www.opengeospatial.org>) si occupa di definire specifiche tecniche per i servizi geospaziali e di localizzazione. Ha l'obiettivo di sviluppare e implementare standard per il contenuto, i servizi e l'interscambio di dati geografici che siano aperti ed estensibili.

Il Sistema di Riferimento Spaziale (SRS) su cui si basa il modulo cartografico di SIGECweb, allineandosi alle più recenti disposizioni in materia di adozione del sistema geodetico nazionale[8], è il World Geodetic System 1984 (WGS84), ma possono essere effettuate georeferenziazioni anche su strati cartografici in sistemi di riferimento spaziale diversi, perché sono presenti funzionalità di riproiezione e conversione delle coordinate.

All'interno del sistema, nella sezione alfanumerica, si possono effettuare filtri e selezioni sulle schede di catalogo per ottenere poi mappe tematiche che rappresentino i criteri di ricerca impostati e questo consente di ottenere strati informativi di sintesi relativi alla distribuzione dei beni culturali sul territorio. È così possibile, ad esempio, visualizzare su una mappa tutti i beni culturali immobili di una determinata tipologia, appartenenti ad un certo periodo storico oppure con specifiche caratteristiche descritte nella scheda di catalogo.

3.2 I LUOGHI DI CONSERVAZIONE

All'interno del SIGECweb sono state implementate specifiche funzioni per la creazione e la gestione dei "contenitori" di beni, ovvero dei *luoghi di conservazione*. L'obiettivo è rappresentare geograficamente, mediante questi oggetti, il patrimonio costituito da beni mobili. Il contenitore (che può anche non essere un bene culturale) diventa l'aggregatore territoriale di beni e fornisce utili indicazioni sulla quantità e la tipologia di oggetti contenuti.

Nel sistema, tramite apposite funzioni, è possibile ad esempio generare in automatico i contenitori durante l'importazione di schede di catalogo relative ad oggetti "mobili": questi strumenti diventano essenziali nel momento di gestione dell'emergenza, perché consentono di collegare contenitore a contenuto e sono di supporto nella produzione di cartografia tematica. È infatti di fondamentale importanza poter disporre di informazioni sulla distribuzione e la localizzazione precisa dei beni culturali, sia immobili che mobili, per intervenire in maniera idonea e in tempi rapidi.

Nel sistema, per agevolare il collegamento del bene mobile al suo aggregatore, si stanno predisponendo liste autorevoli di contenitori da

8. DPCM 10 novembre 2011, Gazzetta Ufficiale n. 48 del 27 febbraio 2012 - Supplemento ordinario n. 37.

mettere a disposizione degli utenti, in maniera da uniformare e normalizzare le denominazioni utilizzate nelle schede di catalogo.

4 LO SCAMBIO DEI DATI E L'INTEROPERABILITÀ CON ALTRI SISTEMI

Il SIGECweb è stato progettato per essere interoperabile con altre banche dati e sistemi sia ministeriali sia di altri enti che cooperano alla tutela e alla catalogazione dei beni culturali.

La condivisione dei dati è stata ed è tuttora possibile mediante protocolli per il trasferimento dei dati definiti dall'ICCD (in formato testo o in formato XML)[9], che consentono di esportare ed importare in SIGECweb le informazioni secondo precise regole, ma lo sviluppo di servizi di interoperabilità (secondo lo standard WebServices SOAP[10]) ha reso possibile lo scambio dei dati secondo un flusso continuo di informazioni tra sistemi cooperanti.

Proprio su questi presupposti (e a seguito di un protocollo d'intesa[11] per la realizzazione di un'infrastruttura basata su servizi di interoperabilità tra banche dati del Ministero) è stato sviluppato il sistema Vincoli in rete (VIR), che realizza una piattaforma di cooperazione applicativa tra i principali sistemi informativi in uso nel MIBACT: Carta del Rischio[12], Beni Tutelati[13] e SIGECweb.

4.1 LA PIATTAFORMA VINCOLI IN RETE (VIR)

Il progetto Vincoli in Rete (VIR) aveva inizialmente l'obiettivo, ottenuto poi attraverso la condivisione delle anagrafiche dei beni presenti nelle diverse banche dati, di consentire l'accesso alla consultazione dei provvedimenti di tutela relativi al patrimonio culturale immobile ad utenti autorizzati e a diverse tipologie di professionisti.

9. http://www.iccd.beniculturali.it/index.php?it/489/normative-per-il-trasferimento-dei-dati
10. http://www.iccd.beniculturali.it/index.php?it/394/interoperabilit
11. Il protocollo d'intesa è stato siglato tra l'ICCD, l'Istituto Superiore per la Conservazione e il Restauro (ISCR) e la ex Direzione generale per il paesaggio, le belle arti, l'architettura e l'arte contemporanee (DGPBAAC).
12. http://www.cartadelrischio.it
13. http://www.benitutelati.it

La realizzazione del sistema VIR ha rappresentato l'occasione per poter consolidare una serie di scambi già proficuamente intercorsi tra gli uffici MIBACT coinvolti e ha permesso l'implementazione di una vera e propria piattaforma di cooperazione applicativa che gestisce un'anagrafica unica e aggiornata dei beni culturali e pone al centro di questa interoperabilità il codice univoco di catalogo: per realizzare queste attività è stato necessario un attento lavoro di allineamento delle anagrafiche dei beni presenti nelle banche dati coinvolte, soprattutto per ciò che concerne i lessici utilizzati. Attualmente il sistema VIR è in produzione e si sta lavorando al raffinamento dei dati: per facilitare il riconoscimento di beni simili o identici presenti nei diversi sistemi, sono stati sviluppati appositi algoritmi che per il confronto prendono in considerazione sia le informazioni descrittive (ad esempio stessa tipologia e denominazione del bene) sia la posizione su mappa (beni che si sovrappongono in cartografia). Strumenti di consultazione e ricerca sia alfanumerica che geografica agevolano nel lavoro di allineamento.

Il flusso dunque è il seguente: se s'inserisce una nuova scheda di bene culturale all'interno del sistema Carta del Rischio o della banca dati Beni Tutelati, i servizi implementati vanno a verificare nella piattaforma VIR l'esistenza dell'anagrafica del bene: se questa esiste vuol dire che il bene è catalogato in SIGECweb e i dati confluiscono, insieme al codice univoco di catalogo, nella banca dati che ha originato la richiesta. Nel caso in cui invece non esista, viene prodotta una scheda anagrafica che genera la creazione di una nuova scheda di catalogo in SIGECweb: quando quest'ultima sarà approvata, il codice univoco di catalogo verrà acquisito in VIR e nelle banche dati collegate. Inoltre, ogni volta che in SIGECweb viene prodotta e verificata una scheda di catalogo, questa va a popolare l'anagrafica dei beni sulla piattaforma VIR ed è disponibile alle banche dati collegate (Figure 7 e 8).

Il lavoro di raffinamento è ancora in corso, ma la piattaforma VIR è stata già popolata con quasi 200.000 anagrafiche di beni culturali immobili: diventa così possibile, soprattutto in emergenza, avere un unico punto di accesso e ottenere rapidamente informazioni sulla consistenza e sulla dislocazione dei beni, consentendo poi di approfondire i dati e vederne il dettaglio nelle banche dati di origine. Inoltre la condivisione delle informazioni attraverso la realizzazione di appositi servizi cartografici rende più agevoli i flussi di interoperabilità tra sistemi, facilitando la cooperazione con altre banche dati.

FIGURA 7

Piattaforma cooperativa Vincoli in rete (VIR): ricerca alfanumerica della scheda architettonica di versione 3.00 di palazzo Buonsignori, proveniente da SIGECweb. Nell'ultima colonna a destra si può leggere in quale delle tre banche dati che alimentano la piattaforma VIR è presente il bene. In questo caso l'anagrafica è collegata a due schede, provenienti dai sistemi SIGECweb e Carta del Rischio (CdR). Screenshot: Antonella Negri

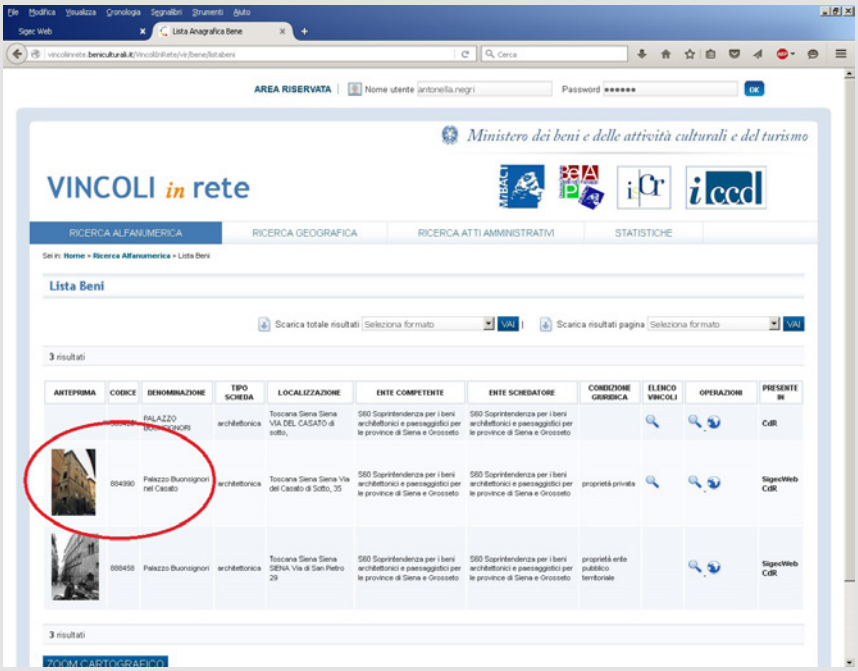


FIGURA 8

Piattaforma cooperativa Vincoli in rete (VIR): visualizzazione cartografica sullo strato Google Maps della posizione del bene architettonico Palazzo Buonsignori (punto selezionato nel cerchio rosso), proveniente dai sistemi SIGECweb e Carta del Rischio (CdR). Interrogazione del punto e visualizzazione delle informazioni provenienti dalla scheda anagrafica del bene, registrata in VIR. Screenshot: Antonella Negri

Gli sviluppi in corso, e già in parte implementati e disponibili ai funzionari degli uffici sul territorio, hanno preso in esame anche la gestione dei flussi delle anagrafiche dei beni mobili e dei rispettivi contenitori e si prevede a breve la realizzazione di un'apposita area per la visualizzazione, in particolare geografica, dei dati acquisiti tramite il tracciato MODI (Modulo Informativo) che, pur non essendo dotato di codice univoco di catalogo, risponde all'odierna esigenza di "censire" speditamente il patrimonio culturale.

5. CONCLUSIONI

Presupposto imprescindibile alla base di qualsiasi condivisione delle informazioni è dunque l'esistenza di un "linguaggio comune": sempre più si parla di interoperabilità tra sistemi ma, per cooperare, è necessario che le informazioni vengano raccolte in modo rigoroso e secondo poche ma precise regole, ovvero secondo standard condivisi. L'impegno dell'ICCD è da sempre orientato alla costruzione di un lessico condiviso, indispensabile per una vera cooperazione tra sistemi informativi: solo così le banche dati sul patrimonio culturale nazionale potranno essere strumenti vivi per la conoscenza dei beni stessi, intesa come momento alto che precede ogni azione di tutela e gestione.

BIBLIOGRAFIA

DESIDERIO, Maria Luisa, MANCINELLI, Maria Letizia, NEGRI, Antonella, PLANCES, Elena, SALADINI, Lorenzo. Il SIGECweb nella prospettiva del catalogo nazionale dei beni culturali. *DIGITALIA, Rivista del Digitale nei beni culturali*, v. 3, n.1, p. 69-82, 2013.

NEGRI, Antonella. Conoscenza e catalogazione: la cooperazione tra sistemi informativi per la gestione dei dati prima e dopo l'emergenza). In: *Materiali e strutture*. Problemi di conservazione. Prima e dopo Il Restauro. Roma: Edizioni Quasar, 2014. p. 55-80.

Recebido
28/01/2016

Aprovado
16/06/2016

REMANESCENTES DE UM PASSADO INDESEJADO: OS ESTUDOS DE TOMBAMENTO DOS EXEMPLARES DA REDE PAULISTA DE PROFILAXIA E TRATAMENTO DA HANSENÍASE.

AMANDA W. CAPORRINO, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Historiadora graduada pela Universidade de São Paulo. Atua como técnica na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Contato: acaporrino@sp.gov.br.
ADDA A. P. UNGARETTI, SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade de São Paulo. Atua como técnica na Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico / Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Contato: aungaretti@sp.gov.br.

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p119-163

REMANESCENTES DE UM PASSADO INDESEJADO: OS ESTUDOS DE TOMBAMENTO DOS EXEMPLARES DA REDE PAULISTA DE PROFILAXIA E TRATAMENTO DA HANSENÍASE.

AMANDA W. CAPORRINO
ADDA A. P. UNGARETTI

RESUMO

Este artigo visa apresentar resultados dos estudos para o tombamento estadual de remanescentes da rede paulista de profilaxia e tratamento da hanseníase, doença anteriormente denominada como lepra. A rede em questão foi erguida com base no modelo hospitalar de isolamento conhecido como asilo-colônia, adotado no Brasil no início de 1920, quando a internação compulsória dos hansenianos foi determinada por força de lei. Na década de 1930, sua implantação foi concluída com a construção de cinco asilos-colônia: Santo Ângelo (Mogi das Cruzes), Padre Bento (Guarulhos), Pirapitingui (Itu), Cocais (Casa Branca) e Aimorés (Bauru). A estrutura profilática e de tratamento ainda era composta por ambulatórios denominados dispensários e por preventórios, orfanatos para filhos sadios de hansenianos internados. Diante dos desafios e avanços propostos pelas pesquisas, este artigo também pretende contribuir para os debates acerca do reconhecimento como patrimônio cultural de remanescentes ligados a passados relegados e memórias difíceis.

PALAVRAS-CHAVE

Hanseníase. Saúde pública. Patrimônio cultural.

REMNANTS OF AN UNWANTED PAST: ESTATE INSTITUTION OF PRESERVATION STUDIES FOR THE PAULISTA NETWORK OF PROPHYLAXIS AND TREATMENT OF HANSEN'S DISEASE.

AMANDA W. CAPORRINO
ADDA A. P. UNGARETTI

ABSTRACT

This article presents the results of the studies for the State heritage listing of the remnants of the Paulista network of prophylaxis and treatment of Hansen's disease, formerly known as leprosy. This network was created based on a hospital model of isolation known as leper colony, adopted in Brazil in the early 1920s when the compulsory hospitalization of people with Hansen's disease was determined by law. In the 1930s, its implementation was completed with the construction of five leper colonies: Santo Ângelo (Mogi das Cruzes), Padre Bento (Guarulhos), Pirapitingui (Itu), Cocais (Casa Branca) and Aimorés (Bauru). The prophylactic and treatment structure was also composed of clinics called dispensaries and preventoriums, orphanages for healthy children of leprosy patients hospitalized. In face of the challenges and advances proposed by the research, this article also aims to contribute to discussions about the recognition as cultural heritage of the remnants connected to relegated pasts and difficult memories.

KEYWORDS

Hansen's disease. Public health. Cultural heritage.

1. UMA DOENÇA COM ORIGENS E ESTIGMAS IMEMORIAIS

A hanseníase é causada pelo *Mycobacterium leprae*, batizado "bacilo de Hansen" porque foi identificado pelo cientista norueguês Gerhard H. A. Hansen, em 1873. Entretanto, é uma doença milenar, existindo referências sobre enfermidades semelhantes originárias da Índia, China e Egito, que remontam a 2000 a.C, com muitas designações ao longo do tempo - morfeia, leontíase, elefantíase dos gregos, mal da pele e mal de Lázaro -, sendo mais conhecida como lepra (OPROMOLLA, 2000). A doença acomete o sistema nervoso periférico, manifestando-se em lesões cutâneas e perda da sensibilidade tátil. Causa atrofias e paralisias musculares que, se não diagnosticadas adequadamente, evoluem para um quadro de cegueira e incapacidade física. É infectocontagiosa e sua transmissão ocorre por meio das secreções respiratórias de um portador não submetido a tratamento. Como nem todas as pessoas são suscetíveis, o período de incubação é prolongado (em média de dois a sete anos) e os primeiros sintomas são discretos (o aparecimento de manchas pouco visíveis na pele). A hanseníase é ainda um grave problema de saúde pública no mundo. Os tratamentos médicos foram variados, através da experimentação em doentes, desde infusões de ervas, infiltrações de óleo de chaulmoogra (advindo da medicina ayurvédica), picadas de cobras, injeções de petróleo bruto, estricnina, entre outros, com pouco ou nenhum êxito, causando invariavelmente mais sofrimento para

os pacientes. O advento das sulfonas (Promin), em 1941, trouxe avanços ao tratamento, porém com ação terapêutica bastante limitada ou nula sobre o comprometimento nervoso. Nos dias atuais, o tratamento poliquimioterápico tem curta duração e elimina 90% dos bacilos após a dose inicial de rifampicina (antibiótico descoberto em 1957), aliada a doses mensais de sulfonas e outros medicamentos.

Do ponto de vista sociocultural, as pesquisas sobre o tema demonstram que nenhuma outra doença foi tão estigmatizada quanto à hanseníase. No período medieval, os preceitos religiosos compuseram o imaginário que atravessou os séculos, segundo o qual o leproso demonstraria as máculas da alma nas marcas pelo corpo, devendo ser, por isso, banido da sociedade. No limiar do século XX, os ideários médico-científicos vigentes revestiram os velhos estigmas da doença, justificando o confinamento dos doentes como a melhor medida profilática. Já existiam instituições para hansenianos desde a Antiguidade, contabilizando-se milhares de lazaretos na Europa Medieval, que serviam mais como abrigos para esses excluídos. Os leprosários pouco se modificaram até surgimento dos primeiros projetos de asilos-colônia e preventórios, em meados do século XIX. A partir dessa época, estabeleceram-se políticas de saúde pública em vários países, fundamentadas no isolamento compulsório dos doentes e de seus filhos sadios.

2. ANTES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

Não há registros de que os nativos americanos tivessem hanseníase, reforçando as hipóteses de que os colonizadores disseminaram a doença pelo continente. No território brasileiro, os indícios da doença datam do século XVII e a primeira instituição oficialmente destinada ao internamento de hansenianos foi construída, em 1741, no Rio de Janeiro. Era constituída por casas e choupanas que visavam abrigar os morféticos e retirá-los dos centros urbanos. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, os doentes dessa instituição foram transferidos para a Casa dos Jesuítas de São Cristovão, fundando-se assim o Hospital de Lázaros do Rio de Janeiro, atual Hospital Frei Antônio (CASTRO, 2005 *apud* COSTA, 2008, p. 47).

Em São Paulo, as primeiras referências sobre a doença constariam em uma carta escrita pelo general D. Luiz Botelho Mourão ao Conde de Oyeras e em uma ata da cidade que registrou o despejo de uma cigana

morfética, ambos escritos por volta de 1768. De modo geral, podemos dizer que a propagação da hanseníase acompanhou o desenvolvimento da própria província. A doença teria grassado pelo Vale do Paraíba no auge cafeeiro e avançado pelo interior conforme se desenvolveram as atividades econômicas (MAURANO, 1939, v. 1, p. 19-20).

Com a elevação dos casos de hanseníase e, por consequência, a maior circulação de "gateiros" (leprosos que mendigavam e acampavam em vias públicas), as autoridades foram pressionadas a tomar providências. Não foram raras as ocasiões em que a atuação do governo provincial se resumiu na simples expulsão dos hansenianos. Normalmente, esses agrupamentos se concentravam próximos aos destinos de romeiros e peregrinos, dentre os quais os núcleos de Paranaíba e Pirapora (Figuras 1 e 2).

FIGURAS 1 E 2

Acampamentos de leprosos nas estradas paulistas. Fonte: Instituto da Saúde/Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

A primeira instituição paulista foi o Hospital dos Lázaros da Capital, fundado em 1802, também conhecido como Hospital da Luz, devido à localização. Em 1807, foi erguido o Hospital dos Lázaros de Itu e, em seguida, os leprosários situados em Campinas e Piracicaba. Muito semelhantes ao modelo hospitalar utilizado no século XVIII, não visavam disponibilizar o tratamento adequado, mas proteger a sociedade sadia do perigo que os doentes representavam. Eram compostos por conjuntos de casas de tijolos ou taipa, construídos em locais afastados dos núcleos urbanos. Quando os limites das cidades se aproximavam, a tendência era fechar o leprosário e transferi-lo para uma localidade mais distante. Em 1901, o governo desapropriou o terreno do Hospital dos Lázaros da Capital, obrigando a Santa Casa a transferir a instituição para uma chácara adquirida no bairro do Guapira (Figuras 3 e 4). No ano de 1904, construiu-se o Hospital do Guapira, para o qual foram transferidos os pacientes da instituição anterior (MAURANO, 1939, p. 162-163).

FIGURA 3

Desenho do Hospital dos Lázaros da Capital, de autoria do Dr. Rodolfo Grünvald. Fonte: MAURANO, Flavio. *História da lepra em São Paulo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939, v. 2, p. 16-17.

FIGURA 4

Pavilhão central do Hospital do Guapira, cujo projeto foi finalizado pelo Eng. Ramos de Azevedo. Fonte: Acervo da Santa Casa de São Paulo.

A maior parte de lazaretos foi erguida no território paulista no decorrer das primeiras décadas do século XX, dentre os quais: Sorocaba (1902), Rio Claro (1905), Itapetininga (1906), Jundiaí (1906), São Carlos (1908), Casa Branca (1909), Tatuí e Botucatu (1911), Angatuba, Guareí e Amparo (1915), Bebedouro e Descalvado (1916) e Jaboticabal (1917) (MAURANO, 1939, v. 2, p. 63). Vale ressaltar que o aumento do número de leprosários naquele momento se deveu ao "temor" que a doença causava em um período de acelerado desenvolvimento dos centros urbanos paulistas (Figuras 5, 6 e 7).

FIGURAS 5 E 6

Fotos de uma moradia do Asilo de Morféticos de Guareí e de internos do Asilo São Lázaro, em Itapetininga. Fonte: MAURANO, Flavio. História da lepra em São Paulo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939, v. 2, p. 94-95.

FIGURA 7

Distribuição dos hospitais de lázaros e asilos mantidos por sociedades religiosas e de caridade. Fonte: Instituto de Saúde de São Paulo/ Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.

Usualmente, esses lazaretos surgiram e funcionaram por iniciativa de associações religiosas e civis. Os mencionados hospitais da Luz e do Guapira, na Capital, foram construídos e mantidos pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Outro exemplo é a Associação Protetora dos Morféticos, fundada em 1917, por Dr. José Carlos de Macedo Soares (mordomo do Hospital do Guapira) e D. Duarte Leopoldo e Silva (Arcebispo de São Paulo). Destinava-se a socorrer os hansenianos, amparar suas famílias, proteger os filhos dos doentes, fornecer assistência judicial, organizar os esforços da caridade, difundir a propaganda higiênica e, por fim, auxiliar a administração da Santa Casa nas mesmas finalidades (MAURANO, 1939, v. 2, p. 142-143).

3. UM GRAVE PROBLEMA NACIONAL

No limiar do século XX, as propostas médicas relacionadas à hanseníase ocorreram pari passu com a institucionalização da saúde no esteio das campanhas de "saneamento do Brasil". A descoberta de que a doença é infecto-contagiosa transformou o doente em ameaça social, amparada pelas teorias eugenistas e higiênicas em vigor na época. Acreditou-se que a Medicina

FIGURA 8

Emblema da Associação Protetora dos Morféticos. MAURANO, Flavio. *História da lepra em São Paulo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939, v. 2, p. 143.

poderia sanar os problemas de delinquência e insalubridade através do tratamento, aperfeiçoamento ou isolamento dos indivíduos considerados inferiores, enquadrando entre estes os doentes, os criminosos e os deficientes físicos e mentais. O discurso da elite médica passou a abordar temas como disciplina, controle e potencialidade brasileira, entendendo ser de competência do Estado a garantia do bem estar geral da Nação. Era necessária, portanto, a formação de uma nova ordem sanitária pelo poder público e a constituição de um corpo médico com autoridade centralizada e poder de decisão sobre a população e os profissionais da saúde. Nesse sentido, os serviços de profilaxia no país foram delineados em forma de "campanhas", estabelecendo-se a "polícia médica". A própria linguagem utilizada nas referências às enfermidades contagiosas adotou termos como "combate" e "armas", trazendo para o campo da saúde a terminologia militar e compreendendo a erradicação das doenças como uma batalha a ser travada contra os males que ameaçavam os brasileiros (MONTEIRO, 1995, p. 149 e 152).

A luta profilática passou a utilizar um tipo de organização hierárquica e disciplinada, cujo poder centralizava-se nas mãos de poucos indivíduos. Sem espaços para contestação, as ações de saúde pública cederam cada vez mais espaço ao autoritarismo. O aparato legal e institucional formado à época justificou o controle estatal sobre os problemas sanitários do país, em detrimento dos interesses individuais dos afetados. Se o doente era a principal fonte propagadora e precisava ser excluído da sociedade sadia, a Medicina passou a indicar a internação compulsória como a principal medida profilática. O debate sobre a construção de asilos colônias que abrigassem os hansenianos ganhou fôlego e os projetos iniciais para implantação começaram a surgir em todo o Brasil.

O médico José Lourenço Magalhães foi um dos precursores da campanha contra a lepra. Em 1882, escreveu a obra *A morféa no Brasil, especialmente na província de São Paulo,* na qual afirmou que a criação de colônias para a reclusão dos doentes seria capaz de proporcionar a estes uma vida parecida com a dos indivíduos sadios. Segundo o médico, em troca da limitação de liberdade, os hansenianos receberiam nos asilos a impressão de bem-estar e satisfação no seu isolamento, tratando-se os pacientes com persuasão ao invés da autoridade (MAURANO, 1939, p. 131-132). O médico Emílio Ribas (então diretor do Serviço Sanitário Paulista) deu prosseguimento aos ideais de reclusão dos hansenianos. Seus argumentos obtiveram repercussão nacional, baseando-se na compulsoriedade da notificação de casos suspeitos às autoridades e no isolamento dos doentes como formas de contenção da lepra. Durante uma conferência no 1º Congresso Médico Paulista, em 1916, ele defendeu a internação "humanitária" em asilos-colônia que proporcionassem uma vida próxima da normalidade (MAURANO, 1939, p. 138).

Os argumentos de Ribas foram contestados por médicos que defendiam o confinamento mais radical, dentre estes o Dr. Oswaldo Cruz, aclamado à época por ter erradicado a febre amarela no Rio de Janeiro. Para essa corrente médica, a disseminação da hanseníase seria interrompida pelo simples isolamento de todo e qualquer doente, independente de idade, gênero, tipo ou estágio da doença. Cogitou-se a internação em ilhas (como, por exemplo, na fluminense Ilha Grande) nos moldes dos presídios insulares e do leprosário pioneiro da Ilha de Molokai (Havaí,

Estados Unidos), implantado em 1865. Os debates perpassaram a estrutura de saúde pública, influenciando a elaboração do respectivo aparato legal. Em 1920, o Departamento Nacional de Saúde Pública foi criado e sua estruturação culminou na Inspetoria de Profilaxia da Lepra, em 1923. No mesmo ano, o Decreto nº 16.300 (1924) determinou a internação compulsória dos portadores da doença em seus domicílios ou em instituições nosocomiais indicadas para esse fim.

As medidas adotadas acompanhavam e influenciavam discussões realizadas no mundo. Um exemplo é a proposta do Dr. Carlos Chagas de que o problema da hanseníase fosse analisado no Comitê de Higiene da Liga das Nações, do qual era membro. O médico idealizou o projeto do Centro Internacional de Leprologia, firmando-se um acordo entre o Brasil e a Liga. O Centro iniciou suas atividades em 1934 e desenvolveu importantes pesquisas laboratoriais, testes de tratamentos em doentes, ensino sobre leprologia e publicações como a Revista Brasileira de Leprologia, funcionando até 1939 (CUNHA, 2011).

A população era convidada a aderir às campanhas profiláticas por meio da estreita ligação estabelecida entre as áreas de saúde e educação (Figuras 9 e 10). O Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e, em 1934, o então ministro Gustavo Capanema iniciou a implantação de medidas que visavam à construção de uma nação com indivíduos trabalhadores e crianças saudáveis. Para consolidar os objetivos da reforma, em 1941, foram instituídos 12 Serviços Nacionais, entre os quais o Serviço Nacional de Educação Sanitária (SNES), verticalizando as campanhas de combate a doenças específicas e grandes endemias (HOCHMAN, 2005, p. 131). Em São Paulo, as campanhas ficaram a cargo da Seção de Propaganda e Educação Sanitária, vinculada à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, criada em 1938 (MASCARENHAS, 1973, p. 07).

FIGURAS 9 E 10

Cartazes da campanha do Serviço Nacional de Educação Sanitária. Fonte: Acervo do Museu Emílio Ribas.

4. A IMPLANTAÇÃO DA REDE PAULISTA DE PROFILAXIA E TRATAMENTO DA HANSENÍASE

Em conjunto com o plano nacional de saúde pública, São Paulo criou o Serviço de Profilaxia da Lepra, em 1924, posteriormente Inspetoria de Profilaxia da Lepra (IPL) (Figura 11). Este órgão foi responsável pelo funcionamento do sistema isolacionista no território paulista e sua administração coube a renomados leprologistas, como o Dr. Aguiar Pupo e o Dr. Heraclides Cesar de Souza-Araujo. Em 1935, a IPL tornou-se o Departamento de Profilaxia da Lepra (DPL), acompanhando o processo de recrudescimento das campanhas sanitárias e adquiriu uma autonomia equiparada à do próprio Departamento Nacional de Saúde (MONTEIRO, 1995, p. 168-169). O Dr. Francisco Salles Gomes Júnior assumiu o cargo de diretoria na época, ficando conhecido como o "carrasco dos leprosos" em virtude de suas medidas extremamente austeras (POSTIGO, 2008, p. 146).

FIGURA 11

Sede da Inspetoria de Profilaxia da Lepra (IPL), c.1924. Acervo FIOCRUZ – Fundo Souza-Araújo.

A legislação paulista desse período não apenas instituiu o isolamento compulsório dos hansenianos em asilos-colônia, como também determinou a configuração de um programa amplo e rígido de combate à lepra, que se reproduzia em todo o país. Especificamente a Lei nº 2.416 (1929) e o Decreto 5.027 (1931) dispuseram acerca da implantação do que se convencionou chamar "tripé profilático": uma rede de profilaxia e tratamento da hanseníase composta pelos asilos-colônia, dispensários e preventórios (MONTEIRO, 1995, p. 164). As três vertentes institucionais desempenhavam funções específicas para que a rede funcionasse:

DISPENSÓRIOS	Ambulatórios destinados ao exame, triagem e encaminhamento dos portadores da doença identificados e dos "comunicantes" (aqueles que tiveram contato com doentes).
PREVENTÓRIOS	Espécies de "orfanatos" que abrigavam os filhos sadios dos hansenianos internados nos asilos-colônia.
ASILOS-COLÔNIA	Complexos delimitados, construídos em locais afastados, com edificações e regramentos capazes de garantir o isolamento compulsório.

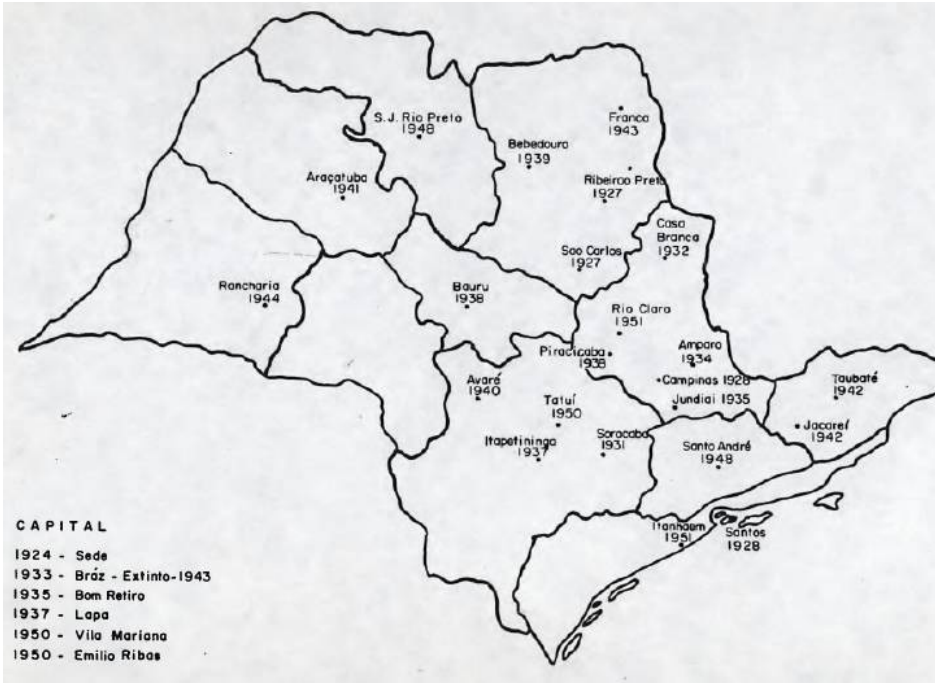
4.1 Sobre os dispensários da rede paulista

A primeira instituição desse tipo no Brasil foi o Dispensário Antileproso, fundado em Belém, em 1921 (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz). Na maioria dos casos, foram apenas seções específicas nos postos de saúde e ambulatórios policlínicos existentes, sendo adaptações e não construções propriamente idealizadas com finalidade dispensarial. Por essas características, os dispensários provavelmente não foram instituições tão marcantes na literatura médica da época e mesmo na memória sobre o período, havendo raras referências sobre eles.

Durante os estudos preliminares de tombamento, verificamos que o Decreto nº 27.733 (1957) dispôs acerca da reestruturação e ampliação da rede dispensarial, com a instalação de unidades em 11 municípios paulistas (Figura 12).

FIGURA 12

Mapa de distribuição dos dispensários do DPL, c.1950. Fonte: Instituto de Saúde de São Paulo/ Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.



FIGURAS 13 E 14

À esquerda, imagem descrita em 1939 como um dos postos do SPL (MAURANO, Flavio. *História da Lepra em São Paulo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939, v. 2, p. 190-191). Ao lado, imagem da construção atualmente. Fotografia: Adda Ungaretti, set. 2013.

No decorrer das pesquisas, também identificamos um provável remanescente no bairro Bom Retiro, em São Paulo. Presumimos que essa edificação tenha abrigado um equipamento dispensarial durante a vigência do isolamento compulsório. Atualmente, o prédio é ocupado pela unidade básica de saúde municipal UBS Bom Retiro - Octavio Augusto Rodovalho.

4.2 Os preventórios em São Paulo

Muitos preventórios existiam na época da implantação do mencionado "tripé profilático". Paulatinamente, o Estado concentrou em si a responsabilidade pelo combate à lepra, porém a atuação da iniciativa privada manteve-se constante. No caso preventorial, a fundação e a administração recaíram sobre sociedades civis e religiosas, apesar de se integrarem às políticas de saúde pública e estarem sob a vigilância estatal.

A mobilização em prol de preventórios ocorria de forma individual ou através de associações, verificando-se uma predominância de mulheres da alta sociedade nessas ações. É o caso da atuação da Baronesa de Franca e de Alice Tibiriçá. Esta fundou, em 1932, a Federação das Sociedades de

Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, considerada de utilidade pública pelo governo federal em 1937 (Fiocruz). A primeira instituição preventorial paulista (e brasileira) foi o Preventório Santa Terezinha do Menino Jesus. Foi implantado em decorrência das atividades da associação filantrópica homônima, constituída em 1913 por senhoras da alta sociedade ligadas à Cúria Metropolitana, que tinha à sua frente Dona Margarida Galvão. Na década de 1920, a associação demonstrou preocupação com os filhos de hansenianos, recebendo a doação de um grande terreno no bairro da Lapa, em São Paulo. Contudo, o plano de construir nesta área um "asilo-escola" foi barrado pelo Serviço Sanitário sob a alegação de sua localização ser no centro urbano (Figuras 15, 16, 17 e 18).

Em 1922, os estatutos da Associação foram aprovados pelo Arcebispo Metropolitano, contendo a previsão da criação de um asilo destinado aos filhos sadios de leprosos, subordinando-os a um regimento especial, de acordo com as prescrições científicas e inspirações da Caridade Cristã (SANTOS, 2009). Com esse intuito, no ano de 1926, a Associação adquiriu um terreno de 145.000 m², situado próximo à Estrada de Ferro Sorocabana, no atual município de Carapicuíba. Idealizado pelo arquiteto Adelardo Soares Caiuby, entre 1922 e 1925, e executado pelo engenheiro Álvaro de Salles Oliveira, a inauguração do preventório ocorreu em 1927.

FIGURA 15

Desenho do Asilo Santa Terezinha, de Adelardo Soares Caiuby. Fonte: SOUZA-ARAUJO, Heráclides C. de. *História da Lepra no Brasil – Período Republicano (1889-1946)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948, est. 53.

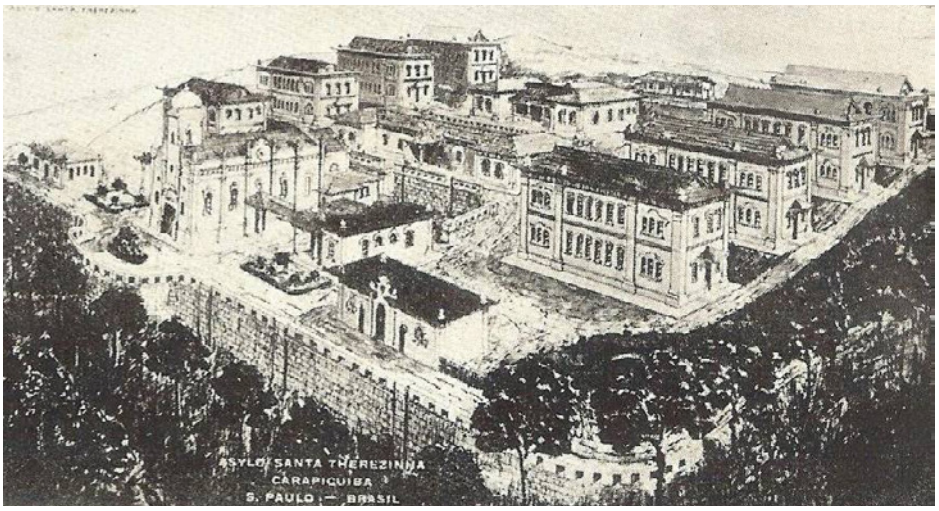


FIGURA 16

Foto aérea atual do antigo Preventório Santa Terezinha. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Associa%C3%A7%C3%A3o-SantaTerezinha/446240765445470>. Acessado em: 08 mai. 2013.

FIGURA 17

Creche do Preventório Santa Terezinha do Menino Jesus. In: SOUZA-ARAUJO, Heráclides C. de. *História da Lepra no Brasil – Período Republicano (1889-1946)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948.

FIGURA 18

Imagem atual da antiga creche. Fotografia: Amanda Caporrino, maio 2013.

Com o aumento da demanda por vagas devido ao internamento compulsório dos pais, o Estado de São Paulo implantou, em 1932, o Preventório de Jacareí, em cidade homônima (Figuras 19, 20 e 21). Sob a supervisão da IPL, o antigo Colégio Nogueira da Gama foi adaptado e recebeu inicialmente crianças de todas as idades. Mais tarde, realizou acordo com o Preventório Santa Terezinha para acolher meninos maiores de 12 anos de idade, pois este manifestava preferência pela internação de recém-nascidos e menores do sexo feminino. As crianças egressas dos asilos-colônia com alta condicional também eram encaminhadas para Jacareí (MONTEIRO, 1995).

FIGURA 19

Foto aérea do Preventório Jacareí, c.1940. Disponível em: < http:// blog de jacarei.com. br>. Acessado em: 13 nov. 2015.

FIGURA 20

Foto do prédio principal no período de funcionamento do Preventório. Fonte: Arquivo Público e Histórico de Jacareí.

FIGURA 21

Imagem atual do edifício que abrigou o Preventório Jacareí. Fotografia: Amanda Caporrino, mar. 2013.

Em 1941, os preventórios passaram a se denominar "educandários" com o intuito de atenuar o preconceito e facilitar a reinserção das crianças na sociedade. No final da década de 1940, foram contabilizados 28 preventórios no Brasil, três em território paulista (SOUZA-ARAUJO, 1948, p. 20). Porém, os estudos de tombamento identificaram como oficiais apenas os preventórios Santa Terezinha do Menino Jesus e de Jacareí. Os dados acerca da existência de outros exemplares paulistas são escassos e sem lastro documental até o momento, principalmente porque muitos deles funcionaram clandestinamente (OLIVEIRA, 2015). Hoje, a Associação Santa Teresinha mantém a finalidade de amparo a menores em situação de risco e sua administração é realizada pelas Irmãs da Congregação Filhas de Nossa Senhora Stella Maris, desde 1978. Já o edifício do preventório Jacareí abriga atualmente secretarias da Prefeitura Municipal e postos de atendimento do IBGE e Sebrae.

4.3 Os asilos-colônia

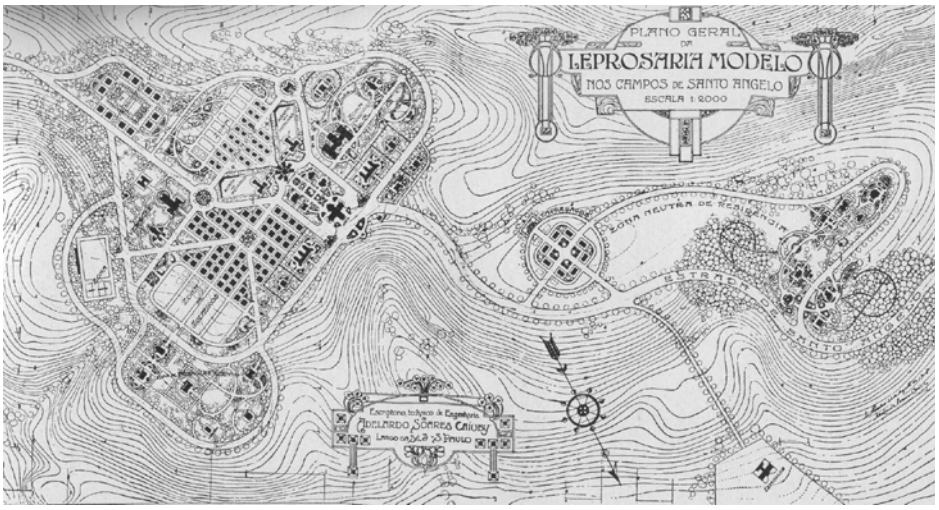
O mencionado Decreto 5.027 (1931) dispôs sobre a fundação imediata de cinco asilos para abrigo dos leprosos. O programa paulista baseou-se na adaptação do projeto Leprosária Modelo Santo Ângelo, de Adelardo Soares Caiuby, elaborado em 1918 nos moldes da política pública de saúde de cunho sanitarista. Este, por sua vez, foi inspirado no Leprosário Nacional de Carville (Louisiana, Estados Unidos), composto por pavilhões de tratamento interligados por corredores cobertos, possibilitando a separação dos internos por gênero e idade (Figuras 22 e 23).

FIGURA 22

Mapa do antigo Leprosário de Carville. Fonte: National Hansen's Disease Museum. Disponível em <http://phil.cdc.gov/Phil/details.asp>. Acesso em: 28 mai. 2015.

FIGURA 23

lano geral da Leprosária Modelo. In: CAIUBY, Adelardo S. *Projecto da Leprosaria Modelo nos campos de Santo Angelo*. São Paulo: Riedel, 1918, p. 108.



A idealização do leprosário-modelo contou com a assessoria dos doutores Emílio Ribas e Artur Neiva (autor do Código Sanitário de 1918). O Asilo Santo Ângelo acabou se transformando em um exemplo arquitetônico para a implantação dos demais asilos em São Paulo e também em outras localidades do país. A implantação de outros quatro asilos-colônia seguiu uma organização territorial pautada nos trajetos das ferrovias e

nas reivindicações da Comissão das Municipalidades, que centralizava as demandas de diversas cidades do interior. O território paulista foi, então, dividido em quatro "circunscrições":

1ª – a capital e os municípios do norte do Estado;

2ª – a região Sorocabana;

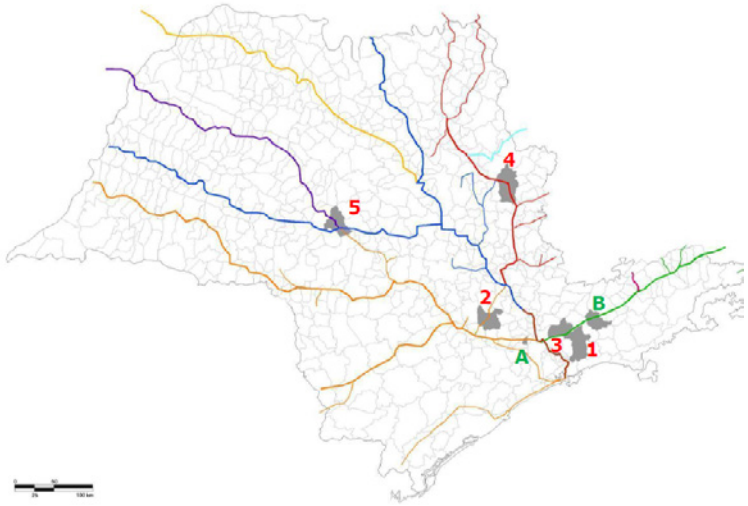
3ª – a região Araraquarense;

4ª – a região Mogiana.

Por meio da atuação do Estado em conjunto com a participação da iniciativa privada, na primeira metade da década de 1930 a rede paulista estava completa (Figura 24).

FIGURA 24

Mapa de localização dos asilos-colônias (1 a 5) e dos preventórios (A e B) ao longo das estradas de ferro (tracejados coloridos). Desenho: Adda Ungaretti.



REF.	INSTITUIÇÃO	FUNDAÇÃO	LOCALIDADE	ÁREA (alqueires)
1	A. C. Santo Ângelo	1928	Mogi das Cruzes	348
2	A. C. Padre Bento	1931	Guarulhos	23
3	A. C. Pirapitingui	1931	Itu	600
4	A. C. Cocais	1932	Casa Branca	300
5	A. C. Aimorés	1933	Bauru	400
A	Prev. Santa Terezinha	1927	Carapicuíba	6
B	Prev. Jacareí	1932	Jacareí	-

Diferente dos preventórios e dispensários, o programa de asilos-colônia foi bastante característico e relativamente padronizado. Embora essas instituições sejam também citadas na bibliografia como hospitais-colônia ou sanatórios, distinguiram-se dos demais complexos hospitalares por expressarem preceitos e objetivos próprios.

A seleção dos terrenos para a construção dos asilos obedeceu a critérios específicos, como a distância dos centros urbanos, a topografia, a umidade do solo, o provimento de água e a comunicação com estações ferroviárias. Os conceitos de arquitetura e urbanismo foram empregados como instrumentos para a construção de barreiras físicas e psicológicas. Idealizados para funcionar como "minicidades", os projetos asilares estabeleciam a distribuição espacial das edificações por funções em três porções territoriais distintas e bem delimitadas: Zona Sã, Zona Intermediária e Zona Doente (COSTA, 2008).

ZONA SÃ	Para o corpo clínico, pessoal técnico e administrativo sadio. Composta pela portaria; subestação de energia; administração geral; residências do diretor, do administrador, dos médicos e dos empregados; alojamento para visitantes; refeitório e cozinha; creche; garagem.
ZONA INTERMEDIÁRIA	Composta por um pavilhão de economia geral; parlatório; cozinha para preparação das refeições dos internos; posto policial; cadeia.
ZONA DOENTE	Constituía o asilo em si. Composta por pavilhões de tratamento, de assistência médico-hospitalar, de administração e de artes e ofícios; galerias de comunicação entre os pavilhões; posto médico; lavanderia; manicômio; sala de banho; habitações coletivas e para casais; construções para atividades agropecuárias; oficinas; cineteatro, cassino, campo de futebol; templos religiosos; cemitério.

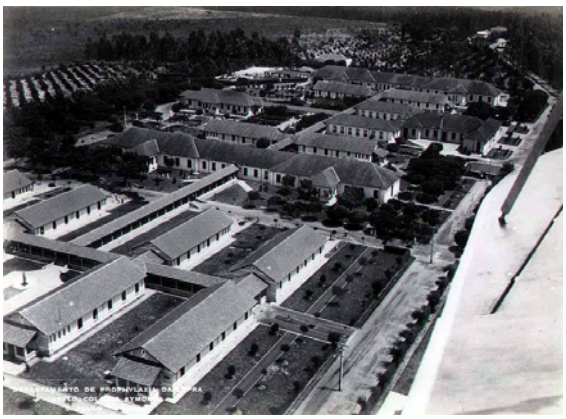
Os traçados visavam ao controle através de visuais que favorecessem as fachadas dos equipamentos coletivos, valorizassem os espaços arborizados e agrupassem as edificações, conforme as diferentes tipologias. O urbanismo ainda determinava a implantação das edificações soltas nos lotes, com amplos recuos, respeitando distâncias mínimas de isolamento de outras edificações e apresentando formas volumétricas simplificadas e funcionais. A arquitetura desses complexos foi pensada como elemento capaz de transformar o comportamento dos internos e também como expressão da funcionalidade associada à busca da inserção do país na economia global. Isso é visível na aplicação das tendências estéticas e compositivas

prevalecentes, vinculadas ao ecletismo de matrizes neocoloniais e ao *art déco*. A geometrização de ornamentos possibilitava a simplificação conveniente às especificações de programa, condições de insolação e ventilação, além de conceitos de economia, praticidade e durabilidade.

Por essas razões, os asilos paulistas foram estruturados de modos semelhantes, especialmente quanto aos espaços de baixa densidade populacional, capazes de promover a hierarquização, a diferenciação social e a disciplina. As edificações mais características desses complexos foram os mencionados pavilhões tipo Carville (alas de internação e tratamento) e também o parlatório (estrutura para que os internos recebessem as visitas de familiares, sem contato físico) (Figuras 25 e 26).

FIGURA 25 E 26

Foto aérea de pavilhões tipo Carville no Asilo Aimorés e imagem do Parlatório do Asilo Santo Ângelo. Fontes: Acervo do Instituto Lauro de Souza Lima e Acervo Fiocruz – Fundo Souza-Araújo.



O aumento do número de internos durante o isolamento resultou na ampliação do programa asilar e construção de novas edificações por iniciativas públicas e privadas que, muitas vezes, não seguiram as diretrizes, atendendo a interesses pontuais e variados. Dessa forma, cada um dos asilos desempenhou papel distinto na dinâmica da rede paulista, de acordo com as particularidades regionais, as dimensões estruturais e o perfil dos diretores que os administraram.

Inaugurado em 1928, o asilo-colônia Santo Ângelo foi o primeiro da rede asilar paulista, acolhendo os pacientes transferidos do Hospital do Guapira. Recebeu essa denominação porque foi instalado em terras doadas pela Ordem dos Carmelitas próximas à antiga Capela Santo Ângelo, em Mogi das Cruzes. O engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo desenhou alguns projetos para suas edificações. Em 1940, a Caixa Beneficente contratou o arquiteto Rino Levi para projetar a segunda edificação do cine-teatro, cuja inauguração ocorreu em 1948. Atualmente, este complexo asilar abriga o Centro Especializado em Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti, voltado à recuperação de dependentes químicos (Figuras 27, 28 e 29).

FIGURA 27

Asilo Santo Ângelo. Vista aérea do conjunto, c.1930. Fonte: Acervo do Instituto Lauro de Souza Lima.

FIGURA 28

Asilo Santo Ângelo. Cineteatro projetado por Rino Levi. Fonte: Acervo do Instituto Lauro de Souza Lima.

FIGURA 29

Asilo Santo Ângelo. Imagem atual do teatro. Fotografia: Amanda Caporrino, out. 2015.

Fundado em 1931, o asilo-colônia Padre Bento foi construído em propriedade do governo do Estado no bairro Gopouva, em Guarulhos, em terras que abrigaram um recolhimento para psicopatas. Nesse asilo, eram internados pacientes com formas clínicas não contagiosas e que não apresentassem estágios avançados da doença, haja vista ser local de privilegiado acesso e que recebia membros de famílias da elite econômica paulista acometidos pela doença (MONTEIRO, 1995). Mais conhecido como Sanatório Padre Bento (na tentativa de reduzir o estigma), o conjunto se destacava por possuir um pavilhão infantil específico e isolado das áreas destinadas a adultos, maior número de pensionistas (internos pagantes), além de luxuosas instalações (Figuras 30, 31 e 32). Devido ao crescimento da cidade, a área foi retalhada e parte das edificações demolida. No ano de 2011, alguns remanescentes foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) – o antigo campo de futebol, a capela, o teatro e a pérgula de acesso ao atual Hospital Padre Bento.

FIGURA 30

Sanatório Padre Bento. Vista aérea do conjunto c.1930. Fonte: Acervo do Instituto Lauro de Souza Lima.

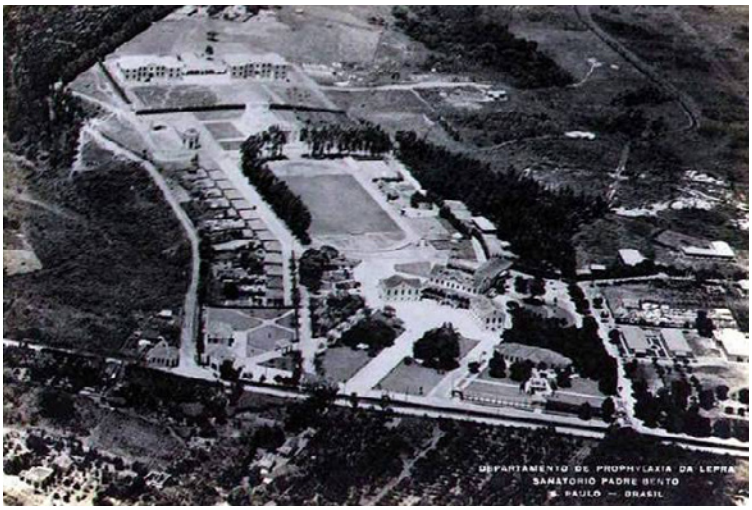


FIGURA 31

Sanatório Padre Bento. Luxuoso interior do teatro. Fonte: Acervo do Instituto Lauro de Souza Lima.

FIGURA 32

Sanatório Padre Bento. Interior do teatro. Fotografia: Roberto Ferreira, set. 2008.

O município de Itu contava com um hospital de lázaros desde 1807. Em péssimas condições, a edificação foi demolida em 1929 e parte dos internos transferidos para o Santo Ângelo. Uma parte daqueles que voltaram a Itu foi realocada em precários barracos de tábuas, apelidados "Taboeiro". O asilo-colônia Pirapitingui resultou de um acordo firmado, em 1929, entre 48 municípios da Zona Sorocabana e a inauguração ocorreu em 1931 (AUVRAY, 2005, p. 39). Além de casas bigeminadas e dos pavilhões, o Pirapitingui se destacava pela diversidade de edificações religiosas (católicas, protestantes e espíritas) e pela dimensão dos edifícios da cadeia e pavilhões psiquiátricos e a escassez de espaços para lazer. Foi o asilo que abrigou mais pessoas (5.000 internos na década de 1950), o que explicaria as recorrentes rebeliões registradas e o maior número de transferências. Hoje, o antigo complexo abriga o Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes e é o principal destino de ex-pacientes dos demais asilos (Figuras 33, 34 e 35).

FIGURA 33

Asilo Pirapitingui. Vista aérea do conjunto c.1930. Fonte: IGC.

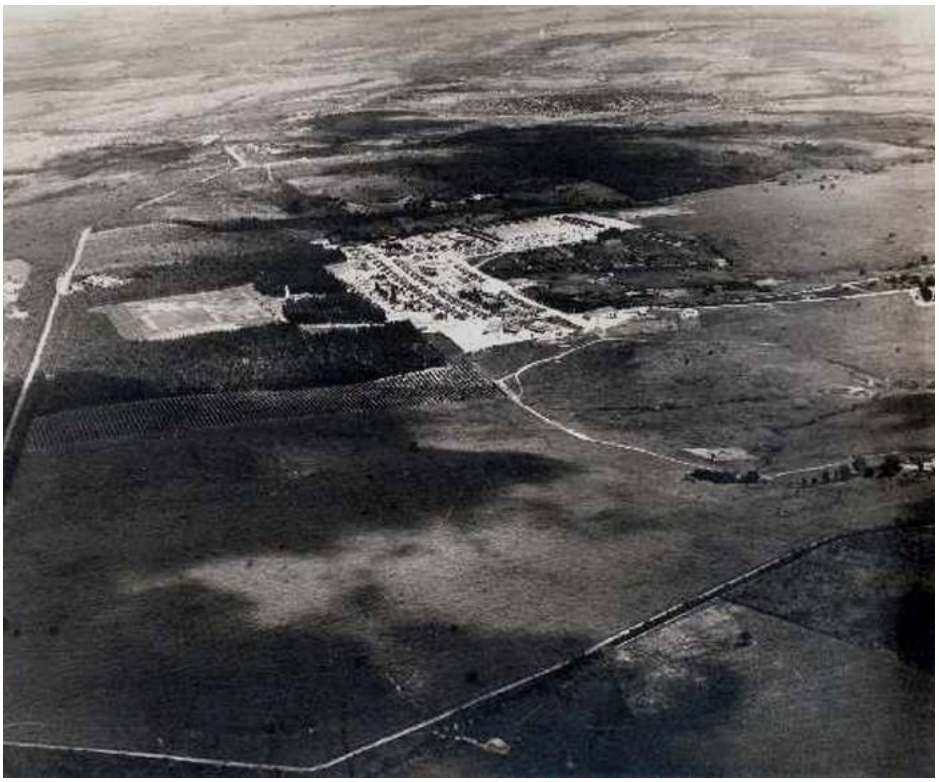


FIGURA 34

Asilo Pirapitingui. Pavilhões de alojamento. Fonte: Arquivo Fiocruz, Fundo Souza-Araújo.

FIGURA 35

Asilo Pirapitingui. Pavilhão de alojamento. Fotografia: Amanda Caporrino, maio 2015.

O asilo-colônia de Cocais**,** em Casa Branca, era o asilo mais distante em relação à cidade de São Paulo. Assim como outros asilos, os fundos para sua construção foram angariados pela Comissão das Municipalidades da região Mogiana, em 1927. A propriedade comprada foi a Fazenda Mil Réis, cuja propriedade foi repassada à Fazenda Pública do Estado, em 1928. Devido aos atrasos nas obras, o asilo só pôde receber os primeiros pacientes em 1932. As condições de seu funcionamento eram consideradas precárias em virtude do reduzido quadro clínico, do elevado número de internos e da distância da capital, o que tornou a transferência para o Cocais uma medida disciplinar e punitiva para os internos que causavam transtornos nos demais asilos da rede. Atualmente abriga o Centro de Reabilitação Casa Branca, atendendo pacientes com distúrbios psíquicos.

FIGURA 36

Asilo Cocais. Vista aérea do conjunto c.1930. Fonte: IGC.

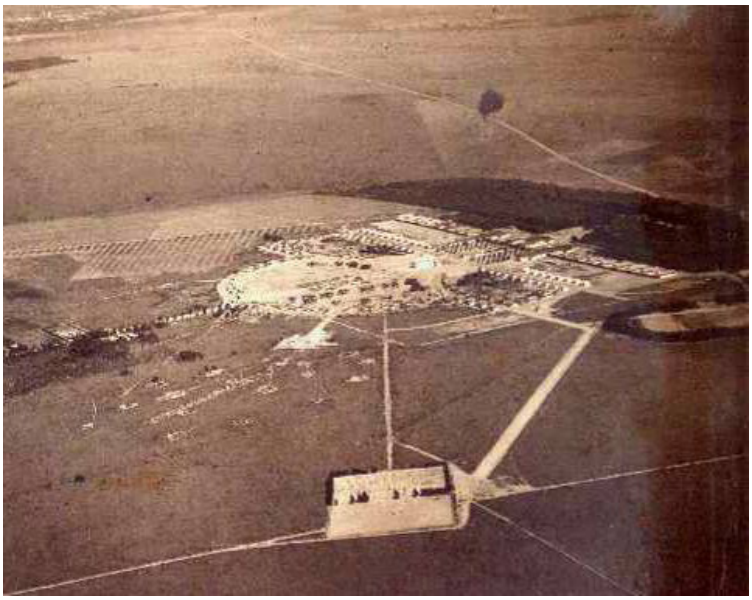


FIGURA 37

Asilo Cocais. Pavilhões de alojamento/ tratamento. Fonte: Arquivo FIOCRUZ, Fundo Souza-Araújo.

FIGURA 38

Asilo Cocais. Passadiço dos pavilhões de alojamento/ tratamento. Fotografia: Adda Ungaretti, set. 2015.

O asilo-colônia Aimorés resultou de um acordo estabelecido durante o Congresso Regional da Noroeste, em 1927. O terreno foi adquirido pela comissão organizada naquela ocasião, porém a constante insuficiência de recursos levou o Serviço de Profilaxia da Lepra a encampar as obras, e sua inauguração se deu em 1933. Destacam-se no conjunto os equipamentos de lazer e entretenimento - quadras esportivas, tablado de dança, coreto, bares e campo de futebol. O asilo foi transformado em sanatório, hospital e hoje abriga o Instituto Lauro de Souza Lima (ILSL). Desde suas origens, demonstrou pioneirismo em pesquisas sobre tratamento e cura da doença, tornando-se centro de referência em Dermatologia Geral (particularmente, da hanseníase) para a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OMS). A solicitação de tombamento adveio da diretoria do ILSL, demonstrando interesse pela preservação da memória, refletido na deliberação do Condephaat a favor do tombamento das edificações asilares do conjunto.

FIGURA 39

Asilo Aimorés. Vista aérea do conjunto c.1930. Fonte: Acervo do Instituto Lauro de Souza Lima.

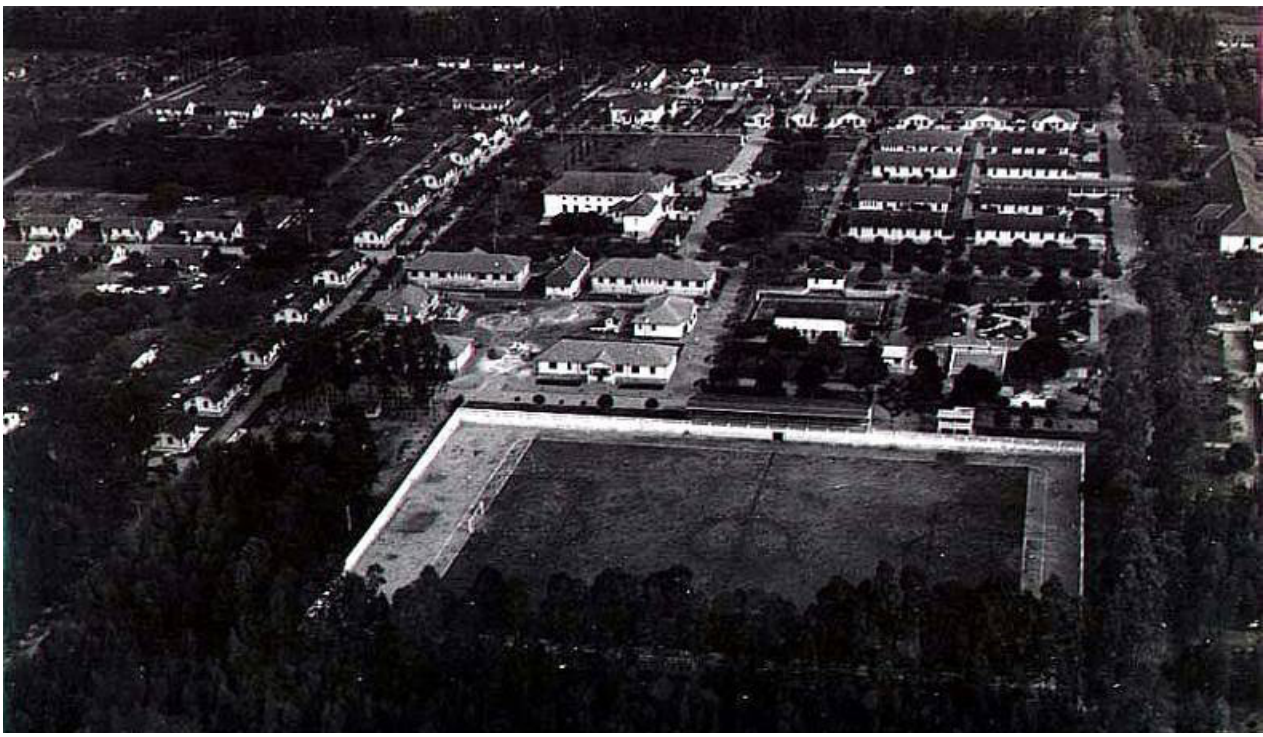


FIGURA 40

Asilo Aimorés. Pavilhão tipo Carville c.1930. Fonte: Acervo do Instituto Lauro de Souza Lima.

FIGURA 41

Asilo Aimorés. Pavilhão tipo Carville. Fotografia: Amanda Caporrino, abr. 2013.

5. A VIDA NOS ASILOS-COLÔNIA E NOS PREVENTÓRIOS PAULISTAS

Conforme avançava a implantação da rede de profilaxia e tratamento da hanseníase, os antigos lazaretos eram demolidos ou incendiados e seus moradores compulsoriamente internados nos asilos-colônia e preventórios. Lá, assumiam uma nova vida e precisavam lidar com a realidade do confinamento.

FIGURA 42

Imagem da Vila Hansen, São Carlos do Pinhal. Observam-se os veículos (jardineiras) que transportaram hansenianos da vila para o Asilo-Colônia de Aimorés, c.1930. Na frente da segunda jardineira, a contar da direita, está o Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, diretor do asilo. In: MAURANO, Flavio. História da lepra em São Paulo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939, v. 2, p. 112-113.

O funcionamento interno dos asilos-colônia era controlado por três setores: Diretoria, Prefeitura e Caixa Beneficente. Em geral, o diretor era um leprologista nomeado pelo Estado, dedicando-se às questões científicas e à coordenação geral do complexo asilar. O prefeito era um interno indicado pelo DPL, ao qual cabia o poder de polícia e a administração da "zona doente". Os sete departamentos que compunham a Caixa Beneficente - entre eles Recreativo, Desportivo e Religioso -, atuavam no sentido de amenizar o sofrimento dos confinados.

Como medida disciplinar e de contenção de gastos, as tarefas do cotidiano eram executadas pelos próprios asilados, vindo de fora apenas médicos e cozinheiros. Trabalhavam em média seis horas diárias, a maior parte em atividades agropastoris, serviços em enfermarias, pequenas fábricas instaladas nos asilos, refeitórios, lavanderias, obras de construção, marcenaria, oficinas, entre outros. O DPL criava cargos para os doentes selecionados, os quais eram promovidos conforme a prestação dos serviços. A remuneração provinha do Estado e das Caixas Beneficentes, sendo estabelecida de acordo com a função exercida. (MONTEIRO, 1995).

FIGURA 43

Rótulo de um dos refrigerantes fabricados no Asilo Aimorés, a partir de 1949. Fonte: Acervo do Instituto Lauro de Souza Lima.

Do dever ao lazer, todas as esferas da vida pública dos internos eram supervisionadas pelas autoridades e o controle também se estendia ao ambiente privado. No início, os pacientes foram distribuídos em casas familiares e pavilhões coletivos, levando-se em conta idade, sexo, estado civil, situação clínica e perfil econômico dos internos. Entretanto, a superlotação dos asilos e o descaso das autoridades amontoaram desordenadamente leitos nos dormitórios, enfermarias e corredores dos pavilhões.

Ao ingressar nos asilos-colônia, adultos e crianças foram separados de suas famílias, na maioria dos casos, definitivamente. As visitas não

eram frequentes devido ao preconceito e ocorriam à distância, por meio da mencionada estrutura do Parlatório: um espaço delimitado por duas cercas, com cerca de um metro e meio de distância entre si, formando uma espécie de corredor. Os visitantes ficavam em um lado e os doentes no lado oposto, enquanto um guarda do asilo fiscalizava o corredor, impedindo o contato físico. Os parlatórios foram desativados pela atuação de Conceição da Costa Neves, eleita deputada e primeira mulher no país e no mundo a implementar projetos de leis a favor dos portadores da doença, ficando conhecida como "mãe dos portadores da lepra".

Eram frequentes as reclamações dos internos quanto à má alimentação, lotação, castigos físicos e psicológicos. Com o intuito de encobrir irregularidades, até correspondências eram violadas ou censuradas pelas autoridades asilares para que as notícias não chegassem à sociedade. Além do sofrimento causado pela doença e pelo isolamento à força, os confinados também foram submetidos a condições muito precárias de sobrevivência. Somam-se a isso a vigilância e o controle excessivos, autorizados por lei ou frutos do abuso de poder, tornando a vida dos asilados ainda mais penosa.

Essas questões são evidentes ao enfocarmos a situação dos filhos dos pacientes. Nem sempre os menores internados nos asilos-colônia eram alojados junto a seus familiares e, quando acontecia, os contatos entre eles ocorriam somente com a permissão do diretor do asilo e em datas determinadas. Já as crianças nascidas no asilo eram imediatamente retiradas após o parto e encaminhadas aos preventórios para se evitar qualquer possibilidade de contágio. A maior parte delas nunca mais reencontrou suas famílias (MONTEIRO, 1995).

As organizações preventoriais visavam desvincular a criança dos laços "estigmatizados", apagando seu passado a fim de facilitar a reinserção social. A rotina era rígida e disciplinadora, submetendo os internos a medidas rigorosas e castigos físicos. Ocupavam-se os meninos da agricultura e oficinas de carpintaria, e as meninas de costura e cuidados da casa. Não foram raras as ocasiões em que os preventórios aproveitavam-se dessas prerrogativas para fazer uso do trabalho infantil (SANTOS, 2009).

FIGURAS 44 E 45

Bebês separados das mães e meninos trabalhando nos preventórios. Fonte: Arquivo Instituto Lauro de Souza Lima.

A rede de profilaxia da lepra institucionalizou a política de internação em massa em São Paulo, enquanto que, no restante do país, esse processo foi mais lento ou brando. A comparação entre as atuações estaduais sugere que São Paulo apresentava o maior número de casos da doença, superando Minas Gerais, Pará e Amazonas. Entretanto, o alto índice de internações deveu-se, na realidade, à eficiência do serviço de profilaxia paulista na "captura" e efetivo isolamento dos hansenianos (MONTEIRO, 1995, p. 216). Nessas condições, muitos doentes migravam com o intuito de evitar a internação em São Paulo, sendo também frequentes as fugas dos asilos paulistas. A única alternativa que restava para a maioria deles era a vida como "gateiros fora-da-lei", pedindo esmolas e acampando a beira de estradas.

Em 1962, o Decreto do Conselho de Ministros nº 968 revogou o isolamento compulsório dos hansenianos no Brasil. São Paulo, entretanto, manteve a política de internação obrigatória até 1967 e um regime de semiaberto até meados de 1970. As portas foram descerradas, mas grande parte dos internos decidiu permanecer nos asilos porque não tinham contato com familiares, nem para onde ir (MONTEIRO, 1995). Hoje os hospitais instalados nos antigos complexos asilares convivem com ex-pacientes que ainda ocupam as casas, gerando transtornos para as instituições e, principalmente, para os moradores.

FIGURAS 46

Egressos de asilos-colônia acampados à beira de uma estrada paulista (década de 1930). Fonte: SUGIMOTO, Luiz. Memórias do degredo. Jornal da UNICAMP, Campinas, n. 571, ago. 2013. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/ju/571/memorias-do-degredo>. Acesso em: 11 nov. 2015.

Na maioria dos casos, a vida asilar iniciava-se com a entrada pela portaria e findava com o sepultamento nos cemitérios existentes nos asilos. Durante os estudos de tombamento, as vistorias revelaram que parte das lápides está sem identificação e túmulos foram violados ou se encontram em situação de abandono, não sendo localizados os registros dos enterros. Consta que os restos mortais serão removidos para os cemitérios municipais, porém não obtivemos confirmação oficial. Mesmo que esses procedimentos sejam realizados, provavelmente muitos permanecerão enterrados nos locais, sem direito à memória individual por falta de identificação, descaso do poder público ou vandalismo.

FIGURAS 46

Cemitérios dos asilos Pirapitingui e Santo Ângelo. Fotografia: Amanda Caporrino, maio 2015; Adda Ungaretti, out. 2015.

As ações públicas e privadas empreendidas no período de vigência do isolamento compulsório não erradicaram a hanseníase no país. Dados recentemente divulgados pelo Ministério da Saúde indicam um aumento na prevalência da doença no Brasil e no número de casos diagnosticados, evidenciando a permanência do problema. A Organização das Nações Unidas (ONU) recomendou aos países que reparem os danos sofridos durante a vigência da confinação compulsória de pessoas com hanseníase e garantam os direitos desses cidadãos. A organização também aprovou, em 2011, a Resolução 65/215 sobre a Eliminação da Discriminação das Pessoas Atingidas pela Hanseníase e seus Familiares, permeando a atualidade por questões do passado. Depois do Japão, o Brasil foi o segundo país no mundo a reconhecer o isolamento compulsório como Crime de Estado e a conceder indenizações para os afetados naquele período.

6. ACERCA DOS ESTUDOS DE TOMBAMENTO

Os estudos de tombamento no âmbito paulista são realizados por técnicos da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) com o intuito de fornecer subsídios para as deliberações do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), ambos vinculados à Secretaria de Estado da Cultura. Para tanto, eles requerem uma série de procedimentos de pesquisa, tais como levantamentos bibliográficos e arquitetônicos, consultas em arquivos, assim como vistorias técnicas.

Este artigo enfoca os procedimentos técnicos que se iniciaram em 2012, com a instrução do dossiê preliminar referente ao asilo-colônia Santo Ângelo, cujo parecer indicou a relevância do bem e identificou os demais exemplares. Na ocasião, algumas edificações do Sanatório Padre Bento e do asilo-colônia Aimorés haviam sido tombadas pelo Condephaat, mas o reconhecimento ainda não valorava a dimensão desses bens enquanto integrantes de um amplo programa de saúde pública concernente à hanseníase.

Os estudos de tombamento partiram das referências dos médicos Flavio Maurano e Heráclides C. Souza-Araújo e dos trabalhos da historiadora Yara Nogueira Monteiro (1995) e da arquiteta Ana Paula Silva da Costa (2008). Foi realizado extenso levantamento bibliográfico e de fontes com tipologias e temáticas diversas, o que repercutiu na localização de documentos no Museu de Saúde Pública Emílio Ribas, no Instituto de

Saúde do Estado da Saúde de São Paulo, no Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp), no Museu do Instituto Lauro de Souza Lima e no Museu do Centro de Reabilitação de Casa Branca.

Embora se trate de um tema ainda pouco estudado, pudemos observar o crescente interesse demonstrado por trabalhos científicos e pela produção audiovisual, como comprovam os documentários *Os melhores anos de nossas vidas* (2003) e *Memórias internas* (2010), além dos eventos que debateram a questão, entre os quais o *III Encontro dos Antigos Hospitais-colônia de hanseníase do Estado de São Paulo* (Centro de Vigilância Epidemiológica Prof. Alexandre Vranjac - CVE), o simpósio *As doenças e os espaços de Exclusão* (Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação - LEER-USP, em parceria com a Fiocruz) e o seminário *O Reconhecimento dos Bens Culturais*, organizado pelo Centro de Preservação Cultural - CPC/USP, realizados em 2015 e dos quais participamos.

As pesquisas também proporcionaram o contato com instituições e grupos que atuam nas questões ligadas à hanseníase, tais como o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), a Fundação Paulista Contra a Hanseníase e o CVE. Essa articulação contribuiu para a compreensão dos bens estudados como parte de uma memória viva, que participa direta ou indiretamente do processo de reconhecimento do patrimônio histórico.

No que concerne às etapas formais dos estudos de tombamento, os processos encontram-se na seguinte situação:

INSTITUIÇÃO	PROCESSO	PARECER TÉCNICO	DELIBERAÇÃO CONDEPHAAT	HOMOLOGAÇÃO
A. C. Padre Bento	33189/1995	Favorável ao tombamento	Acompanhou parecer técnico	Resolução SC-56 - 14/06/2011
A. C. Aimorés	28728/1991	Favorável ao tombamento	Acompanhou parecer técnico	Aguarda homologação
A. C. Santo Ângelo	72143/2014	Favorável ao tombamento	Aguarda relatoria	-
A. C. Pirapitingui	72097/2014	Favorável ao tombamento	Aguarda relatoria	-
A. C. Cocais	72140/2014	Favorável ao tombamento	Aguarda relatoria	-
Prev. Santa Terezinha	72098/2014	Favorável ao tombamento	Aguarda relatoria	-
Prev. Jacareí	01119/2013	Desfavorável à abertura do estudo	Acompanhou parecer técnico	Arquivado

Quanto aos dispensários, por não se tratarem de construções especificamente planejadas para a rede e diante das escassas referências, não indicamos o tombamento de exemplares.

As propostas técnicas (com exceção do Asilo Padre Bento) foram determinadas por uma sequência de critérios estabelecidos durante os estudos de tombamento para a seleção de edificações e definição de diretrizes com vistas à preservação da leitura da rede: 1) inexistência nos demais conjuntos arquitetônicos remanescentes; 2) excepcionalidade arquitetônica ou histórica; 3) relevância para o funcionamento da rede; 4) grau de conservação.

A exceção aos critérios foram os cemitérios dos asilos-colônia, em razão do atual estado de degradação. A pior condição foi constatada no Asilo Cocais, não sendo possível localizar o conjunto tumular por meio de vistorias ou imagens aéreas. Com base nos estudos, propusemos o tombamento do Cemitério São José (incluído na listagem de edificações do antigo asilo-colônia Pirapitingui) por ainda encontrar-se inserido nos limites do atual complexo hospitalar e apresentar o maior índice de identificação nas sepulturas. Os demais cemitérios remanescentes foram indicados como objeto de análise para reconhecimento de Lugar de Interesse Cultural, diante da relevância desses espaços na preservação da memória de milhares de internos desconhecidos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de tombamento evidenciam que remanescentes dessa rede paulista de profilaxia e tratamento da hanseníase são documentos da lógica arquitetônica e territorial de isolamento, praticada pela saúde pública no país e no mundo, em um contexto sanitarista e disciplinador. Constituem, portanto, a materialização dos estigmas socioculturais revestidos de bases científicas, imputados a milhares de portadores da doença por décadas.

O processo de identificação desses exemplares como patrimônio histórico significou lidar com uma memória pouco conhecida e marginalizada, cuja compreensão pela sociedade é ainda bastante permeada por estigmas e exclusão. Representa, também, uma ampliação do conceito de bem cultural, que insere o Estado em um debate crítico sobre políticas públicas adotadas no passado e no presente.

A proposta técnica de preservação dos remanescentes permite a leitura da rede paulista de profilaxia e tratamento da hanseníase e sua dinâmica inerente, inclusive atribuindo valor aos vestígios daquilo que não está materialmente representado nos conjuntos, como os cemitérios e os acervos. É a oportunidade de reconhecer a memória de um passado quase esquecido por ser doloroso e indesejável.

REFERÊNCIAS

AUVRAY, Kátia. *Cidade dos esquecidos*. Itu: Ottoni, 2005.

BRAZ, Guilherme Gorgulho. *Isolamento compulsório de hansenianos:* o papel dos jornais paulistas na manutenção do degredo (1933-1967). Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) - Instituto de Estudos da Linguagem e ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, Campinas, 2013.

CAIUBY, Adelardo S. *Projecto da leprosaria modelo nos campos de Santo Angelo.* São Paulo: Riedel, 1918.

COSTA, Ana Paula Silva da. *Asilos coloniais paulistas.* Análise de um modelo especial de confinamento. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

COSTA, Dilma Fátima Avellar Cabral da. *Entre idéias e ações:* lepra, medicina e políticas públicas de saúde no Brasil (1894-1934). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CUNHA, Vivian da Silva. *Centro Internacional de Leprologia:* ciência, saúde e cooperação internacional no Brasil do entre guerras (1923-1939). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

DIWAN, Pietra. Eugenia, a biologia como farsa. *História Viva*, São Paulo, n. 49, 2007. Disponível em: <http://www.uol.com.br/historiaviva/reportagens/eugenia_a_biologia_como_farsa.html>. Acesso em: 5 jan. 2015.

EIDT, Letícia Maria. Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. *Saúde e* Sociedade, v. 13, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902004000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 out. 2012.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. História da hanseníase. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/historiadahanseniase/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=23&sid=5>. Acesso em: 11 nov. /2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 5.027, de 16 de maio de 1931. Disponível em: <www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2012.

_____. Decreto n. 27.733, de 12 de março de 1957. Disponível em: <www.al.sp.gov.br>. Acessado em: 25 set. 2012.

_____. Decreto n. 16.300, de 31 dez. 1923. Disponível em: <www.al.sp.gov.br>. Acesso em 25 set. 2012.

FARRELL, Jeanette. *A assustadora história das pestes e epidemias*. São Paulo: Ediouro, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A história da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar*, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005.

MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. História da saúde pública no Estado de São Paulo**.** *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v.7, n.4, p. 433-446, 1973.

MAURANO, Flavio. *História da lepra em São Paulo.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939 (v. I e II).

MINUZZO, Debora Alves. *O homem paciente de hanseníase (lepra):* representação social, rede social familiar, experiência e imagem corporal. Dissertação (Mestrado em Políticas de Bem-estar) - Universidade de Évora, Évora, 2008.

MONTEIRO, Yara. Doença e estigma. *Revista de História*, São Paulo, n. 127-128, p. 131-139, ago.-dez. 1992 – jan.-jul. 1993. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S00348309199300010000 9&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. *Da maldição divina à exclusão social:* um estudo da hanseníase em São Paulo. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Violência e profilaxia: os preventórios paulistas para filhos de portadores de hanseníase. *Saúde e Sociedade*, v. 7, n. 1, p. 3-26, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v7n1/02.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2012.

MORAES, Daniela Lemos. *Auto-imagem, fotografia e memória*. Contribuições de ex-internos do Asilo-colônia Aimorés. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA, Teresa. *Nascidos depois: a* verdadeira história dos filhos de pacientes de hanseníase separados de seus pais pelo isolamento compulsório. São Paulo: Scortecci, 2015.

OPROMOLLA, Diltor Vladimir Araujo (ed). *Noções de hansenologia*. Bauru: Centro de Estudos Dr. Reynaldo Quagliato, 2000.

PENHA, Daniela. *Memórias do Aimorés:* 7 retratos da internação compulsória. Bauru: Editora da UNESP, s/d.

POSTIGO, Vânia Regina Miranda. *Espaços vigiados*. Um estudo do isolamento compulsório dos portadores de hanseníase no Asilo-Colônia Santo Ângelo (1890/1960). Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) -Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública.* São Paulo: Hucitec, 1994.

RUBIO, Arnaldo. *Eu denuncio o Estado.* Guarulhos: Edição do autor, 2007.

SANTOS, Claudia Cristina dos. *Crianças Indesejadas*. Estigma e exclusão dos filhos sadios dos Portadores de Hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha (1930-1967). Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1997.

SOUZA-ARAUJO, Heráclides C. de. *História da lepra no Brasil* – Período Republicano (1889-1946). Álbum das organizações antileprosas. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948.

SUGIMOTO, Luiz. Memórias do degredo. Jornal da UNICAMP, Campinas, n. 571, ago. 2013. Disponível em: < http://www.unicamp.br/unicamp/ju/571/memorias-do-degredo>. Acesso em: 11 nov. 2015.

TRONCA, Ítalo. *As máscaras do medo:* lepra e aids. Campinas: Unicamp, 2000.

Arquivos consultados

Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)
Fundo Colônia Asilo Pirapitingui – Ítalo Tronca
Museu de Saúde Pública Emílio Ribas
Instituto de Saúde – Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Museu do Instituto Lauro de Souza Lima
Museu do Centro de Reabilitação Casa Branca

Fontes audiovisuais

Asilo-Colônia Aimorés
Vídeo oficial de propaganda do governo
Departamento de Profilaxia da Lepra (DPL), 1933

Onde a esperança mora
(sobre o Asilo-Colônia/ Sanatório Padre Bento)
Carrari Filmes, 1948

Lepra: o espetáculo do medo
Direção: Ítalo Tronca
UNICAMP, 1987

Os melhores anos de nossas vidas
Direção: Andrea Pasquini
Cinesolar, 2003

Memórias internas
Produção: Renato Falgoni, 2010

Terminal Santo Ângelo
Direção: alunos da AIC (Academia Internacional de Cinema), 2011

Sites consultados

Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz
http://portal.fiocruz.br/pt-br

Ministério da Saúde
http://portalsaude.saude.gov.br/

Assembleia de São Paulo
http://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/

JusBrasil
www.jusbrasil.com.br

Pró-memória Jacareí – Arquivo Público e Histórico
http://www.promemoriajacarei.com.br/

Recebido
13/02/2016
Aprovado
16/06/2016

INVENTÁRIO DOS BENS CULTURAIS RELATIVOS AO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO CARVALHO PINTO (1959-1963).

MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL
Arquiteta, doutora em História da Arquitetura e livre-docente pela Universidade de São Paulo. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a linha de pesquisa Arquitetura e Cidade Moderna e Contemporânea, particularmente arquitetura brasileira e patrimônio histórico. Diretora do Centro de Preservação Cultural da USP (2014-atual). E-mail: junqueira.monica@usp.br

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p164-203

INVENTÁRIO DOS BENS CULTURAIS RELATIVOS AO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO CARVALHO PINTO (1959-1963).

MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO

RESUMO

O inventário desta documentação revela as diretrizes e ações de um importante Plano de Governo nunca antes perscrutado. O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) – PAGE, como era conhecido – teve por objetivo a criação de uma tecnocracia democrática para racionalizar o serviço público e promover o desenvolvimento do Estado de São Paulo, cujos investimentos foram estruturados em três setores: 1- melhoria das condições do Homem, que incluía as áreas de educação, cultura e pesquisa; justiça e segurança; saúde pública e assistência social, e sistemas de água e esgoto; 2- infraestrutura, abrangendo energia; ferrovias; rodovias; pontes municipais; aeroportos, portos e navegação; e 3- expansão agrícola. Esses investimentos resultaram em mais de mil projetos, envolvendo cerca de 160 arquitetos, que nunca foram estudados no seu conjunto. Não mais que uma dezena é conhecida pela notoriedade de seus autores e ainda assim quase nunca relacionada ao PAGE. Dispersas em centenas de municípios do estado de São Paulo, essas obras têm sua documentação também espalhada por diversos arquivos públicos: IPESP; FECE; CPOS; SEF-USP; secretarias da Agricultura e da Saúde, além dos arquivos dos próprios arquitetos. Periódicos especializados, a grande imprensa e os depoimentos dos vários envolvidos têm revelado aspectos desconhecidos e importantes para a restituição do processo. O inventário, que vem sendo realizado sob a coordenação do IAU-USP em parceria com a FAU-USP, com apoio da Fapesp e do Condephaat, tem reunido extensa e diversificada documentação inédita que contribui ao estudo da arquitetura moderna brasileira e abre inúmeras oportunidades de pesquisa e de revisão da história desse período.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura paulista. Arquitetura moderna. Patrimônio arquitetônico.

INVENTORY OF CULTURAL ASSETS RELATING TO THE CARVALHO PINTO GOVERNMENT (1959-1963) ACTION PLAN.

MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO'

ABSTRACT

This inventory reveals the guidelines and actions of an important government plan never before investigated. The PAGE (Carvalho Pinto Government Action Plan) (1959-1963), aimed to create a democratic technocracy to rationalize public services and develop the State of São Paulo. The action plan's investments revolved around three sectors: 1) improving human conditions, this included education, culture and research; justice and security; public health and social care; and water and sewage systems; 2) infrastructure, this included power; railways; highways; municipal bridges; airports, ports and water transportation; and 3) agricultural expansion. As a result of these investments, over a thousand projects were created, involving about 160 architects, that have never been studied as a whole. No more than ten of the projects are known due to the notoriety of their authors, still they are never associated with PAGE. Scattered in hundreds of cities in the state of São Paulo, the documentation of these works is also spread throughout various public archives: IPESP; CPOS; SEF-USP; FDE; Departments of Agriculture and Health, as well as the archives of the architects themselves. Architectural magazines, the mainstream press and the testimonials of various stakeholders have revealed aspects both previously unknown and important to rebuild this process. This inventory was carried out under coordination of IAU-USP in partnership with FAU-USP, and support from Fapesp and Condephaat. It has gathered an extensive and diverse unpublished documentation that contributes to the study of modern Brazilian architecture and opens up numerous opportunities for research, as well as the review of this period's history.

KEYWORDS

Paulista architecture. Modern architecture. Architectural heritage.

Inventário dos Bens Culturais relativos ao Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) apresenta alguns dos primeiros resultados do trabalho *Difusão da Arquitetura Moderna no Brasil - O Patrimônio Arquitetônico Criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963),* desenvolvido com o apoio do convênio firmado entre o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, processo 2011/51108-0), no período de 01/03/2012 a 28/02/2014, sediado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo-USP São Carlos, sob a coordenação do prof. Dr. Miguel Buzzar, com a participação de dezenas de pesquisadores[1], de graduandos a pós-doutorandos, com distintos comprometimentos de tempo e de mérito. O edital representou uma rara oportunidade de

1. Equipe de pesquisa: IAU-USP: Prof. Dr. Miguel Buzzar; Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek; Prof. Dr. Francisco Sales Trajano Filho; Prof. Dr. Paulo Yassuhide Fujioka; FAU-USP: Profa. Dra. Monica Junqueira de Camargo; FCT-UNESP: Profa. Dra. Cristina Maria Baron Perissinoto; Profa. Dra. Arlete Maria Francisco; Prof. Dr. Evandro Fiorin; Prof. Dr. Hélio Hirao. Pesquisadores-doutores: Lucia Noemia Simoni; Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido; Doutorandas: Ana Cristina da Silva Araújo; Angélica Irene da Costa; Carolina Moreira Margarido; Gabriel Rodrigues; Mestres: Camila Lima Venanzi; Tânia Maria Bulhões Figueira; Graduandos: Arthur Policicio Rey; Daniela Gabriel de Paula; João Guilherme Bueno de Assis; Lucas Ambrozin Gallo; Victor Hugo Alves. Arquitetata Elaine Aparecida Jardim.

aproximar pesquisas que vinham sendo desenvolvidas isoladamente pelos professores Miguel Buzzar e Monica Junqueira de Camargo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963) – PAGE - foi uma experiência inédita em várias áreas – administração pública, política, educação, engenharia, arquitetura, e outras ainda a serem identificadas, para o qual não encontramos qualquer referência histórica. A partir de poucas informações dispersas que fomos alinhavando e o contato com alguns de seus participantes, chegamos a um extenso e rico acervo de documentos e obras, que nos permite afirmar tratar-se de uma iniciativa que deixou um grande legado em termos de planejamento e ação de governo, além da produção de um patrimônio arquitetônico com obras paradigmáticas da produção paulista que, entretanto, nunca foram associadas a esse plano de governo. O desconhecimento ou desprezo sobre essa iniciativa, até mesmo por alguns de seus participantes, é um paradoxo ainda a ser explicado.

1. O PLANO

O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (PAGE) foi desenvolvido em um momento de expectativa de grandes mudanças econômicas, políticas e sociais e da consolidação da liderança do Estado de São Paulo no contexto brasileiro. Segundo o projeto apresentado (SÃO PAULO, 1959, p.15): "A década dos sessenta em São Paulo, deverá ser caracterizada pela definitiva transposição da barreira do subdesenvolvimento, cabendo-nos a responsabilidade de criar condições que facilitem essa evolução." Esse plano teve sua origem nas experiências da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs), criada pelo padre francês Louis Joseph Lebret, fundador do Centro de Estudos É*conomie et Humanisme,* que tinha por objetivo uma conciliação entre os interesses econômicos e o bem-estar social, tomando a realidade como premissa para o planejamento das cidades. Na SAGMACS Lebret:

> elaborou uma série de pesquisas e planos urbanos e regionais, até a formulação da noção de Desenvolvimento Harmonizado que culminou com a fundação do IRFED – Institut International de Recherche et de Formation en vue du Développment Harmonisé, em 1958, que se dedicou à formação de técnicos especializados para atuar em

> projetos de desenvolvimento nos países considerados do Terceiro Mundo." (ROLDAN, 2012,p.6)

Lebret veio ao Brasil pela primeira vez em 1947 para dar um curso na Escola Livre de Sociologia e Política, do qual participaram, entre outros: Lucas Nogueira Garcez, Luís Cintra do Padro e André Franco Montoro. Em 1952, Lucas Nogueira Garcez, então governador do Estado de São Paulo, contratou a Sagmacs para um estudo sobre as possibilidades de desenvolvimento do Estado de São Paulo, tendo em vista o projeto da bacia do rio Paraná, do qual participaram, além de Lebret, Antonio Bezerra Baltar, Frei Benevenuto de Santa Cruz, entre outros. Os desenhos de mapas e gráficos foram realizados por arquitetos recém-formados: Clementina d'Ambrosis, Miguel Zangaro, Joaquim Guedes, Liliana Guedes e Domingos de Azevedo Netto, (ROLDAN, 2012, p.125). Os três últimos, alguns anos mais tarde, participariam do PAGE.

Carvalho Pinto foi eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e teve como primeira medida aprovar seu Plano de Ação, que foi instituído pelo Decreto nº 34.656, de 12/02/1959. Nesse decreto fica claro o seu objetivo de levar o progresso ao conjunto do Estado com a implantação e construção de serviços e equipamentos sociais, através de "um Plano de Govêrno, que demarque objetivos, determine prioridade e fixe tempo de execução". O PAGE tinha a ambição de criar uma tecnocracia democrática para racionalizar o serviço público e promover o desenvolvimento do Estado de São Paulo. O texto de apresentação do PAGE à Assembleia evidencia a sua filiação às ideias lebretianas, valendo-se várias vezes da ideia de harmonização para conciliar o desenvolvimento econômico com melhoria social. Seja ao explicar a função do estado (p.17): "(...) 'harmonizar' a conjugação dos fatores de produção da sociedade de molde a obter deles o melhor rendimento social." Seja na explicação da concepção do plano (p.18):

> Seu objetivo geral, como bem evidencia o seu conteúdo, é o de melhoria, aperfeiçoamento e atualização das atividades do Estado, colocando-as no nível necessário ao progresso paulista. Dirige-se a dois grandes grupos de finalidades: Investimentos para a melhoria das condições do Homem e Investimentos para a promoção do

> desenvolvimento. Enquadra-se, assim, o Plano em uma concepção integral e harmônica de desenvolvimento econômico e social.

O PAGE foi estruturado a partir das necessidades e demandas de todos os órgãos da administração estadual que tiveram a oportunidade de apresentar os seus problemas fundamentais relacionados à execução de obras e serviços, aos quais foram feitas propostas visando solucioná-los dentro de uma programação para os quatro anos de governo.

> Essa documentação – que representa o acervo de conhecimento e experiência de todos aqueles que estão em permanente contato com as questões e problemas que devem ser resolvidos pela Administração Estadual – serviu de base e foi incorporada ao Plano elaborado pelo Grupo de Planejamento. Credencia-se, assim, o Plano por espelhar o máximo de realismo possível, fundamentado que está no conhecimento direto que têm da realidade paulista os funcionários públicos estaduais, em cada setor de atividade.

Apesar da declarada valorização do conhecimento técnico do funcionalismo público, o PAGE foi responsável pela contratação de centenas de arquitetos autônomos, um número até então nunca verificado em administrações anteriores por meio de um inédito e polêmico acordo com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP). Contemporâneo às obras da nova capital do país, que selou com grande ênfase a associação da arquitetura com a imagem de progresso e modernidade, o PAGE também se propôs promover o desenvolvimento do Estado, valorizando a arquitetura paulista. Tal relação – deflagrada com muito sucesso com o projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública, de 1936, e reiteradamente afirmada pelas obras que marcaram a trajetória política de Juscelino Kubitschek, culminando com a construção de Brasília – revela a afinidade de Carvalho Pinto com as estratégias políticas em curso e esclarece a distinção dada à arquitetura no seu plano. A incorporação de arquitetos que tinham trabalhado na Sagmacs, ativos no IAB-SP e próximos aos professores, especialmente a Vilanova Artigas, fortaleceu a relação entre a arquitetura e o Plano. Tal proximidade, frente às ambições do Plano e à confiança na representatividade

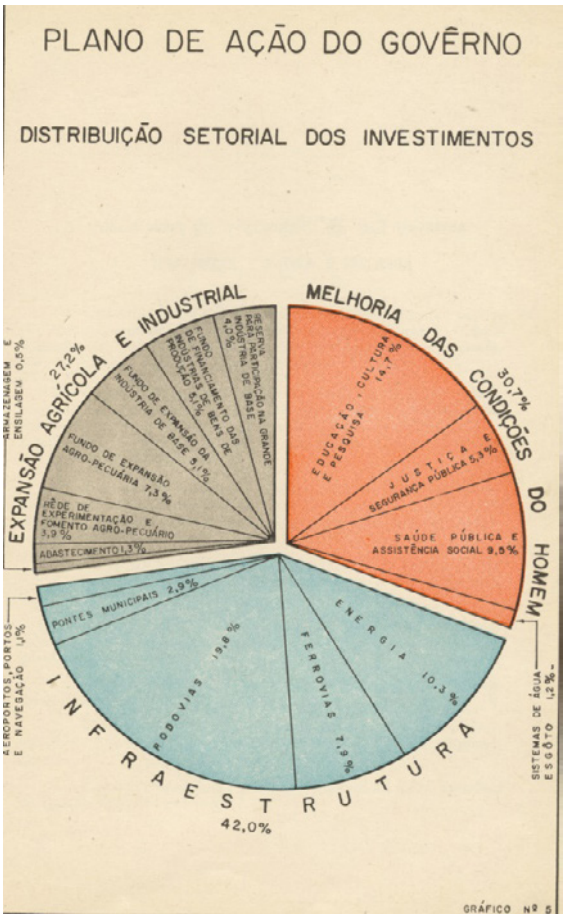
da arquitetura, favoreceu essa contratação de profissionais externos ao serviço público para o desenvolvimento de cerca de mil projetos.

O Plano estruturou-se funcionalmente em duas equipes: um grupo de Planejamento[1], instituído pelo mesmo decreto, sob a coordenação de Plínio de Arruda Sampaio, e um grupo técnico com profissionais de várias áreas[2], ambos diretamente relacionados ao governador. O Grupo de Planejamento contou inicialmente com os seguintes profissionais: Plínio Soares de Arruda Sampaio (coordenador); Diogo Adolho Nunes Gaspar (economista, secretário executivo); Celeste Angela de Souza Andrade (diretor geral do Departamento de Estatística do Estado); Paulo Menezes Mendes da Rocha (professor catedrático da Escola Politécnica-USP); Ruy Aguiar da Silva Leme (professor catedrático da Escola Politécnica-USP); Antônio Delfim Netto (assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas-USP); Sebastião Advíncula da Cunha (Departamento Econômico do BNDE); Orestes Gonçalves (chefe do Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda); Ruy Miller Paiva (engenheiro agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura). O Grupo Técnico (GT) era composto por: Mário Laranjeira de Mendonça, Celso Monteiro Lamparelli, Francisco Whitaker Ferreira, Domingos Theodoro de Azevedo Netto, Henrique Silveira de Almeida, Antonio Amílcar de Oliveira Lima, José Reinaldo Gomes e Pedro Penteado Nogueira.

Com base nos princípios do Planejamento-Orçamento, o governo aprovou na Assembleia Legislativa o Plano Plurianual de Orçamento, que permitia ao executivo implementar suas metas sem outras negociações com o Legislativo. Do ponto de pista dos investimentos, o PAGE foi organizado em três setores: 1- melhoria das condições do homem, que incluía as áreas de educação; cultura e pesquisa; justiça e segurança; saúde pública e assistência social; e sistemas de água e esgoto; 2- infraestrutura, abrangendo energia; ferrovias; rodovias; pontes municipais; aeroportos, portos e navegação; e 3- expansão agrícola e industrial, que cobriria as demandas de armazenagem e ensilagem, e de abastecimento, que criaria uma rede de experimentação e fomento agropecuário e que incentivaria a criação da grande indústria de base.

FIGURA 1

Gráfico do Plano. Fonte : SÃO PAULO, Estado. Governo Carvalho Pinto. Plano de Ação (1959-1963). p. 44.



Para o cumprimento dessas metas foram criados os Fundos: de Construção Escolar (FECE), de Construção da Cidade Universitária (FCUASO), de Expansão Agropecuária, de Expansão da Indústria de Base e de financiamento das indústrias de bens de produção. Previu-se a subscrição de ações do Banco do Estado de São Paulo, da Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo, das Usinas Elétricas de Paranapanema, da Companhia de Armazéns Gerais do Estado para organizar um Centro Estadual de Abastecimento (atual CEAGESP) para a área metropolitana da capital. No campo da infraestrutura energética, o Plano também propiciou o início da construção da Usina Hidrelétrica de Urubupungá, a realização das obras nas usinas de Limoeiro, Euclides da Cunha, Barra Bonita, Jurumirim, Bariri, Graminha e Xavantes.

Com um terço dos recursos destinado à melhoria das condições do homem, dos quais a metade (correspondendo a 14% do total previsto), para a educação, cultura e pesquisa, houve um grande investimento na construção de equipamentos públicos: fóruns, postos de saúde e principalmente de escolas (primárias, secundárias, técnicas profissionais) e na construção da Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira, que vinha se arrastando há décadas, além da criação de uma nova instituição, a Universidade Estadual de Campinas, e de um órgão de apoio à pesquisa – a Fapesp.

No campo da arquitetura, esses projetos, frente ao desafio proposto, tomaram a feição de experiências pilotos das possibilidades da arquitetura em todos os seus aspectos, cujo resgate e preservação é um compromisso com a história da arquitetura. Nem os arquitetos, com raras exceções, ao comentar essas obras enfatizam seu vínculo com essa política pública, tampouco os historiadores as associam como integrantes de um conjunto, destacando quase sempre a contribuição de cada uma delas como se tivessem sido concebidas independentemente. O reconhecimento das imbricadas conexões entre essas obras e o contexto político, social e econômico de sua época abre uma ampla perspectiva de investigação que permitirá inúmeras leituras que trarão novas questões que, por sua vez darão outra dimensão de seu significado histórico.

No campo da administração pública, da política, da economia e do desenvolvimento social, a extensa documentação relativa a esse plano ainda precisa ser estudada, cujo inventário iniciado poderá contribuir.

2. INVENTÁRIO

Considerando nossas áreas de interesse, concentramo-nos no levantamento do acervo arquitetônico produzido no âmbito do PAGE, selecionando os arquivos relativos a essas obras. Importante ressaltar que há outros que não foram perscrutados e certamente têm informações preciosas para o estudo e a produção desse período, como a secretaria de vias e estradas de rodagem, de infraestrutura, do abastecimento, da saúde etc. Nosso objetivo consistia na identificação das obras de arquitetura projetadas e realizadas: quantas, quais, onde e quando foram contratadas e/ou realizadas, recuperando a documentação existente, promovendo a visita de campo, confrontando as informações de modo a permitir o redesenho e construção tridimensional dessas obras. Considerando o tempo proposto pelo edital, consideramos inicialmente a análise de 100 obras.

A falta de fortuna crítica sobre o PAGE e a dispersão de sua documentação obrigou-nos a estruturar a pesquisa em várias frentes de ação simultâneas: levantamento bibliográfico, de acervos, entrevistas e visitas às obras, cada qual nos fornecia novas referências sobre o PAGE, cujo cruzamento levava-nos a retomá-los à busca de comprovações e/ou de novas informações. Trata-se de uma pesquisa essencialmente com fontes primárias e levantamento de campo. A primeira etapa consistiu no conhecimento do Plano, através dos registros existentes, da produção historiográfica sobre o mesmo e das pessoas envolvidas que pudessem abrir pistas à investigação.

2.1 Levantamento Bibliográfico

Sobre o Plano há pouco registro, estudo ou pesquisa. Os textos basicamente são a própria apresentação do Plano de 1959 e os seus relatórios na forma de Mensagem à Assembleia Legislativa de 1960, 1961 e 1962. Tais documentos constituem as únicas informações escritas sobre os seus objetivos e orçamentos, não encontramos nenhum estudo sobre a proposta ou sobre seus resultados, a não ser as notícias e algumas análises críticas da grande imprensa à época de seu lançamento, alguns comentários esparsos e as entrevistas dos participantes.

Os quatro documentos oficiais - *Governo Carvalho Pinto – Plano de Ação 1959-1963* (a proposta em si) e os três relatórios anuais enviados à câmara - além da apresentação dos objetivos a serem alcançados, trazem considerações sobre os conceitos adotados, sobre o planejamento e suas etapas, esclarecimentos sobre as áreas sob o controle do poder estadual, o papel e a função do Estado na promoção do desenvolvimento e informações sobre investimentos.

O volume relativo à apresentação do Plano é constituído de seis capítulos, tendo com abertura a proposta para o projeto de lei que institui o Plano. Os capítulos são: *Planejamento e Atividade do Governo; Uma Análise da Economia Paulista; Objetivos do Plano de Ação; Recursos necessários ao Plano de Ação; Plano e Responsabilidade Política*.

Os relatórios anuais apresentam os seguintes conteúdos: *Introdução; Plano de Ação; Educação, Cultura e Pesquisa; Justiça e Segurança Pública, Saúde Pública e Assistência Social; Saneamento; Trabalho, Previdência e Habitação; Energia Elétrica; Transportes e Comunicações; Agricultura; Administração fazendária; Assessoramento Técnico ao Governador; Estatística; Trabalhos Gráficos; Material Excedente e Especificação das Obras do Plano de Ação.*

Os planos setoriais são embasados em levantamentos da situação existente, apresentados através de gráficos, quadros e tabelas, buscando espelhar o máximo de realismo. Essas questões que, se analisadas hoje, podem parecer absolutamente primárias, dão a dimensão da novidade de tal atitude para época, inclusive tendo sido necessário comentar em determinado momento que:

> O Plano, a par de inovações metodológicas introduzidas em sua elaboração situa-se em "área de programação" quase inexplorada na tradição brasileira. Seu objetivo geral, como bem evidencia o seu conteúdo, é o de melhoria, aperfeiçoamento e atualização das atividades do Estado, colocando-as no nível necessário ao progresso paulista. (...) pretendeu-se com o método de planejamento adotado, eliminar concepções errôneas sobre essa técnica de trabalho. Em primeiro lugar, a decisão de planejar não implica em paralisação das atividades do estado: ao contrário, ao obrigar um adensamento da percepção da realidade, possibilita o aceleramento de obras em curso e mesmo o início de obras novas, bem como provoca medidas administrativas imediatas. Em segundo lugar, o Plano não é apenas um documento que se elabora uma vez e passa a ter existência estática. O documento inicial é apenas um recorte seccional na realidade, dinâmica e mutável, onde se indica a maneira pela qual se apreende esta mesma realidade, expressa-se a concepção política a ser seguida, enumerando-se os objetivos a serem atingidos, no seu prazo, bem como se estabelece escala de prioridade para a execução de obras e serviços e dá-se um primeiro balanço nas fontes de recursos capazes de serem mobilizados para o programa, face às exigências de dispêndios.[2]

A organização do Plano de modo estruturado e a clareza na apresentação da proposta, de seus conceitos, objetivos e metas, facilitou sua divulgação e disseminação, com repercussão em vários estados do país. Embora seus conceitos e metodologia tenham sido incorporados na administração pública pelo país afora, como já comentamos, raramente foram creditados ao PAGE.

2. Idem, p.18 e 20.

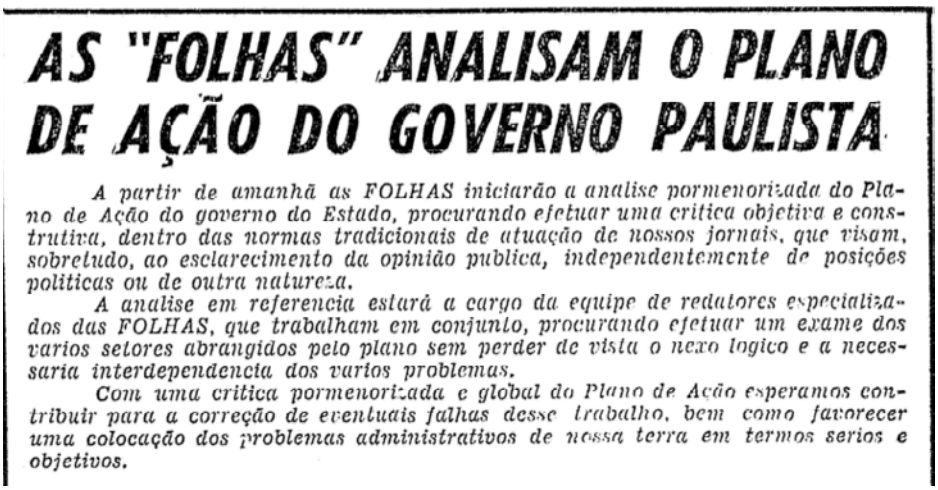
Na grande imprensa, segundo levantamento realizado pelos pesquisadores em três dos principais jornais em circulação durante os anos de 1959 a 1963 (*O Globo*, do Rio de Janeiro e os periódicos *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, de São Paulo, que a partir de janeiro de 1960 assumiu esse título, agregando a *Folha da Manhã* e a *Folha da Noite*), foi possível verificar ampla divulgação dessa iniciativa. A pesquisa foi feita via arquivo eletrônico, utilizando as palavras-chaves: plano de ação; plano de ação do governo e Carvalho Pinto.

Na extensa cobertura dada à apresentação oficial do PAGE, em 9 de julho de 1959, e nos dias seguintes, os jornais destacaram a iniciativa inovadora da nova gestão, demonstrando certo receio de sua receptividade pelos políticos que poderiam sentir-se cerceados nas suas negociações, uma vez que sua aprovação plurianual garantiria o comprometimento da verba orçamentária, dificultando os desvios futuros. Percebe-se pelo tom das reportagens um apoio e um comprometimento da imprensa em buscar a adesão do legislativo às propostas do executivo.

A análise crítica mais detalhada foi levada à frente pela *Folha da Manhã* que, ao longo de um mês - de 18 de julho a 16 de agosto de 1959 - publicou diariamente no seu caderno *Economia e Política* um artigo sob o título *O Plano de Ação do Governo Paulista*, com o claro objetivo de contribuir para sua real implantação, apontando as possíveis falhas, corrigindo as falhas identificadas, conforme notícia da primeira página do jornal do dia 17 de julho (Figura 2).

FIGURA 2

Notícia *Folha S. Paulo*, 17 jul. 1959. p.1.



AS "FOLHAS" ANALISAM O PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO PAULISTA

A partir de amanhã as FOLHAS iniciarão a analise pormenorizada do Plano de Ação do governo do Estado, procurando efetuar uma critica objetiva e construtiva, dentro das normas tradicionais de atuação de nossos jornais, que visam, sobretudo, ao esclarecimento da opinião publica, independentemente de posições politicas ou de outra natureza.

A analise em referencia estará a cargo da equipe de redatores especializados das FOLHAS, que trabalham em conjunto, procurando efetuar um exame dos varios setores abrangidos pelo plano sem perder de vista o nexo logico e a necessaria interdependencia dos varios problemas.

Com uma critica pormenorizada e global do Plano de Ação esperamos contribuir para a correção de eventuais falhas desse trabalho, bem como favorecer uma colocação dos problemas administrativos de nossa terra em termos serios e objetivos.

O conjunto de 26 artigos[3] constitui, portanto, a análise mais detalhada do Plano a que tivemos acesso.

Apoiado pelas representações dos vários setores produtivos, pelos sindicatos e por partidos políticos, inclusive com o elogio do presidente Juscelino Kubistchek na edição do dia 2 de agosto de 1959, o PAGE foi alvo também da crítica da oposição, que se manifestou na edição do dia 27 de agosto de 1959, no jornal *O Estado de S.Paulo* sob a manchete *Opina a oposição sobre o Plano de Governo.* A matéria apresenta a contestação de um deputado da oposição alegando sua constitucionalidade e sua falta de comprometimento com a realidade do Estado.

O impacto inicial do Plano que gerou muitas notícias, ora comentando sua viabilidade executiva, ora destacando a atenção dada a certos setores, especialmente à educação, à medida que a nova gestão foi se tornando rotina, a euforia foi arrefecendo e o interesse passou a ser esporádico tanto a favor como contra, seja noticiando a implantação de algumas medidas seja registrando a insatisfação de certos prefeitos que se sentiam desamparados pelos recursos do governo, ou de outros que exigiam maior

3. - 18/07, *Conceituação e delimitação dos objetivos;* 19/07, *Método de financiamento, origem e montante dos recursos previstos;* 21/07, *Esforço de vulto para melhorar as condições do ensino, embora insuficiente e mesmo simplista em certos pontos;* 22/07, *Recursos insuficientes para a obra de difusão cultural que se reclama;* 23/07, *Imprescindível o estímulo às vocações científicas para aproveitar os recursos reservados à pesquisa;* 24/07, *Insatisfatório o plano governamental na parte relativa à justiça e à segurança;* 25/07, *Embora suficiente em si mesmo, não basta simples aparelhamento material da polícia;* 26/07, *Mal colocados os problemas dos menores infratores e abandonados;* 28/07, *Medidas positivas de assistências aos enfermos ao lado de falhas na prevenção de graves males;* 29/07, *A simples programação de obras não possibilita uma solução satisfatória dos problemas de água e esgoto;* 30/07, *Apesar de ter a envergadura necessária, o planejamento no setor de energia peca pela omissão de Caraguatatuba;* 31/07, *Deve-se esperar grande melhoria na capacidade de transporte ferroviário;* 01/08 – *No setor rodoviário o governo modifica a orientação anterior e socorre o DER;* 02/08, *As obras de Viracopos polarizam as atenções do programa aeroportuário;* 04/08, *As mudanças gerais de infraestrutura e das condições do homem e a importância relativa de sua influência nos meios rurais;* 05/08, *Embora se constitua em fator de estímulo à cultura dos cereais, a rede de silos não cobrirá algumas zonas produtoras do Estado;* 06/08, *De feitio conservador as medidas projetadas para a rede de experimentação e fomento agropecuários;* 07/08, *Medidas insuficientes no setor florestal, mas expressivas como abertura de nova era;* 08/08, *Fundo agropecuário: iniciativa pioneira, cujo êxito depende de fatores que ampliem e aprofundem sua ação;* 09/08, *Colocação de um problema e observações finais sobre o funcionamento do fundo agropecuário;* 11/08, *Pode-se prever marcada influência dos investimentos de infraestrutura na expansão industrial paulista;* 12/08, I*niciativa merecedora do melhor aplauso, o fundo de expansão da indústria de base exige, entretanto, urgente planejamento;* 13/08, *Modesto em seus recursos e limitado no funcionamento, ainda assim o Fundo da Indústria de Bens de Produção constitui louvável esforço;* 14/08, *Torna-se efetiva a participação do Estado na expansão do parque industrial paulista;* 15/08 – *Impõe-se urgente complementação: plano de reforma administrativa;* 16/08, *As implicações políticas do planejamento e a atitude que se deseja da Assembleia.*

celeridade no andamento das obras. Sobre a arquitetura desse período vale destacar os artigos *Uma nova Arquitetura nas obras públicas de S. Paulo, do Estado de S. Paulo,* 17 de jul. 1960; *A integração arquitetônica valoriza os projetos da cidade Universitária,* da *Folha de S. Paulo,* 18 de abr. 1961. No levantamento da imprensa especializada em arquitetura, a pesquisa concentrou-se nas revistas *Acrópole* e *Habitat,* tendo identificado 54 matérias sobre as obras do PAGE e poucas referências ao próprio plano, das quais destacamos o editorial da revista *Acrópole* n. 249, de julho de 1959:

> Travando contato com o atual plano de ação do governo, previsto para o quinquênio 1959-1963, sentimos interesse da Administração Estadual em desenvolver um programa capaz de tornar a ação oficial mais rápida, completa e adequada à solução dos problemas públicos, a cujo serviço se encontra o Estado. Assim é que o plano no campo da construção deverá se expandir através de edificações para fins múltiplos.

Para a aferição do incremento de projetos públicos realizados, a pesquisa estendeu o período investigado que antecedeu e sucedeu o plano, verificando que houve um considerável aumento no período vigente ou decorrente do Plano, pois muitos projetos só foram concluídos após a saída de Carvalho Pinto. Os quadros e tabelas referentes a esse levantamento estão disponíveis no *site*: <http://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/artarqbr/planodeacao/index.php/pesquisa>.

Em 1962, o periódico *America Magazine* publica um número especial sobre *Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira* com o objetivo de apresentar as obras contratadas pelo PAGE e a trazer a público os investimentos realizados no campus. Trata-se de um precioso documento sobre o campus, com levantamento e fotos inéditas, que nos foi emprestado por Carlos Alberto Felizola Freire, membro da Comissão Técnica responsável pelo FCRCUASO. A publicação, sem numeração de páginas e intercalada com muita propaganda, é composta das seguintes matérias: *Edição Especial Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira:* um breve editorial, assinado pelo redator Dr. A. Berwid; *Integração Universitária* - um trecho do discurso de posse do reitor Prof. Dr. Antonio de Barros Ulhoa Cintra, no dia 16 de junho de 1960, no qual expõe a origem da USP em cursos isolados e a necessidade de integrá-los

como uma Universidade; o artigo seguinte é o mais extenso, tendo como conteúdo a apresentação do planejamento do novo campus, situando-o historicamente no contexto do ensino universitário brasileiro e frente ao Plano de Ação, a setorização por áreas do conhecimento, as obras em execução e o projetos contratados, ilustrada com fotos e desenhos.

A primeira referência historiográfica encontrada sobre o PAGE foi uma rápida e equivocada citação em um artigo de Vilanova Artigas, *Sobre Escolas,* publicado na revista *Acrópole* em setembro de 1970, republicado em *Caminhos da Arquitetura,* em 2004, pela editora Cosac&Naify, e comentado por Alves no seu artigo *As implicações historiográficas da consulta às fontes primárias no estudo da arquitetura escolar pública paulista (1959-1962),* publicado na revista *FÓRUM,* edição de 2011. Neste texto, Artigas (1970, p.13) analisa o panorama das construções escolares no Brasil, e refere-se muito rapidamente ao Fundo de Construção Escolar (FECE), criado no âmbito do PAGE, identificado, graças a uma confusão feita por Artigas, como Plano de Desenvolvimento Integrado (PLADI) que é uma proposta desenvolvida pelo governador Adhemar de Barros, seu sucessor que derrotou o seu candidato José Bonifácio Coutinho Nogueira. A maneira a qual se refere ao PAGE é tão distante quanto às propostas das escolas republicanas, sem qualquer comentário ao seu envolvimento com esse plano, nem aos projetos que desenvolveu:

> Em 1960 abandonaram-se os organismos promotores de projeto e construção que vinham sendo usados e criou-se um novo organismo central de programação – o FECE (Fundo de Construções Escolares). (...) O PLADI, Plano de Ação e Desenvolvimento Integrado, do governo Carvalho Pinto, "Plano de Ação" como era conhecido, descreveu a situação em que nos encontrávamos...
>
> (...) Um plano de emergência como se vê. Para a emergência, os órgãos de projeção do estado não estavam aparelhados. Para ajudá-los, resolveu-se atribuir projetos a arquitetos de fora da estrutura do funcionalismo público. Já tinham uma experiência técnica, acumulada a duras penas, realizando obras particulares. Assim foi projetado, em tempo relativamente curto, um conjunto apreciável de escolas, e a sociedade tomou conhecimento da existência dessa reserva técnica que são os quadros da arquitetura paulista. Trabalham por honorários mediante os

> quais "arquitetos de outros países não moveriam um dedo" – como disse revista estrangeira que a eles se referiu.

Cabe destacar que Artigas teve papel de destaque no acordo entre IAB e o Grupo de Planejamento do PAGE, conforme atas do IAB, com registros dos debates ocorridos entre os associados sobre esse acordo nas atas dos dias 24/02/1959; 10/08/1959; 20/08/1959 e 08/09/1959. Na ata da reunião do dia 08/09/1959, consta como primeiro item da ordem do dia: relação profissional entre arquitetos e o Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (Ipesp). Este item da pauta gerou manifestações favoráveis de Rubens Carneiro Viana, Jorge Wilheim e de Vilanova Artigas que justificou as remunerações injustas como um passo à frente no processo de reconhecimento ao arquiteto como profissional, devendo o IAB adotar uma posição estratégica frente a essa oportunidade. Aqueles que se manifestaram contrariamente – Ruy Gama, Francisco Ferreira, Luis Saia e João Clodomiro de Abreu – defendiam o fortalecimento dos quadros profissionais dos órgãos públicos. Tal debate acabou gerando um documento conciliador das duas posições:

> A Assembleia autoriza a Diretoria do IAB a promover junto aos órgãos do governo os entendimentos necessários para ampliar cada vez mais as medidas que vem sendo tomadas no sentido de empregar o esforço criador dos arquitetos paulistas nas obras públicas ao significado cultural da arquitetura brasileira e encarecer a necessidade do governo de se aparelhar de uma equipe de técnicos capazes de levar a bom termo o planejamento de suas obras.

Outra referência ao Plano foi sugerida por um dos nossos entrevistados, Jorge Yori. Trata-se do capítulo *A experiência Regional de Planejamento*, escrito por José Roberto Mendonça de Barros, do livro *Planejamento no Brasil,* organizado por Betty Mindlin em 1974. Tratado como um plano regional, Barros (1974 p. 111 a 137) analisa-o do ponto de vista do desenvolvimento econômico, destacando seu pioneirismo e sua viabilidade dada, a privilegiada capacidade produtiva e econômica do Estado de São Paulo, que lhe garantia certa autonomia em relação à administração federal. Segundo Barros (1974:135) o sucesso do Plano deve-se paradoxalmente à mesma razão que o

levou ao esquecimento, qual seja a da sua autonomia em relação à estrutura pública. Como Carvalho Pinto não conseguiu eleger seu sucessor, a estrutura montada foi desarticulada com sua saída. Os desdobramentos políticos seguintes, sua adesão ao governo João Goulart como Ministro da Fazenda, sua posterior ruptura apoiando as forças que o depuseram e sua filiação à Aliança Renovadora Nacional, comprometeram a defesa de suas ideias.

Sob a ótica da administração pública, encontramos um primeiro e único trabalho,[4] *Carvalho Pinto:* trajetória e projeto político, de Ana Beatriz da Silva Gordo Lang, de 1991. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida para o Centro de Estudos Rurais e Urbanos da FFLCH-USP (CERU), com apoio do CNPq. A pesquisa foi estruturada com base na metodologia de memória oral, que visava entrevistar Carvalho Pinto sobre sua trajetória com especial atenção ao seu Plano de Governo, entretanto, o governador morreu dias antes da gravação oficial. Lang recuperou o roteiro por ele elaborado para a entrevista, bem como todos os contatos necessários que a antecederam visando sua preparação, que foram registrados no referido trabalho.

Na área da Arquitetura, a partir de 2004, o Plano de Ação passou a merecer alguma atenção em alguns trabalhos acadêmicos, seja na forma de pequenas notas, capítulos até trabalhos monográficos e comunicações de congressos. O doutorado de 2004, com base em desenhos da SEF, redesenha os vários planos e projetos e recupera parte importante da documentação do campus. É a primeira recuperação arquitetônica do setor das ciências humanas, constituído de projetos referenciais da história da arquitetura que nunca tinham sido publicados no seu conjunto. Os seis projetos que integrariam esse setor foram contratados com arquitetos professores da FAU, dos quais apenas dois foram construídos segundo os projetos originais, dois tiveram as fundações executadas e dois nunca saíram do papel. A partir do documento *Planejamento elaborado pelo Escritório Técnico Administrativo* de 1963 (CABRAL, 2004, p. 179) e dos projetos isolados de cada um dos edifícios, garimpados em

4. Este trabalho nos foi emprestado pelo coordenador do Plano, Plínio de Arruda Sampaio, mas não consta do catálogo virtual de nenhuma biblioteca universitária, ao menos daquelas que oferecem mais amplo acesso.

distintas fontes, Neyde Cabral (2004, p.191) os integrou em um único desenho, que não havia sido antes elaborado ou pelo menos ainda não foi encontrado nenhum registro.

> Para uma visão dos espaços que um pedestre atravessaria, caso se deslocasse entre os edifícios projetados para o Setor das Humanas na década de sessenta, elaboramos uma planta do conjunto com os pavimentos térreos inseridos em suas localizações, e um corte longitudinal. (CABRAL, 2004, p.182)

Em 2006, *Arquitetura Escolar Paulista Anos 1950 e 1960,* organizada por Avany de Francisco Ferreira e Mirela Geiger de Mello, encontram-se as primeiras análises críticas sobre as escolas do PAGE, na apresentação das organizadoras e no artigo de Janice Theodoro da Silva – *A construção da cidadania e da escola nas décadas de 1950 e 1960.* Essas autoras enfatizam a preocupação meramente quantitativa do Plano, a ausência de uma proposta pedagógica de base que orientasse a construção desses espaços e o distanciamento entre pedagogos e arquitetos reforçado pela contratação de escritório particulares. A análise de Janice T. da Silva (2006, p. 48) restringe o Plano de Ação à construção de escolas:

> Em 1959, frente às pressões políticas, o governador Carvalho Pinto (1910-1987) e sua equipe elaboraram o chamado Plano de Ação para a área educacional. Esse plano visava a toda a demanda de ensino primário do estado, incorporando a totalidade das crianças em idade escolar. Ao mesmo tempo o plano propunha um período maior de permanência dos alunos na escola. Apesar dos quase 600 prédios escolares construídos pelo IPESP, as metas iniciais não foram cumpridas integralmente, sobretudo nas zonas rurais do Estado. Além disso, a política educacional esteve voltada, basicamente para a inclusão do aluno na escola, sem que se discutisse o que seria uma educação de qualidade.

Entretanto, a autora passa a discorrer sobre o compromisso político de alguns arquitetos, especialmente Vilanova Artigas, cujos projetos expressam um novo conceito de escola, com mínimo de fronteiras entre alunos e professores e entre a escola e a comunidade, ao que se pode inferir um projeto

também pedagógico. O artigo de Wisnik, que se referencia no texto *Sobre escolas,* de Artigas, corrobora a referência equivocada ao PLADI no lugar de PAGE e destaca também, como Janice T. Silva, o caráter inovador dos espaços escolares dentro de uma vasta produção ainda longe de ser homogênea, mas que constitui a base da Escola Paulista de arquitetura.

Os trabalhos acadêmicos de Maria Tereza Cordido, mestrado de 2007, cujo tema é a arquitetura forense, e o de André A. A. Alves, doutorado de 2008, sobre as escolas do IPESP, ambos desenvolvidos a partir de fontes primárias e levantamento de campo, constituem as primeiras leituras sobre esses objetos arquitetônicos como documentos históricos do Plano, a partir dos quais é possível a compreensão das ideias e do contexto que lhes deram origem, trazendo a público uma vasta documentação que já tem suscitado algumas revisões e certamente ampliará o leque de perscrutações sobre a história desse período. A análise de Daniele Pisani sobre a obra de Paulos Mendes da Rocha, publicada pela *GG* em 2013, comprova a contribuição dessas pesquisas. Pela primeira vez no estudo de arquitetos atuantes nesse período, suas obras foram relacionadas ao PAGE. Pisani, no capítulo 2 – *Arquitetura paulista, semelhança de família* - abre um subtítulo: *O Plano de Ação do Carvalho Pinto, escolas de arquitetura paulistas em vez de escola de arquitetura paulista*, onde, com base no trabalho de Alves, introduz o significado do Plano de Ação na trajetória de Mendes da Rocha e sua relação com a Escola Paulista. Por ter tido como base o trabalho de Alves, concentra-se nas escolas, faz uma rápida retrospectiva do quadro paulista comparando a produção do PAGE com a iniciativa anterior do Convênio Escolar 1949-1954. Estende a análise à participação de Artigas e do grupo a sua volta, distinguindo a produção desse grupo com alguma similaridade frente à diversidade do restante da produção promovida pelo Plano.

Alguns resultados parciais foram publicados e apresentados em reuniões científicas, cujas referências encontram-se na bibliografia deste trabalho.

2.2 Entrevistas

Como mencionamos na apresentação, a carência de referências bibliográficas nos levou a procurar aqueles que participaram do PAGE, cujos

depoimentos foram fundamentais para a compreensão do Plano e sua dimensão. De algumas pessoas há mais de um depoimento, pois foram entrevistadas separadamente pela equipe coordenada por Miguel Buzzar e por Mônica Junqueira de Camargo, quando desenvolviam suas pesquisas separadamente, como Plínio de Arruda Sampaio (coordenador do Grupo de Planejamento), Celso Lamparelli, (arquiteto, membro do grupo técnico, responsável pela área da educação), Fábio Penteado (arquiteto de projetos contratados pelo Plano). Ao todo foram entrevistados 15 participantes do PAGE, dos quais os mais produtivos à sua compreensão são:

Domingos Theodoro de Azevedo (arquiteto, membro do grupo técnico e responsável pela área da saúde, antes tinha trabalhado com Padre Lebret na SAGMACS); Bernardo Castelo Branco (arquiteto, professor da FAU-USP, diretor de Divisão de Projetos da Secretaria da Agricultura e Abastecimento à época, tendo sido responsável por vários projetos do Plano); Ivan Gilberto Castaldi (arquiteto, desenvolveu projetos para o PAGE); Antonio, Delfim Neto (membro da equipe de planejamento, professor assistente da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo); Francisco Whitaker Ferreira (arquiteto, responsável pela área de Justiça e Segurança Pública); Carlos Alberto Felizola Freire (membro da equipe técnica, responsável pelo FCCUASO); Jorge Hori (membro da equipe técnica, até então técnico do BNDE, responsável pela estrutura econômica e de controle do PAGE); João Honório de Mello Filho (arquiteto, membro da equipe técnica na área de educação); Paulo Mendes da Rocha (arquiteto, autor de projetos para o PAGE); Maria Giselda Cardoso Visconti (arquiteta, trabalhou na equipe técnica na área de educação).

Essas entrevistas foram transcritas, integram o relatório entregue à Fapesp e ao Condephaat, e serão disponibilizadas na página virtual da pesquisa, tão logo o projeto do site esteja totalmente concluído. São depoimentos históricos com informações inéditas não só do PAGE, mas da história desse período brasileiro. Cada um deles estabeleceu relações inusitadas com o momento em que viviam. A maioria dos entrevistados mostrou-se surpresa com a recuperação histórica do Plano, sobre o qual não haviam mais ouvido qualquer comentário. Com certo esforço para "relembrar questões adormecidas", todos falaram com muito prazer e entusiasmo desse período e do próprio trabalho. Foi possível apreender dos

vários depoimentos que a contribuição do PAGE nas diversas áreas foi a oportunidade de se concretizar ideias que vinham sendo debatidas e não tinham apoio para serem levadas à frente. Na arquitetura, por exemplo, a crença no potencial da arquitetura de contribuir às transformações em curso através do espaço construído, que vinha sendo experimentada pelos arquitetos em projetos privados, teve, com esse plano, a possibilidade de ser testada e desenvolvida, resultando em projetos inovadores enquanto à forma, técnica e programa. Há um expressivo conjunto de projetos contratados por esse plano com soluções espaciais inéditas de explícita valorização dos espaços coletivos, com soluções construtivas inovadoras que repercutiram no avanço da engenharia e que se dispuseram a repensar a relação entre a arquitetura e a cidade.

2.3 Levantamento documental

A diversidade de documentos, a disparidade de formação e o envolvimento dos pesquisadores exigiram a sistematização da informação da forma mais simples, rápida e eficiente. A partir do levantamento das fichas dos vários órgãos de preservação, de instituições responsáveis por levantamentos, DOCOMOMO por exemplo, de acervos públicos e frente às especificidades da nossa pesquisa, foi elaborada uma ficha que atendesse de modo mais amplo às variadas demandas - de processos administrativos a levantamentos de campo. O preenchimento da ficha, portanto, muitas vezes não seria completo. Mesmo assim, visando à otimização e padronização das informações, optou-se por um modelo que contemplasse a diversidade de acervos, ainda que, numa primeira etapa, muitos campos ficassem vazios (Figura 3).

A pesquisa concentrou-se no levantamento de seis acervos públicos: Ipesp, CPOS; SEF, FDE; biblioteca da FAU-USP e Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Teve o apoio de pesquisas realizadas anteriormente pelos pesquisadores envolvidos em acervos dos arquitetos Oswaldo Arthur Bratke, Fábio Penteado, Joaquim Guedes, João Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Carlos Millan.

FIGURA 3

Ficha-modelo do inventário.

DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

O patrimônio arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963)

Ficha de inventário | **Ficha n.º**

Pesquisador | **Data**

IDENTIFICAÇÃO

acervo		
empreendimento		
município		
processo n°		data / início
nome/uso atual		
projeto	padrão ( )	especial ( )
programa	modelo	especificação
arquiteto		
endereço		
área (m²)	terreno	construída
obra	data / início	data / fim
empresas concorrentes		
responsável pela obra		
arquitetura		engenharia
estrutura		fundações
instalações		construção

OCORRÊNCIAS

folha	data	descrição

2.3.1 Acervos

Instituto da Previdência do Estado de São Paulo – Ipesp

O Ipesp foi um dos grandes financiadores das obras do PAGE e teve papel fundamental na viabilização da contratação de projetos com profissionais fora do serviço público. Embora esse recurso tenha sido utilizado na gestão anterior do governador Jânio Quadros, não foi com o mesmo destaque. O

acervo documental do Ipesp é constituído de processos administrativos, sendo os relativos ao Plano de Ação uma parcela do Arquivo Geral, que é subordinado à Diretoria de Matérias e Serviços e ao Departamento de Atividades Complementares do Ipesp, localizado, à época do nosso levantamento, na Rua Catumbi, no bairro do Belenzinho. Os edifícios públicos do PAGE pertenciam à Comissão e Gestão de Imóveis (CGI), atrelados à Secretaria da Fazenda, que por sua vez, alugava ou cedia-os às Secretarias e Municípios.

O arquivo estava organizado, limpo e arejado; os processos em geral, estavam em bom estado de conservação ainda que alguns apresentassem intervenções inadequadas como o uso de fitas adesivas para reparos, grampos, folhas e imagens soltas. As raras cópias heliográficas de arquitetura encontradas em processo estavam em degradação (manchadas, quebradiças), portanto facilmente de serem mais danificadas (Figura 4).

FIGURA 4

Arquivo Ipesp.

Os processos da CGI estavam organizados em ordem alfabética por cidade e dizem respeito aos trâmites da contratação da obra e da doação do terreno à obra executada. Os processos de obra seguiam, de modo geral, o seguinte fluxograma: 1- protocolo do pedido: construção da obra; 2- apresentação da documentação do terreno; 3- vistoria do terreno; 4- aceite e transferência de propriedade para o Ipesp e encaminhamento para obra; 5- edital de concorrência para a construção da obra; 6- contratação da empresa vencedora; 7- execução e pagamentos; 8- locação da obra para a secretaria afim. Nesses processos, para além da contratação do arquiteto, são poucas as informações arquitetônicas. Peças gráficas dos projetos são raras e mesmo fotos de fiscalização das obras comparecem de forma assimétrica nos projetos.

Foram encontrados muitos processos em aberto, porque o Ipesp, à época do levantamento, passava por uma reformulação devido à criação de um novo órgão para a previdência do estado, SPPREVI, que atribuía ao Ipesp uma nova estrutura funcional incompatível com a guarda desse acervo. A verificação dos procedimentos pendentes na documentação desses processos exigiu a sua transferência para Secretaria da Fazenda do Governo do Estado, onde devem permanecer definitivamente e sem acesso a pesquisadores. Foi talvez a última oportunidade de pesquisadores consultarem esses documentos.

O levantamento do acervo do Ipesp teve o seguinte procedimento por parte dos pesquisadores: retirada dos processos das prateleiras (segundo ordem alfabética por município); triagem, separando para inventário apenas os processos pertencentes ao período recorte da pesquisa (1959-1963) e que, pertencendo ao período, tivessem recebido projeto arquitetônico desenvolvido por arquiteto não funcionário do governo. Tais processos foram denominados de "autorais"; análise do processo, preenchimento da ficha de inventário e definição daquilo que deveria ser capturado em imagem; captura das imagens: fotografia e/ou scanner; transferência das imagens para o notebook, separação em pastas e junção de fichas e imagens em única pasta nomeada com o número do processo; organização e arquivo dos processos analisados. As pastas e fichas foram nomeadas segundo os seguintes campos: Nº do processo_/ ano_/ município /_tipologia /_pesquisador. Ex: 12345-61_Avaré_GrupoEscolar_Pesquisador. As imagens foram colocadas

na mesma pasta que as fichas. Foram pesquisados 428 municípios, totalizando 1177 processos, dos quais 429 foram inventariados (por estarem dentro do período recorte do projeto) e desses, 305 contaram com projetos elaborados por arquitetos não funcionais.

Arquivo da Companhia Paulista de Serviços e Obras (CPOS)

Esta autarquia, localizada à rua Tangará, 70, Vila Mariana, é responsável pela guarda da documentação gráfica dos projetos e das obras contratadas pelo governo do Estado de São Paulo. A CPOS é herdeira do acervo do Departamento de Obras Públicas (DOP), órgão criado no final do século XIX para concepção, execução e administração dos projetos e obras desenvolvidos pelo Estado de São Paulo. Trata-se de um acervo de trabalho que reúne todos os documentos gráficos dessas obras, que, a cada nova intervenção nesses prédios, permite que a documentação arquivada possa ser solicitada, o que não lhe retira o seu caráter histórico. Entretanto, esse acervo foi terceirizado a partir deste século e tramitou por várias empresas fora do município de São Paulo, dificultando seu acesso. Esse tem sido o mais difícil dentre os acervos até então levantados, apesar das insistentes solicitações dos diretores do IAU-São Carlos e da FAU-USP. Esse acervo, já consultado em outras oportunidades por diferentes pesquisadores envolvidos nesta pesquisa, tem sido, desde sua terceirização, cada vez mais desestruturado, seja nas condições de seu arquivamento, seja na sua identificação, dificultando sobremaneira a pesquisa. A terceirização não considerou a importância histórica dessa documentação. Trata-se do acervo mais importante da arquitetura, da engenharia e da construção civil do Estado de São Paulo. Os projetos são arquivados em contêiners, sem qualquer cuidado quanto a sua conservação.

Frente às dificuldades de acesso e à relevância da documentação, a pesquisa na CPOS se deu a partir dos projetos identificados pelo levantamento do IPESP e por uma antiga listagem da própria CPOS conseguida pelos pesquisadores anteriormente à terceirização. Nosso contato sempre foi com a CPOS, nunca tivemos acesso aos depósitos de projeto, apesar de termos sugerido ir até o local onde estariam armazenados e desenvolver o levantamento de maneira intensiva. Os projetos eram, então, solicitados à CPOS que encaminhava o pedido à empresa e esta por sua

vez os trazia até a sede da CPOS. Essa tramitação demorava em média dois meses, e não raro o material que chegava não correspondia ao que fora solicitado. Os mesmos só podiam ser analisados na CPOS, em local não muito adequado à consulta.

Outro entrave ao desenvolvimento da pesquisa nesse acervo foi o alto custo cobrado pelas cópias dos desenhos. Há que se registrar que o preço era muito superior ao do mercado. Mesmo com as justificativas dos diretores das faculdades envolvidas, esclarecendo tratar-se de uma pesquisa acadêmica de uma universidade pública, subsidiada com verba pública, não foi possível agilizar o processo. Foi o maior impasse administrado pela pesquisa. Foram feitas várias tentativas de acordo em algumas reuniões realizadas com os diretores da CPOS e responsáveis pelo acervo, mas nenhuma prosperou, sobretudo porque houve muitas mudanças de gestão na CPOS, e a cada novo superintendente que assumia como diretor, era preciso reiterar os pedidos.

Em julho de 2013, fomos informados de que o acervo voltaria à CPOS, o que de fato só aconteceu em fevereiro de 2015. Graças à boa vontade do responsável pelo acervo, conseguimos consultá-lo, ainda que de forma muito precária. O material não estava catalogado, a busca se dava por meio de tentativa e erro, com base numa aproximação da numeração que tínhamos como referência, a partir da qual buscava-se algumas correspondências entre sequências de codificação, tipologias e datas. Encontramos muitas embalagens com excesso de material, exigindo desmontá-las para ter acesso aos desenhos, muitos deles danificados. Com pouco tempo e condições precárias de espaço, ainda assim foi possível a verificação de 130 tubos de projetos, com mais de mil pranchas, dos quais 59 referentes ao período do Plano de Ação. Um resultado muito aquém do que de fato deve existir, pois o acervo é constituído de mais de 10 mil tubos.

Superintendência de Espaço Físico da USP (SEF-USP)

A Superintendência de Espaço Físico da USP (SEF-USP) é responsável pela guarda da documentação gráfica relativa à Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira (CUASO), cujo acervo encontra-se no prédio da reitoria, em condições minimamente adequadas, cuja situação detalhada é tema do artigo de Sabrina Fontenelle, também publicado nesta edição.

A SEF-USP é herdeira do FCCUASO, fundo especialmente criado pelo PAGE para a construção da cidade universitária, portanto, aí deveriam estar todos os documentos relativos aos projetos e obras contratados nesse período. Entretanto, não é o que foi verificado pela pesquisa. A catalogação é feita pelo edifício, mas há um número muito maior de desenhos do que os catalogados. Nesta etapa beneficiamo-nos do levantamento realizado pelo Centro de Preservação Cultural da USP (CPC-USP) para os bens tombados e/ou em processo de tombamento que registrou 4.000 desenhos, já tendo digitalizado 70 pranchas, que nos foram disponibilizados à consulta. A partir desse levantamento demos continuidade ao inventário, consultando os projetos dos bens não tombados, contratados e/ou realizados entre 1959 e 1963, cujas cópias foram feitas pela própria SEF.

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento de São Paulo

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento tem a função gerencial e administrativa de prestação técnica aos assuntos que envolvem as questões da agricultura no Estado de São Paulo. Criada com a República instaurada em 1889, tinha entre seus departamentos o de Viação e Obras Públicas, que em 1927 tornou-se uma secretaria independente. Mas a Secretaria da Agricultura seguiu responsável por muitas obras relativas ao desenvolvimento agrícola do estado, como as cooperativas, as casas de lavoura e as obras para o armazenamento e distribuição dos produtos, subordinadas ao Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (DEMA). À época do levantamento, a Secretaria localizava-se no Jabaquara e a partir de dezembro de 2014 foi transferida para o centro da Cidade, no edifício do antigo Hotel Esplanada, na Praça Ramos de Azevedo.

Sendo um dos objetivos do PAGE o desenvolvimento do interior do estado de São Paulo, que tinha a agricultura como a mais forte atividade econômica, foi proposto equipar e construir 25 escolas de iniciação agrícola, 308 casas da lavoura, 29 sedes de delegacias agrícolas e 16 sedes de extensão agrícola; além de equipar, ampliar ou reformar 8 fazendas experimentais, 5 postos de criação, 9 recintos de exposição, 18 estações de pesca, o Instituto Agronômico de Campinas e suas 14 fazendas experimentais e outros centros de pesquisa e experimentação agrícola e de zootecnia. A obra de maior visibilidade sem dúvida foi o Centro Estadual de Abastecimento (Ceasa), na cidade de São Paulo.

O DEMA, a partir de 1961, com a contratação de novos arquitetos passou a incorporar nos seus projetos nova linguagem arquitetônica. Como da CPOS e SEF, é também um arquivo de trabalho e pouco organizado. Há livros de registro onde estão anotados os projetos por ordem de entrada no órgão, e não pela data de execução, e muitos documentos não tinham qualquer identificação. Houve inicialmente um trabalho de organização do acervo para a posterior consulta. Foram analisados 600 projetos e 453 foram digitalizados.

Secretaria da Saúde – setor de projetos

Sabemos, pelos relatórios anuais do PAGE, que houve considerável investimento na área da Saúde, especialmente na construção de postos de saúde e na adaptação de hospitais frente à superação de algumas doenças, como a tuberculose, por exemplo, e às novas orientações no campo da medicina, como os hospitais psiquiátricos. Muitos desses hospitais foram adaptados a hospitais gerais, conforme depoimento de Domingos Theodoro de Azevedo.

Contudo, segundo o arquiteto Adhemar Dizioli Fernandes, diretor técnico do Departamento -Grupo Técnico de Edificações (GTE), a Secretaria da Saúde até o início dos anos 1980 não tinha equipe de projetos e obras. Os centros de saúde e hospitais eram executados pelo DOP. Apenas durante a década de 1980 organizou-se a assessoria de obras da SES, que deu origem ao atual GTE e, portanto, a documentação do PAGE não está sob a guarda da SES, mas sim da CPOS. Como na CPOS, o levantamento de projetos foi muito problemático, a investigação dos empreendimentos da Saúde foi a que teve menor expressão na pesquisa.

Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE)

Criada em 1987, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, a FDE é herdeira do FECE – fundo especialmente criado pelo PAGE para a construção de escolas e tem em seu arquivo cópias de quase todos os projetos contratados pelo PAGE. Os originais continuam na CPOS, ou pelo menos, deveriam estar lá. Na impossibilidade de acesso por parte dos pesquisadores aos originais da CPOS, como anteriormente explicado, a pesquisa buscou cobrir essa produção – a de maior investimento

do PAGE – no arquivo do FDE. Entretanto, a consulta não foi totalmente aberta, havendo controle sobre o material disponibilizado. Os códigos de acesso às plantas não foram liberados, dificultando sua identificação. Foi fornecido um CD com os desenhos digitalizados, também sem um controle que facilitasse a pesquisa.

Instituto dos Arquitetos do Brasil-SP (IAB-SP)

A documentação do IAB – as atas – sofreu uma perda decorrente de uma enchente, mas foi possível recuperar registros de reuniões que esclareceram algumas pendências da pesquisa.

Biblioteca FAU-USP

O acervo de projetos da biblioteca da FAU-USP é composto sobretudo por coleções de desenhos de arquitetos, sendo um dos mais importantes da América Latina. Integram esse acervo coleções de arquitetos que participaram do PAGE: João Vilanova Artigas, Eduardo Kneese de Mello, Oswaldo Bratke, Eduardo Corona, Carlos Millan e Joaquim Guedes.

2.4 Levantamento de Campo

Considerando os objetivos do projeto de pesquisa, havia uma grande expectativa nessa atividade, que permitiria a confrontação entre projeto e espaço construído. Entretanto, a morosidade no levantamento dos projetos e a indisponibilidade de muitos deles acabou por comprometer o seu desenvolvimento tal como previsto, ou seja, o estudo do projeto antes da vista à obra.

As visitas técnicas, além do reconhecimento do espaço, restringiram-se em muitos casos à avaliação do estado de conservação e nas alterações realizadas no percurso de 50 anos, como puxados, ampliações para atender o programa e mesmo mudança de uso.

Constatou-se um total desconhecimento sobre as construções dessas obras e o vínculo com o Plano de Governo, embora muitas ainda mantenham de modo muito visível a placa de bronze do Plano de Ação. Foram visitados mais de 70 municípios, num total de 300 obras. Algumas delas têm em seus arquivos algum documento de projeto.

3. RESULTADOS

Os dados coletados pelos levantamentos realizados, bibliográfico, arquivístico e de campo, foram analisados e sintetizados em planilhas e listagens no sentido de, primeiramente, ordenar as informações: por município, por tipologia, por autor de projeto etc.

A pesquisa identificou que pelo menos 275 municípios receberam obras do PAGE, a saber: Águas de São Pedro, Agudos, Alto Alegre, Álvares Machado, Alvinlândia, Americana, Amparo, Andradina, Aparecida, Apiaí, Araçatuba, Araras, Artur Nogueira, Arujá, Assis, Atibaia, Auriflama, Avaré, Barretos, Barueri, Bauru, Bebedouro, Bento de Abreu, Bernardino de Campos, Bilac, Birigui, Bocaina, Botucatu, Brodowisk, Brotas, Buri, Buritama, Buritizal, Cabrália Paulista, Caçapava, Cachoeira Paulista, Cafelândia, Caieras, Cajobi, Cajuru, Camoinas, Campos do Jordão, Candido Mota, Caraguatatuba, Cedral, Cerquilho, Charqueada, Chavantes, Colina, Conchal, Cosmorama, Cunha, Dois Córregos, Dracena, Duartina, Estrela D'Oeste, Flórida Paulista, Franca, Franco da Rocha, Gália, Graça, General Salgado, Guapiaçú, Guará, Guarujá, Guarulhos, Herculândia, Ibiúna, Icem, Iepe, Igarapava, Indaiatuba, Núbia Paulista, Ipauçu, Iracemápolis, Irapuru, Itaberá, Itanhaém, Itapecerica da Serra, Itapetininga, Itapeva, Itapira, Itaporanga, Itaquaquecetuba, Itararé, Itariri, Itu, Ituverava, Jaboticabal, Jacareí, Jaguariúna, Júlio Mesquita, Jundiaí, Junqueirópolis, Laranjal Paulista, Lavínia, Leme, Lençóis Paulista, Limeira, Lorena, Lucélia, Macaubal, Marabá Paulista, Maracaí, Marília, Mauá, Miracatu, Mirante do Paranapanema, Mirassol, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Mogi-Guaçu, Monte Alto, Monte Aprazível, Monte Azul Paulista, Monte Castelo, Muritinga do Sul, Nova Granada, Novo Horizonte, Ocauçú, Óleo, Orlândia, Oscar Bressane, Oswaldo Cruz, Ourinhos, Pacaembu, Paraguaçu Paulista, Parapuã, Patrocínio Paulista, Paulo de Faria, Pedereira, Pereira Barreto, Peruíbe, Pindorama, Piquete, Piracicaba, Pirajuí, Pirapozinho, Pirassununga, Pitangueiras, Pompéia, Pontal, Porongaba, Porto Feliz, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Presidente Wenceslau, Promissão, Queluz, Quintana, Rancharia, Ribeirão dos Índios, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio das Pedras, Sagres, Salesópolis, Salto Grande, Santa Branca, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Isabel, Santa Mercedes, Santa Rosa do Viterbo, Santo

Anastácio, Santo André, Santo Antonio da Posse, Santos, São Bernardo do Sampo, São Caetano do Sul, São Carlos, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Roque, São Simão, Sertãozinho, Sete Barras, Silveiras, Socorro, Sorocaba, Sud Mennúci, Suzano, Tanabi, Taquaritinga, Taubaté, Tupã, Tupi Paulista, Ubatuba, Valinhos, Vargem Grande do Sul, Vera Cruz, Vinhedo, Votuporanga.

Desses, a pesquisa levantou empreendimentos em 188 municípios. Dentre os 652 imóveis levantados nos vários acervos pela equipe de pesquisadores, 511 foram identificados como obras do PAGE, dos quais 163 foram selecionados para estudo, listados a seguir, segundo a área administrativa, tipologia e localização (Figuras 5, 6 e 7).

FIGURA 5

Localização dos edifícios de Justiça.

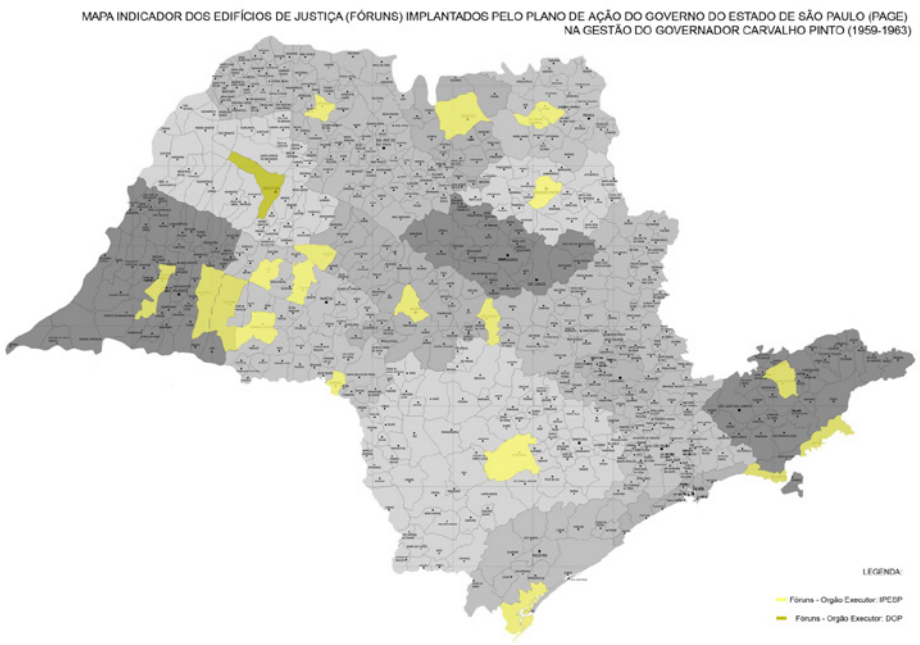


FIGURA 6

Localização dos grupos escolares e ginásio do estado.

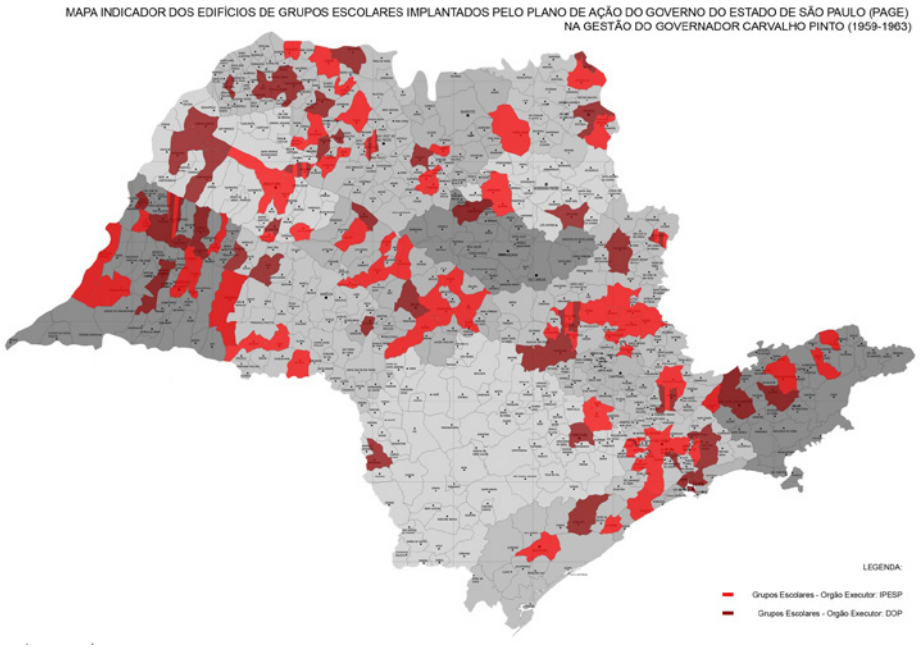
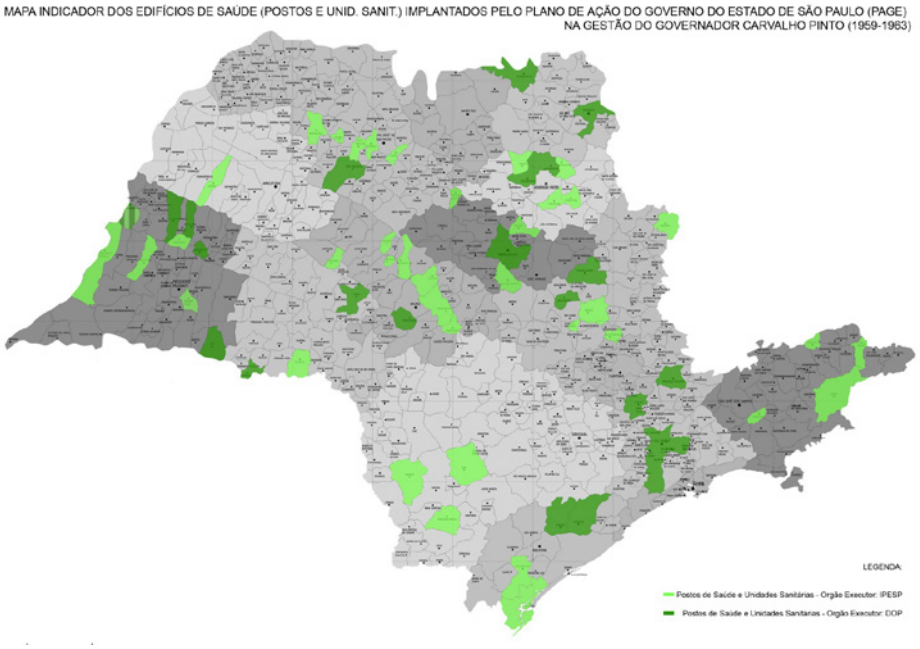


FIGURA 7

Localização dos edifícios da Saúde.



Agricultura: 17 edifícios, dos quais uma Delegacia Regional Agrícola, em Franca; e 16 casas de lavoura, nos municípios de Bocaina, Duartina, Getulina, Guarei, Irapuru, Itapira, Itu, Jaboticabal, Jaguariúna, Paulo de Faria, Promissão, Rincão, Rio Claro, São Carlos, Tanabi, Tiête.

Judiciário: 28 edifícios, dos quais três delegacias de polícia em Adamantina, Irapuru, Jaguariúna; e 25 fóruns, nos municípios de Amparo, Araras, Avaré, Caconde, Duartina, Itapeva, Itapira, Leme, Lucélia, Mogi Mirim, Orlândia, Paulo de Faria, Pedregulho, Piedade, Piracicaba, Promissão, Ribeirão Preto, Santa Isabel, Santa Rosa do Viterbo, São Carlos, São Simão, Socorro, Tanabi e Tiête.

Educação: 62 edifícios escolares, entre grupos, ginásios, instituto de educação e faculdade, segundo a distribuição: 2 em Adamantina; 1 em Amparo; 3 em Araçatuba; 4 em Araraquara; 3 em Barretos, 1 em Batatais; 1 em Bocaina; 1 em Itanhaém; 3 em Campinas; 1 em Duartina; 4 em Franca; 1 em Iguape; 2 em Irapuru; 3 em Itapira; 1 em Itu; 4 em Jaboticabal; 2 em Jaguariúna; 1 em Lucélia; 6 em Marília; 3 em Mogi Mirim; 1 em Paulínia; 1 em Paulo de Faria; 2 em Piracicaba; 4 em Rio Claro; 1 em Santa Isabel; 1 em Santa Rosa do Viterbo; 2 em São Carlos; 1 em São Paulo; 1 em São Simão; 1 em Tanabi.

Foram redesenhados 45 projetos, sendo 11 com maquetes eletrônicas: Departamento de História e Geografia/FFLCH-USP; FAU-USP; Fóruns de Amparo; Araras; Itapira; Promissão; Grupo Escolar de Presidente Prudente; Ginásios de Estado em Itanhaém, Guarulhos, Campinas, São José dos Campos e Marília. E quatro com maquetes físicas: Fóruns de Araras e Avaré; do Ginásio de Itanhaém e da FAU-USP.

A partir desses estudos foi possível sugerir uma primeira classificação dos projetos pelas suas características arquitetônicas, agrupadas em quatro categorias: 1- volume único, com um ou mais níveis, e um espaço central articulador de todo o conjunto; 2- blocos independentes separados pela função, interligados por passadiços cobertos; 3- sistema pavilhonar, com distribuição linear das funções com diagramas em forma de "L", "U", "H"ou "T", entre outras variantes; 4- soluções excepcionais, inovadoras e que não se encaixam nas outras categorias.

Os levantamentos identificaram a participação de cerca de 160 arquitetos nas obras do PAGE:

Abelardo de Souza, Abelardo Gomes de Abreu, Abelardo Reidy de Souza, Abrahão Sanovicz, Adolfo Ortemblat Filho, Adolpho Rubio Morales, Afonso Eduardo Reidy, Alberto David, Moreira Andrade, Alberto Rubens Botti, Alfredo Paesani, Ari de Queiroz Barros, Ariosto Mila, Arnaldo Furquim Paolielo, Arnaldo Grostein, Arthur Fajardo Netto, Ayako Nishikawa, Bernardo José Castelo Branco, Carlos Barja Millan, Candido Malta Campos Filho, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Carlos Benvenuto Fongaro, Carlos Cascaldi, Carlos Gomes e Cardim, Dácio Ottoni, Dante de Souza Pereira Autuori, Dario Monteano, David Araujo Benedito Ottoni, Décio Tozzi, Djalma Macedo Soares, Dora Aksenfeld, Eduardo Corona, Eduardo Kneese de Mello, Elisário Cunha Bahiana, Eneas Fernandes de Carvalho, Ernesto Varga Cardoso, Fábio Arantes S. Aquino Leme, Fábio Eduardo Kok de Sá Moreira, Fabio Moura Penteado, Feitor Ferreira de Souza, Fernando Augusto Senna Arantes, Francisco A. Saraiva Farnniele, Francisco Petracco, Galjaro Chanpaglia, Giancarlo Gasperini, Giancarlo Palanti, Gilberto Junqueira Caldas, Gilberto Othoniel Toni, Gregório Zolko, Hamilton M. de Campos, Heinz Toland Weder, Heitor Ferreira de Souza, Hélio de Queiroz Duarte, Hélio Pasta, Hélio Penteado, Helmut Hein, Henrique Signore Sadocco, Hernani Russo, Hirohiko Sawao, Hiroko Kawauchi, Hoover Américo Sampaio, Icaro de Castro Mello, Israel Galman, Jacob Maurício Ruchti, Jaguanhara de Toledo Ramos, Jon Andoni Vergareche Maitrejean, Janusz Wlodzimierr Wojdyslawski, Jarbas B. Karman, Jerônimo Esteves Bonilha, João Batista Alves Xavier, João Carlos Bross, João Clodomiro de Abreu, João Francisco Portilho de Andrade, João Marino, João Batista Vilanova Artigas, João Walter Toscano, João Xavier, Joaquim Guedes Sobrinho, Joel Ramalho Júnior, Jorge Nomura, Jorge Wilheim, Jorge Zalszupin, José Caetano de Mello Filho, José Luiz Fleury de Oliveira, José Maria Gandolfo, José Maria Monfort, José Pinto, José Roberto Martins, Jose Silvestre Viana Egreca, Julio José Franco Neves, Júlio Roberto Katinsky, Kurt Holland, Leo Ribeiro de Moraes, Lucio Grinover, Lucjan Korngold, Luis Fernandes A. Moraes, Luis Porto Netto, Luiz Contrucci, Luiz Forte Neto, Luiz Pessoa Ortiz, Majer Botkowski, Marc Rubin, Marcelo Accioly Fralli, Marcos Monlevard Tomanik, Mário Simons Barbosa, Mario Zocchio, Maurício Nogueira Lima, Maurício Tuck Schneider, Miranda Martinelli Magnolli, Nelson A.M. Morse, Nes-

tor Linderberg, Ney de Carvalho Marcondes, Oscar Panzoldo, Oswaldo Arthur Bratke, Oswaldo Correa Gonçalves, Otacilio Rodrigues Lima, Paulo Eduardo Martins de Oliveira, Paulo Floriano de Toledo, Paulo Renan, Paulo Renan Namede, Pedro Paulo de Melo Saraiva, Plínio Crocce, Renato Alessandri, Ricardo Sievers, Rita Olmo, Roberto Bratke, Roberto Cláudio dos Santos Aflalo, Roberto Gabriel Maurício Gontier, Roberto José Goulart Tibau, Roberto Monteiro, Rodolpho Ortemblad Filho, Rodrigues de Lima, Roger Henri Wailer, Roger Zmekhol, Romeu Thomé da Silva, Rodolpho Ortemblad Filho, Ronaldo Dumani, Rino Levi, Rosa Grená Kliass, Rubens G. Carneiro Vianna, Rubens Cezar Madureira Cardieri, Rubens Monteiro, Salvador Candia, Samuel Spieguel, Sérgio Teperman, Setsuo Kamada, Sliógenes Vieira Negrão, Sliomar Selter, Teodoro Castro Mello, Ubaldo Carpigiani, Ubirajara Gonçalves Gilioli, Ubirajara Mota Lima Ribeiro, Victor Reif, Walter S. Kneese, Wlademir Kliass, Zenon Lotufo, Zilah Terezinha Castrucci Tambasco.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado identificou uma parcela da documentação relativa ao Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, cuja dispersão em diversos arquivos desvendou uma rede ampla e diversificada de documentos ainda a ser perscrutada. Se a difusão da arquitetura moderna em São Paulo, a partir do final dos anos 1950, foi a motivação inicial da pesquisa, tendo em vista que algumas de suas obras eram paradigmáticas da arquitetura paulista, o complexo acervo que se descortinou com o andamento dos trabalhos nos trouxe muitas outras questões.

Primeiramente esta pesquisa corrobora o potencial da arquitetura e dos registros de seu processo - dos desenhos à obra construída - à investigação histórica, para além daqueles aspectos inerentes ao próprio campo disciplinar, como programa, técnicas construtivas e estética. Os desenhos, os objetos arquitetônicos e a relação entre eles, embora parte de um único processo, mostram que cada uma das etapas pode constituir uma frente de pesquisa *per si.* Segundo Dal Co (2013, p. 9), "desenho de arquitetura é de natureza transitória, mas estável; é um instrumento e, como tal, é apenas uma alusão, mais do que uma previsão, daquilo que não é visível e perceptível aos nossos sentidos".

Se é possível verificar que o reconhecimento de edifícios como patrimônio cultural vem, muito lentamente, sendo compreendido pela sociedade, o mesmo não é possível afirmar sobre os desenhos. Exceção feita à Biblioteca da FAU-USP, nenhum dos arquivos de desenhos levantado neste trabalho tem a dimensão de sua condição histórica, conforme expusemos. Uma proposta nessa direção se faz absolutamente necessária.

Do ponto de vista da expansão da arquitetura moderna - a premissa fundante desta pesquisa - o resultado da investigação, ainda que parcial, é inconteste. O grande número de obras produzidas segundo os princípios da arquitetura moderna comprova a assimilação dessa corrente nos quatro cantos do estado. Entretanto, não se trata de uma frente única, muito menos homogênea. Nesse conjunto de projetos foram encontradas obras das mais variadas filiações estilísticas, acadêmicas e neocoloniais. Um dado relevante que este inventário descortina é a diversidade dessa produção, que mesmo compartilhando princípios modernos, nem sempre da mesma linhagem, apresentam uma grande variedade de resultados.

A divulgação dos princípios modernos da arquitetura pelo PAGE não se restringiu ao magnífico conjunto de obras que vimos comentando, mas contribuiu para a modernização das instituições públicas e, consequentemente, para os projetos nelas produzidos, conforme depoimento de Whitaker (2007):

> O DOP trabalhava com procedimentos antigos, tinha setores separados para arquitetura, hidráulica, elétrica etc. Quando entrava um projeto cada setor desenvolvia isoladamente sua tarefa e ficava circulando entre eles separadamente, sem noção de conjunto, perdendo muito tempo no projeto. Então veio a ideia, por influência do padre Lebret, que tinha ideias de interdisciplinaridade, do DOP fazer ateliês para desenvolver o trabalho completo. Quer dizer, nos ateliês, que tinham outro nome na época, tinha o arquiteto, o hidráulico, todos os técnicos das diversas fases da obra. Eles pegavam o projeto e tinham que resolver integralmente.

Assim, a relação das obras paradigmáticas da história da arquitetura paulista com o PAGE traz outra leitura do seu papel no contexto nacional. Não se trata de obras isoladas, mas incorporam uma proposta muito mais

ampla que exigiu dos arquitetos uma pronta resposta, como revela o depoimento de Paulo Camargo e Almeida, diretor do FCRCUASO:

> (...) em reuniões semanais, com a presença do diretor da FAU Anhaia Mello, do reitor Ulhoa Cintra foi conseguida a unidade necessária ao planejamento, que transformará, estamos convictos, a cidade Universitária Armando Salles de Oliveira na maior demonstração da cultura arquitetônica dos tempos atuais, sem os formalismos e os luxos condenáveis que vimos percebendo e sentindo nas realizações da arquitetura mundial contemporânea.

Contemporâneas à construção de Brasília, as obras do PAGE podem ser entendidas como uma resposta paulista ao predomínio da arquitetura carioca nessa aventura nacional. O envolvimento de centenas de profissionais numa mesma proposta política, produzindo obras públicas, estimula a troca de ideias, fortalece princípios e propicia inovações. Não por acaso esse período consolida o movimento identificado como Escola Paulista.

O discurso muito presente na historiografia da arquitetura paulista de que a arquitetura moderna em São Paulo teria ficado à mercê do mercado imobiliário, dada a ausência de uma demanda de obras públicas, não procede frente aos levantamentos aqui apresentados.

Para a arquitetura, o PAGE é um marco referencial e a compreensão histórica do próprio Plano trouxe muitas indagações nas mais variadas áreas do conhecimento, abrindo infinitos temas a serem perscrutados a partir de sua documentação: relações de trabalho, o campo profissional do arquiteto, a arquitetura autoral e produção pública de projetos, o desenvolvimento tecnológico, a qualidade da construção, para não dizer de uma revisão historiográfica que se faz absolutamente necessária a partir desse acervo, qual seja a produção de projetos públicos de arquitetura moderna pelos profissionais paulistas.

REFERÊNCIAS

BRAUND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CESTARO, Lucas R. Lebret e o urbanismo da SAGMACS: o Brasil no foco do Mouvement Économie et Humanisme. *Anais: Seminário de história da cidade e do urbanismo, v.11, n.5, 2010.* s/p.

Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/download/1385/1358>.

DAL CO, Francesco. A contemporaneidade do inatual. In: PISANI, Daniele. *Paulo Mendes da Rocha. Obra Completa.* São Paulo: GG, 2013.

PISANI, Daniele. *Paulo Mendes da Rocha:* obra completa. São Paulo: GG, 2013.

ROLDAN, Dinalva. *Um ideário urbano em desenvolvimento:* a experiência de Louis Joseph Lebret em São Paulo de 1947 a 1958. São Paulo: FAU-USP, 2012.

BIBLIOGRAFIA RELATIVA AO PLANO

ALVES, André A. As implicações historiográficas da consulta às fontes primárias no estudo da arquitetura escolar pública paulista (1959-1962). *FÓRUM,* v. 4, n. 2, p.24-48, 2011.

ALVES, André A. *Arquitetura escolar em São Paulo 1959-1962:* o PAGE, o IPESP e os arquitetos modernos paulistas. São Paulo: FAU-USP, 2008.

CIDADE Universitária Armando Salles de Oliveira. *America Magazine*, São Paulo, n.2, 1962.

ARTIGAS, João Vilanova. Sobre escolas. *Acrópole,* São Paulo, ano 32, n.377, p. 10-13, set. 1970.

BARROS, José Roberto Mendonça de. A experiência regional de planejamento. In: MINDLIN, Betty (org.) *Planejamento no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 111-137.

BUZZAR, Miguel (coord.) *Difusão da arquitetura moderna no Brasil:* o patrimônio arquitetônico criado pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1963). Relatório do projeto de pesquisa referente ao Edital do convênio Condephaat/ Fapesp, processo - 2011/51108-0. São Paulo, 2015.

CABRAL, Neyde A. Joppert. *A Universidade de São Paulo:* modelos e projetos. São Paulo: FAU-USP, 2004.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. Conexões brutalistas paulistas. In: *X Docomomo nacional*, Curitiba, 2013.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. O setor das humanas como patrimônio arquitetônico e a história da arquitetura paulista. In: LIRA, Jose Tavares Correia de (Org.). *Patrimônio construído da USP:* preservação, gestão e memória. São Paulo: Edusp, 2014. p. 200-219. (Cadernos CPC, 10)

CORDIDO, Maria Tereza. *Arquitetura forense do estado de São Paulo:* produção moderna, antecedentes e significados. São Carlos: IAU-USP, 2007.

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. *Departamento de São Paulo. Ata da Assembleia Geral realizada no dia 24/02/1959.*

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. *Departamento de São Paulo. Ata da Assembleia Geral realizada no dia 10/08/1959.*

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Departamento de São Paulo. *Ata da Assembleia Geral realizada no dia 20/08/1959.*

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL. Departamento de São Paulo. *Ata da Assembleia Geral realizada no dia 08/09/1959.*

LANG, Ana Beatriz da Silva Gordo. *Carvalho Pinto:* trajetória e projeto político. São Paulo 1991. Trabalho realizado pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos com bolsa de recém-doutor do CNPQ.

PINTO, Carvalho. *Plano de Ação do Governo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1959.

_____. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1960.

_____. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - 14 de março de 1961, para a Lei nº 6.047, de 27 de janeiro de 1961, São Paulo, Decretos e Relatórios*. São Paulo: Imprensa Oficial, [s.d].

_____. *Exposição do Governador Carvalho Pinto para a 4ª Reunião de Governadores com Excelentíssimo Presidente da República*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1961.

_____. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1962.

_____. *2º Plano de Ação, 1963–1962*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1962. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/artarqbr/planodeacao/index.php/pesquisa>.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas brasileiras 1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 1998.

Recebido
08/03/2016

Aprovado
16/06/2016

ACERVO SEF: O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DA USP EM PROJETOS E FOTOGRAFIAS.

SABRINA STUDART FONTENELE COSTA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL.
Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Ceará. Mestre e Doutora pela FAU-USP. Pesquisadora colaboradora de pós-doutorado do IFCH Unicamp. Coordenadora da equipe de Construções, Conjuntos e Sítios do Centro de Preservação Cultural da USP desde 2012. E-mail: fontenel@usp.br.

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p204-218

ACERVO SEF: O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DA USP EM PROJETOS E FOTOGRAFIAS.

SABRINA STUDART FONTENELE COSTA

RESUMO

O Centro de Preservação Cultural (CPC) realizou uma profunda pesquisa sobre a gestão e preservação do patrimônio construído da Universidade de São Paulo (USP) a partir de um levantamento no Acervo de Projetos da Superintendência de Espaços Físicos (SEF). Essa unidade, que se originou a partir do antigo Fundo de Construção da USP (Fundusp), criado na década de 1960, é a responsável pelo planejamento, organização, fiscalização e preservação dos espaços da Universidade e guarda um acervo estimado em 400 mil desenhos em papel, além de documentos fotográficos, memoriais e arquivos digitais mais recentes. A diversidade de informações sobre os edifícios selecionados - entre edifícios históricos doados ou vendidos para a Universidade de São Paulo e aqueles construídos pela própria instituição - apresentava-se como um desafio para a coleta de dados que deveriam revelar os princípios gerais de projeto e intervenção no patrimônio construído da USP. A partir do recorte instituído – bens tombados ou em processo de tombamento – foi possível levantar as informações necessárias para estabelecer uma cronologia das transformações dos edifícios focalizados desde sua construção até as intervenções mais recentes.

PALAVRAS-CHAVE

Desenho de arquitetura. Patrimônio arquitetônico. Universidade (arquitetura). Patrimônio universitário.

THE SEF ARCHIVE: USP'S ARCHITECTURAL HERITAGE IN PROJECTS AND PHOTOGRAPHS.

SABRINA STUDART FONTENELE COSTA

ABSTRACT

The Cultural Preservation Center (CPC) conducted extensive research on the management and preservation of USP's building heritage based on a survey from SEF (Superintendence of Physical Spaces). This agency, originated from Fundusp (USP Building Fund) created in the 1960s, is responsible for planning, organizing, monitoring and preserving the University spaces, which holds an estimated collection of 400,000 drawings on paper, photographic documents, memorials and digital files. The diversity of information about the selected buildings, whether historic buildings donated or sold to the University of São Paulo or those built by the institution, presented a challenge to collecting data to reveal the general principles of design and intervention on the University's cultural heritage. Using a defined sample, assets already listed as heritage (or going through that process), it was possible to gather the necessary information to establish a timeline of the changes the buildings in scope went through, from their construction to the most recent interventions.

KEYWORDS

Architectural design. Architectural heritage. University (architecture). University heritage.

1. O CPC E O PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A pesquisa aqui tratada foi desenvolvida pela equipe do Centro de Preservação Cultural da USP, órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, que desde 2004 atua frente ao patrimônio universitário. Estabelecido desde maio de 2004, durante a gestão da Profa. Dra. Ana Lucia Duarte Lanna, no edifício conhecido como "Casa de Dona Yayá", imóvel tombado nas instâncias municipal e estadual de preservação, o CPC tem se destacado pelas ações de identificação, conservação, valorização e difusão do patrimônio da USP no que diz respeito aos imóveis tombados ou em processo de tombamento, acervos artísticos, museológicos, bibliográficos e arquivísticos e às coleções especiais e científicas pertencentes às diversas unidades e órgãos da USP.

O CPC teve origem em uma comissão criada em 1986: a Comissão de Patrimônio Cultural. Segundo o professor Nestor Goulart Reis Filho, "(...) naquele momento, discutia-se um pedido de autorização para venda em hasta pública do edifício Paula Souza, o primeiro construído para a Escola Politécnica, logo após sua fundação" (REIS FILHO, 1999, p. 22). Desde o primeiro momento, tem desenvolvido ações de reconhecimento e preservação desse patrimônio, em alguns casos apresentados em formato de publicações. O Centro de Preservação Cultural tem en-

tre suas atribuições a de "propor, fomentar, desenvolver ou coordenar programas de documentação e de levantamento técnico do patrimônio cultural da USP" e "opinar sobre propostas de obras e intervenções em bens listados e/ou de interesse cultural, assim como dar parecer sobre seu uso, no que respeita à preservação[1]".

A pesquisa realizada no Acervo de Projetos da Superintendência de Espaços Físicos da USP (SEF) promoveu a atualização de um dos primeiros levantamentos realizado pelo CPC, ainda na década de 1990, apresentado na base BENS do banco de dados do órgão e publicado como um volume da série Cadernos CPC, Bens Imóveis Tombados e em Processo de Tombamento da USP (1999), que registrava os atributos do patrimônio cultural edificado da USP. Essa primeira pesquisa apresentava os bens tombados ou em processo de tombamento (no total de 17 bens) e as características fundamentais para compreendê-los: data de construção, autor do projeto, histórico, descrição e dados arquitetônicos, registro e razões do tombamento.

Em 2013, uma parceria estabelecida entre o CPC e a SEF estimulou uma consulta aos órgãos de preservação sobre os bens tombados ou em processo de tombamento da Universidade de São Paulo, de maneira a atualizar a lista existente nas duas instituições. Na lista encaminhada à SEF, constavam 19 bens, apresentados a seguir:

BENS TOMBADOS

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
2. Vila Penteado (FAU Maranhão)
3. Edifícios Rui Barbosa e Joaquim Nabuco (Centro Universitário Maria Antonia)
4. Casa de Dona Yayá
5. Engenho São Jorge dos Erasmos
6. Museu Paulista
7. Museu de Zoologia
8. Museu Republicano de Itu

1. Resolução CoCEX no 5134, de 18 de agosto de 2004.

9. Faculdade de Direito
10. Faculdade de Medicina
11. Associação Atlética Oswaldo Cruz
12. Instituto Oscar Freire
13. Campus de Ribeirão Preto
14. Conjunto da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz
15. Bens em processo de tombamento
16. Departamento de História e Geografia – FFLCH-USP
17. Centro de Práticas Esportivas
18. Departamento de Mecânica da Escola Politécnica
19. Escola de Metalurgia da Escola Politécnica
20. Instituto de Astronomia e Geofísica

O Acervo de Projetos da SEF implanta-se em sala no térreo do mesmo edifício onde se encontram as instalações da SEF (localizado em dois pavimentos do prédio da antiga Reitoria). A parceria estabelecida entre SEF e CPC permitiu ainda que os funcionários deste órgão pudessem ter acesso à sala do Acervo e a uma sala de reunião onde o material levantado era analisado.

Durante os três meses de pesquisa, o CPC trabalhou com duas equipes que avaliavam as informações do conjunto de desenhos e fotografias. Enquanto a equipe de arquitetura (coordenada pela especialista Sabrina Fontenele) analisava o conteúdo das pranchas buscando traçar uma cronologia das fontes documentais dos espaços físicos da USP a partir de seus projetos de construção, manutenção e intervenção apresentados no Acervo, a de acervos (coordenada pela especialista Cibele Monteiro) avaliava o estado de conservação dos documentos, seus principais danos e patologias. Neste artigo, iremos nos debruçar sobre a pesquisa de arquitetura[2].

2. Para informações mais específicas sobre a pesquisa completa, ver SILVA, Cibele Monteiro; COSTA, Sabrina Studart Fontenele. *Para um inventário dos edifícios tombados ou em processo de tombamento da USP no Acervo da SEF*. In: LIRA, José Tavares Correia de (org.). Patrimônio Construído da USP: preservação, gestão e memória. São Paulo, Edusp, 2014.

A Universidade de São Paulo foi oficialmente estabelecida a partir do Decreto Estadual 6.283, de 25 de janeiro de 1934, assinado pelo governador Armando Salles de Oliveira. Mesmo antes de sua fundação, alguns cursos superiores já funcionavam na Faculdade de Direito (1827), na Escola Politécnica (1894) na Faculdade de Medicina (1912) e na Escola Superior de Agricultura (1899). Estas foram incorporadas ao projeto da Universidade de São Paulo desde o início. É certo que poucos edifícios contaram com sede própria logo nos primeiros anos de funcionamento, como é o caso da Faculdade de Direito, sediada no Largo de São Francisco, e da Escola Politécnica, situada em um antigo palacete na Rua Três Rios, ambas na cidade de São Paulo. No entanto, alguns edifícios, com programas diferentes dos educacionais, tiveram que sofrer alterações, a exemplo da Vila Penteado, antiga residência que a partir de 1948 passou a abrigar a sede da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

A partir da década de 1940, iniciam-se as discussões para a construção de um campus universitário que reunissem os cursos na região do Butantã. Diversos arquitetos foram contratados para planejar e propor os novos espaços físicos educacionais da Cidade Universitária (tema contemplado no texto da professora Mônica Junqueira de Camargo, nesta mesma edição da Revista CPC) sob a coordenação de Helio Duarte e com recursos do então criado Fundo para Construção da Cidade Universitária (Fundusp).

Entrevistas realizadas com funcionários da SEF em 2013 indicam que a origem do acervo está diretamente relacionada à rotina de trabalho do Fundusp: desenvolvimento e revisão de projetos, acompanhamento de obra, entre outros. A SEF, responsável pelo planejamento, organização, fiscalização e preservação dos espaços físicos da USP, guarda um acervo estimado em 400 mil desenhos em papel, além de documentos fotográficos, memoriais e arquivos digitais mais recentes. Assim, abrigam-se projetos construídos ou não, de espaços físicos novos ou adaptados para atividades da USP (Figura 1).

FIGURA 1

Acervo de Projetos da SEF. Imagem: Arquivo CPC.

O Acervo é formado por documentos dos mais variados tipos e suportes: projetos, memoriais, fotografias, diapositivos, negativos, fotografias digitais, entrou outros. O conjunto representa parte das ideias e discussões, construídas ou não, da história da Universidade. Diante dessa dimensão, foi necessário estabelecer um recorte específico do material a ser analisado - informações sobre os 19 bens tombados ou em processo de tombamento da USP – e um método de trabalho que garantisse a análise dos documentos retirados de seu espaço de guarda, sem comprometer seu estado de conservação e o registro de dados diversos em um mesmo suporte.

Para a análise das informações sobre os 19 bens tombados ou em processo de tombamento foi realizado um levantamento entre mais de 4.000 desenhos e mil fotografias históricas. Agrupados em réguas ou

rolos (que armazenavam entre 20 e 40 pranchas), referem-se, em sua maioria, aos desenhos executivos (arquitetura e instalações), mas também estudos preliminares e anteprojetos. Fichas de papel – armazenadas em uma caixa de acrílico – relacionam as unidades de ensino ou pesquisa com as réguas e rolos equivalentes. No entanto, não existe um cadastro que identifique e relacione o conteúdo de cada conjunto disposto nos suportes. O que significa que a busca por um desenho específico depende do manuseio de diversas réguas e rolos, o que torna a situação dos documentos ainda mais frágil.

Os desenhos eram deslocados da sala do Acervo para a sala de trabalho da equipe, onde as informações referentes a cada suporte eram registradas em fichas. Estas reuniam informação sobre cada grupo de desenho, possibilitando ainda registros específicos de informações que se destacassem (Figura 2).

FIGURA 2

Projetos na sala de trabalho. Imagem: Arquivo CPC.

A documentação fotográfica – armazenada em envelopes - apresenta momentos históricos da construção da Universidade ao retratar canteiros, maquetes, obras concluídas, vistas aéreas da universidade e os interiores e exteriores dos edifícios. A análise das fotografias e desenhos armazenados no Acervo possibilitou compreender partes da história da USP até então pouco exploradas.

2. PESQUISA SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO

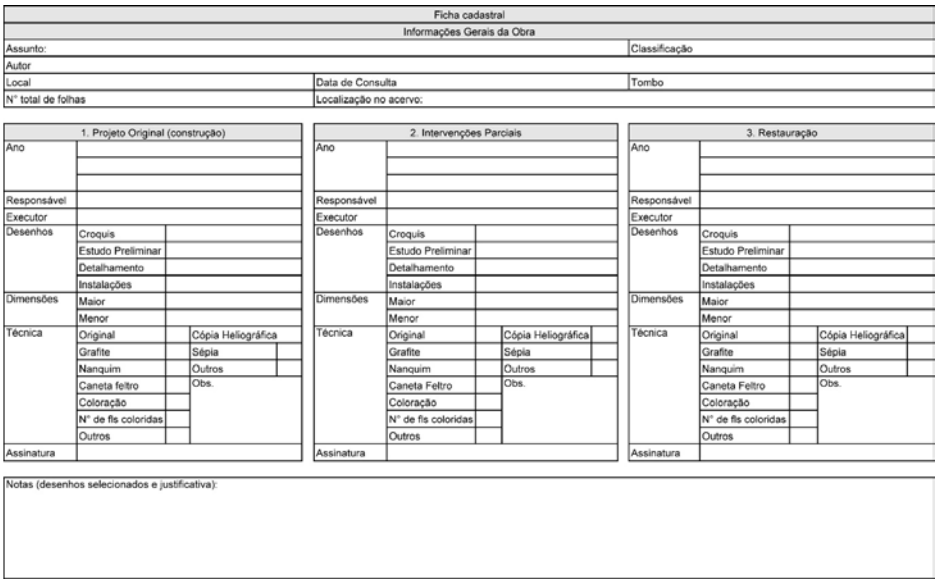
A ficha utilizada ao longo da pesquisa teve como influência direta outra utilizada no setor de projetos da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Uma visita técnica realizada nessa unidade possibilitou uma interessante troca de experiências que colaborou com a organização da metodologia de trabalho.

As pranchas e rolos agrupam desenhos de períodos e conteúdos diferentes. Assim, de maneira a organizar informações sem relação direta (por exemplo, detalhamento técnico de um pilar do período de construção com a reforma de um auditório realizado três décadas depois), optou-se por distribuir os dados levantados em três colunas que organizariam os dados por período do imóvel: projeto original (construção), intervenções parciais e restauração. Acreditava-se que essa distribuição das informações no momento da pesquisa poderia agilizar seu processamento e, por sua vez, fornecer uma ideia inicial sobre a gestão do edifício.

A ficha desenvolvida apresentava campos a serem preenchidos com informações referentes ao documento no Acervo – classificação, tombo, suporte, número de folhas – assim como informações sobre o projeto - autor, ano, responsável técnico do projeto e registros sobre a elaboração do projeto (plantas, cortes, elevações e detalhes). Também foram levantados dados fundamentais para compreender a gestão dos espaços físicos: períodos de intervenção, empresas contratadas com frequência e espaços representados. Além disso, buscou-se registrar informações sobre a produção gráfica do projeto, assim como observações quanto à qualidade gráfica dos desenhos a partir de dados como natureza do desenho e técnicas utilizadas (Figura 3).

FIGURA 3

Ficha de registro das informações de arquitetura. Imagem: Acervo CPC.



Ficha cadastral

Informações Gerais da Obra

Assunto:		Classificação
Autor		
Local	Data de Consulta	Tombo
N° total de folhas	Localização no acervo:	

1. Projeto Original (construção)				2. Intervenções Parciais				3. Restauração			
Ano				Ano				Ano			
Responsável				Responsável				Responsável			
Executor				Executor				Executor			
Desenhos	Croquis			Desenhos	Croquis			Desenhos	Croquis		
	Estudo Preliminar				Estudo Preliminar				Estudo Preliminar		
	Detalhamento				Detalhamento				Detalhamento		
	Instalações				Instalações				Instalações		
Dimensões	Maior			Dimensões	Maior			Dimensões	Maior		
	Menor				Menor				Menor		
Técnica	Original		Cópia Heliográfica	Técnica	Original		Cópia Heliográfica	Técnica	Original		Cópia Heliográfica
	Grafite		Sépia		Grafite		Sépia		Grafite		Sépia
	Nanquim		Outros		Nanquim		Outros		Nanquim		Outros
	Caneta feltro		Obs.		Caneta Feltro		Obs.		Caneta Feltro		Obs.
	Coloração				Coloração				Coloração		
	N° de fls coloridas				N° de fls coloridas				N° de fls coloridas		
	Outros				Outros				Outros		
Assinatura				Assinatura				Assinatura			

Notas (desenhos selecionados e justificativa):

Os carimbos dos desenhos, em alguns casos mais de um em uma mesma prancha, traziam dados relevantes sobre as empresas e responsáveis pelo projeto e pela obra. O Fundusp, detentor do acervo, evidentemente, destacava-se pela frequência com que aparecia como responsável, mas foi possível observar, em diversos casos, a assinatura de um profissional contratado.

Foi realizado, ainda, o registro fotográfico de cada um dos desenhos analisados. Buscava-se assim criar uma ferramenta a que se pudesse recorrer em caso de dúvidas, por ocasião do processamento dos dados, sem acesso direto ao Acervo.

3. RESULTADOS INICIAIS DA PESQUISA

A pesquisa foi apresentada na publicação do CPC *Patrimônio Construído da USP: preservação, gestão e memória* (2014, Cadernos CPC, 10) em um capítulo que exibe os dados compilados sobre os projetos analisados dividido entre os seguintes campos: natureza, autenticidade, responsável e estado de conservação do acervo. Além disso, para melhor compreensão do período de produção dos projetos, foi apresentada uma cronologia dos projetos organizada por décadas.

Essa cronologia permitiu compreender de maneira mais clara as diversas fases dos edifícios históricos: construção, ampliações, reformas, restauros etc. Estes dados foram complementados pelos desenhos selecionados – que representam as diversas etapas dos bens – e constituem uma pequena amostra da qualidade gráfica dos materiais e das propostas neles representados.

A investigação no Acervo revelou a riqueza de um material artístico e documental pouco conhecido e reconhecido. Especialmente os croquis e alguns anteprojetos apresentavam uma riqueza de cores, traços e elementos gráficos próprios de uma concepção mais livre do projeto arquitetônico. Um exemplo disso seria a perspectiva da Raia Olímpica, realizada em nanquim com colorido de pigmento em cera, que apresentava o carimbo do Fundusp e representava a apropriação desse espaço esportivo da Cidade Universitária de maneira bastante expressiva.

Os desenhos do levantamento técnico da Casa de Dona Yayá, de autoria de Luis Antônio Magnani e Victor Hugo Mori, em 1988, foram executados em nanquim e representam com rigor as qualidades arquitetônicas do casarão do Bexiga. Apresentava o carimbo do escritório responsável e do antigo Fundusp. Alguns desses exemplares foram apresentados a um público mais abrangente ao compor a exposição *O tempo das construções* realizada pelo CPC e exibida na Casa de Dona Yayá entre outubro de 2013 e março de 2014, que se valeu diretamente com desenhos e fotografias do Acervo da SEF para traçar uma história dos espaços físicos da Universidade (Figuras 4 e 5).

É importante ainda ressaltar que, além do levantamento das informações sobre os projetos arquitetônico, foi realizado pela equipe do CPC o levantamento do estado de conservação dos documentos, onde se registrava danos e patologias presentes nos desenhos, entre manchas, fungos, perda de informação (por rasgos nas pranchas), entre outros (SILVA; COSTA, 2014). Foram digitalizadas e analisadas mais de mil fotografias históricas relativas aos bens pesquisados que se referiam aos mais variados aspectos, como: canteiro, obra, implantação, interiores e exteriores das construções.

FIGURA 4

Casa de Dona Yayá.
Imagem: Acervo SEF.

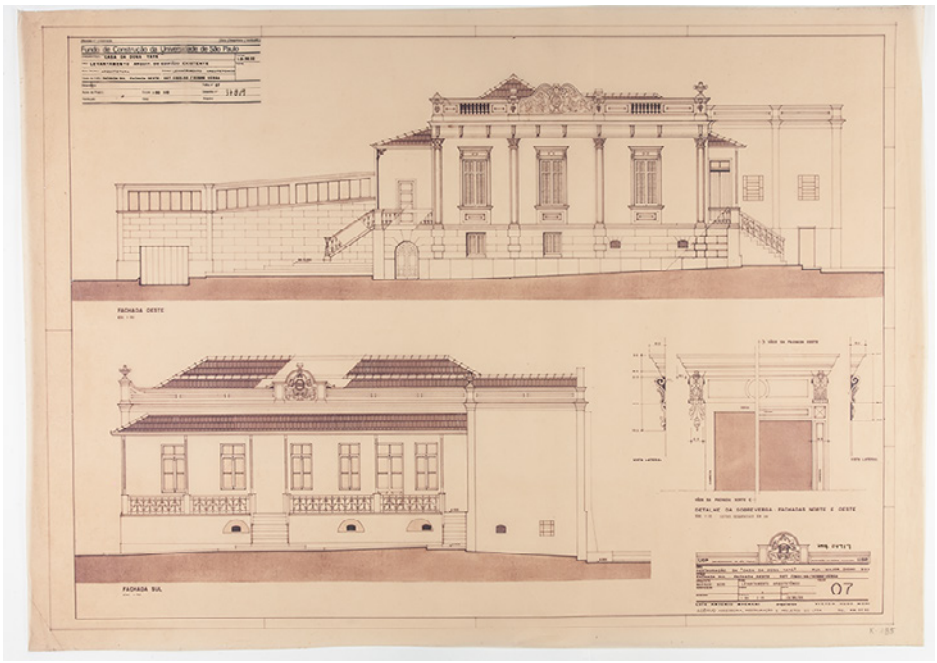
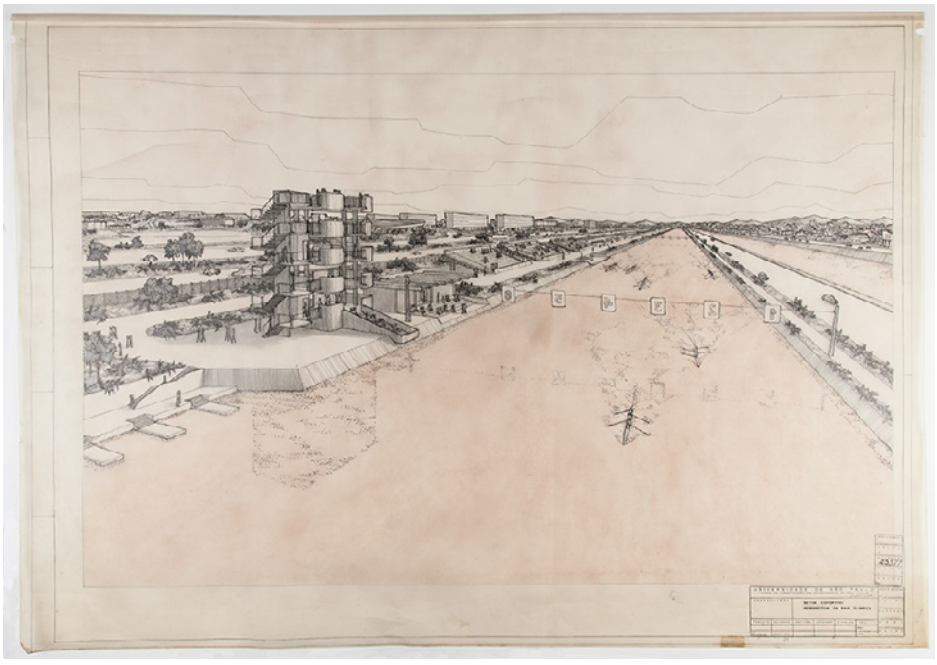


FIGURA 5

Projeto da Raia
Olímpica da USP.
Imagem: Acervo SEF.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de atualizar uma das primeiras pesquisas do CPC, que se relaciona diretamente com a atuação do órgão frente ao patrimônio cultural da Universidade de São Paulo, a pesquisa realizada no Acervo de Projetos da SEF possibilitou uma discussão sobre a gestão de seu patrimônio construído, bem como de sua memória. Debruçar-se sobre as propostas – executadas ou não – mostrou-se como uma oportunidade de compreender a preservação dos bens culturais ao longo dos anos e em diversas etapas.

Podemos assumir algumas conclusões a partir dos dados apresentados no inventário da publicação. A primeira delas é que a maior parte dos desenhos referentes ao recorte estabelecido (19 bens culturais) refere-se aos edifícios construídos na Cidade Universitária da USP, uma vez que o Fundusp gerenciou o projeto e a construção desses edifícios; enquanto que a maior parte dos registros que se referem aos edifícios fora do CUASO são levantamentos arquitetônicos ou reformas para adaptação dessas construções, mas em número consideravelmente menor. Para se ter ideia desse dado, enquanto o edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo tem 352 desenhos armazenados, o Museu Paulista tem 69, a Casa de Dona Yayá tem 25 e o Museu Republicano Convenção de Itu tem 10. Ainda vinculado à participação do Fundusp, o levantamento apontou que 41,20% do total de desenhos apresentam o carimbo dessa instituição.

Uma segunda constatação seria a do período da produção dos documentos. A grande maioria (42,7% do total) se refere à década de 1960, momento de planejamento e execução da Cidade Universitária; e da década de 1970 (38,28%), sendo a grande maioria documentos vinculados ao projeto do Centro de Práticas Esportivas da USP, concebido nessa época. Importante afirmar ainda que a partir do ano 2000, todos os projetos da SEF passaram a ser desenvolvidos eletronicamente, sendo que as versões impressas dos arquivos de projeto não são armazenadas neste Acervo, portanto, não foram analisados pela equipe do CPC.

Do total de desenhos analisados, 45,30% são referentes aos projetos de arquitetura (croquis, estudos preliminares e projetos executivos), enquanto que os 54,70% restante dizem respeito a desenhos de instalações, estrutura e outros detalhamentos.

A pesquisa desenvolvida pelo CPC possibilitou diversos desdobramentos, desde a utilização dos dados levantados para criação de subsídios para construção dos Planos de Conservação de Bens Culturais (a exemplo do que tem acontecido na FAU-USP), assim como pesquisas com a temática mais ampla (a exemplo do trabalho coordenado pela professora Mônica Junqueira e Miguel Buzzar, que tem apoio da Fapesp).

REFERÊNCIAS

COSTA, Sabrina Studart Fontenele; CARVALHO, Mariana Pinheiro de; LEONARDI, Marina;

SILVA, Cibele Monteiro da; ROMA, Bruno de Andréa; CAPELLARI, Rafael Lima. *Exposição "O tempo das construções" explora a memória construtiva da USP*. São Paulo, Revista CPC, n. 17, pp. 108-115. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/69157>. Acesso em: 25 fev. 2016.

LIRA, José Tavares Correia de. Patrimônio edificado como patrimônio universitário: o CPC e a USP. In: LIRA, José Tavares Correia de (org.). *Patrimônio construído da USP*: preservação, gestão e memória. São Paulo: Edusp, 2014. (Cadernos CPC, 10)

REIS FILHO, Nestor Goulart. O CPC e os imóveis de interesse cultural. In: Lourenço, Maria Cecília França (org.). *Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP.* São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 1999.

SILVA, Cibele Monteiro; COSTA, Sabrina Studart Fontenele. Para um inventário dos edifícios tombados ou em processo de tombamento da USP no Acervo da SEF. In: LIRA, José Tavares Correia de (org.). *Patrimônio construído da USP*: preservação, gestão e memória. São Paulo, Edusp, 2014. (Cadernos CPC, 10)

Recebido
24/03/2016

Aprovado
16/06/2016

O REGISTRO E A DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO BRÁS E NA MOOCA.

MANOELA ROSSINETTI RUFINONI, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO, GUARULHOS, SÃO PAULO, BRASIL
Arquiteta e urbanista pela Universidade Mackenzie, mestre e doutora pela FAU-USP. Docente do Departamento de História da Arte e do Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp.
Pesquisa elaborada com o auxílio da Fundação de Apoio à Unifesp (FAP-Unifesp). E-mail: mrr@usp.br.

DOI
http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0iesp21p219-243

O REGISTRO E A DOCUMENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO BRÁS E NA MOOCA.

MANOELA ROSSINETTI RUFINONI

RESUMO

O texto discorre sobre as iniciativas de registro do patrimônio arquitetônico da industrialização em áreas delimitadas nos bairros do Brás e da Mooca, na cidade de São Paulo, e as principais dificuldades relacionadas à documentação de bens patrimoniais na escala urbana. As experiências em pauta foram originadas de estudos e levantamentos realizados em âmbito acadêmico, iniciados em 2001, e de iniciativas de cooperação técnica entre a universidade e o poder público municipal, construídas com o intuito de viabilizar a elaboração de registros documentais do patrimônio urbano em áreas sujeitas a grandes transformações urbanísticas. A trajetória desses estudos e iniciativas evidenciou uma série de dificuldades, desde a necessidade de cunhar critérios e estratégias de registro capazes de abarcar as especificidades da escala urbana, até a constatação dos limites dos instrumentos de tutela para o tratamento desses bens. Tais iniciativas, contudo, ofereceram relevante contribuição para o aprimoramento dos instrumentos de registro e de documentação na escala urbana, além de buscar caminhos para uma maior interlocução entre os estudos acadêmicos e as práticas preservacionistas promovidas pelo poder público.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio urbano. Brás. Mooca. Indústrias (Arquitetura).

REGISTERING AND DOCUMENTING THE INDUSTRIAL HERITAGE AT THE BRÁS AND MOOCA DISTRICTS.

MANOELA ROSSINETTI RUFINONI

ABSTRACT

This paper presents the processes of registration of the architectural industrial heritage in the districts of Brás and Mooca, in the city of São Paulo, and the main difficulties related to the documentation of urban cultural assets. The examples in question originated from studies and surveys conducted in the academic scope, started in 2001, and technical cooperation initiatives between the university and the municipal government, signed in order to facilitate the development of documentary records of urban heritage in areas that will be subject to large urban transformations. The trajectory of these studies and initiatives highlighted a number of difficulties, from the need of determining registration criteria and strategies to deal with the specificities of an urban scale, to the observation of public policies' limits in terms of protection of these assets. Such initiatives, however, significantly improved the recording and documenting instruments on urban scale, they also found ways to enhance the dialogue between academic studies and preservation practices promoted by the government.

KEYWORDS

Urban heritage. Brás District. Mooca District. Industry (Architecture).

O período compreendido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi decisivo para a conformação da paisagem industrial em determinadas áreas da cidade de São Paulo (SP), como no Brás e na Mooca, bairros historicamente caracterizados pela origem fabril e operária, localizados a leste do centro da cidade, nas proximidades das vias férreas e da várzea do rio Tamanduateí. Atualmente, após décadas de transformações urbanas que conferiram à região novos potenciais de uso os antigos bairros operários ainda possuem diversos conjuntos edificados de significativo valor histórico e arquitetônico, provenientes de diferentes períodos de transformação[1], fato que lhes confere particular interesse para os estudos de história urbana e social. Num traçado pautado pela alternância entre edifícios fabris, residências modestas e equipamentos diversos, a configuração espacial resultante e o dinamismo das ruas, de ontem e de hoje, ainda revelam uma intrincada rede urbana sistematicamente voltada para a atividade produtiva. A leitura das estratificações do tempo no desenho desses bairros, contudo, tem sido ameaçada pela rapidez e magnitude das transformações urbanas observadas em tempos recentes, processo que despontou já na década

1. Além de diversos edifícios tombados nos níveis municipal ou estadual. Para uma listagem dos bens tombados na região, consultar RODRIGUES, 2012.

de 1960, quando o movimento de desconcentração industrial começou a afastar as atividades fabris da região.

Por esse motivo, a área compreendida entre os bairros do Brás e da Mooca tem sido alvo de recorrentes propostas de revitalização urbana, dentre as quais destacamos as operações urbanas atualmente em discussão na prefeitura municipal. A chamada operação urbana consorciada[2], instrumento previsto em lei federal, objetiva promover transformações urbanísticas estruturais em áreas previamente delimitadas em planos diretores, com o intuito de criar instrumentos de valorização urbana e ambiental. Em São Paulo, parcelas urbanas lindeiras à linha 10 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), antiga ferrovia Santos-Jundiaí, integram o perímetro-alvo de futuras operações urbanas, segundo demarcações propostas pelos últimos Planos Diretores Estratégicos da cidade de São Paulo (PDE-SP)[3].

A perspectiva de realização de grandes obras nessas regiões, portanto, tem impulsionado a necessidade de inventariar os bens arquitetônicos e urbanos ainda não identificados e convenientemente analisados, com o intuito de viabilizar estudos voltados ao reconhecimento e à proteção legal de alguns exemplares, visando a sua preservação e valorização.

1. EXPERIÊNCIAS INICIAIS: A ESCALA URBANA NO FOCO DO MÉTODO

Levantamentos realizados por órgãos da administração pública paulistana entre as décadas de 1970 e 1980 já indicavam a preocupação com a inventariação de bens culturais relacionados aos processos de industrialização. Ainda que o objetivo desses levantamentos não fosse, especifi-

2. BRASIL. Lei nº. 10257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Seção X, art. 32, §1º. "Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental." (Grifo nosso).

3. Em 2010, a PMSP criou as Operações Urbanas Consorciadas Mooca-Vila Carioca (que abarca parte da antiga Diagonal Sul) e Lapa-Brás (que abarca trechos das operações Diagonal Norte, Diagonal Sul e Centro, e incorpora a totalidade da operação Água Branca). Em 2014, as operações foram redesenhadas e renomeadas. O perímetro que abarca os bairros do Brás e da Mooca passou a denominar-se Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, segundo orientações do novo Plano Diretor Estratégico, aprovado pela Lei 16.050 de 31 de julho de 2014.

camente, a catalogação dessa tipologia de bens, é imperioso ressaltar a presença de arquiteturas industriais entre os bens selecionados. O fato indica não somente a valorização desses artefatos como bens de interesse para preservação, mas, sobretudo, a gradativa assimilação de métodos de inventário que buscavam absorver a dimensão urbana da preservação incorporando avanços conceituais em âmbito internacional, como a ampliação do conceito de patrimônio cultural defendida pela Carta de Veneza, de 1964. As diretrizes emanadas em documentos internacionais voltados à preservação a partir da década de 1960 demarcam a constatação de que o patrimônio edificado compreende não apenas imóveis isolados, excepcionais, mas, sobretudo, os conjuntos construídos, os espaços e ambiências, assim como as dinâmicas urbanas e sociais ali abrigadas. Notamos, portanto, que a percepção da dimensão urbana da preservação caminhou lado a lado **à** valorização das manifestações edificadas da industrialização, diante da iminente ameaça de demolição a que estavam sujeitas naquele momento.

Na década de 1970, considerando a valorização de bens culturais em sua ambiência urbana, destacam-se os trabalhos da Coordenadoria Geral de Planejamento (COGEP), da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). O órgão iniciou, em 1974, um cadastramento de edificações e logradouros paulistanos com interesse para preservação, gerando as chamadas Z8-200. Inicialmente essas zonas foram demarcadas na área central da cidade, mas logo depois passaram a abranger parcelas de bairros que passavam por processos de renovação urbana, como a Zona Metrô-Leste, momento em que áreas de ocupação industrial chegaram a ser contempladas.[4] Na mesma época, por ocasião da implantação da linha Metrô-Leste, foi realizado um levantamento pela Divisão de Preservação, em conjunto com a COGEP, atendendo à socilitação da Companhia do Metrô. O estudo intitulado Patrimônio Ambiental Zona Metrô-Leste identificou diversos imóveis de interesse para preservação na área

4. As Z8-200 estavam sujeitas a medidas específicas estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo do município (Lei 8328/75). Entre os perímetros demarcados, muitos abarcavam áreas urbanas associadas à história da imigração, à estrada de ferro e à industrialização (Rodrigues, 2012, p.43). Como instrumento similar à Z8-200, atualmente adotamos as chamadas ZEPECs, Zonas Especiais de Preservação Cultural, definidas no PDE 2002.

que seria atingida pelas obras do metrô, incluindo arquiteturas industriais (BAFFI, 2006, p. 169)[5]. Outro levantamento relevante foi realizado pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), ainda na década de 1970. O volume *Galpões industriais significativos* objetivou estudar o uso do solo nos bairros do Brás e da Mooca, destacando aspectos urbanos considerados marcantes, como a presença de galpões industriais e vilas habitacionais, com o intuito de fundamentar futuros planos de reurbanização naquela região, impulsionados pelas obras do metrô. Foram listados 189 galpões industriais considerados representativos da ocupação urbana local, oriundos da primeira fase de industrialização paulistana, subdivididos em: galpões significativos; conjuntos industriais significativos; e áreas industriais significativas. A apresentação do levantamento sublinha seus objetivos:

> O material recolhido permite observar que o Brás-Bresser e Mooca apresentam algumas áreas de intensa vitalidade urbana, ao lado de outras em franca deterioração. A ação conjunta dos diferentes órgãos públicos e da população interessada possibilitaria uma rápida melhoria das condições gerais de todo o bairro. O presente trabalho identifica os galpões industriais, conjuntos industriais significativos e áreas industriais significativas, objetivando oferecer insumo a entidaddes públicas e privadas para a criação de instrumentos adequados, capazes de guardar um pouco de nossa memória urbana e, ao mesmo tempo, encontrar caminhos para uma destinação dos espaços a serem reciclados (SÃO PAULO, 197[?]).

Na busca por um método de registro, está clara a preocupação em desenvolver instrumentos que ultrapasassem a ideia de edifício isolado, recorrente nos inventários arquitetônicos tradicionais. Na introdução, o documento esclarece que:

5. Segundo Rodrigues (2012, p.43-44), apesar de se tornar referência para estudos posteriores empreendidos pelo órgão municipal de preservação, este inventário não chegou a atingir o objetivo de preservar os bens indicados. A Companhia do Metrô também encomendou um levantamento similar para o tramo oeste da linha, estudo que abarcou 91 quadras nas imediações da via férrea entre os bairros da Lapa, Água Branca e Barra Funda.

> Tendo em vista as características de ocupação do Brás e os objetivos e competência desse trabalho, que visa uma abordagem da escala urbana e, portanto, das relações do edifício na malha urbana, os critérios pontuais tradicionais adotados para preservação de edifícios foram ultrapassados (SÃO PAULO, 197[?]).

O Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo (Igepac-SP), elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura na década de 1980, também é apontado como uma importante iniciativa que buscou inverter o enfoque geralmente dado aos inventários patrimoniais, centrados no edifício considerado isoladamente. Segundo Castriota (2007), o Igepac-SP "tentava introduzir uma metodologia com abordagem especificamente urbana: em vez de listar-se os bens, partia-se de uma compreensão de unidades culturais mais amplas, áreas da cidade, que eram analisadas". Foram, ainda, objeto de inventariação, não apenas os bens ambientais urbanos consagrados como "monumentais", mas também conjuntos modestos, modos de organização do espaço e suas várias etapas de evolução (SÃO PAULO, 1987). O estudo empregou, ainda, instrumentos tradicionais de registro, como as fichas de inventário, mas buscou enfatizar análises urbanísticas das áreas catalogadas, comentando aspectos históricos e socioculturais. A metodologia adotada dividiu áreas urbanas maiores em subáreas com características próprias, ali localizando os bens culturais. Importante destacar que este inventário deixava de ser considerado um registro ou preparação para o tombamento e pretendia "participar nas políticas e planos de desenvolvimento urbano, no que diz respeito às áreas a serem preservadas e outras sujeitas à renovação urbana" (SÃO PAULO, 1987), objetivo respondido com a elaboração de propostas específicas de preservação e de regulação urbana. Na análise de Castriota (2007, p.74-75), a perspectiva urbanística adotada pelo Igepac-SP aproxima-se da expansão da ideia de patrimônio, mas não atinge satisfatoriamente o estudo de aspectos socioculturais: "falta ao Igepac-SP exatamente a abordagem daquela dimensão menos palpável da cultura, que está na base da construção social de identidades espaciais distintas, que, em última instância, permitem que cada setor da cidade seja percebido e representado de forma própria pela população".

Em âmbito acadêmico, as experiências de identificação e registro de edifícios fabris na cidade de São Paulo com vistas à preservação ganharam corpo, sobretudo, a partir dos anos 2000. Enfocaremos neste estudo as pesquisas diretamente relacionadas com o percurso de delineamento metodológico que aqui buscamos evidenciar. A pesquisa intitulada *Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca* centrou-se na identificação, registro e análise de um perímetro urbano de ocupação marcadamente industrial, datada do final do século XIX e início do século XX (RUFINONI, 2004). Na ocasião, a área enfocada integrava a operação urbana então denominada Diagonal Sul, cujos contornos e nomenclatura seriam redefinidos duas vezes nas gestões municipais seguintes, passando a denominar-se Mooca-Vila Carioca, em 2010, e Bairros do Tamanduateí, em 2014, segundo determinações do novo Plano Diretor.

Como cabe aos estudos acadêmicos, a pesquisa não objetivou a elaboração de um inventário detalhado, considerado isoladamente. O levantamento das edificações fabris foi elaborado como parte de um estudo mais amplo que buscou compreender os motivos pelos quais o conjunto urbano em pauta adquire representatividade como patrimônio cultural e os caminhos possíveis e desejáveis para sua tutela. Sendo assim, foram elaborados estudos sobre a importância patrimonial do complexo urbano, tecendo reflexões acerca das correlações históricas entre industrialização e urbanização na região e as repercussões desses processos na materialidade arquitetônica. Tais análises foram seguidas de estudos teóricos sobre a preservação do patrimônio histórico em geral e do patrimônio industrial em particular, buscando evidenciar quais particularidades históricas, estéticas e socioculturais estão envolvidas na atribuição de valores ao patrimônio de origem fabril. Em linhas gerais, no que tange ao método de pesquisa adotado, foram percorridas as seguintes etapas: 1. Estudos bibliográficos e documentais acerca da formação histórica da cidade e do bairro em questão; 2. Análise de mapas históricos, buscando delimitar as parcelas de ocupação urbana mais antiga; 3. Verificação de levantamentos existentes elaborados pela administração pública municipal; 4. Delimitação da área de estudo e do período histórico a ser abordado, cruzando dados provenientes das pesquisas bibliográfica e de campo; 5. Análise da situação atual, com base no estudo dos levantamentos realizados pelos Planos Diretores Regionais, datados de

2003; 6. Levantamentos de campo para identificação e registro fotográfico; 7. Seleção das edificações e conjuntos fabris mais significativos; 8. Busca documental sobre as edificações selecionadas; 9. Elaboração de mapa síntese; e 10. Discussões teóricas sobre a preservação do patrimônio industrial, apontando diretrizes para a sua preservação.

Ao todo foram listados 19 edifícios ou conjuntos fabris, dentre os quais foram selecionados os mais significativos a serem analisados com maior atenção. Na sequência dessas observações, a pesquisa evidenciou a participação de renomados arquitetos na configuração deste cenário industrial. Além de Júlio Michele, autor do primeiro galpão da São Paulo Alpargatas e Giovanni Battista Bianchi, responsável pelo edifício da fiação do Cotonifício Crespi, ambos arquitetos italianos referenciados na bibliografia analisada (SALMONI; DEBENEDETTI, 1981), a pesquisa trouxe à tona a participação do escritório de Ramos de Azevedo e Ricardo Severo, autores do projeto dos Armazéns Ernesto de Castro e também de Victor Dubugras, autor do projeto dos Armazéns Gerais Piratininga.

O processo de pesquisa evidenciou uma série de dificuldades diretamente relacionadas à escala urbana que esse tipo de patrimônio necessariamente envolve. As dificuldades iniciaram-se no próprio processo de registro, pois que foi necessário lidar com características morfológicas peculiares, quadras e lotes de grandes dimensões e especificidades funcionais que extrapolam o limite de cada propriedade. Na sequência das investigações sobre as alternativas de tutela desses bens, deparamo-nos com os limites do instrumento de tombamento, originalmente pensado para tutelar edifícios isolados. Partindo das limitações do tombamento, notamos a dificuldade de justificar a preservação de elementos desse complexo urbano, partes não necessariamente excepcionais, com o intuito de apreender as especificidades de conjunto: as correlações entre edifícios, sistemas de transporte, pátios logísticos e conjuntos urbanos envoltórios, laços que nos permitiriam compreender os processos de formação histórica e de construção de sociabilidades em torno da atividade fabril. A grande dimensão dos edifícios e lotes, por sua vez, também é um dos motivos que mais os ameaçam de demolição, já que se tornam atrativos para novos empreendimentos imobiliários que veem na região um importante nicho de mercado.

Com relação aos instrumentos jurídicos voltados à preservação de bens urbano-arquitetônicos, é notória a referência ao tema na elaboração nos últimos Planos Diretores do Município de São Paulo, a partir da criação das Zonas de Preservação Cultural, áreas urbanas demarcadas em lei e que passam a ser estudadas para possível tombamento.[6] Se nos ativermos ao Plano Diretor de 2002 (Lei 13430/2002), em vigor na época em que os estudos aqui descritos foram realizados, são significativas as zonas demarcadas que abarcam áreas de ocupação industrial. Essa seleção contou, inclusive, com a participação popular, promovendo a demarcação de artefatos representativos de diferenciadas experiências cotidianas e memórias urbanas: galpões industriais, estações ferroviárias, conjuntos de casas e vilas, travessias metálicas sobre a estrada de ferro etc. A ZEPEC, no entanto, é um instrumento jurídico geralmente empregado para a preservação de lotes considerados individualmente, sendo difícil justificar a preservação de vários lotes contíguos na intenção de abranger um perímetro significativo. Por esse motivo, como repercussão dos levantamentos realizados na pesquisa citada (RUFINONI, 2004), em 2006 foi encaminhado um pedido de tombamento que sugeria a inclusão de todos os edifícios de interesse histórico e estético evidenciados na pesquisa e que não haviam sido demarcados como ZEPEC pelo Plano Diretor então em vigor[7]. O pedido de tombamento procurou garantir a integridade do complexo urbano, já que a preservação apenas de edifícios isolados não seria suficiente para preservar as

6. Segundo o Plano Diretor então em vigor (Lei nº. 13.430/2002, artigo 168), "as Zonas de Preservação Cultural – ZEPEC são porções do território destinadas à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos." No novo Plano Diretor aprovado em 2014, as ZEPECs são definidas como "porções do território destinadas à preservação, valorização e salvaguarda dos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico, doravante definidos como patrimônio cultural, podendo se configurar como elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes; conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos ou rurais; sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos; templos religiosos, elementos paisagísticos; conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e/ou a usos de valor socialmente atribuído." (Lei nº. 16.050/2014, art. 61).

7. São Paulo (Cidade). CONPRESP. Processo de Tombamento n. 2006 – 0.111.388-4.

características da paisagem (RUFINONI, 2013b)[8]. Os edifícios listados em 2006 não chegaram a ser tombados, mas o pedido reforçou a necessidade de se tutelar ao menos os edifícios demarcados como ZEPEC, finalmente tombados em 2007. Proveniente deste zoneamento ZEPEC, foram tombados vários edifícios que compõem um significativo conjunto industrial ao longo da Rua Borges de Figueiredo, bem como definidos critérios específicos de ocupação no entorno imediato. O tombamento foi resultado de estudos pormenorizados realizados pelo órgão municipal, enfocando não apenas o valor histórico dos bens, mas, sobretudo, as relações com o entorno e a ambiência características da região, elementos que levaram à delimitação de restrições de gabarito para as novas construções num perímetro envoltório determinado pela resolução de tombamento (São Paulo, 2007 e 2007b).[9] Nos anos seguintes, em 2010 e em 2012, outros remanescentes de estruturas industriais foram protegidos no mesmo perímetro[10], concluindo um relevante episódio na história da preservação de bens industriais na cidade de São Paulo.

Como desdobramento da experiência de pesquisa no bairro da Mooca – e percebendo a dinâmica de transformação em curso, sobretudo diante das possibilidades de transformação anunciadas pelas

8. O pedido de tombamento agrupou os edifícios em duas categorias: edifícios de especial relevância e edifícios que compõem a paisagem industrial do bairro. Além de agrupar edifícios que, isoladamente, não seriam considerados de interesse para preservação, solicitamos atenção especial ao entorno, área que preserva as características da ocupação industrial do início do século XX (RUFINONI, 2013b).

9. Procurou-se proteger não apenas edifícios isolados, mas todo um conjunto arquitetônico homogêneo e representativo de etapas decisivas na formação urbana do bairro e da cidade. A Resolução CONPRESP 14/07 determinou o tombamento do conjunto de galpões das Oficinas Vanorden; o Moinho Minetti Gamba; o conjunto de depósitos para armazenagem de café posteriormente adquiridos pela CEAGESP; o conjunto arquitetônico da Sociedade Técnica Bremensis e Schmidt Trost e os armazéns da antiga São Paulo Railway. O tombamento abrange o perímetro formado pelas ruas Borges de Figueiredo, Monsenhor João Felipo, avenida Presidente Wilson e viaduto São Carlos e determina, ainda, restrições de gabarito no entorno. As alturas das novas construções deverão ser estudadas caso a caso, não ultrapassando, porém, 25m nas áreas adjacentes aos imóveis tombados e 30m nos quarteirões entre a rua Borges de Figueiredo e a rua João Antonio de Oliveira, que também não poderão ser remembrados (RUFINONI, 2013a, p.284).

10. Em 2010, foi tombada a chaminé da antiga Companhia União de Refinadores, encerrando processo aberto em 2008 (Res. 05/10). Anos depois, em 2012, foi homologado o tombamento de edificações remanescentes do antigo conjunto das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, complexo que também abrigou a fábrica de Fósforos Fiat Lux, a Fábrica da Duchen e um ramal ferroviário (RODRIGUES, 2012, p.50).

operações urbanas –, demos prosseguimento à pesquisa buscando alicerçar, justamente, a compreensão do caráter urbano do patrimônio da industrialização e a necessidade de desenvolver um debate que partisse dessa constatação para subsidiar ações de transformação e intervenção. Nos estudos subsequentes, aprofundamos a investigação sobre a dimensão urbana da preservação, abordando as intervenções na grande escala como projetos de restauro urbano (RUFINONI, 2013a). Buscou-se discutir a aplicabilidade dos princípios teóricos da preservação e do restauro na prática de intervenções no patrimônio urbano industrial, evidenciando, por um lado, os percursos investigativos e cognitivos que concorreram para o amadurecimento de conceitos, teorias e princípios em torno da preservação e do restauro do patrimônio urbano e; por outro, os principais problemas enfrentados no tratamento dos sítios industriais de interesse cultural. Nesse percurso de investigação, demos prosseguimento ao levantamento de edifícios e sítios industriais no perímetro abarcado pela operação urbana, totalizando 62 edifícios. Listagem, porém, seguramente incompleta (RUFINONI, 2013a, p.282-283). Certamente, a pesquisa não objetivou mapear todos os conjuntos industriais existentes no extenso perímetro da operação urbana. O mapeamento, contudo, buscou reforçar graficamente a grande extensão urbana que ainda precisamos inventariar, reforçando o argumento central da discussão, a questão da escala urbana da preservação e dos meios e métodos adequados para nela intervir.

2. APREENSÃO E REGISTRO DO PATRIMÔNIO URBANO INDUSTRIAL: ALGUMAS DIFICULDADES

Em ambas as experiências descritas, assim como nos levantamentos realizados pela administração pública entre as décadas de 1970 e 1980, as particularidades do patrimônio da industrialização ofereceram significativos entraves para a efetivação de registros e de documentação apropriada que pudesse suprir demandas de preservação ou, mesmo, como já apontavam os trabalhos da Cogep e da Emurb, subsidiar futuras intervenções urbanas de revitalização.

Entre as dificuldades encontradas, a questão da escala urbana emerge em primeiro plano. Na elaboração de levantamentos e inventários, a

extensão da ocupação industrial impõe limitações tanto de ordem prática – dificultando a apreensão do conjunto, os percursos a serem percorridos e a análise da documentação arquivística, geralmente dispersa ou em posse de particulares pouco sensíveis às pesquisas no campo da preservação –, como também analíticas, relacionadas à dificuldade de perceber, avaliar e mapear as transformações funcionais, as novas dinâmicas urbanas e os modos de vivenciar esses espaços. Se, por um lado, os bairros industriais mantêm certa homogeneidade na configuração da paisagem, por outro, dada a grande extensão envolvida, há que se considerar significativas particularidades em diferentes parcelas de cada bairro, devido às distâncias exercidas, aos grandes lotes e às rupturas no tecido social dentro de um mesmo bairro.

Soma-se a essas problemáticas a já citada pressão da atividade imobiliária que tem se expandido significativamente em todo o perímetro da operação urbana, causando demolições e transformando a paisagem com grande rapidez. Nesse contexto de relevantes transformações, surge a dificuldade de identificar, nos elementos remanescentes, as relações urbanas, sociais e memoriais ainda mantidas com as atividades anteriormente sediadas, ou seja, a leitura da estratificação histórica para além da materialidade, buscando perceber, na dinâmica dos usos e vocações atuais, pontos de contato com as atividades passadas, não necessariamente na manutenção de funções fabris, mas na ambiência característica que induz determinadas formas de apropriação e leitura coletiva desses espaços. Outra questão subjacente é a relação estabelecida entre os moradores e usuários dessas regiões, a conformação de espaços de sociabilidade e a compatibilização com novas dinâmicas urbanas e vocações funcionais, certamente desejadas.

A variedade de questões aqui brevemente expostas evidencia a necessidade de envolvermos equipes multidisciplinares nas ações de preservação, observação que alude aos diversos elementos envolvidos na configuração de determinados monumentos, conforme a nova abrangência do termo contemplada em documentos internacionais, como a Carta de Veneza, em seu artigo segundo, bem como a Declaração de Amsterdã e a Carta de Washington.

As dificuldades relacionadas aos métodos de inventário possuem estreitos paralelos com os entraves relacionados à aplicação dos

instrumentos de tutela e de planejamento urbano, em áreas dessa natureza. Conforme aludimos, o tombamento que considera um edifício isoladamente não é capaz de abarcar todas as especificidades desejadas do patrimônio da industrialização, e as iniciativas advindas do campo do planejamento, a exemplo das ZEPECs, ainda não se configuram como caminhos de preservação autônomos ao tombamento, pois, como vimos, apenas demarcam áreas que posteriormente serão estudadas com vistas ao tombamento, recaindo, portanto, no mesmo instrumento.

O primeiro passo, para qualquer operação na área abarcada pela operação urbana, seria a elaboração de estudos detalhados sobre todo o perímetro, de pesquisas aprofundadas sobre o processo de urbanização local, sobre as edificações existentes, suas características construtivas formais e técnicas, acompanhadas de estudos multidisciplinares que permitissem a apreensão das diversas e complexas relações materiais e imateriais que definem essa paisagem. A realização desses estudos pormenorizados permitiria que apreendêssemos com clareza os elementos que definem essa paisagem, quais os edifícios e conjuntos que devem ser efetivamente preservados e de que maneira. Conhecimento prévio, portanto, imprescindível para a proposição e execução de quaisquer projetos de revitalização. A questão que se coloca no âmbito da prática de inventário é, justamente, como depurar essas necessidades e prerrogativas num método capaz de abarcar tantas especificidades, num procedimento que ultrapasse as limitações dos inventários tradicionais, geralmente baseados nas fichas de identificação mais atreladas aos aspectos materiais do bem, considerados isoladamente. Diante de tantas particularidades, como inventariar, o quê inventariar e como apresentar os dados? Considerando, ainda, a apreensão das dinâmicas urbanas em suas especificidades materiais e imateriais, amalgamadas e nunca excludentes, como poderíamos inserir, na inventariação do patrimônio urbano, aspectos relacionados à caracterização sociocultural e à vida das ruas, ou seja, àquela "dimensão menos palpável da vida urbana e da cultura que está na base da construção social de identidades espaciais distintas", conforme exposto por Castriota (2007, p.75)? As experiências que se seguem, certamente, não lograram responder a todas essas perguntas, mas acreditamos ter oferecido uma significativa contribuição

para o prosseguimento deste debate e para uma aproximação, desejada e necessária, entre as iniciativas advindas das universidades e as práticas promovidas pelo poder público no campo do patrimônio cultural.

3. PATRIMÔNIO EDIFICADO NOS BAIRROS DO BRÁS E DA MOOCA: INVENTÁRIO E INVESTIGAÇÃO

O projeto intitulado *Patrimônio edificado no Brás e na Mooca* surgiu a partir de tratativas entre pesquisadores envolvidos com a temática – provenientes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-Unifesp) –, e a equipe técnica do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de São Paulo (DPH-PMSP), órgão interessado em realizar pesquisas conjuntas com a universidade como instrumento para viabilizar estudos voltados à preservação de bens culturais. As pesquisas resultantes dessa iniciativa foram realizadas entre 2012 e 2016.

O intuito do acordo de cooperação técnica foi fornecer bases teóricas e fundamentos documentais sobre o patrimônio existente em parcelas urbanas que integram o extenso perímetro objeto de futuras operações urbanas; áreas que deverão passar, portanto, por profundas transformações urbanísticas. Nesse contexto, o projeto teve por intuito identificar e caracterizar edificações que possam ser de interesse para preservação na área escolhida, oferecendo subsídios para a elaboração de inventários e para políticas públicas de preservação.

A cooperação técnica, portanto, buscou atingir dois objetivos principais: de um lado, contribuir para a realização de levantamentos que subsidiarão futuros estudos de tombamento empreendidos pelo DPH-PMSP; e de outro, iniciar os estudantes da FAU-USP e da EFLCH-Unifesp na prática científica associada à realização de inventários do patrimônio cultural, desde a pesquisa histórica e documental até os levantamentos de campo, colocando-os em contato com diferentes fontes documentais e com os desafios interpretativos próprios da prática de pesquisa, uma importante contribuição para a formação intelectual e científica de futuros pesquisadores.

O projeto articulou pesquisas de Iniciação Científica propostas conjuntamente, através de grupos de estudo da FAU-USP (voltados ao

estudo do bairro do Brás) e da Unifesp (voltados ao estudo do bairro da Mooca), coordenados respectivamente pelas profas. Dras. Beatriz Mugayar Kühl e Manoela Rossinetti Rufinoni. As investigações tiveram uma base comum, pois os estudos bibliográficos para a compreensão dessa parte da cidade são os mesmos, mas cada estudante envolvido no projeto se dedicou a uma subárea específica. Desse modo, os projetos de pesquisa tiveram o mesmo núcleo teórico e propositivo no que diz respeito à justificativa, à bibliografia fundamental e ao método, mas cada estudante arcou com as especificidades de sua área de estudo.

Do ponto de vista da administração municipal, as pesquisas propostas caminhariam no sentido de fomentar o conhecimento e a complementação de informações relativas ao expressivo patrimônio arquitetônico e ambiental urbano desses bairros, de modo a atingir os seguintes objetivos:

- Cooperação com instituições universitárias contribuindo com a formação acadêmica, o desenvolvimento de pesquisas e o aperfeiçoamento institucional e técnico do DPH;
- Organização de um inventário preliminar de bens arquitetônicos e ambientais desses bairros, integrando-o ao sistema de informações públicas sobre bens culturais paulistanos do DPH e da Secretaria Municipal de Cultura;
- Seleção e indicação de exemplares de maior significado desse conjunto de bens para possível reconhecimento e proteção legal visando sua preservação e valorização;
- Subsídios a planos urbanísticos de revitalização desses bairros, com destaque para a Operação Urbana Brás-Mooca, em desenvolvimento sob coordenação da SP-Urbanismo e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU);
- Aperfeiçoamento metodológico das ações de identificação de bens culturais;
- Valorização desse patrimônio cultural, perante a sociedade, através da possível difusão e divulgação dos resultados dessas pesquisas.[11]

11. SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal de São Paulo. Ofício Ofício nº 070 / DPH.G / 2012. *Ref.: Cooperação técnica para realização de inventários de bens culturais – Brás e Mooca.*

Por tratar-se de região extensa, a Diretoria da Divisão de Preservação propôs duas áreas de interesse para pesquisa nos bairros do Brás e da Mooca, considerando as intervenções que vêm acontecendo na área, com a demolição de grandes galpões e fábricas para a construção de condomínios residenciais.

Os perímetros propostos englobam, sobretudo, lotes de antiga ocupação fabril, concentrando extensas parcelas urbanas atualmente subutilizadas ou degradadas devido ao processo de desconcentração industrial observado na capital paulista a partir da década de 1970.

Os bairros do Brás e da Mooca passaram por vultosas transformações a partir do último quartel do século XIX, em especial devido à expansão da atividade industrial. Desse modo, as análises realizadas procuraram identificar os elementos estruturadores da área de estudo, procurando evidenciar o papel das unidades industriais, das habitações, de estruturas de ensino, religiosas, culturais, de lazer e de comércio, nesse processo. Para nortear nossas ações, empregamos a definição de patrimônio industrial defendida pela Carta de Nizhny Tagil, de 2003:

> O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

O estudo foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e iconográfica – explorando, em especial, plantas da cidade de São Paulo para acompanhar a transformação da área ao longo do tempo, pesquisas documentais em acervos públicos e pesquisa de campo, com a realização de registros fotográficos e capturas de imagens do serviço eletrônico Google Street View.

FIGURA 1

Perímetro de estudo: Brás (São Paulo, 2012).

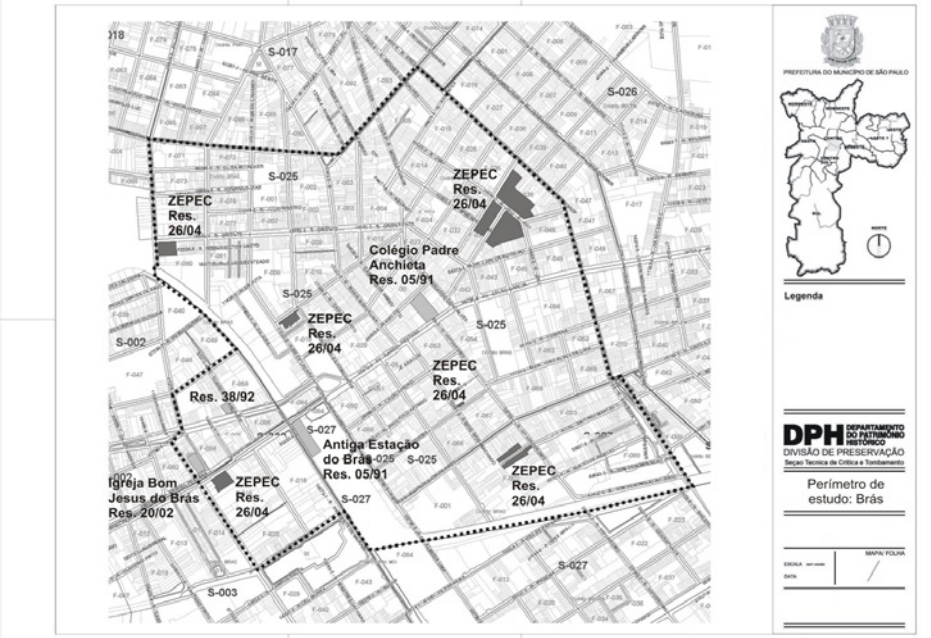
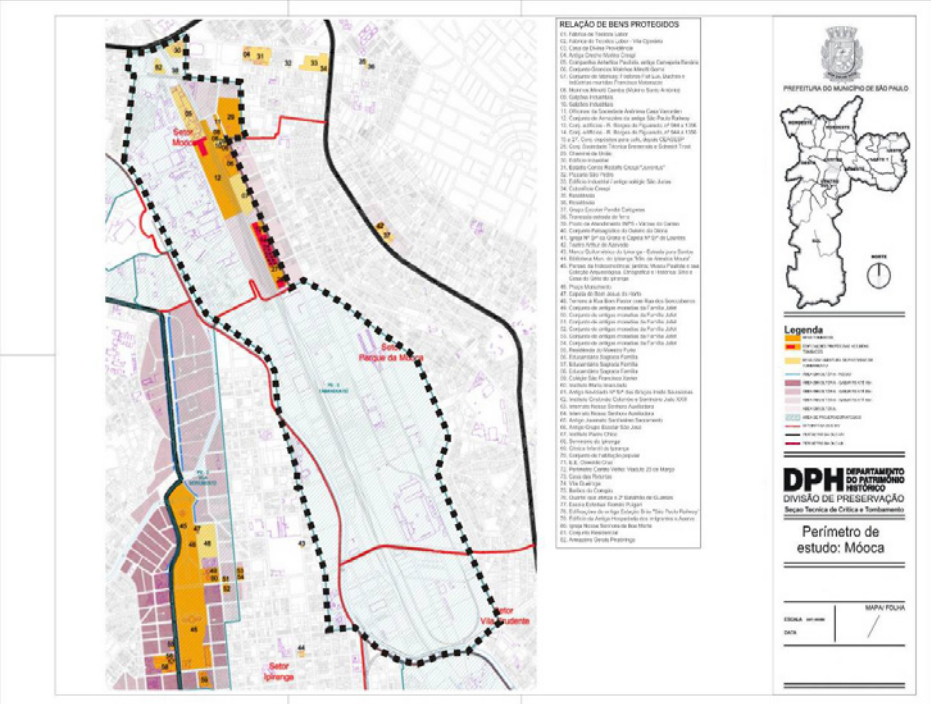


FIGURA 2

Perímetro de estudo: Mooca (São Paulo, 2012).



4. MÉTODOS DE REGISTRO E DOCUMENTAÇÃO

Sobre o percurso de pesquisa em ambas as equipes, a metodologia de investigação seguiu critérios semelhantes, adaptando algumas etapas devido às diferenças morfológicas entre as áreas enfocadas. Na parcela do perímetro Mooca mais próxima do perímetro Brás, considerando apenas as àreas à leste da via férrea, entre a avenida Alcântara Machado e o viaduto São Carlos, a morfologia urbana de ambos os perímetros é bastante similar. Há alguns lotes industriais de maiores dimensões, mas, em geral, o parcelamento urbano não apresenta quarteirões muito extensos e é significativa a presença de lotes de menores dimensões, ocupados por residências ou equipamentos comerciais, intecalados às áreas de ocupação fabril, ainda funcionais ou não. Já no restante do perímetro Mooca, contudo, considerando as parcelas à oeste da via férrea e toda a área além do viaduto São Carlos, notamos uma ocupação industrial mais recente, posterior à década de 1940. Ali observamos um parcelamento do solo bastante distinto do Brás, com quarteirões e conjuntos industriais de dimensões muito maiores, dificultando sobremaneira a realização de estudos pormenorizados, desde os levantamentos documentais e de campo, até a elaboração de recursos gráficos para a visualização do conjunto. Dessa forma, os resultados obtidos no perímetro Brás puderam fornecer, ao lado da visão de conjunto, dados e análises mais pontuais – como o estudo de edifícios específicos, elaboração de mapas de identificação das edificações mais relevantes, dos imóveis tombados, de uso e ocupação do solo, além de perfis detalhados de alguns quarteirões, promovendo análises de volumetrias e gabaritos; ao passo que, no perímetro Mooca, buscamos desenvolver métodos de registro que permitissem a visualização da extensão do conjunto, atentando para elementos definidores da paisagem urbana e situações de particular interesse.

A equipe Mooca foi composta por quatro alunos de Iniciação Científica do curso de História da Arte da EFLCH-Unifesp, financiados pela Fundação de Apoio à Unifesp (FAP-Unifesp), entre 2012 e 2013[12]. A equipe Brás foi composta por sete alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, dois financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa

12. Bolsistas Fap-Unifesp entre 2012 e 2013: Anne Caroline Pereira Mariano, Bruna Aparecida Silva de Assis, Elisabeth Costa Marcolino e Gabriela Rabello dos Santos.

do Estado de São Paulo (Fapesp) e cinco pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre 2012 e 2016[13].

Em ambos os perímetros, a metodologia adotada seguiu três caminhos fundamentais, apresentando variações na forma de apresentação dos resultados, dependendo das especifidades de cada subárea em estudo: i) pesquisa bibliográfica e cartográfica; ii) pesquisa de fontes primárias e iii) pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica esteve pautada por leituras que tratassem da história da cidade de São Paulo, notadamente entre os séculos XIX e XX, e da formação dos bairros em análise, nesse contexto[14]. Na sistematização dos dados coletados nesses estudos, buscou-se destacar as citações referentes aos bairros em análise nas principais referências bibliográficas, elaborando tabelas que indicam quais edifícios, equipamentos ou logradouros foram especificamente citados em cada leitura. Outra vertente de estudos bibliográficos voltou-se à análise de textos recentes sobre a preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo, com foco nos bairros em análise[15]. Em seguida, foram realizados estudos da cartografia histórica de São Paulo, apontando as transformações observáveis nas áreas de estudo ao longo do tempo[16]. Paralelamente à pesquisa bibliográfica, foi iniciada a pesquisa de fontes primárias, na procura por documentação, mapas e imagens que tratassem dos bairros em estudo. Entre os acervos consultados, destacam-se as pesquisas na sede

13. Bolsistas de agosto de 2012 a julho de 2013: Bruna Dedini, Gabriela Piccinini e Renata Campiotto (bolsistas Pibic-CNPq) e Martha D. Bucci (bolsista FAPESP). Bolsistas de agosto de 2013 a julho de 2014: Yasmin Darviche, Tarsila Andrioli (respectivamente com bolsa Pibic-CNPq e Bolsa Santander).

14. As referências bibliográficas consultadas são extensas. Sobre o processo de formação e transformação da cidade de São Paulo, destacamos as obras de Alfredo Moreira Pinto, Antônio Bandeira Júnior, Juergen Richard Langenbuch, Richard Morse, Benedito Lima de Toledo, Warren Dean e Ernani Silva Bruno. Entre os estudos específicos sobre a formação dos bairros, citamos Maria Celestina Torres, Maria Margarida de Andrade e Manoela Rossinetti Rufinoni. Também foram consultados autores memorialistas, dentre os quais Mino Carta e Zélia Gattai.

15. Sobre a preservação do patrimônio arquitetônico e urbano, foram consultadas as obras de Gustavo Giovannoni Françise Choay, Beatriz Mugayar Kühl, Manoela Rufinoni, entre outros.

16. Foram pesquisados comparativamente vários mapas de São Paulo, analisando a região em estudo, entre eles os relativos aos anos de 1881; 1895; 1905; 1913; 1916; 1924; 1943; 1951; 1952, consultados nos acervos da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, Instituto Geográfico e Cartográfico. Além das bases cartográficas Sara-Brasil, de 1930; VASP Cruzeiro, de 1954; Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo (GEGRAN), de 1974 e o Levantamento Aerofotométrico da Emplasa, de 1981, consultados na Biblioteca da FAU-USP. As análises foram acompanhadas de estudos comparativos da situação atual, a partir das ferramentas Google Maps e Google Earth.

do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH-PMSP), em busca de estudos e levantamentos elaborados pela administração pública, além de consultas ao acervo iconográfico da Casa da Imagem e ao Arquivo Histórico Municipal. Além dessa documentação, foi consultado, no Conpresp e no Condephaat, os processos de tombamento que abarcam imóveis presentes nas áreas de estudo, possibilitando o conhecimento dos bens tombados, assim como as considerações quanto ao tombamento e a legislação aplicada a cada imóvel.[17] Com o amadurecimento da pesquisa bibliográfica e de fontes primárias, deu-se início às atividades do levantamento de campo, gerando diferentes produtos gráficos em cada subárea[18].

No perímetro Mooca, dada a grande extensão da área, primeiramente foi feita uma visita em grupo, percorrendo o perímetro do projeto para o reconhecimento da área. Notamos nessa visita que o perímetro era demasiado extenso, cabendo à equipe o desenvolvimento de um método de divisão da área que fosse eficaz para a pesquisa e depois para a organização das informações coletadas. Como a área mostrou-se extensa e pouco segura para percursos a pé e realização de fotografias, o levantamento foi realizado através da captura de imagens selecionadas no Google Maps e no Google Street View. A organização dos dados baseou-se em fotografias aéreas de cada rua percorrida, seguidas de perspectivas do início e do final da rua, bem como de imagens das fachadas dos imóveis considerados pela equipe como de possível interesse para preservação. A captura de imagens e organização dos dados coletados num único arquivo final baseou-se na delimitação de subperímetros nomeados por letras e demarcados com cores diferentes. Devido à grande extensão do perímetro e das quadras, buscou-se desenvolver métodos de registro que partissem do geral para o particular, ou seja, de uma visualização ampla da área abordada para as situações pontuais, em movimentos de aproximação em alternância de escalas. O intuito foi permitir a percepção das ambiências urbanas, da perspectiva do pedestre e das relações entre diferentes tipologias arquitetônicas (edifícios fabris,

17. A equipe Mooca não realizou pesquisas de processos de tombamento no CONDEPHAAT, pois, até 2012, não foram homologados tombamentos de edifícios industriais no perímetro em análise.
18. Os relatórios finais das pesquisas desenvolvidas foram entregues ao DPH-PMSP em formato eletrônico.

residenciais, comercias etc.). Após o mapeamento geral do perímetro Mooca, iniciaram-se novas pesquisas voltadas a situações e temas específicos, a exemplo do levantamento e estudo das vilas e casas em série em subárea demarcada nas proximidades da Companhia Antártica Paulista; e a identificação e análise dos antigos cinemas de rua nos bairros do Brás e da Mooca, estudos elaborados entre 2014 e 2015[19].

Apesar das limitações encontradas ao longo da execução do projeto – sobretudo relacionadas à grande extensão dos perímetros, à dificuldade de acesso às unidades fabris e aos problemas de segurança enfrentados pelos membros da equipe –, os resultados reunidos tiveram o intuito de registrar edificações e paisagens urbanas que hoje passam por incisivas transformações, na esperança de fornecer subsídios para futuros estudos e políticas públicas de preservação.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste projeto contou com bolsas de Iniciação Científica fornecidas pela Fundação de Apoio à Unifesp (FAP-Unifesp), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC-CNPq) e Santander. Agradecemos, ainda, à equipe do DPH-PMSP, à Agradecemos, ainda, à equipe do DPH-PMSP, à orientadora das pesquisas de Iniciação Científica sediadas na FAU-USP, profa. Dra. Beatriz Mugayar, e a todas as alunas envolvidas: Luiza do Carmo Marcos Di Girolamo Nadalutti, Yasmin Darviche, Tarsila Andriole de Sousa, Renata Cima Campiotto, Bruna Dedini Silva, Gabriela Mascarenhas Piccinini e Martha Dallari Bucci, na FAU-USP; e Anne Caroline Pereira Mariano, Bruna Aparecida Silva de Assis, Elisabeth Costa Marcolino e Gabriela Rabello dos Santos, na EFLCH-Unifesp.

19. Pesquisas realizadas pelas alunas Gabriela Rabello dos Santos: *Vilas e casas em série no bairro da Mooca: patrimônio urbano paulistano*, Monografia de Conclusão de Curso apresentada à EFLCH-Unifesp em 2014; e Bruna Aparecida Silva de Assis: *As antigas salas de cinema nos bairros do Brás e da Mooca: arquiteturas e espaços de sociabilidade*, pesquisa de Iniciação Científica financiada pela Fapesp, concluída em 2015.

REFERÊNCIAS

BAFFI, Mirthes O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 204, p. 169-191, 2006.

BRASIL. Lei n. 10257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade.

Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH), Julho 2003.

CASTRIOTA, Leonardo. Inventários como instrumentos de preservação. In: LIMA, E. F. W. e MALEQUE, M. R. *Espaço e Cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

RODRIGUES, Angela Rosch. Patrimônio industrial e os órgãos de preservação na cidade de São Paulo. *Revista CPC*, São Paulo, n.14, maio 2012/out. 2012.

RUFINONI, M. R. Preservação do patrimônio industrial na cidade de São Paulo: o bairro da Mooca. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2004.

_____. Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: Fap-Unifesp, Edusp, Fapesp. 2013a.

_____. Descrizioni e omissioni nella preservazione del patrimonio urbano industriale: un caso studio a São Paulo / Brasile. In: *VI Congresso AISU Associazione Italiana di Storia Urbana. Visibile e invisibile: percepire la città tra descrizioni e omissioni*. Catania: AISU, 2013b.

RUFINONI, M. R., MARIANO, A. C. P., ASSIS, B. A. S., MARCOLINO, E. C., SANTOS, G. R. *Patrimônio Edificado na Mooca: inventário e investigação*. Acordo de Cooperação Técnica com o DPH-PMSP para a elaboração de inventários de bens culturais em São Paulo. Relatório Final. São Paulo: EFLCH-Unifesp, 2013.

SALMONI, A., DEBENEDETTI, E. *Arquitetura Italiana em São Paulo*. São Paulo, Perspectiva, 1981.

SÃO PAULO (Cidade). Lei 16.050 de 31 de julho de 2014. Plano Diretor Estratégico.

_____. Lei nº. 13.430 de 13 de setembro de 2002. Plano Diretor Estratégico.

SÃO PAULO (cidade). EMURB. *Galpões industriais significativos*. São Paulo: EMURB, 197?.

_____. SMC / DPH. *Patrimônio ambiental Zona Metrô Leste*. São Paulo: SMC/DPH, 1978.

_____. SMC / DPH. *Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo* (IGEPAC-SP) São Paulo: SMC / DPH, 1987.

_____. SMC / DPH. Ofício n° 070 / DPH.G / 2012. *Ref.: Cooperação técnica para realização de inventários de bens culturais – Brás e Mooca.*

_____. SMC / DPH. Estudo para o tombamento do Patrimônio Industrial na orla ferroviária em torno da Estação da Mooca. Autoria: THOMAZ, Dalva; GIANNECCHINI, Ana Clara e ARRUDA, Valdir. São Paulo: SMC / DPH, 2007a.

_____. SMC / DPH. Re-Estudo da Área Envoltória dos galpões industriais em torno da Estação da Mooca. Autoria: THOMAZ, Dalva e GIANNECCHINI, Ana Clara. São Paulo: SMC / DPH, 2007b.

_____. SMC/ CONPRESP. Estudo das Zonas Especiais de Preservação Cultural. Processo: 2004 - 0.297.171-6.

_____. SMC / CONPRESP. Processo n. 2006 – 0.111.388-4

_____. SMC/ CONPRESP. Resolução 14/07. Conjunto dos Edifícios Industriais da Mooca.

_____. SMC / CONPRESP. Resolução 05/10. Tombamento Chaminé da União.

Recebido
08/03/2016

Aprovado
16/06/2016